

EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 3, número 2 | Jul. 2015

Edição Especial do Curso de Especialização
Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa,
Assistência Técnica e Extensão Rural

UNVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
VALE DO SÃO FRANCISCO

Proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 3, número 2 - Jul. 2015

**Edição Especial do Curso de Especialização
Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa,
Assistência Técnica e Extensão Rural**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Reitor

PROF. DR. JULIANE LI TOLENTINO DE LIMA

Vice-Reitor

PROF. DR. PROF. DR. TÉLIO NOBRE LEITE

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Ensino

PROF. DR. LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

ASSISTENTE SOCIAL ISABEL CRISTINA SAMPAIO ANGELIM

Pró-Reitor de Orçamento e Gestão

PROF. DR. ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROF. ME. JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Diretor de Extensão

PROF. DR. WAGNER PEREIRA FÉLIX

Diretor de Arte, Cultura e Ação Comunitária

PROF. ME. EURICLÉSIO BARRETO SODRÉ

Diretor do Espaço Ciência e Cultura

PROF. DR. MILTÃO FIGUEREDO

Auxiliar Administrativa do Espaço Ciência e Cultura

BETÊNIA MENDES

Assistente em Administração – Gabinete da Pró-Reitoria

EDILÚCIA BARROS DA SILVA

Assessora da Pró-Reitoria

JACKELINE FERREIRA GOMES

Assistente de Apoio às Atividades de Estágio

MARIANA FILGUEIRAS VIEIRA

Assistente de Apoio às Atividades de Extensão

RUTH MORAIS NUNES DE AMORIM

Auxiliar Administrativo

EDILENE GOMES

Estagiários – Coordenação de Estágio

EDUARDO NEVES ROCHA DE BRITO

MARCEL CARVALHO MARQUES

Estagiários – Diretoria de Extensão

BRUNA SANTOS SIQUEIRA – Cursos de Idiomas

LARA RÉGIA DIAS DA FRANCA SILVA – Ligas Acadêmicas

ANDERSON NASCIMENTO SOARES DA SILVA – Desenvolvedor Web

Estagiários – Diretoria de Arte

BRUCE WAGNER AMORIM PEREIRA

DÁRIO PEIXOTO WANDERLEY JÚNIOR

DALMO CARDOSO BARRETO

Estagiários – Espaço Ciência e Cultura

SÉRGIO NERE

ROSE MINEIA

COMISSÃO EDITORIAL

Editor Responsável

PROF. DR. FULVIO TORRES FLORES

Editor de Layout

PROF. ESP. CECILIO RICARDO DE CARVALHO BASTOS

CONSELHO EDITORIAL

PROFA. DRA. DARIZY FLÁVIA VASCONCELOS

UFBA - Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. José Filipe Vilela Vaz

UMINHO – Universidade do Minho

PROF. DR. FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

PROFA. DRA. GHISLAINE DUQUE

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. GISELE GIANDONI WOLKOFF

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PROF. DR. DR. *h.c.* HANS-JOACHIM APPELL CORIOLANO

DSHS - Deutsche Sporthochschule Köln

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. HOSANA DOS SANTOS SILVA

UNIFESP - Universidade Federal do Estado de São Paulo

PROFA. DRA. JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTE

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

PROF. DRA. LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. MARCIA BENTO MOREIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. SIMONE MALAGUTI

LMU - Ludwig-Maximilians-Universität München

PARECERISTAS - UNIVASF

v. 3, n. 2, JUL. 2015

PROFA. MA. CRISTIANE MORAES MARINHO
PROF. DR. DELCIDES MARQUES
PROF. DR. HELDER RIBEIRO FREITAS
PROF. DR. JOSÉ FERNANDO SOUTO JUNIOR
PROF. ME. JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO
PROFA. DRA. LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA
PROF. DR. LUIZ MAURÍCIO CAVALCANTE SALVIANO
PROF. DR. MARCELO HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS
PROF. DR. PAULO ROBERTO RAMOS
PROF. DR. WAGNER FELIX PEREIRA

Todos os textos e suas imagens, assim como a revisão, são de responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial das informações publicadas, desde que seja citada a fonte.

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Pró-Reitoria de Extensão

EXTRAMUROS – Revista de Extensão da UNIVASF.
Petrolina-PE.
Pró-Reitoria de Extensão
Vol. 3, n. 2 (jul.-2015).
251 p.
Semestral
ISSN 2318-3640
1. Extensão. 2. Universidade. 3. Revista.
I. Título

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, s/n.
Centro
Petrolina – PE
CEP 56304-205

Gabinete da Pró-Reitoria: (87) 2101-6768
www.extramuros.univasf.edu.br
extramuros@univasf.edu.br

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
<i>Prof. Dr. Fulvio Torres Flores</i>	
PALAVRA DA ARTISTA	6
<i>Flavia Maria de Brito Pedrosa Vasconcelos</i>	
APRESENTAÇÃO	8
<i>Prof. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira</i>	
Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos	10
<i>Cristiane Moraes Marinho e Helder Ribeiro Freitas</i>	
A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: Utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro	29
<i>Eucilene Rodrigues Pita, Licia Regina Gonzaga do Nascimento e Telma Coimbra Brandão</i>	
A reconstrução dos passos das populações negras por dentro dos microterritórios negros	43
<i>Sonia Ribeiro</i>	
Adoção de manejo sustentável no combate às moscas-das-frutas	53
<i>Carlos Eduardo da Silva Dimarco, Lucinda Gomes Barboza e Wilson Rodrigues dos Santos</i>	
Análise da transição agroecológica a partir da experiência da horta orgânica comunitária do assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, semiárido brasileiro	65
<i>Helder Ribeiro Freitas, Rita de Cássia R. G. Gervásio, Izaias da Silva Lima Neto, Moisés Félix de Carvalho Neto e Cristiane Moraes Marinho</i>	
Assistência técnica e extensão rural – ATER e a agricultura familiar rural	85
<i>Ana Patrícia Freire, Clésio Anderson S. Magalhães, Elias Lopes Cintra, Francielle Rodrigues Santos, Maria de Lourdes Gomes Bione Lopes e Terezinha de Jesus Barbosa</i>	
Assistência Técnica e Extensão Rural no município de Petrolina-PE: o caso da CODEVASF	91
<i>Marcelo Henrique P. dos Santos e Roberto César Ferreira da Silva</i>	
ATER contribuindo com a viabilização da agricultura orgânica nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco	102
<i>José Francisco de Souza Germino, Luciano de Castro Monteiro, Rubem Silvio Santos de Souza e Sergio Paulo Serafim Pessoa</i>	
Da valorização da identidade dos povos do campo na África e no Brasil à nova perspectiva de Extensão Rural para o Semiárido Brasileiro	112
<i>Tiago Pereira da Costa e José Moacir dos Santos</i>	

Educação do campo, desenvolvimento sustentável na comunidade quilombola do serrote <i>Eliete Rodrigues de Lima e Jocélia Torquato dos Santos Marques</i>	123
Educação Física contextualizada e o universo rural da Escola Rural de Massaroca-BA <i>Elias Crispim Teixeira, Carlos Odair da Luz Sá, David Gomes Barbosa da Silva e Cibele Rodrigues de Souza Kotarski Avelino</i>	136
Histórico e dificuldades na constituição e consolidação de formas organizativas no Perímetro Irrigado Nilo Coelho-Petrolina-PE <i>Danilo de Medeiro Nunes, Elicio Nunes dos Santos, José Reginaldo Maia e Maurício Sávio Brandão Teixeira</i>	142
O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sobradinho/BA <i>Marcelo Henrique Pereira dos Santos e Guilherme Ernesto de Andrade Neto</i>	152
O ensino contextualizado com o semiárido no município de Curaçá-BA: releitura da proposta político-pedagógica para as escolas municipais <i>Eliane Maria da Conceição do Espírito Santo</i>	159
Perímetro de Irrigação Salitre <i>Rogério Alves de Santana, Francisco Nahum Cavalcante Filho, Carlos Merival Gomes de Asevedo e Júlio Militão dos Santos Neto</i>	171
Problemas socioambientais e pesca artesanal no Nordeste do Brasil <i>Luclécia Cristina Morais da Silva e Moisés Felix de Carvalho Neto</i>	189
Projeto Social Meninos do Nordeste <i>Elias Crispim Teixeira e Deivid Gomes</i>	206
Proposta de desenvolvimento sustentável para o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima <i>Ana Paula Soares dos Santos e Hélia Maiara Nery Amorim</i>	212
Utilização de metodologias participativas na construção do conhecimento agroecológico na comunidade do Povoado Zanguê-SE <i>Francielle Rodrigues Santos, Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira e Mário Jorge Campos dos Santos</i>	228
Variação do PH e temperatura em cisternas de Placas e Polietileno em comunidades rurais do município de Petrolina-PE <i>Marcos Vinícios Vidreira de Santana, Omair Dantas, Pedro Henrique e Emanuel Freitas Amarante</i>	239
Visibilidade e protagonismo dos pescadores e pescadoras do Brasil <i>Rizoneide Gomes de Queiroz</i>	244
DADOS TÉCNICOS	251

Prof. Dr. Fulvio Torres Flores¹ ¹Editor
Responsável

Em 2015 a EXTRAMUROS iniciou a publicação de números especiais, uma vez que esta área na UNIVASF tem se mostrado cada vez mais dinâmica e demandando uma forma de publicização dos trabalhos realizados. Assim, a revista cumpre seu papel em divulgar textos para a comunidade científica e também para a sociedade de forma geral.

fulvio.flores@
univasf.edu.br

Neste segundo número do ano, divulgamos textos produzidos por discentes do Curso de Especialização Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado em 2014 pela Pró-Reitoria de Extensão da UNIVASF com recursos do Edital Novos Talentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O curso foi coordenado pelo **Prof. Dr. Helder Ribeiro de Freitas**, do Colegiado de Engenharia Agronômica da UNIVASF, que, em parceria com a **Profa. Ma. Cristiane Moraes Marinho**, do IFSertão, escreveram o texto que abre a revista, cujo título é: *Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos*. O objetivo do texto é discutir a utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para uma melhor compreensão conceitual da ATER, assim como da participação e dos instrumentos metodológicos da ação extensionista, fundamental na para a construção de diálogo visando a construção de conhecimentos variados e a busca por autonomia de sujeitos e grupos. Com exceção deste primeiro, todos os outros textos seguem a ordem alfabética de título.

Esta edição contou com a colaboração da **Profa. Dra. Flavia Maria de Brito Pedrosa Vasconcelos**, professora do Colegiado de Artes Visuais e também artista visual, que nos honrou com a imagem da capa, criada especialmente para a revista.

A todos que gostam de se manter informados sobre trabalhos extensionistas, desejamos uma boa leitura!

Flavia Maria de Brito Pedrosa Vasconcelos¹ flavia.vasconcelos@univasf.edu.br

Quando tinha cerca de oito anos, meu avô paterno me disse: todo ser humano deve ao menos plantar uma árvore, escrever um livro e ter um filho. Com isso, ele me ajudou a plantar um pau-Brasil no centro do jardim de sua casa em Olinda e contou toda a história da “descoberta” desta árvore pelos portugueses e de sua exploração.

Lembro de ter aproveitado aos poucos aquela frondosa sombra e ter sonhado em dezenas de desenhos com linhas expressivas, naquele ambiente tranquilo e acolhedor, ao ouvir o canto dos sabiás e, ao final das tardes, visualizar os tantos beija-flores a voar de rapidez a suspensão na busca do néctar.

Muitos anos depois, estou a viver em Portugal, a finalizar um doutorado e no meio disso, a repensar sobre os meandros da vida e as formas de colonização pelas quais o Brasil atravessou e pelas quais ainda atravessa. Há a colonização que vem do externo e a do interno e há por detrás sempre um fator que é escondido pelo nome do progresso ou desenvolvimento: o econômico, a busca pelo dinheiro.

Em tempos de crise que não abrange apenas uma enorme rachadura no sistema econômico, mas se apresenta como a união de diferentes níveis de rachaduras no social, no cultural e no ecológico, revejo a noção do valor e das necessidades essenciais de sobrevivência e construção da felicidade pelo indivíduo.

Dinheiro não se come, dinheiro não se bebe. Dinheiro não é néctar. Na época das “descobertas”, o pau-Brasil atuou como um valor financeiro em um mercado específico de compra e venda. E hoje, por ter sido tratado dessa forma, é uma espécie que raramente se vê nos locais onde ela existia. Isso também acontece com outras espécies de plantas e animais e o caminho que seguimos está fazendo com que o mesmo ocorra com a água.

Os rios que antes eram de pesca abundante e navegação intensa têm progressivamente seus níveis diminuídos e, em uma lastimável constatação, sofrem com a poluição. As terras, cada vez mais devastadas pela seca, pelas queimadas, envenenadas pelos agrotóxicos e a invasão dos transgênicos, são mais que aparentes vestígios de degradação do ritmo natural de reprodução e diversidade biológica.

Ao desenhar esta árvore com o olho, no contexto desta revista e dos textos que nela estão assinalados, observo o cenário atual, relembrando meu olhar de criança ao plantar aquela árvore, com o olho de quem redescobre o mundo e de quem ainda sonha em vê-lo melhor.

Tenho com isso a esperança de que este desenho aliado às importantes narrativas escritas que o acompanham, que ambos despertem o desejo pelo cuidado, possibilitando não só outros olhares, que se indignem efetivamente com a atual situação e ajam urgentemente pela preservação de nosso futuro.

O pau-Brasil ainda está naquela casa que não pertence mais à minha família. Meu avô, o tempo cuidou dele. Sinto saudade daqueles momentos em que se podia andar nas ruas sem o medo, sem a violência, entre mil brincadeiras e, em que andar de bicicleta era um prazer estético que o calor nem a violência não me tirava. Havia muitas árvores naquela cidade, havia muitas árvores em Juazeiro e Petrolina. Para onde elas foram? Para onde foi o sossego?

A necessidade de espaços mais verdes, de cuidados, persiste. O livro já foi escrito e ainda há outros porvires, assim como o filho que espera por um mundo que ainda haja árvores para plantar, em que se possa construir memórias e sonhos e no qual o néctar da vida não esteja constantemente ameaçado.

Prof. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira¹

¹Pró-Reitora de Extensão
Universidade Federal do Vale do São Francisco

O que pautou a implantação na UNIVASF do curso de Especialização em Metodologias Participativas e Extensão Rural foi a convivência com agricultores familiares e as evidências do quanto a ausência do extensionista no seu cotidiano gerava incertezas e desilusões. Ao longo do tempo, os serviços de Assistência Técnica foram passando por várias fases para se adaptar às exigências do mercado e, atualmente, estão bastante fragilizados, estando as prestadoras desse trabalho sem qualquer empoderamento aqui na região.

No começo, a sua proposta tinha como princípio fundante garantir a subordinação da agricultura ao setor industrial via transferência de tecnologia, e as informações eram dadas de cima para baixo, criando um cenário autoritário e antidialógico. Não deu certo, por ser a agricultura muito complexa enquanto atividade e muito diversificada enquanto categoria. Nela encontram-se públicos os mais distintos possíveis, exigindo do extensionista diferentes olhares no agir. Para tanto, o desafio é a desconstrução do jeito de perceber o rural e o seu povo, construindo outro tecido social que privilegie as diferenças de gênero, de produção, de inclusão social, de interesses, de pontos de vista, e que parta das experiências já acumuladas por todos, considerando ser a sua função principal a de mediar a comunicação.

Portanto, o importante é romper com a ideia da extensão como processo difusionista e passar a tratá-la como processo educativo, que contemple as várias dimensões da sustentabilidade e tenha a população rural como real protagonista das mudanças, o que demanda, por parte dos profissionais de ATER, capacidade para aportar informações; conhecimentos sobre metodologias de trabalhos em grupos; formação de lideranças; planejamentos participativos, assim como a capacidade de gerenciar conflitos.

Nessa perspectiva, ganham destaque as políticas de combate às desigualdades de gênero e de inclusão das mulheres rurais nos sistemas de produção, já que o trabalho da extensão rural foi permanentemente marcado por um viés de gênero. No início, quando as equipes de extensão eram feitas apenas por um engenheiro agrônomo e uma ecônoma doméstica, competia ao homem administrar as orientações técnicas, enquanto à ecônoma competia organizar as mulheres em clubes de mães, para a execução dos trabalhos tidos como femininos. Tal atitude consolidava a ideia de que havia um lugar público, destinado aos homens e um lugar privado, no lar, destinado às mulheres, negligenciando o papel produtivo que elas sempre desempenharam na agricultura, o que contribuiu para a sua exclusão nos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades.

Avançamos mais e hoje a ação da extensão rural é balizada pela pactuação de objetivos comuns entre técnicos e técnicas, agricultoras e agricultores, lideranças locais, poder público e organizações não governamentais que se articulam com definição

de responsabilidades, rompendo os guetos que tanto mal têm feito a quem trabalha na terra para alimentar o mundo.

Este número da revista de extensão EXTRAMUROS publica parte da produção dos alunos extensionistas, cujos artigos pautam-se na ideologia freireana de ter a extensão rural como missão, promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população do campo.

Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos

Cristiane Moraes Marinho¹
Helder Ribeiro Freitas²

¹Pedagoga, Mestre em Extensão Rural. Profa. do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertão) - Campus Ouricuri. E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br

Agradecimentos: Ao IRPAA, IPA, CNPq, MDA, SAF e CAPES, parceiros nas ações do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico-UNIVASF.

RESUMO

Este artigo discute a utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com o objetivo de favorecer a compreensão conceitual da ATER, da participação e dos instrumentos metodológicos que promovem, na ação extensionista, a construção de processos dialógicos de construção de conhecimentos e de promoção da autonomia por parte de sujeitos e grupos envolvidos. Observa-se que, como preceito legal, estabelecido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, as metodologias que promovam a participação cidadã devem ser construídas considerando suas finalidades, as situações e os contextos locais. Neste sentido, apresentam-se aqui algumas, entre tantas metodologias que podem auxiliar nos processos de diagnóstico, de tomada de consciência crítica, de planejamento, de monitoramento e de avaliação.

Palavras-Chaves: ATER; Participação; Metodologias Participativas.

Using Participatory Methodologies in Technical Assistance (ATER) processes and Rural Extension: Theoretical and practical foundations

ABSTRACT

This article discusses the use of Participatory Methodologies in Technical Assistance and Rural Extension (ATER) processes, with the objective of promoting the conceptual understanding of ATER, participation and methodological tools that promote, in extension action, building dialogic processes of knowledge construction and the autonomy promotion on the part of individuals and groups involved. It is observed that, as a legal precept established in the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension, the methodologies that promote citizen participation should be built considering their goals, situations and local contexts. In this sense, we present some of them, among many methodologies that can help in diagnostic processes, critical consciousness making, planning, monitoring and evaluation.

Keywords: ATER; Participation; Participatory Methodologies.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor em Solos e Nutrição de Plantas. Prof. da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Colegiado de Engenharia Agrônoma – Campus de Ciências Agrárias - Petrolina. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a utilização de Metodologias Participativas (MPs) nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Inicialmente, embora não tenhamos a pretensão de aprofundar no estudo histórico da extensão, apresentamos uma breve contextualização histórica sobre a ATER, apontando alguns de seus períodos históricos e fatos que contribuíram para consolidar concepções teórico-metodológicas. Nesta ressalta-se sua íntima relação entre concepções de desenvolvimento do capitalismo no meio rural e os papéis atribuídos aos extensionistas e demais sujeitos e grupos sociais com os quais atua. São ainda apontadas três, das principais fases da ATER: *Humanismo Assistencialista, Difusionismo Produtivista e o Humanismo Crítico*.

Na discussão sobre os fundamentos da Participação e das Metodologias Participativas, buscou-se apontar alguns princípios conceituais que envolvem tanto a participação quanto as MPs, problematizando o entendimento dos mesmos nos trabalhos de ATER.

Por fim, apontamos algumas das possibilidades de utilização de Metodologias Participativas na ATER, assim indicamos algumas metodologias já experienciadas pelos autores ao longo de suas atuações profissionais, especialmente, no contexto da atuação do Núcleo de Pesquisas e Estudos Sertão Agroecológico (NUPESA – UNIVASF), que podem contribuir com o desenvolvimento de trabalhos de ATER na perspectiva da construção de conhecimentos e da autonomia dos sujeitos da ação extensionista. Longe de querer prescrever algum receituário, apresentamos metodologias com as quais tem-se um registro e uma familiaridade por conta de trabalhos e experiências com agricultores em campo e em cursos de formação desenvolvidos em diferentes momentos e instituições com diversos contextos e finalidades.

Espera-se que aos iniciantes nas Metodologias Participativas este possa ser um dentre os vários trabalhos que serão lidos e aproveitados em processos de formação continuada de estudantes e agentes de ATER.

Assistência Técnica e Extensão Rural: histórico e concepções

Para início de discussão, é importante ressaltar que não é pretensão deste trabalho apresentar um minucioso estudo histórico da ATER. Assim, o que se conseguiu, dadas as limitações deste artigo, é apresentar uma breve contextualização histórica da mesma, a fim de apontar alguns, entre tantos fatos importantes, que ao longo do desenvolvimento da Extensão Rural no país fundamentaram seus princípios teóricos e práticos.

Historicamente, a troca de informações e experiências técnicas relacionadas às atividades agropecuárias acompanha o próprio processo de desenvolvimento da humanidade, sendo determinada pelas formas de organização das forças produtivas. Nesse contexto, embora não fosse denominada extensão, o processo educativo pelo qual os povos, já no período Neolítico, trocavam, compartilhavam e experimentavam saberes e modos de relacionar-se com a natureza e de utilizar-se de diferentes recursos para aperfeiçoar os métodos e técnicas de manejo e produção agropecuária, aponta a exis-

tência assistemática e não institucionalizada da extensão rural desde a antiguidade (CAPORAL, 1991).

Considera-se a “revolução agrícola neolítica” marco histórico de origem do que atualmente denominamos de Extensão Rural, pois:

Como se sabe, esta 'revolução agrícola neolítica' expandiu-se geograficamente e, com ela, as técnicas de cultivo e preparo de utensílios necessários para o trabalho da terra, inventados pelo homem. Estes, mesmo sem serem chamados de extensionistas rurais, em suas migrações para formação de novos aldeamentos, nos contatos exigidos pelo incipiente mercado de trocas ou ainda em razão da coexistência de grupos sedentários com grupos nômades, trocaram informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e o uso dos materiais de trabalho, passando de uns para os outros os aperfeiçoamentos alcançados [...] (CAPORAL, 1991, p. 26)

Concebida enquanto uma prática sócio-histórica, a extensão rural desenvolve-se determinada pelas exigências dos diferentes modos de produção dominantes. Com a emergência do capitalismo, também os processos de transferências de informações técnicas no campo são remodelados, uma vez que “é provável que a introdução de serviços especializados de extensão agrícola tenha sido uma resposta às exigências do processo de acumulação capitalista” (CAPORAL, 1991, p. 28).

Em sua constituição institucional, a extensão rural tem sua origem relacionada à atuação de universidades inglesas, na segunda metade do século XIX, e a criação dos serviços de cooperativismo nos Estados Unidos, no início do século XX, e que contou a participação dos denominados Land-grant Colleges – escolas agrícolas americanas criadas com o intuito de intervir no processo de desenvolvimento agrário daquele país. Tal intervenção ocorria pela ênfase dada ao ensino das ciências aplicadas, à experimentação e às atividades de extensão, enquanto forma de socialização da produção técnica e científica obtidas (PEIXOTO, 2008).

No Brasil, o primórdio da extensão rural deu-se no final da década de 1920, com a implantação e atuação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição criada nos moldes dos Land-grant Colleges americanos. Segundo Peixoto (2008), a primeira ação institucionalizada de extensão rural no país foi a Semana do Fazendeiro realizada pela ESAV em 1929 e teve como objetivo “transferir, a médios e pequenos produtores rurais e suas famílias, os recentes desenvolvimentos científicos da instituição” (BORGES, et. al., 2000, p. 148). Interessante observar que, mesmo com todas as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro, este evento, ainda hoje, continua a ser realizado pela UFV anualmente.

Diferentes autores, entre eles Fonseca (1985), Caporal (1991), Viebrantz (2008), Peixoto (2008), Santos e Lusa (2014), apontam para a relação entre o desenvolvimento da extensão rural no Brasil e o processo de difusão do capitalismo no campo. Tal processo passa a ocorrer com mais força a partir do período da Guerra Fria, uma vez que:

Os Estados Unidos pretendiam se consolidar enquanto hegemonia, difundindo ideias, métodos, técnicas capitalistas pelo mundo inteiro, diminuindo assim, o poder dos países socialistas. Havia também, o receio de que os povos famintos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, isso fez com que o governo americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres, principalmente os da América. (VIEBRANTZ, 2008, p. 134)

Foi neste contexto que ocorreu a efetiva institucionalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, a partir do final da década de 1940, mais especificamente em 1948 com a criação em Minas Gerais da ACA (Associação de Crédito e Assistência Rural), fruto de conversações e convênios estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos, por meio da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), entidade filantrópica ligada à família Rockefeller³. O modelo foi difundido posteriormente para todos os estados brasileiros. Segundo Peixoto (2008), 23 ACAR foram criadas até 1974.

Conforme Fonseca (1985) o objetivo da ACAR era:

[...] levantar o nível de vida rural em Minas Gerais. O método: ajudar a população rural a ajudar a si própria. Os instrumentos: crédito aos pequenos lavradores, assistência técnica, ensino coletivo – ministrado em cada comunidade por um agrônomo e por uma supervisora doméstica. Esta pequena equipe constituiu o núcleo a partir do qual a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) iniciou sua ação. (FONSECA, 1985, p. 82)

Os extensionistas buscavam promover o aumento da produtividade agrícola e da renda, além de melhorias nas condições de vida das famílias. Diferentes autores⁴ denominam essa fase da extensão rural por *Humanismo Assistencialista* (1948-1962), marcada pelos seguintes objetivos: “Modificar comportamentos produtivos e sociais dos agricultores e de suas famílias, introduzindo-se inovações tecnológicas e administrativas (na propriedade e no lar)” (DIAS, 2006).

Era competência dos extensionistas, também, supervisionar a concessão do crédito e orientar quanto a sua utilização com a finalidade de “modernizar” o “atrasado” do meio rural brasileiro, uma vez que o acesso ao crédito incentivava a compra de insumos como: defensivos agrícolas, adubos químicos e de maquinários como tratores e sistemas de irrigação, a fim de intensificar a produção e, conseqüentemente, capitalizar as práticas agropecuárias.

Para Caporal (1991) a extensão rural no Brasil já nasceu com um claro propósito:

[...] de educar para a assistência técnica, ou seja, promover um processo de interiorização dos progressos técnicos desenvolvidos pelo capitalismo industrial, de maneira a fazer da agricultura, um lugar propício para a acumulação capitalista do setor dinâ-

³Para saber mais sobre Nelson Rockefeller e sua atuação no Brasil: SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *Hist. cienc. Saude-Manguinhos* [online], v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013.

⁴Dias (2007), Rodrigues (1997) e Ruas (2006).

mico da economia. Suas fases centradas no 'desenvolvimento de comunidades' ou na ideia da 'propriedade como um todo' não passam de estratégias capazes de garantir a aderência e a posterior subordinação da agricultura ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial [...] (CAPORAL, 1991, p. 34)

Ainda segundo este autor, o papel da extensão rural no desenvolvimento das políticas agropecuárias a partir de meados da década 1950 e das décadas de 1960 e 1970 foi configurado pela atuação do Estado no sentido de tornar o meio rural mais dinâmico e adequado aos fluxos do capitalismo agrário.

Em 1974, é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que, segundo Caporal (op. Cit.), “passa a ser o braço forte do Estado junto ao povo rural, empenhada que se mostrou em garantir o modelo modernizante/excludente que se desenvolvia no meio rural”. No transcorrer das décadas de 1970 e 1980, a extensão rural se desenvolveu alinhada ao projeto de modernização conservadora.

O apelo à modernização dos processos por meio da concessão do crédito e introdução massiva de maquinários, insumos e intensificação das atividades produtivas, demarca uma nova fase da extensão rural conhecida como *Difusionismo Produtivista* (1963-1984), perspectiva que caracterizou a Revolução Verde no Brasil. Acredita-se que foi nesta fase que o ethos extensionista foi consolidado, uma vez que se institucionalizou um perfil do profissional “que é adotado de norte a sul na formação de estudantes de ciências agrárias: um agente moldado para o controle e para a intervenção instrumental sobre a natureza e a sociedade.” (DIAS, 2007, p. 13)

Na concepção *Difusionista*, as relações estabelecidas entre os extensionistas e os agricultores são verticais e polarizadas, no topo da relação encontra-se o técnico, com seu saber “maior” cientificamente inquestionável e passivamente recebido, pelo agricultor, por processos de transferência fundamentados em monólogos.

A fase seguinte é denominada *Humanismo Crítico* (1985-1989) influenciada pelo fim do regime militar e progressiva abertura política. Sua principal característica era a “promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, é sujeito de suas ações como cidadão” (RODRIGUES, 1997, p. 127).

Os resultados alcançados com a perspectiva difusionista e produtivista no contexto da modernização proposto pela Revolução Verde não dão respostas para os desafios impostos pelas necessidades de produção agropecuária na perspectiva da escassez de recursos impostos pela crise socioambiental (CAPORAL et al., 2006).

Com a extinção da EMBRATER em 1991, a extensão rural brasileira é praticamente desmantelada e, sem os recursos federais, as atividades extensionistas passaram a depender de outras formas de financiamento; os Estados financiavam uma parte, mas foi preciso construir outras modalidades de oferta bancadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e organizações de agricultores.

Assim, se por um lado, observa-se o enfraquecimento do papel do Estado na garantia da ATER, por outro, é perceptível uma diversificação quanto às organizações, entidades e instituições atuantes nesta: ONGs, Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Associações, entre outros. Esta configuração mais diversificada de instituições e ações extensionistas torna-se propícia para a construção de novas concepções e práticas que fundamentam a ATER.

Os processos para retomada dos serviços de ATER pelo Estado ocorreram a partir do ano de 2003 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) quando foi instituído um grupo de trabalho formado por especialistas em extensão que elaboraram um documento-base denominado “Marco de Referência para uma Política Nacional de ATER”. Nesse contexto, foi realizada uma série de debates em audiências, encontros e seminários envolvendo representantes de órgãos governamentais, de diferentes movimentos sociais, prestadoras de ATER e de agricultores familiares.

O documento final resultante dos debates estabelece como missão da ATER:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004).

Observam-se significativas transformações em curso na ATER que contestam o modelo difusionista e suas concepções teórico-metodológicas, em especial o próprio conceito de desenvolvimento, o papel atribuído às instituições/organizações e dos agricultores familiares do/no campo e o próprio conteúdo da ATER, não limitando-a a conhecimentos técnicos.

Neste contexto, conforme expressa a própria lei n.º. 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, nesta a ATER é entendida como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (BRASIL, lei n.º. 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

O desafio posto à ATER, atualmente, é consolidar-se na forma interativa e preocupada com a construção da autonomia por parte dos extensionistas e dos agricultores familiares, promovendo a participação crítica e horizontal dos mesmos e o reco-

nhhecimento e a valorização dos saberes dos agricultores, de suas comunidades e das instituições/organizações locais.

A intervenção interativa e a promoção dos processos de produção agroecológicas, enquanto perspectiva de atuação mais adequada junto aos diferentes públicos e comunidades atendidas pela ATER, é uma premissa estabelecida atualmente nas políticas públicas. Nesse sentido, cabe destacar a relação direta entre ATER, diferentes formas de agricultura familiar, agroecologia e modos de vida associados.

A própria PNATER (MDA, 2004) aponta para o fato de que o desenvolvimento sustentável das populações do campo, conforme constatado ao longo das últimas três décadas, não pode ser alcançado somente por meio da transferência de tecnologias. Nesse sentido, esta política aponta para a transição agroecológica enquanto paradigma a ser construído.

O enfoque agroecológico parte da valorização do conhecimento local dos diferentes grupos sociais, dos agricultores familiares e se propõe a auxiliar no aprendizado das dinâmicas dos agroecossistemas, bem como contribuir com a compreensão das relações estabelecidas entre esses agroecossistemas e os aspectos socioculturais com vistas na consolidação do desenvolvimento das populações e grupos sociais em bases sustentáveis. De acordo com CAPORAL et al. (2006, p. 2) a Agroecologia pode ser compreendida enquanto:

Uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas [...] de maneira que passou a ser o principal enfoque científico da nossa época, quando o objetivo é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insustentáveis para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis.

A transição agroecológica pode ser potencializada, dentre outras formas, a partir da atuação dos extensionistas e demais atores e organizações que executem a política de ATER, tendo as MPs como ferramentas para promoção da tomada de consciência, da participação e de construção da autonomia de sujeitos e grupos sociais. Assim, a perspectiva das MPs e de orientação agroecológica exige novas posturas, conhecimentos e habilidades dos profissionais agentes de ATER (MDA, 2004).

Fundamentos da Participação e das Metodologias Participativas

Torna-se imperativo, ao discutir as MPs, problematizar o próprio conceito e fundamentos da Participação. Afinal, o que é participação? É possível falar em níveis de participação? Como estas discussões interferem no trabalho de ATER? Qual o nível de participação que queremos (ou devemos?) alcançar nestes trabalhos?

No seu sentido usual, a participação expressa uma vasta gama de concepções e práticas. Em muitas situações, a falta de uma definição mais precisa do que é a Participação e dos processos necessários para sua garantia acabam por comprometer sua

efetiva implementação. Na prática, a participação pode ser compreendida de forma bem elementar, e/ou ocultar concepções e práticas baseadas na manipulação e mesmo coerção.

Importante compreender que a participação não é simplesmente um instrumento para a resolução de problemas, ela representa uma necessidade humana. “É o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1994, p. 16). Podemos afirmar que a palavra participação vem da palavra parte: “Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, op. cit. p. 21).

Conceber que a participação pode dar-se em diferentes níveis de envolvimento e autonomia dos sujeitos e grupos é importante para elucidar os sentidos, os percursos metodológicos e as finalidades dos trabalhos que se propõem a desenvolver. Nesse contexto, a classificação elaborada por Arnstein (2002) é bastante esclarecedora, como se observa a seguir:

Maior nível de participação	8	Controle Cidadão	Níveis de Poder Cidadão	Nestes níveis de participação o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.	
	7	Delegação de Poder			
	6	Parceria			Parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder.
	5	Pacificação	Níveis de Concessão Mínima de Poder	A pacificação consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final.	
		4			Consulta
		3			Informação
	2	Terapia	Não Participação	Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam "educar" ou "curar" os participantes.	
	Menor nível de participação	1			Manipulação

Tabela 1.
Fonte: Adaptado de ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE*, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

A história de constituição da Extensão Rural no Brasil e as experiências de execução das ações de ATER a partir da proposição do “Marco de Referência para uma Política Nacional de ATER” tem possibilitado e potencializado o desenvolvimento das MPs enquanto perspectiva metodológica que instrumentaliza a ação extensionista fundamentada no diálogo (FREIRE, 1971), em contraposição à perspectiva difusionista e produtivista.

As MPs surgem na década de 1970 a partir de intervenções de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Governamentais europeias em países da África e Ásia tendo sido denominados Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) (PEREIRA,

2001). No Brasil, essas propostas de MPs foram incorporadas como forma de intervenção, principalmente por ONGs nas décadas de 1980 e 1990. Brose (2001) destaca que, a partir da década de 1990, as MPs são incorporadas por programas e projetos de desenvolvimento, instrumento de pesquisa-ação no campo socioambiental e assessoria a movimentos sociais.

Ao longo das duas últimas décadas, as ações de intervenção participativa orientadas pelas Metodologias Participativas são reconhecidas enquanto instrumento metodológico que possa mediar⁵, orientar a intervenção baseada em seus princípios éticos, reconhecer valores e elementos culturais (PEREIRA, 2001). Além disso, Chambers e Guijt (1995) destacam que as MPs possibilitam o levantamento de informações qualificadas em processos de mediação social, pois surgem questionamentos a respeito da banalização destes métodos, bem como os princípios e objetivos que orientam as equipes que "fazem uso" dessas propostas de intervenção social no campo.

As ações de ATER envolvem uma grande diversidade de atores sociais e organizações, que se orientam por diferentes perspectivas de intervenção social, perpassando a ação extensionista fundamentada no diálogo e na construção da autonomia pelos sujeitos e grupos sociais o que se contrapõe à perspectiva "difusionista e produtivista", ainda muito presente no campo brasileiro atualmente.

Neste contexto, é possível observar que a atuação dos extensionistas é perpassada por disputas sociais no campo ideológico e simbólico, conforme aponta Bourdieu (1996, p. 61-62) em sua concepção de "Campo", no qual se produzem *habitus*, de maneira que se denomina "um conhecimento adquirido e também um haver [...] indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim de um agente em ação [...] espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço". No *habitus* dos profissionais agentes de ATER, a contraposição entre as premissas de se "os agricultores são agentes de conhecimento" ou se "os agricultores são apenas receptores de conhecimentos/informações transmitidas pelos agentes de ATER" fundamentam a prática desses agentes em direções opostas no que tange aos processos de participação popular e de construção de conhecimento.

Na PNATER as MPs (BRASIL, 2004) constituem-se enquanto instrumentos educativos na mediação de conhecimentos e construção de propostas e ações que viabilizem as condições de exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida das populações do campo de forma a superar os problemas e limitações advindos das propostas de intervenções autoritárias, verticais, tecnicistas e difusionistas.

Essas perspectivas, tanto no campo da ação dos profissionais agentes de ATER quanto no campo da pesquisa junto às populações do campo, também podem se apresentar sob duas formas, conforme aponta COELHO (2014): a intervenção "formal" ou a "participativa". A perspectiva "formal" assemelha-se aos "surveys", centrada em relações verticais e assimétricas entre os atores sociais (profissionais agentes de ATER e agricultores). Essa aponta para a superioridade do conhecimento acadêmico em relação às demais formas de conhecimento e na aplicação de questionários no levantamento de informações. Já a perspectiva participativa busca superar os impasses das intervenções formais, tendo como ponto de partida o cotidiano, a dinâmica de organização

⁵O termo mediador, segundo OLIVEIRA e SILVA (s/d), o conceito de mediador social é um termo analítico que vem sendo utilizado para na compreensão "do papel que desempenha aquele agente que se relaciona com diferentes espaços sociais, transcodificando informações e interligando estes espaços, influenciando, dessa forma, nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão a ele vinculados."

dos grupos sociais e sujeitos que participam desde o momento de problematização e diagnóstico até os momentos de planejamento e avaliação das ações (FREITAS et al., 2007).

A perspectiva da intervenção que orienta o trabalho das equipes de ATER deve ser fundamentada na participação social e ação comunicativa⁶. As equipes de agentes de ATER necessitam ser pensadas desde as concepções que orientam as ações dos técnicos (participativa/interativa versus difusionista/produtivista), a constituição no que tange aos aspectos de gênero, geração, inter e transdisciplinaridade (valorizar e incorporar no trabalho das equipes agentes que detenham conhecimentos e experiências do campo da vida, não restritas a habilidades reconhecidas e apropriadas por um processo de educação formal), as experiências na mediação de processos participativos, as limitações e recursos disponíveis, até outros tantos aspectos relativos às situações e contextos.

Assim, o papel das equipes de agentes de ATER é “intervir enquanto mediadora partindo de capitais (simbólicos, culturais, políticos, sociais) e do poder da legitimidade confiada por uma organização e/ou instituição, consolidar o chamado ‘meio de campo’, o equilíbrio, a consolidação em meio às divergências de interesses posto no campo social” (FREITAS et al., 2007). De acordo com PEREIRA (2000, p. 9), para a constituição da equipe de forma transdisciplinar enquanto grupo de mediação, bem como “para um bom desempenho da equipe, faz-se necessário que seus membros sejam capacitados em termos teórico-metodológicos, além de contemplar a criatividade, iniciativa e capacidade de mobilização”.

É possível compreender as Metodologias Participativas como instrumentos fundamentais para consolidação da ATER e promoção da participação popular, com vistas na construção de novos conhecimentos necessários para sustentabilidade socioambiental, a promoção da Agroecologia e da agricultura familiar junto à diversidade de grupos sociais e atores sociais do/no campo. Entretanto, para isso, os agentes de ATER necessitam se apropriar das MPs enquanto instrumento metodológico orientador das intervenções de modo a compreender as práticas e valores culturais, bem como as formas de organização dos agricultores.

A capacitação dos agentes de ATER nos aspectos teóricos e metodológicos inerentes às MPs se constitui em uma ação fundamental para a efetivação das práticas de intervenção participativas e construção de processos autônomos junto aos agricultores familiares (PEREIRA, 2001). Ao avaliar o uso das MPs, Guijt (2007) destaca que essas têm avançado na superação dos problemas no âmbito da banalização das mesmas. Tal preocupação também é manifestada por COELHO (2014) ao destacar o domínio das MPs e o uso destas enquanto instrumento de intervenção, coleta de informações e entrosamento com os grupos atingidos por estas, podem revelar dois sentidos das MPs, quais sejam: mediar como questionamento ou como manutenção de formas de dominação e exclusão.

Constata-se que a concepção que os agentes de ATER têm das MPs e a apropriação por parte desses das concepções e fundamentos das MPs são as questões centrais da efetivação da participação popular nos processos de intervenção social no âmbito das

⁶Teoria da Ação Comunicativa conforme proposto por Habermas (apud FREITAS, 1985, p. 135) incorpora os processos de diálogo como elemento central para a ação comunicativa plena. No contexto das intervenções participativas, a capacidade dos mediadores de descentração (diálogo) é condição básica para o processo pesquisa, planejamento e ação fundamentada na perspectiva Participativa junto aos grupos sociais. Para Habermas, “O ator ‘competente’ que coordena suas ações e busca o entendimento através da ação comunicativa é o sujeito autônomo, socializado, comunicativo (em suma ‘descentrado’), cujas estruturas lógicas e de consciência foram se construindo enquanto atuava sobre o mundo dos objetos (interiorização de ações) e interagiu com outros sujeitos no mundo social (interiorização ou

ações de extensão rural. Associadas a estas questões se articulam as características e habilidades pessoais dos membros de tais equipes de ATER, em especial a capacidade de “ouvir e se colocar no lugar do outro”, entenda-se o outro, os grupos sociais e agricultores inerentes à diversidade de grupos atendidos pela PNATER.

Possibilidades de Utilização de Metodologias Participativas na ATER

As discussões relacionadas à utilização de MPs na ATER, em geral, apontam para diferentes nomenclaturas e siglas que estas podem assumir, dentre as quais podemos apontar:

- Diagnóstico Participativo (DP);
- Diagnóstico de Desenho;
- Diagnóstico Rápido Participativo (DRP);
- Diagnóstico Rural Participativo (DRP);
- Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE);
- Diagnóstico Rápido Participativo Ambiental (DRPA);
- Diagnósticos Rápidos de Sistemas Rurais (DRSR).

No geral, utilizaremos a denominação Metodologia Participativa ou Diagnóstico Rápido/Rural Participativo (DRP) na tentativa de abranger a diversidade de novas metodologias que vêm surgindo a cada dia. Neste sentido, Chambers (1994, p. 953) define DRP como “uma família crescente de enfoques e métodos dirigidos a permitir que a população local compartilhe, aumente e analise seus conhecimentos sobre a realidade, com o objetivo de planejar ações e atuar nesta realidade”.

Tratando do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), de acordo com Pereira e Little (2000, p. 1):

Sua metodologia é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. Constitui um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e possíveis soluções a partir da interação dialógica entre os seguintes atores sociais [...]

Para a compreensão dos DRPs é importante estar atento para as seguintes observações quanto aos DRPs:

- Não se trata de um receituário a ser aplicado a qualquer realidade – os DRPs envolvem um conjunto de metodologias que devem ser utilizadas, considerando, sobretudo, sua finalidade, seus sujeitos e contextos locais.

assimilação da fala e dos pontos de vista dos outros), levando-o a reorganizar (acomodação) suas estruturas cognitivas ou esquemas (relação com o mundo subjetivo).” (apud FREITAG, 1985, p. 135).

- Os DRPs não são simples dinâmicas para tornar as intervenções mais “animadas” – como um conjunto de métodos os DRPs expressam um conjunto racional de etapas, sistematicamente ordenadas para alcançar determinadas finalidade;

- Sua utilização não está limitada apenas ao diagnóstico de realidades ou problemas – as metodologias dos DRPs podem ser utilizadas no diagnóstico e tomadas de consciência de situações-problema, de oportunidades e outros que devem ser enfrentados. Mas também como instrumento para planejamento, monitoramento e avaliação nos processos de desenvolvimento socioambiental.

- Os DRPs não são limitados aos espaços rurais – Estes cada vez mais têm sido utilizados em outros contextos sociais, inclusive em processos de gestão e planejamento estratégico no campo corporativo/empresarial.

- São flexíveis na medida em que ao longo dos processos de intervenção as propostas metodológicas planejadas anteriormente são reavaliadas e replanejadas de acordo com as situações e contextos socioambientais que se apresentam.

Algumas Metodologias Participativas e suas formas de utilização

Existem muitas MPs de utilização consolidadas entre os extensionistas, conforme as propostas metodológicas e referências já apontadas anteriormente. A seguir, serão apresentadas algumas dessas metodologias enquanto instrumentos metodológicos que promovem a ação extensionista na perspectiva interativa.

MAPEAMENTO: Metodologia utilizada para mapear e identificar os espaços de vida e as interações das dinâmicas socioambientais e produtivas estabelecidas pelos diferentes grupos sociais envolvidos nas diferentes formas de intervenção.

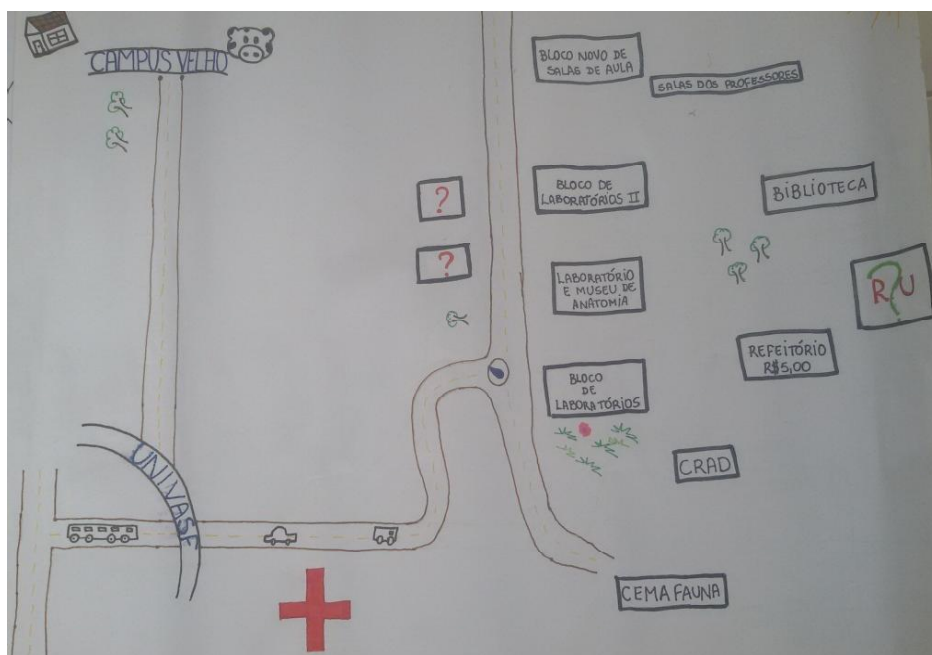


Figura 1. Representação da metodologia “Mapeamento” construído com estudantes de Medicina Veterinária durante prática de Metodologias Participativas realizada na disciplina de Extensão Rural (2013).

LINHA DO TEMPO: Metodologia que busca resgatar fatos e processos históricos que colaboraram para a construção de um diagnóstico e avaliação de processo socioambiental ao longo do tempo referente a um determinado grupo, entidade e processo socioambiental. Trata-se de uma metodologia que promove a tomada de consciência crítica pertinente à história e à realidade vivida por um determinado grupo social, o que possibilita apontar os caminhos a serem seguidos em processos de planejamento participativo.



Figura 2. Síntese gráfica da aplicação da metodologia “Linha do Tempo” referente à “Linha do Tempo da Convivência com o Semiárido” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

ROTINA DIÁRIA: Essa metodologia permite caracterizar e compreender as dinâmicas de atividades diárias de organizações, grupos, famílias e diferenças entre gênero, geração e outras abordagens. Essa caracterização possibilita avaliar e planejar ajustes nas dinâmicas e distribuição de atividades e atribuição de responsabilidades de formas mais equânimes e equilibradas.

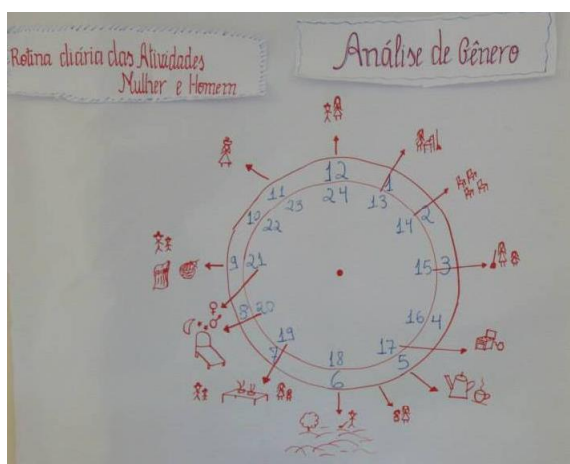


Figura 3. Simulação da metodologia “Rotina Diária” elaborada durante formação promovida junto à turma de Especialização em “Metodologias Participativas aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e

DIAGRAMA DE VENN: Possibilita avaliar o conjunto de organizações e instituições que são mais ou menos importantes para um determinado grupo, organização e/ou comunidade, bem como avaliar a dinâmica de atuação dessas instituições junto ao grupo foco da intervenção. Ao final dessa atividade, é possível identificar e compreender a dinâmica de articulação do grupo em questão com os parceiros mais atuantes, além de apontar para a necessidade de buscar aproximar organizações importantes que se encontram distantes na atuação junto ao grupo/comunidade em questão.

Extensão Rural” (Sertão Agroecológico/PROEX/ CAPES Novos Talentos, 2015).



Figura 4 (A e B). Simulação de aplicação da metodologia “Diagrama de Venn” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

CALENDÁRIO SAZONAL: Essa metodologia permite construir o calendário das atividades sócio-produtivas desenvolvidas por um determinado grupo, organização e famílias ao longo do ano. Nesse sentido, durante a discussão é possível compreender os fatores que determinam a distribuição das atividades durante os meses do ano, bem como apontar possíveis ajustes nessas dinâmicas a partir da compreensão e objetivos estabelecidos pelo grupo envolvido na intervenção.



Figura 5. Simulação de aplicação da metodologia “Calendário Sazonal” elaborado durante formação promovida junto à turma de Especialização em “Metodologias Participativas aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural” (Sertão Agroecológico/PROEX/ CAPES Novos Talentos, 2015).

REALIDADE DESEJO: Trata-se de uma metodologia utilizada para encaminhar o processo de planejamento de modo a se aprofundar nos aspectos que interferem na vida das pessoas do grupo envolvido na intervenção, sejam eles positivos ou negativos. A partir da caracterização da realidade, discute-se o desejo do grupo, ou seja, onde se pretende chegar no que tange a um determinado aspecto da vida/dinâmica desse grupo. Assim, parte-se para o detalhamento do processo, ou seja, ações, atribuições de responsabilidades, prazos e recursos necessários para que o desejo do grupo se concretize.

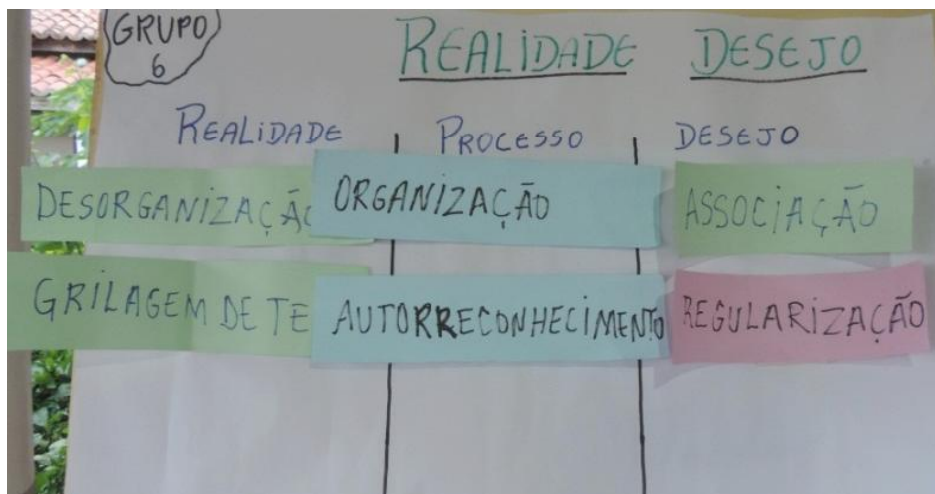


Figura 6. Simulação de aplicação da metodologia “Realidade – Desejo” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

FOFA: Metodologia de diagnóstico e avaliação de processos socioambientais e produtivos referentes a um determinado grupo social, organização e instituição. A partir dessa metodologia é possível identificar as Fraquezas, as Oportunidades, as Fortalezas e as Ameaças (FOFA) que interferem na dinâmica do grupo envolvido no processo de diagnóstico/intervenção. A partir dos debates, é possível avaliar e planejar estratégias que potencializem as ações e objetivos e metas determinadas pelo referido grupo, foco da intervenção.

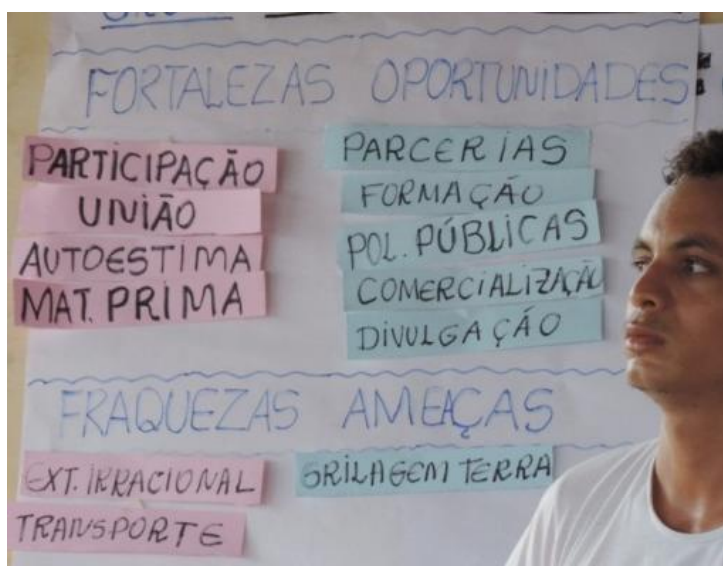


Figura 7. Simulação de aplicação da metodologia de planejamento “FOFA” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica Participativa Agroecológica” (Sertão Agroecológico/MDA/SAF/PROEX, 2015).

ÁRVORE DE PROBLEMAS: Trata-se de uma metodologia utilizada para aprofundar a compreensão de um determinado problema identificado durante discussões e atividades diagnósticas realizadas anteriormente com um determinado grupo. Assim, elege-se um determinado problema identificado como chave e discutem-se as causas e efeitos advindos desse problema. A tomada de consciência das relações de causa e efeito possibilita um planejamento mais adequado para a resolução dos problemas do grupo envolvido na intervenção.



Figura 8 (A e B). Simulação da metodologia “Calendário Sazonal” elaborado durante formação promovida junto à turma de Especialização em “Metodologias Participativas aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural” (Sertão Agroecológico/PROEX/CAPES Novos Talentos, 2015).

ELEIÇÃO DE PRIORIDADES: Essa metodologia possibilita o exercício dos processos democráticos decisórios no conjunto dos grupos sociais envolvidos na intervenção. A partir de demandas identificadas durante o Diagnóstico Participativo, realizado junto a um determinado grupo, instituição e comunidade é possível construir critérios e parâmetros para uma eleição de prioridades dos problemas e ações a serem priorizados na busca por soluções por interferirem na dinâmica dos grupos envolvidos na intervenção. Nesse sentido, é possível estabelecer pesos diferenciados e a partir dos acordos com os grupos, propor uma eleição de modo a se eleger, no conjunto do grupo foco da intervenção, quais as demandas serão priorizadas a partir da votação obtida após apuração dos resultados da Eleição de Prioridades.



Figura 9. Simulação de aplicação da metodologia de planejamento “ELEIÇÃO DE PRIORIDADES” elaborado durante Formação de Agentes de ATER do IRPAA e IPA em “Intervenção Sociotécnica”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da PNATER, enquanto uma política que promove a participação cidadã na construção dos projetos sócio-produtivos em bases sustentáveis, demanda o avanço na compreensão e ações efetivamente participativas. Assim, faz-se necessário trabalhar os processos formativos de agentes de ATER (agricultores, técnicos, lideranças e assessores) em Metodologias Participativas.

A promoção das Metodologias Participativas junto aos agentes de ATER se constitui em processo fundamental na promoção da Agroecologia e superação das limitações das abordagens Assistencialista, Difusionista e Produtivista que caracterizaram a proposta de estabelecimento das relações capitalistas de produção no campo que impulsionaram a Revolução Verde.

A valorização do conhecimento popular, construção do conhecimento e manejo dos agroecossistemas locais em bases agroecológicas partem do pressuposto de uma intervenção sócio-técnica participativa. Nesse sentido, a premissa do diálogo entre agentes de ATER é fundamental na construção de novos conhecimentos e práticas no campo da Extensão Rural.

O uso das Metodologias Participativas demanda formação, exercício prático, sensibilidade, criatividade e capacidade de síntese na organização das ideias e propostas elaboradas durante as discussões. Além disso, a ação participativa demanda dos agentes técnicos de ATER o compromisso com as implicações técnicas, éticas e políticas com os grupos sociais envolvidos nas intervenções.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, José Marcondes et. al. (Org.). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 311p.

BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CAPORAL, F. R. A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTIN, I. L.; PIES, N.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p. 174-208. (Praxis, 5).

CHAMBERS R.; GUIJT, I.. **DRP, cinco años despues. ¿Donde nos encontramos?** *Forests, Trees and People Newsleter*, n. 26/27, 1995. 23 p.

COELHO, France M. Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos.** Viçosa: Editora UFV, 2005. (Revisado e ampliado em 2014).

DIAS Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. *Revista Oikos*, Viçosa, v. 18, n.2, p.11-21, 2007.

DRUMOND, M. A.; GIOVANETTI, L.; GUIMARÃES, A. **Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades.** Brasília: MMA, 2009.

EMATER-MG. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR.** Belo Horizonte: Emater-MG, 2006. 41 p.

FARIA, A. A. C.; NETO, P. F. **Ferramentas do diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo.** Brasília: MMA; IEB, 2006.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192 p. (Coleção Educação Popular, n. 3).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREITAG, B. Um confronto: Piaget e Habermas. In: _____. **Piaget: encontros e desencontros.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 160 p.

GUIJT, I. **Diagnóstico Rural Participativo: uma visão geral.** Palestra proferida em Viçosa/MG. Maio de 2007.

OLIVEIRA e SILVA, Marcelo Kunrath. **A dimensão do poder nos processos de mediação: o caso da agricultura ecológica.** Disponível em: <<http://www.alasru.org/cda-lasru2006/15%20GT%20Valter%20LOliveira%20e%20MKSilva.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2006.

PEIXOTO, Marcus. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas.** 2009. 331 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação.** Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal. Outubro de 2008. 40 p.

PEREIRA, J. R. **Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais.** *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras. v. 4, n. 2, jul./dez. 2001. 10 p.

PEREIRA, J. R.; LITTLE, P. E. **DRPE** – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília. 2000. (mimeo).

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RUAS, E. D. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Emater-MG, 2006.

SANTOS, Amanda Farias dos; LUSA, Mailiz Garibotti. Política agrária: extensão rural e serviço social, a equação possível. **Temporalis**, [S.l.], v. 2, n. 28, p. 243-273, nov. 2014.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIEBRANTZ, K. P. M. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Revista Grifos**, n. 25, dez. 2008

WEINSTEIN, A. L.; CAVALLARI, C. D.; CINTRA, E.; INGLES, E.; COELHO, G. A.; JUNIOR, O. V. **Diagnóstico Comunitário Participativo: manual de ferramentas**. Reino Unido: DIFD, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 30 maio 2015.

Aprovado em: 20 jun. 2015.

A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: Utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro

Eucilene Rodrigues Pita¹
Licia Regina Gonzaga do Nascimento²
Telma Coimbra Brandão³

¹Atua como Técnica em Metodologia e Extensão Rural nos perímetro de Irrigação Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro no município de Petrolina-PE. Graduada em Serviço Social pela UEPB, pós-graduada em Saúde Pública pela FACISA e Gestão Ambiental pela EEEM-BA, atualmente aluna do curso de especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural. E-mail: eucilene.pita@gmail.com

²Atua como Técnica em Metodologia e Extensão Rural no Perímetro de Irrigação Nilo Coelho, no município de Petrolina-PE. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, com Especialização em Recursos Humanos com ênfase em Gestão de Pessoas, Especialização em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos e atualmente

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre políticas públicas direcionadas aos agricultores e agricultoras familiares dos Perímetros de Irrigação Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro no município de Petrolina – PE. A ação do extensionista junto a este público busca sintetizar historicamente a agricultura familiar, fazendo uma breve contextualização dos perímetros irrigados em foco. Apresenta também uma proposta de evidenciar os benefícios e entraves vivenciados por esses/as agricultores/as familiares e suas organizações nos programas PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Nessa conjuntura serão apresentadas algumas proposições que apontam caminhos para a execução do acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas; ATER e Perímetros Irrigados Nilo Coelho; Área Maria Tereza e Bebedouro.

The Effectuation of Rights to Public Policies for Family Agriculture: Utopia or Reality? A Look at the Nilo Coelho Perimeters, Maria Tereza Area, and Bebedouro

ABSTRACT

This paper presents a study on public policies directed at farmers and smallholders farms of the Nilo Coelho Irrigation Perimeter, Maria Tereza and Bebedouro areas on the city of Petrolina – PE. The action of the extensionist with this audience seeks to historically synthesize the family agriculture, with a brief contextualization of the irrigated perimeters in focus. It also presents a proposal to highlight the benefits and barriers experienced by these family farmers and their organizations in PNAE – National School Feeding Program and PAA – Food Acquisition Program. At this juncture we will present some propositions that indicate avenues for the implementation of access to public policies.

Keywords: Family farm; Public policies; ATER and Irrigated Perimeters Nilo Coelho; Maria Tereza and Bebedouro Areas.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema **A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro**. Fundamentando-se em leis que caracterizam a agricultura familiar e as políticas públicas de apoio ao fortalecimento desse segmento, esse trabalho tem dentre seus propósitos o de apontar para os benefícios e entraves vivenciados por agricultores familiares dos Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, no que diz respeito ao acesso e/ou à falta desse a algumas políticas públicas, em destaque o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. O referido texto foi feito a partir de um recorte de informações levantadas junto a agricultores/as, representantes de organizações, gestor de um desses programas, e da vivência de profissionais da ATER, que atuam nesses Perímetros.

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são realizadas de forma descentralizada, o que oportuniza uma maior participação da população rural, fortalecendo as unidades produtivas no âmbito da produção, comercialização, organização e questões ambientais. Neste contexto os agricultores familiares dos perímetros irrigados apresentam, ainda, um déficit no envolvimento junto aos órgãos que trabalham as deliberações dessas políticas, dificultando o acesso e empoderamento de seus direitos enquanto homens do campo. Por outro lado, há uma falha, por parte das instituições executoras, na execução dessas políticas, seja por conta da burocratização ou pela limitação no planejamento. Com isso ocorre uma descredibilidade por parte dos agricultores da área irrigada e conseqüentemente o afastamento desses para acessar tais políticas. Frente a essa realidade será proposta aos leitores uma reflexão acerca da realidade da agricultura familiar dos perímetros irrigados, na qual se entende como uma proposta de mudança a participação mais ampla desse grupo nos conselhos gestores e sua efetivação como sujeito político, entendedor de seu papel enquanto agente transformador de sua realidade social.

A metodologia usada foi a pesquisa documental, coleta de informações junto a agricultores/as e representantes de algumas organizações dos citados Perímetros, a técnicos da ATER e da Prefeitura Municipal de Petrolina, IPA – Instituto de Pesquisa e Sindicato Rural, sendo utilizadas entrevistas semiestruturadas.

O trabalho está dividido em três partes: na primeira, foi feito um breve histórico sobre as políticas públicas, dando enfoque às voltadas para agricultura familiar; na segunda, um relato sintetizado sobre a agricultura familiar no Brasil e seu processo de conquistas; no terceiro, a contextualização dos Perímetros Irrigados Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, mostrando a ação do Extensionista junto a esse público, finalizando com proposições que poderão contribuir para o acesso efetivo às políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de propor uma reflexão acerca de melhorias no processo de ingresso às políticas públicas, é importante conhecer conceitos sobre políticas públicas

aluna do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, na UNIVASF. E-mail: liciagonzaga2@hotmail.com.

³Assistente Social, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, pós-graduada em Gestão de Pessoas e Relações Humanas pela Escola de Engenharia de Agrimensura de Salvador – BA. Extensionista, atua como Técnica em Metodologia e Extensão Rural no Perímetro de Irrigação Nilo Coelho, município de Petrolina-PE, atualmente aluna do Curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, realizado pela UNIVASF – Universidade do Vale do São Francisco. E-mail: telmacoimbrando@gmail.com.

e agricultura familiar e buscar caminhos que promovam a inclusão nos espaços que contribuam para o fortalecimento dos agricultores familiares e suas organizações.

No conjunto de direitos dos agricultores familiares, a ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural é um desses e se configura como instrumento facilitador para o conhecimento de direitos e meios de acesso a políticas públicas.

A seguir será apresentada uma abordagem sobre políticas públicas para agricultura familiar, agricultura familiar no Brasil, e uma contextualização sobre os Perímetros de irrigação Bebedouro, Nilo Coelho e área Maria Tereza.

Políticas públicas no contexto da agricultura familiar

As Políticas Públicas como área de conhecimento vêm sendo estudadas por diversos autores nas áreas acadêmicas, envolvendo o campo da interdisciplinaridade. Podendo ser entendidas como o conjunto de ações desenvolvidas através de planos e programas governamentais nas esferas públicas e privadas voltadas à intervenção das demandas da sociedade civil organizada, com enfoque nas diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal.

Segundo Souza (2006) na área do governo, a introdução das políticas públicas se inicia na Guerra Fria como ferramenta das decisões do governo e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos Estados Unidos foi Robert McNamara que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental.

Souza (2006), em seu artigo sobre políticas públicas: uma revisão literária, cita Lowi (1964), que ressalta que a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro, das políticas **distributivas**, nas quais as decisões são do governo, desconsidera a questão dos recursos limitados, seu foco é mais individual do que universal. O segundo é o das políticas **regulatórias**, estas políticas são mais visíveis ao público, pois envolvem a burocracia, os políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas **redistributivas**, as chamadas políticas universais como sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas **constitutivas**, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

As políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar são implementadas a partir dos anos 1990, no governo Collor. Esta conquista se fez oriunda de movimentos sociais de agricultores e vem trazendo um grande desenvolvimento socioeconômico para a área rural.

As principais políticas acessadas pelos agricultores nos Perímetros em foco estão abaixo mencionadas e resumidamente comentadas:

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar aparece como pioneira. Criada em 1995, é um programa de crédito que permite acesso a financiamento e custeio para

o desenvolvimento da agricultura familiar. Este Programa foi uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas, tendo como proposta principal: a sustentabilidade dos agricultores, o desenvolvimento local e a permanência do agricultor e seus familiares no campo.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Surgida na década de 1940 no contexto da política do pós-guerra. Em 2003 inicia o processo de construção da PNATER – Política Nacional de ATER que tem como objetivo implantar e consolidar estratégia para o desenvolvimento rural sustentável estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho para os agricultores familiares. É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.

PAA – Programa de Aquisição de Alimento, criado em 2003 através das ações do FOME ZERO e tem como propósito atender a população que se encontra em situação de vulnerabilidade em insegurança alimentar de forma descentralizada.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, como política pública foi consolidado em 2009, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho, que dá direito a agricultura familiar oferecer no mínimo 30% de seus produtos destinados para a Alimentação Escolar.

Agricultura familiar no Brasil

Com o advento da lei 11.326/2006, que institui as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil, os agricultores/as no Brasil tiveram importantes conquistas visto que esse dispositivo legal reconhece a importância social e econômica da agricultura familiar por meio de políticas públicas permanentes, seja de crédito, assistência técnica, comercialização de seguro agrícola e igualdade, respeitando os aspectos de gênero e etnia.

O Art. 3º. da Lei da agricultura familiar considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Fornazier (2014), a partir da implantação desta lei, mudanças ocorreram, evidenciando alguns destes avanços tais como: a agricultura familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo e se encerram as dúvidas sobre a sua conceituação legal; garante a participação de agricultores e agricultoras familiares na formulação e implementação das políticas; as relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social; Os órgãos governamentais

podem adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício do setor, para além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Embora o PRONAF tivesse outros objetivos, como a comercialização e a infraestrutura, teve um papel importante no crédito rural. Possibilitou que muitos agricultores que antes não participavam das linhas oficiais de financiamento do crédito rural passassem a utilizar dos recursos com a menor taxa de juros praticada no mercado.

O gráfico abaixo (Gráfico 1) mostra o avanço nos recursos disponibilizados para o PRONAF:

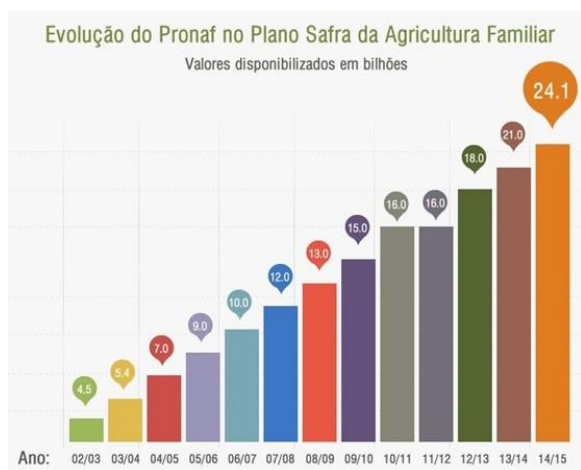


Gráfico 1.
Fonte:
MDA (2014).

O gráfico começa em 2003, quando o governo federal lança o Plano Safra da Agricultura Familiar,

[...] porém, mesmo antes já existiam recursos destinados à agricultura familiar. Estes foram disponibilizados nas safras 1999/2000, 2000/2001 e 2001/2002: R\$ 3,28, 3,98 e 4,20 bilhões, respectivamente. Assim, entre o valor disponibilizado no período de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o de Lula, ou seja, 2002/2003 e o destinado para a safra atual (2014/2014) houve um aumento de mais de 5 vezes. (FORNAZIER, 2014)

Mesmo o valor disponibilizado sendo crescente, há problemas de concentração de recursos em algumas culturas, grupos de agricultores (pois, os recursos são segmentados por grupos dentro da agricultura familiar – linhas do PRONAF) e regiões. A partir do PRONAF, em 2006, por meio da Lei n.º. 11.326 se estabelece a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”.

Dentro desse contexto de viabilizar recursos e fortalecer a agricultura familiar, em 2003 é criado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) por meio da Lei n.º. 10.696, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Este Programa representou uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem sua produção de forma direta ao seu público (instituições com insegurança alimen-

tar) com um preço justo. Os alimentos que são adquiridos da agricultura familiar além de contribuir para a segurança alimentar de diversas instituições é um complemento de renda para muitos agricultores familiares.

Endossando essa afirmativa, o Gestor | Municipal do PAA, em Petrolina, diz:

[...] com o PAA a gente percebe que muita coisa mudou, fora as instituições que recebem os produtos as pessoas também demonstram interesse em receber. O preço praticado pelo programa é bem melhor que o praticado por terceiros, ou seja, pelo atravessador.

Há diversos estudos que relatam a inclusão de atores sociais mais excluídos como assentados de reforma agrária no PAA, ou seja, é uma política que tem uma função de fornecer renda aos agricultores familiares, especialmente aos excluídos dos mercados.

O Gráfico 2, reproduzido abaixo, mostra a evolução dos recursos aplicados no PAA. Como as compras têm modalidades diferentes – para a formação de estoques estratégicos ou para doações –, os valores estão agregados.



Gráfico 2.
Fonte:
MDA (2014).

Assim, a evolução de recursos para as compras governamentais do PAA foi crescente até 2012, inserindo mais agricultores familiares. Esse programa representa um modelo de programa que vem sendo difundido por meio de cooperação internacional para outros países, principalmente para a África e outros países da América Latina.

Os alimentos que são adquiridos da agricultura familiar contribuem para a segurança alimentar e ao mesmo tempo o programa é importante fonte de renda para muitos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que foi criado anteriormente ao PAA segue a mesma lógica, foi criado o mecanismo de compras para este programa abrindo oportunidade para os agricultores familiares, além da melhoria da alimentação servida nas escolas.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para compras da agricultura familiar. No Brasil, os 30% representam cerca de 1 bilhão de reais.

As compras em grande parte são realizadas pelos estados e municípios por meio das chamadas públicas com preços definidos nos mercados locais. Isso representa uma grande oportunidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, assim como nas grandes cidades.

Mesmo sendo uma Lei de 2009, nem todas as prefeituras conseguiram ainda realizar as compras da agricultura familiar. Alguns estudos relatam muitas dificuldades tanto por parte de quem recebe esses produtos, assim como para quem comercializa. No município de Petrolina, segundo o Gestor do PAA, um dos maiores entraves para operacionalização do programa chama-se “logística”.

O Sr. Dario, gestor do PAA no município de Petrolina-PE, quando inquirido sobre a maior dificuldade relacionada à operacionalização do PAA no município relatou:

[...] a maior dificuldade é operacional, é logística. O município detém um recurso do Ministério para estar comprando do agricultor familiar. Só que a logística quem tem que arcar é o município e trabalhamos com limitação muito grande de recurso para essa logística, para essa operacionalização. Então eu tenho um recurso muito bom para comprar; não posso tirar um real para um carro, para um profissional, enfim isso o município tem que arcar, talvez alguém possa entender como uma contrapartida, só que não é. Quando a gente trabalha com termo, não trabalha com contrapartida, nós temos uma área geográfica muito extensa e a gente precisa tá in loco, precisa visitar, precisa conhecer a realidade desses produtores... a logística para eu chegar até ele, eu preciso ter um carro, preciso ter um técnico, então tudo passa pela logística.

Esses entraves podem ser sanados com base em ações conjuntas ou políticas públicas auxiliares. Além disso, há a necessidade de vontade política dos executores das políticas públicas, principalmente os estados e municípios, assim como uma maior participação dos atores sociais na discussão das demandas, fiscalização, etc.

Assim, os avanços do governo federal, principalmente no crédito rural e criação de mercados institucionais, foram expressivos, mas requerem ações em outras áreas, desde investimentos conjuntos na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que vem sendo aperfeiçoada aos poucos, até infraestrutura, educação, organização social.

Principalmente, cabe a junção de esforços e trabalhos em conjunto entre sociedade civil, prefeituras e estados. Dessa forma, houve expressivo avanço tanto no crédito rural, mercados institucionais, quanto na criação de outros programas (Seguro Rural da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Territórios da Cidadania, entre outros).

Porém, para que a política saia do nível de criação e chegue aos beneficiários, são necessárias parcerias entre os entes federativos e suas organizações. Outras ações ou políticas podem não ter avançado tanto, o que mostra que algumas políticas ainda estão no embate de ideias e conflitos (inclusive dentro do próprio governo), algo presente nos diversos níveis das políticas públicas.

Contextualização dos perímetros de irrigação Bebedouro, Senador Nilo Coelho e área Maria Tereza

Os Perímetros de irrigação Bebedouro, Senador Nilo Coelho e área Maria Tereza estão localizados no município de Petrolina-PE, sendo que parte do Perímetro Senador Nilo Coelho, localiza-se no município de Casa Nova- BA.

A população desses perímetros, baseado na proporção de cinco pessoas para cada residência, apresenta aproximadamente 68.000 habitantes, estando a maior concentração no Nilo Coelho (Dados do relatório de ATER– PLANTEC- 2010).

Esses perímetros, principalmente o Bebedouro e Nilo Coelho foram concebidos com o propósito de trabalhar a agricultura familiar, tendo a produção de culturas anuais como principal forma de produção, porém foi introduzida a fruticultura que atualmente é predominante.

No Artigo de Ortega e Sobel é colocado o pensamento de Graziano da Silva (1989, p. 106), que diz:

O assentamento de colonos cria oportunidades para que famílias de trabalhadores rurais [...] tenham acesso à terra em condições excepcionais. Além do acesso à terra, os projetos públicos de irrigação oferecem aos irrigantes uma assistência quase total, uma vez que proporcionam, além da infraestrutura específica para irrigação, moradia, escola, posto de saúde, assistência técnica e creditícia.

Perímetro Bebedouro

O Perímetro Bebedouro, o pioneiro entre esses (1968), foi gerenciado e criado pela SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco, que nesse ano instalou, além de funcionários, os primeiros ”colonos”, pequenos produtores rurais, muitos desses vindos de áreas de sequeiro, sem experiência na agricultura irrigada.

O Bebedouro dista aproximadamente 40 km da sede do município e tem uma área total de 8.078,88 ha, com uma área irrigável de 1.809,90 ha, sendo 1.361,8 ha destinados a agricultores familiares e 448,10 ha destinados a empresas (DIP).

A infraestrutura produtiva é dotada com uma ocupação espacial, com áreas empresariais e com agricultores familiares, que se apresenta da seguinte forma:

Tabela 1. Dados
relatórios da
ATER.

CATEGORIA		QUANTIDADE	ÁREA MÉDIA (ha)
Empresas	Nº	04	Acima de 7,00
	ha	448,10	
Agricultores familiares	Nº	218	Abaixo de 7,00
	Há	1.361,80	

A estrutura habitacional é formada por sete vilas/núcleos habitacionais, com energia elétrica, água encanada, tendo na estrutura geral com creches, igrejas, escolas de 1º. e 2º. grau, postos de saúde, um distrito de irrigação que administra questões voltadas para a operação e manutenção do perímetro.

Estima-se a geração de 1950 empregos diretos e 2.900 empregos indiretos, com uma produção de 31.508 t de alimentos em 2013. (Fonte: Jornal CODEVASF).

Os principais produtos cultivados pelos agricultores familiares são: uva, manga, goiaba e acerola; culturas de ciclo temporário: macaxeira, milho, melancia e feijão.

Na estrutura voltada para a organização dos produtores, atualmente duas organizações se destacam, sendo uma cooperativa – CAMBE – Cooperativa Agropecuária Mista de Bebedouro –, e uma associação, APPUB – Associação dos Pequenos Produtores do Bebedouro.

Perímetro Nilo Coelho e área Maria Tereza

O Perímetro Irrigado Nilo Coelho tem sua sede aproximadamente a 15 km do centro da cidade, é considerado o maior perímetro público em operação no Brasil. O mesmo foi construído em duas etapas, sendo o Nilo Coelho e a sua extensão, a área Maria Tereza.

A primeira teve seu funcionamento iniciado no ano de 1984 e com a conclusão das obras, a segunda fase que compreende a área Maria Tereza, em 1996, estando a sua sede a 25 km do centro da cidade. A área total do Perímetro é de 40.763 ha (incluindo a área Maria Tereza). Sendo a área irrigável 17.499,85 ha (Nilo Coelho) e 5.446,83 ha (área Maria Tereza), onde sua área total irrigável é de 22.946,68 ha.

Quanto à ocupação espacial, tem-se que 1.961 lotes são de pequenos produtores e 356 de pequenas, médias e grandes empresas.

Categoria		Total	Área média
Grandes empresas	nº.	47	Acima 50,00 ha
	ha	6.139,10	
Pequenas e médias empresas	nº.	309	De 7,10 a 50,00 ha
	ha	5.231,35	
Pequenos produtores	nº.	1961	Até 7,00 ha
	ha	11.634,41	

Tabela 2.
Fonte: DINC.

O Nilo Coelho é dotado de uma estrutura composta por três centros de serviços, 11 núcleos habitacionais, que dentre outros, possuem a seguinte composição: escolas, igrejas, principais ruas asfaltadas, comércio, alguns postos de saúde, energia elétrica, água encanada, embora não seja tratada, exceto no núcleo 11 e no centro administrativo (C1); associações de produtores e moradores e cooperativas, estando umas ativas e outras inativas.

Entre as organizações ativas, no Perímetro Nilo Coelho, considerando as que desenvolvem atividades mais direcionadas à organização para produção e comercialização, destacam-se a COOAPINC – Cooperativa Agrícola dos Produtores Irrigantes do Núcleo 04, a APRN VI – Associação de Produtores Rurais do Núcleo 06 e a AS-CAMP – Associação dos Criadores de Abelha do Município de Petrolina, que tem o mel como carro-chefe, porém desenvolve atividade com outros produtos como frutas.

Na área Maria Tereza, cuja estrutura é diferenciada em alguns aspectos, visto que as casas dos agricultores ficam nos lotes. A área está dividida em seis núcleos agrícolas, nos quais existem cinco vilas, quatro são pequenas com escolas menores e uma vila mais aparelhada com escolas, comércio, posto de saúde, posto de gasolina entre outras. Conta com cinco Associações de Produtores e Moradores e duas Cooperativas. Dentre as organizações, a que se destaca é a COMAIAMT – Cooperativa Mista dos Irrigantes da Área Maria Tereza.

No Nilo Coelho e Área Maria Tereza, os principais produtos cultivados são: uva, manga, goiaba, coco, banana e acerola; e culturas de ciclo curto: macaxeira, feijão e melancia.

As famílias dos agricultores familiares dos citados perímetros recebem os serviços de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, através de empresas contratadas pela CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, que tem no leque dos serviços prestados, através de uma equipe multiprofissional, uma assessoria voltada para o contexto da produção, gestão e desenvolvimento organizacional, crédito, questões ambientais, ações voltadas para comercialização e pós-colheita.

Nessa conjuntura, os técnicos da ATER atuam através da utilização de metodologias participativas, com foco na PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Assim, quando se está qualificando extensionistas numa perspectiva tecnológica é preciso entender que 'não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas', por isso mesmo se torna fundamental uma visão sistêmica e holística da realidade. Os conteúdos técnicos devem adquirir significado, não por eles mesmos, mas pelo que podem vir-a-ser no contexto de uma ação transformadora. (FREIRE, 1968 p. 86)

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela equipe, está o de fomentar políticas públicas com vista ao fortalecimento dos agricultores e suas organizações. Nesse con-

texto, esse trabalho apresenta um breve olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, quando questiona sobre a efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: utopia ou realidade?

Dos quase 2.000 produtores que têm direito a esse serviço de ATER, aproximadamente 50% fazem parte de cooperativas e associações de produtores e moradores.

A partir de um apanhado de informações relacionadas às organizações e produtores dos Perímetros será aqui demonstrada uma síntese do cenário dos principais entraves e pontos de fortalecimento frente aos direitos às políticas públicas. É interessante destacar a dinâmica necessária e os trâmites para a efetivação do acesso a algumas políticas voltadas para a agricultura familiar seja de forma individual ou coletiva, assim como o conjunto de instituições que são movimentadas para fazer chegar esses direitos aos seus beneficiários.

Analisando o cenário geral, ficam evidenciados alguns entraves, como por exemplo: a falta de um maior conhecimento por parte dos agricultores e suas organizações sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e critérios para acessá-las, apesar do fomento feito pela ATER; reduzido número de produtores que detêm a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF; falta de mais conhecimento das chamadas públicas e dos editais para participar de programas; pouca divulgação dos programas; burocracia para acessar a DAP; limitação de demanda para oferta de produtos; incredulidade; a garantia da demanda/compra de 30% de produtos originados da agricultura familiar para o PNAE.

Algumas declarações feitas pela produtora Eliete Ferreira:

Com relação ao PNAE, o maior problema que temos não é com os sócios, não é com a organização, é fora dela e eu não diria que seja a burocracia porque se sinceramente, estivessem usando de burocracia, eu estava contente, porque eu sei o seguinte: se a lei está dizendo não passe do risco, eu vou até o risco, se eu puder eu passo, se eu não puder eu não passo.

A sugestão dada pela agricultora para fazer frente a essas questões foi:

O que eu sempre cobro é que usem a lei, porque se usar a lei, eu como agricultor tenho que me adequar a ela, no mais são detalhes. [...] A questão da logística não compete ao agricultor [sócio] porque a logística interna do agricultor, essa a gente [associação] faz, o que compete aos outros é que cada um cumpra sua parte.

Outra dificuldade mencionada pela agricultora no processo de participação no PNAE foi: “Nosso problema está no processo licitatório”.

Alguns pontos fortalecedores: a assessoria da ATER como facilitadora no processo para a participação dos produtores e organizações nos programas; a diversificação de produtos durante o ano, inclusive produtos orgânicos que podem ser ofertados;

o fortalecimento de algumas organizações a partir da comercialização via programas como o PAA e PNAE, o fator motivacional relacionado aos preços diferenciados com relação aos praticados no mercado, são alguns dos fatores relevantes.

A agricultora Eliete Ferreira, que faz parte da associação do Núcleo 06, fez ainda considerações a alguns fatores de fortalecimento para a associação, a partir do acesso a algumas políticas públicas:

[...] houve várias melhorias na questão da organização que é fortalecida. A associação continua viva no setor de comercialização... comercializa tanto com o PAA, PNAE, como pessoa física e vai atrás de outros compradores. As informações são centralizadas e distribuídas para o agricultor e também cabe ao agricultor ir buscar lá... eu vejo que aumentou significativamente o número de sócios, embora a gente tenha os problemas internos, mas isso acontece em toda associação.

A gente tá buscando outras maneiras... casa de polpa, agroindústria. Vamos agregar valor, estamos buscando o diferencial.

O agricultor Natalício Luiz, gestor de uma associação de produtores e apicultores, fez as seguintes referências quanto às maiores dificuldades e entraves para acessar o PAA e PNAE:

O que mais dói na gente é que não é agricultura familiar...
[...] muito burocráticas as coisas, muito difícil, seria bom que tirasse a burocracia. A gente tem que participar de muitas reuniões com esse pessoal. Na realidade as coisas vão como eles querem, não como a gente quer... a gente não tem conhecimento total das leis.

O agricultor ainda faz referência a que o apoio da ATER é muito importante no processo e relata sua expectativa com relação ao pleito de um novo sindicato, que está em trâmites finais para iniciar a emissão de DAP, visto que para esse público apenas o IPA e STR estão habilitados atualmente para emitir a DAP.

O agricultor orgânico, Mariano Inácio, que está iniciando a comercialização via PAA, falou da sua expectativa: “minha motivação é que se dê oportunidade às culturas que têm... à quantidade também... que não adianta você ter e pegar o mínimo possível e o restante como é que fica?”

No ano em que se comemora o Ano Internacional da Agricultura Familiar (2014), a equipe de ATER, em parceria com outras instituições, vem desenvolvendo ações conjuntas nos perímetros em referência. Em continuidade ao que já vinha sendo feito em anos anteriores, articulada com a Prefeitura Municipal de Petrolina, através da qual se veiculam os programas PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar no município, fez um trabalho de fomento, no primeiro semestre de 2014 quanto ao PAA, onde realizou reuniões com produtores dos núcleos do Nilo Coelho, na área Maria Tereza e Bebedouro.

Os profissionais da ATER, durante esse ano fizeram um trabalho intenso nos perímetros no que diz respeito à importância da aquisição da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, visto ser a mesma um instrumento imprescindível para acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Para acessar esse documento uma parceria institucional se estabeleceu onde cada um tem papel fundamental, nesse contexto, a ATER através de sua equipe técnica faz um trabalho de sensibilização e reflexão sobre a importância da DAP, caminhos para a aquisição, emite laudos técnicos e elabora projetos sociais, o Sindicato e IPA – Instituto de Pesquisa Agropecuária e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, órgãos habilitados para emitir esse documento no município, realizam a emissão tanto individual como institucional.

Com relação ao PAA, segundo o Senhor Dario Lopes, gestor desse programa no município, mais ou menos 600 agricultores estão aptos a acessarem o programa no município. A maioria dos agricultores que participam é procedente de áreas de sequeiro e aproximadamente 34% dos agricultores, de área irrigada, estando esses distribuídos nos diversos núcleos dos perímetros.

Os técnicos da ATER nos seus trabalhos reforçam o acesso a esses programas com o intuito de fortalecer as famílias de agricultores familiares e suas organizações, sendo enfatizadas questões que agregam valor nesse processo como as questões relacionadas a gênero e produtos agroecológicos. O incentivo à participação dos agricultores nos espaços deliberativos e de controle social, a exemplo dos conselhos municipais, são motes dos profissionais da ATER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas relacionadas à agricultura familiar e políticas públicas contribuíram para mostrar a importância de conhecer direitos e buscar estratégias para acessar importantes instrumentos para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e para geração e agregação de renda para os agricultores/as familiares. Com esse trabalho foi verificado/mostrado benefícios e entraves enfrentados por agricultores/as e organizações para acessar políticas ditas de direito dos agricultores/as familiares nos Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, assim como uma amostragem de benefícios apresentados pelos que conseguiram acessar algumas dessas políticas.

No transcorrer do trabalho ficou evidenciado que ocorrendo a minimização de processos burocráticos, assim como a expansão de informações junto aos produtores será facilitado e ampliado o número de beneficiários, benefícios e responsabilidades compartilhadas.

Com esse estudo espera-se que haja uma reflexão sobre os caminhos para a efetivação do acesso às políticas públicas tendo como indicador resultados que apontem para o fortalecimento dos agricultores, suas famílias e organizações e sobretudo para uma melhoria da qualidade de vida e o empoderamento para essa busca poderá se dar a partir da efetiva e ampla participação dos agricultores nos diversos espaços de controle social, tais como conselhos municipais e arranjos organizativos, com o aparelha-

mento dos órgãos que facilitam a emissão de DAP que se constitui um dos primeiros passos, senão o primeiro, para a efetivação de direitos do agricultor familiar. Importante ressaltar que a aplicação/cumprimento da legislação voltada para a agricultura familiar será fator imperativo para que a efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar seja de fato uma realidade e não uma utopia.

REFERÊNCIAS

ATER PLANTEC. **Relatórios da Equipe de ATER PLANTEC.** (2010 a 2012)

CODEVASE. **Boletins informativos da CODEVASF.** Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/promocao-e-divulgacao/boletim-informativo-dos-perimetros-da-codevasf>>. Acesso em 2 nov. 2014.

DINC. **Boletins informativos do DINC** (ano 2013).

FORNAZIER, Armando. O avanço das políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista Brasil Debate**, 2014.

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. **Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE).** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/198/192>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PNATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** (s/d.).

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** *Sociologias*, ano 8, n. 16, jul./ dez. 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

PITA, Eucilene Rodrigues; NASCIMENTO, Licia Regina Gonzaga do; BRANDÃO, Telma Coimbra. A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 29-42, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

A reconstrução dos passos das populações negras por dentro dos microterritórios negros

Sonia Ribeiro¹

¹Militante do Movimento de Mulheres Negras. Formada em Sociologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS. Com extensão em Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça. Especialista em Raça, Gênero e Etnia. Técnica em associativismo e cooperativismo. Atualmente aluna do Curso de Especialização em Metodologias Aplicadas e Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural na Universidade do Vale do São Francisco UNIVASF. E-mail: aficair@yahoo.com.br.

RESUMO

Este estudo apresenta um olhar sobre os caminhos que as negras e negros percorreram e ainda percorrem na dispersão de África para as Américas, dispersão essa que redesenhou a vida dos Africanos e Africanas mesmo que em situação de extrema violência e submissão. Com o propósito de desvendar a história, revisitamos textos orais e escritos, livros, que recortaram e colaram falas e cantigas, contos, que deram um suporte a esse estudo. Nessa primeira aproximação foi possível enxergar que o papel dos microterritórios negros têm um papel importante na auto-organização social, cultural, econômica e política, contribuindo para o alicerce social e embasando o projeto de civilidade do continente Americano.

Palavras-chave: Povo; Caminhos; Microterritórios; Sagrado; Social; Identidade.

The Reconstruction of the Paths of Black Populations within Black Micro-Territories

ABSTRACT

This study presents an examination of the routes that Black women and men traveled and still travel today as part of the diaspora from Africa to the Americas, a diaspora that restructured the life of African men and women, albeit within a context of extreme violence and submission. With the objective of reworking and unveiling history, we revisited oral and written texts and books; edited and organized speeches, talks, songs, and stories; all of which gave support to this study. In this first approach, it was possible to discern that the Black micro-territories play an important role in the social, cultural, economic, and political auto-organization which contributes to the social, economic, political, and cultural foundations of society, and to laying the foundations for civil responsibility in the American continent.

Keywords: Common people; Routes; Micro-territories; Sacred; Social: Identity.

JUSTIFICATIVA

Os Africanos de origem Bantu, do Congo e de Angola, trazidos para o Brasil durante o duro período das conquistas e do desbravamento da colônia, foram os primeiros a buscar alternativas de resistência, seguidos pelos povos Nagôs chegados durante o último período da escravização. Esses povos lutaram bravamente contra o bárbaro projeto exterminador Eurocêntrico, Etnocêntrico e Judaico-Cristão imposto aos Africanos, pelos Estados Europeus. Uma das estratégias dos escravizados ao pisar em terras Brasileiras como peça de ganho foi organizar focos de resistências.

Segundo Juana Elbein dos Santos (1972, p. 39) foi transportado, implantado e reformulado na dispersão os elementos de um complexo cultural Africano que se expressa atualmente através de associações bem organizadas onde se mantêm e se renovam a cada tempo histórico. Os primeiros microterritórios negros recriados na dispersão (Quilombos, irmandades católicas, escolas de sambas, terreiros, clubes sociais negros) reproduziram na dispersão para as Américas os modelos de civilização dos reinos Africanos pré-islâmico e pré-cristão. Esses microterritórios recriados tinham como referencial a reprodução de valores e o modelo das sociedades de comunas Africanas, sociedades coletivas que aderiam às práticas de comunitarismo como projeto de fortalecimento individual e coletivo. Essas práticas nas sociedades Africanas reorganizavam o sagrado, vida social, cultural, política, econômica. Mas era no sagrado o principal vínculo de reintegração que sedimentava uma unidade própria, mas comum a todas e todos que estavam dentro dos limites comunitários (HALLEY, 1984, p. 120). Outro elemento agregador entre os reinos comunitários Africanos eram as práticas de compartilhamento social, econômico e político, que agregava famílias, vizinhos comunitários e presos de guerras que passavam a fazer parte do núcleo comunitário, ou seja, quando alguém chega na família toda a comunidade tem o compromisso de acolher.

Esse conceito de comuna e acolhimento realimentou a sobrevivência dos africanos e africanas, fora da matriz África e possibilitou na dispersão o enfrentamento às violências físicas, simbólicas e psicológicas impostas pelo escravismo. Segundo Muniz Sodré (1999, p. 178), "A contrapartida da solidariedade nascida entre os cativos durante a travessia do Atlântico, assim como os antigos dos cultos afrobrasileiros, fala de um intercâmbio profundo entre as comunidades, capaz de passar por cima de velhas divisões étnicas". A força comunal dos indivíduos movidos pela lógica Africana de interligar saberes e crenças determinou um novo aprendizado de sobrevivência e passou por cima de diferenças territoriais que existiam na matriz África. Em todos os territórios recriados, mesmo sendo vigiados pelos olhos do colonizador, estavam presentes a memória ancestral coletiva e a força vital dos orixás que norteou o fortalecimento da vida dos Africanos na dispersão, é sabido que a carga muito forte de sacralidade deu equilíbrio emocional e racional e o suporte à espacialidade e territorialidade, elementos fundantes na matriz identitária das comunidades de terreiro, grande espaço repositório da vida que permitiu aos africanos escravizados o resguardo de todo o potencial patrimonial das tradições Afro Brasileira.

OS MICROTERRITÓRIOS DE TERREIROS: o sagrado, o social e o político na reconstrução dos passos negros.

As comunidades de terreiros se constituem com um importante micro-organismo de poder e sociabilidade, têm como base o sagrado como reintegração social e política nas suas práticas de acolher, preservar e restabelecer a vida individual como projeto articulador da vida física social e coletiva. Onde a integralidade corporal religa ao ambiental e reconstitui os valores africanos fortalecendo a vivência em grupo na dispersão para o Ocidente. Conforme Muniz Sodré (1999, p. 170):

A comunidade de terreiro é, assim repositório. É núcleo reinterpretativo de um patrimônio simbólico explicitado em mitos, ritos crenças, valores, formas de poder, culinária, técnicas corporais, cânticos ludismos, língua litúrgica e outras práticas sempre suscetíveis de recriação histórica.

Sendo assim, o sagrado readaptou os Africanos na nova identidade territorial. Segundo Muniz Sodré (1999, p. 170), "o terreiro é uma construção substitutiva destinada a preencher brechas da separação entre e escravizados e a terra de origem, mas como um núcleo reelaborador e criador de símbolos suscetíveis de exprimir uma experiência original do mundo desconhecido".

Os cânticos litúrgicos (orikis) e os itâns (histórias) entoados e oralmente mediam o sagrado e a vida cotidiana, ou seja, a sacralização dos elementos sagrados, ritualizados pelas cantigas e as falas orais, integralizam o território corporal aos demais territórios, fortalecendo a autoestima e reelaborando as identidades, promovendo nos iniciados(as) vivenciadores e na comunidade um sentimento de pertencimento às realidades cotidianas. Segundo Gilson Leite (2000, p. 288):

Nesse contexto de integralidade as práticas vivenciais estão de acordo com o modelo ou arquétipo, o qual comporta uma enorme variedade de expressões. Enquanto a cidade fragmenta e produz anonimato, os terreiros promovem uma visão integradora dos seres humanos entre si e com a natureza e a comunidade.

Na concepção do terreiro o retorno ancestral está na religação com o Umbigo da matriz África (Feitura do Ori), matriz esta que traz o reencontro, autoconhecimento e a valoração do ser negro como sujeito em processo de reafricanização que reaprende dentro de estágios cíclicos. Os diálogos com o sagrado e o mundo em constantes contradições, vivendo o tempo, continuam no terreiro, em confronto com os valores civilizatórios lineares das sociedades ocidentais.

Nessa dinâmica continuada ser sagrado e o ser social estão em constante exercício, o culto às forças da natureza, os antepassados, a vida e as relações interpessoais como sendo formas naturais de preservar um estilo de pensar, ser e estar no mundo. Nessas ações dialogadas a autoestima vai se construindo e reelaborando as identidades. Sendo assim, a preservação, o resguardo e a defesa de todo o patrimônio cultural africano, materiais e imateriais, a focalização de preposições que defendem a preservação

dos territórios patrimoniais negros, seus conhecimentos milenares têm nas suas bases elemento importante para se redesenhar um novo pacto social.

Dentro desse novo redesenho estão ações de preservar a identidade, memória coletiva, valoração de crenças, práticas ritualísticas integradas à territorialidade espacial e corporal como parte de um contexto, homem e natureza e o meio, absorvem o mesmo caminho na busca da reintegração da individualidade e totalidades coletivas, nessa concepção biomítica (parte biológica e parte divina) reside o projeto filosófico Africano, baseados na preservação da natureza em valor da vida (PEREIRA DE JESUS, 2001, p. 1). Na cosmovisão Africana a vida é revestida de um valor sagrado, residindo nesse pressuposto a sua inviolabilidade e a impropriedade de toda e qualquer violência contra o ser humano, seja ela material ou imaterial, Segundo Abdias do Nascimento (1993, p. 33):

Está equilibrado interna e externamente ter axé de maneira abrangente significa gozar da plenitude da vida nesse mundo, possuir saúde e bem estar social, estar harmonicamente relacionado á natureza e ao social. A crença em orixás, voduns e inquices fundamenta a celebração da vida em todos os seus aspectos e domínios, o que, por sua vez, mantém viva a fé nas divindades/forças da natureza.

Sendo assim a filosofia religiosa africana baseia-se na recomposição de valores essenciais para um novo pacto civilizatório de Africanidade, todos esses pressupostos também estão contidos nas cantigas e na história de luta dos orixás femininos e masculinos, em que todos os cânticos vivenciados nos terreiros nos apresentam outro modo de perceber e relacionar-se com questão de gênero, raça, território/nação e território corporal, geração de trabalho e renda, economia solidária e justa, e o meio ambiente. Todos esses conceitos reelaborados poderão vir a ser um importante instrumento na constituição do ser sujeito negro. Ao interpretar as histórias e os cânticos litúrgicos entoados nos terreiros identificamos que as populações africanas sempre tiveram uma preocupação com os ambientes vivenciados no sentido de preservar e cuidar do outro na sua integralidade. Os elementos da natureza traduzidos na força mítica dos orixás nos apresentam uma filosofia baseada em uma visão solidária e integradora dos seres humanos entre si e os ambientes naturais. Nesse contexto a cadeia ecológica e humana circula entre si e restabelece a vida individual e coletiva em sociedade. Essa roda sempre esteve presente nos microterritórios negros, e já anunciava um novo devir, cuidando as cadeias ambientais como espaços sagrados para a manutenção da humanidade na terra. Dentro da roda estabelece uma relação desde dentro com um tempo fecundo, dialético. Tudo está inserido na roda cíclica de comunicação com o poder iniciático dos mais velhos que se reinicia no poder iniciático dos mais jovens. Todos estão interligados em uma cadeia que realimenta o bem viver entre os povos. Abdias do Nascimento (1993, p. 39) afirma que:

São muitas e riquíssimas as potências de contribuições da filosofia religiosa afrobrasileira para um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável. Entre as mais importantes seria a de fundamentar, na articulação desse modelo às características específicas do pensamento negro ecológico como cultura Brasileira.

O território como espaço/corpo/tempo na cosmovisão africana valoriza, integra e respeita os espaços como simbiose entre homens e natureza e as relações de comuna, que estão inscritas na concepção de divindade. Conforme Muniz Sodré (1999, p. 180), "nessa existência todos os elementos são comuns humanos, vegetais, minerais, líquidos, tudo o que está na natureza e dotado de forma própria e provém da mesma fonte: o cosmo."

Sendo assim homens e divindades como matéria relacionada com o meio ambiente. Na tradução dos textos orais, estão contidos elementos de transformação (cantigas) e têm significados que podem vir a ser um importante instrumento de desconstrução do preconceito e o racismo, e apontam princípios orientadores para um novo pacto social que inclua as populações negras. Segundo Muniz Sodré (1999, p. 171),

[...] as entidades sagradas que compõem o panteão cultuado no terreiro, seja nagô ou pertencente a qualquer outra configuração simbólica, não são inteligíveis pelo mesmo logos adequado ao Deus cristão. As religiões universais designam como Deus a ideia de unidade ou essência.

No entanto a visão de mundo Africana difere da cristã que concebe Deus com múltiplos princípios, Conforme Muniz Sodré (1999, p. 174), o princípio global e indiferenciado chamado de Oludumáré ou Olorun não é inacessível: conecta-se aos homens e resolve-se em diferentes qualidades de diferenciadas forças, em uma pluralidade de princípios cosmológicos. (Imalês, orixás, voduns, inquices, etc.). É sabido que existe um grande poder dinâmico de movimentação e criação entre os humanos e essas entidades múltiplas, ou seja, essa relação homens/divindades existente nos terreiros reelabora o conceito sagrado, social e político. Relações interativas que têm em cada orixá um projeto humano e transformador, visto que todos dialogam em redes de cooperação, ativos na história comunitária, onde podemos trabalhar todos os conceitos importantes de empoderamento do povo negro na sociedade brasileira.

O princípio básico da existência individual e coletiva está inscrito na dialética negra que Esu/Exú apresenta na comunidade², essa dialética dá o movimento da vida e entende que os diálogos reorganizam o processo de organização e reelaboram o conceito de transformação na síntese/antítese/tese. É exatamente em suas relações dialéticas com o mundo (Micro/Macro global) que iremos discutir o processo constante de interação dos sujeitos, revalorizando nossa visão ancestral no conhecimento da história de cada orixá (feminino e masculino) como um projeto de vida, reconstruir nossas histórias e produzir no coletivo a epistemologia Negra.

Ogum guerreiro e forjador funciona como princípio civilizatório, símbolos dos saberes associados a competências físicas, apresentam nas suas relações com os seres os diversos caminhos a serem percorridos e permitem as múltiplas escolhas necessárias para estar em vida coletiva. Abre os caminhos para a busca dos conhecimentos populares em diálogos com os saberes técnicos e científicos, tecnológicos na produção de novos caminhos e novas realidades que insiram as populações negras. Bem como as novas relações de geração de trabalho e renda e a proposta de outra economia voltada para a popular e solidária.

²Numa cultura de Arkhé, com a nagô- Ketu brasileira, ganha primado, portanto a relação integrativa do corpo com o território isto é com os vegetais as águas. Trata-se de um fato de uma relação com a própria realidade do corpo humano, feito de minerais, líquidos, vegetais e proteínas Q.

Xangô - O equilíbrio e as coerências nas falas são de fundamental importância para a manutenção de pactos civilizatórios de inserção das populações em sociedade. O OSÉ representa as relações que envolvem um jogo dialético no qual um dos polos é o homem e o outro é o mundo objetivo/subjetivo. O senso de justiça e processos justos das leis são uma constante no projeto de civilidade. Podemos discutir as leis que violam a vida em sociedade das populações negras, bem como o papel do Estado no genocídio negro em especial a juventude negra. É preciso discutir todos os projetos, em especial a educação com a implantação de 10639/003 e a Titulação das terras Quilombolas.

Oxossi - A terra como elemento de recomposição, o valor social da terra como manutenção da vida, através da fecundação das sementes, que brotam os alimentos repositores das energias para os povos. Uma alimentação como reposição energética e sustentável exige uma recuperação imediata no conceito de agricultura, pautada nas relações de núcleos territoriais e famílias (Agricultura familiar). Valoriza os micro-organismos e nutrientes como troca de energias na manutenção da terra produtiva (agroecologia, agricultura orgânica, permacultura, quintais produtivos), diálogos constantes contra as queimadas e agrotóxicos, simbiose da flora e fauna.

Ossain - Pesquisa a valor curativo das plantas e apresenta as árvores e suas folhas como empoderamento medicinal e reconstrução da vida, com as essências curativas e mantenedoras da saúde para não adoecermos. Onde cada espécie animal e vegetal possui componentes regeneradores. Apresenta o seio das florestas como integração e regeneração da saúde (Fitoterápicos). Também trabalha a inter-relação da terra, plantas, água mananciais, com os micro-organismos.

Olabaluayé - Demonstra na sua história e vida que o ato de cuidar está relacionado com ato de conhecer e se abstrai cobrindo-se de palha (ikó) para entender o outro na sua integralidade, é conhecido mentor da medicina popular e sendo o senhor que conhece o mistério da vida e da morte integraliza os seres e a terra como elemento repositivo de energias. Enxerga, toca, dialoga e interage nas totalidades dos seres humanos, com propósito de escutar para medicar e curar, para promover a saúde mental e social entende que a prevenção e o melhor caminho, para não chegar a doenças físicas, psicológicas e sociais.

Obá - Feminina que representa o papel social das mulheres nas organizações femininas de mudanças e transformações. Guardiã feminista da esquerda negra (Ajaossi) das sociedades feministas negras ELEKÔ. Quando cobre a orelha promove o ato da escuta sensível para a verdadeira apreensão das diversidades culturais e conhecimento, e nos ensina a questionar as verdades, para pensar novas intervenções nas dinâmicas sociais. Dentro dessa proposta podemos trabalhar as organizações de mulheres negras como projeto de auto-organização e transformação, etc.

Yansã - Sua história de ação está ligada às constantes transformações, pois abre os diálogos em todas as estruturas sociais e propõe a socialização de ideias e conhecimentos. Seu vento representa as informações multiplicadas e abre caminhos para as lutas sociais das mulheres e homens em todos os espaços de decisões. Trabalha a liberdade de expressões como exercício da democracia participativa, abre a discussão para o papel social entre mulheres e homens negros na sociedade. Yansã nos mostra como

trabalhar os processos democráticos e solidários nas relações sociais e cooperativas bem como a inserção das diferenças e os socialmente diferentes nas sociedades (raça, gênero, etnia, necessidades especiais, livre orientação sexual).

Oxum - Gesta a vida em todos os aspectos, ligada à procriação e à defesa do corpo feminino como instrumento ancestral e estético e poder. Tem no menstruar o poder de fecundar a vida e as relações de sociabilidade e organiza estratégia de mudanças. Sendo assim, Oxum representa o poder social de resistência e luta das mulheres na sua totalidade em referências às mulheres negras. Com a história de Oxum podemos trabalhar o empoderamento das mulheres e trabalhar as violências físicas, simbólicas e psicológicas em relação aos corpos negros, a luta contra o extermínio das mulheres, gravidez na adolescência, esterilização, abortos, estupros, prostituição (Lei Maria da Penha e Femicídio).

Erês - Orixás femininos e masculinos traduzidos como crianças muito pequenas, que têm como características as intermediações, a pré-adolescência, adolescência e a fase adulta. Busca o respeito e o cuidado com as crianças, bem como o respeito na sua integridade física. Com as histórias dos Erês, podemos trabalhar a proteção contra todas as formas de violências, sejam físicas, psicológicas e simbólicas a que as crianças e os adolescentes estão submetidos (racismo, prostituição, agressões, trabalho infantil, pedofilia, ECA).

Oxumaré - Representa a circularidade temporal dos seres humanos (DAN), serpente que morde miticamente a cauda, mostra a continuidade do pensamento e conhecimento como relação continuada e inacabada. Relacionam-se ao transcurso do destino representado pelas cores do arco-íris que circula a terra tirando a ideia de linearidade. O universo está em processo de transformação, pode ser macho ou fêmea e traz a plena felicidade aos seres humanos. Nessa proposta podemos trabalhar heteronormatividade, as relações de gênero e suas nuances, gênero que os indivíduos se sentem pertencer, discutir afetividades, famílias de afeto, o tempo linear como proposta estática proposta pela lógica ocidental, judaico-cristã do pensamento único.

Nanã - Tem na sua característica elementos importantes para o trabalho com os detentores de acúmulo de sabedoria, ou seja, os mais velhos. Quando dança demonstra responsabilidade e conhecimento acumulado quando embala o Ibirí, transmite confiança e sabedoria no trato de ouvir e passar seus ensinamentos aos mais jovens, em um diálogo pautado na amorosidade e pelo amor que acolhe e respeita as falas, os gestos de quem precisa caminhar. Podemos trabalhar o respeito às caminhadas traçadas pelos mais velhos, valorizar os conhecimentos adquiridos na vivência e nas experiências e o respeito à oralidade sempre presentes no que nos antecederam, trabalhar a velhice como fato natural da vida necessário para o complemento existencial da humanidade (terceira idade).

Yemonjá - Yemanjá - Os mares são os elementos de continuação e interação de proposta e ideias. A junção dos mares contorna o globo terrestre e promove a comunicação entre os povos (globalização de Ideias) através das junções dos Mares que se encontram e globalizam ações e propostas. Neste contexto podemos trabalhar a globalização planetária como parceria entre os povos de preservação das águas e mananciais como um projeto interplanetário de preservação da vida na Terra.

Oxalá - Orixá da preservação da vida na Terra e também caminha em prol das transformações sociais e espirituais entre a humanidade. Tem como características abraçar as causas humanitárias e ampara as propostas de mudanças como foco para transformar as realidades vivenciadas (Igbín), carrega o mundo nas costas e aposta na formação de lideranças multiplicadoras de ideias inovadoras. O corpo e território estão sempre em movimento pelo bem da vida. Trabalhar e cobrar as responsabilidades do Estado com suas instituições, as políticas públicas específicas para as populações negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As matrizes filosóficas dos terreiros afrobrasileiros, baseadas nos valores africanos, demonstram que ao rememorar as práticas que envolvem os territórios recriados, identificamos o papel filosófico-antropológico contido na religião com os princípios existenciais e na descolonização das mentes quando nos religamos aos orixás.

Os povos de diversas etnias africanas se identificaram nos olhares, cheiros, toques, sorrisos, gemidos, abraços, fala gestual e ressignificaram os valores, crenças, ritos, costumes culinários, artes, cultura e o trabalho, bem como modelo organizacional baseados nos princípios do sagrado que parecia comum a todos e todas. A nova geografia negra, espacial e temporal, unificou-os nas suas diferenças, e readaptaram-se para sobreviver e resistir às diversas formas de violências que estavam submetidos.

Esse elo de reorganização transcendeu as inimizades territoriais que existiam em África e construiu novos jeitos de caminhar que ajudaram e ajudam a reconduzir suas trajetórias desviadas e silenciadas, na medida em que os nossos valores Africanos são diluídos por uma lógica Europeia, judaico-cristã. É sabido que nossos passos vêm de longe (WERNECK, 2000, p. 20) e com eles trazemos todas as nossas bagagens existenciais, bagagens que imprimiram marcas de resistências, em um lugar desconhecido e redesenhado nos microterritórios de sobrevivência, sobretudo os terreiros de matrizes Africanas. Essa configuração territorial é presente nos cotidianos negros e continua na luta frente a modelos conservadores que ainda não enxergam as populações negras como agentes de cidadania, modelo esse alicerçado nos valores eurocêntrico, etnocêntrico, cristão, racista e sexista que recria rótulos e categorização, eximindo o povo negro de suas identidades e hoje promove uma dos maiores processo de invisibilidade contra nossas crenças. E as atitudes perversas de olhar o outro como estranho cria certas identidades e banalidades raciais que penetram no imaginário popular e realimentam as práticas preconceituosas e racistas, e reforçam o conceito de demonização em relação aos nossos terreiros. Essas práticas históricas continuam a materializar-se com muitas forças aliadas. É verdade que o racismo hoje não se revela mais na cor da senzala, na chibata do feitor ou na ideologia primitiva da escravização, mas reaparece com uma pele ou pelo ligeiramente diferente em outro lugar, reproduzindo a partir de novas condições de produção.

Pelo acima exposto é necessária e urgente a revisão da história como lócus de transformação, bem como cobrar dos campos de poder a implantação de políticas públicas específicas que minimizem a perversidade do racismo. É preciso dizer que a tradição oral Africana, a exemplo dos terreiros de candomblés, não se limita à história as

lendas ou a relatos mitológicos, a tradição oral é uma grande escola de vida e dela se recuperam e relacionam todos os aspectos. Ela é ao mesmo tempo religião, religação, conhecimento, ciência, iniciação às artes, filosofia, identidade, cultura e lazer.

Portanto, rememorar todos esses aspectos é um compromisso dos movimentos sociais da luta antirracista, cobrar do Estado Brasileiro a recuperação imediata da história negra implantando a Lei 10.639/003. A reparação deve constituir-se em um novo pacto de convívio articulando os micro-organismos e o macro global, valorizando os saberes popular e científico, esse encontro permitirá um novo diálogo, nova racionalidade que abrirá caminhos para a produção de uma epistemologia negra comprometida com nossos valores e nosso conhecimento.

REFERÊNCIAS

HALLEY, Frank. **São negros os deuses da África**. Authentic Antropology. NewYork, 1972.

LEITE, Gilson. **Minorias étnicas religiosas e linguísticas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. **A luta afro-brasileira no senado**. Brasília: Gráfica do Senado. 1992.

PEREIRA DE JESUS, Jairo. **Cadernos Afros**. Os terreiros de Matriz Africanas. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2001.

SANTOS, Juana Elbein dos. 7. ed. **Os nagôs e a morte**. Petrópolis:Vozes, 1993.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade - a forma social negro brasileiro**. Claros e escuros. Petrópolis: Vozes, 1988.

WERNECK, Jurema. **O livro das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas Crioula, 2000.

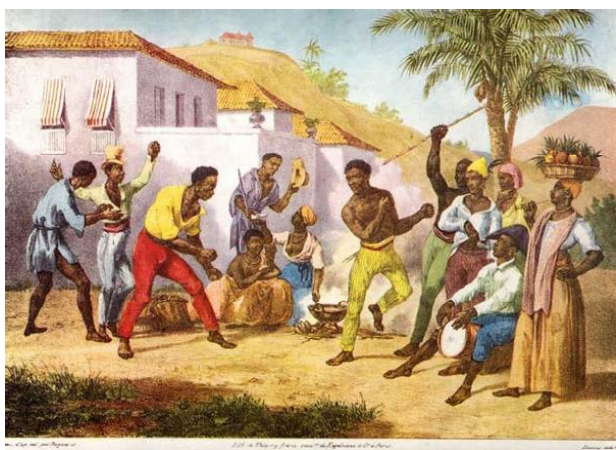


Figura 1. Gravura de Roger Bastide 1872- Organizações de Negros Libertos



Figura 2. Gravura de Roger Bastide 1872- Organizações de Negros Libertos



Figura 3. A roda dos Orixás - Revista Raça Brasil, 1997.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

RIBEIRO, Sonia. A reconstrução dos passos das populações negras por dentro dos micros territórios negros. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 43-52, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.
Aprovado em: 15 abr. 2015.

Adoção de manejo sustentável no combate às moscas-das-frutas

Carlos Eduardo da Silva Dimarco¹
Lucinda Gomes Barboza²
Wilson Rodrigues dos Santos³

¹Atua no segmento de Assistência Técnica e Extensão Rural no Perímetro Senador Nilo Coelho, Petrolina-PE. Graduado em Gestão Ambiental e Pós Graduado em Gestão, Auditoria e Licenciamento Ambiental pela UNOPAR-Universidade Norte do Paraná. Atualmente aluno do curso de especialização em Metodologia Participativa aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, realizado pela UNIVASF-Universidade do Vale do São Francisco. E-mail: carlosdimarco@hotmail.com.

²Graduada em História pela Universidade de Pernambuco (2003). É professora da rede estadual de Pernambuco. Leciona História E Artes. Tem experiência em educação no ensino fundamental e médio. E-mail: lucinda.barboza@bol.com.br.

³Biólogo, trabalha na Assistência Técnica e Extensão Rural pelo consórcio Plantec-Ambien-

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo reduzir a aplicação de agrotóxicos, colocando em prática a utilização de armadilhas que visam a quantificar e avaliar o índice de infestação da praga. Com esse processo educativo ambiental na prevenção e controle das moscas-das-frutas, no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho no município de Petrolina-PE, busca-se refletir sobre a ameaça que a praga traz ao Vale do São Francisco e incentivar a participação da comunidade local.

Tal projeto partiu de ações educativas desenvolvidas em escolas no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, que proporcionaram aos estudantes conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à sensibilização e conscientização acerca das questões ligadas ao meio ambiente, bem como esclarecimentos sobre as moscas-das-frutas e os danos que elas podem causar às frutas e à economia local.

Palavras-chave: Moscas-das-frutas; Meio Ambiente.

Adopting Sustainable Management to Combat Fruit Flies

ABSTRACT

This work aims to reduce the application of pesticides, putting into practice the use of traps that aims to quantify and assess the level of pest infestation. With this educational process in environmental prevention and control of fruit flies in Irrigation Project Senador Nilo Coelho in the city of Petrolina, we seek to reflect on the threat that the plague back to the Valley of the São Francisco and encourage the participation of the local community.

This project started from educational activities carried out in schools in Irrigation Project Senador Nilo Coelho, which provided students with knowledge, skills and attitudes necessary for raising awareness about the issues related to the environment, as well as clarification on the fruit flies and the damage they can cause the fruits and the local economy.

Keywords: Fruit-flies; Environment.

INTRODUÇÃO

A fruticultura no Vale do São Francisco é uma importante fonte de renda para a economia brasileira participando com 95% da exportação de manga e 99% de uva, gerando capital no setor agrícola do país. Durante o processo de produção alguns problemas fitossanitários ocorrem, sendo a mosca-das-frutas o principal problema que afeta a comercialização, causando prejuízos e entraves à exportação de frutos in natura para mercados exigentes como Estados Unidos e Japão.

Diante desta ameaça que causa um prejuízo anual de 120 milhões de dólares aos fruticultores brasileiros que dependem da exportação, os governos da Bahia e Pernambuco uniram esforços liberando verba para a implantação do Plano Emergencial de Controle das Moscas-das-Frutas.

Os produtores são obrigados a realizar continuamente o controle da mosca-das-frutas em cultivos comerciais e não comerciais de plantas hospedeiras da praga. O plano visa o controle químico através de pulverização; o controle cultural, incentivando a coleta dos frutos caídos; e o controle biológico através da técnica do inseto estéril.

Através de reuniões, a ADAGRO e a ATER estão implantando o Plano Emergencial junto aos produtores e, diante da necessidade de ampliar mais o trabalho de combate a essa praga em áreas de cultivo não comercial, buscamos junto às escolas do Núcleo 9, no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, parceria que proporcionasse aos estudantes, filhos de produtores e trabalhadores rurais, esclarecimentos sobre as moscas-das-frutas e os danos que elas podem causar às frutas e à economia local, construindo conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para conter a infestação.

DESENVOLVIMENTO

Visando a redução dos níveis populacionais das Moscas-frutas-frutas o Governo de Pernambuco, através da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco-ADAGRO, viabilizou um plano emergencial de controle das Moscas-das-Frutas (Informativo DINC Ed-27/2014).

O gráfico mostra a flutuação populacional da mosca-das-frutas na cultura da mangueira em Pernambuco, nos últimos seis anos.

tal/Codevasf. Atualmente está cursando pós-graduação em metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, realizado pela UNIVASF - Universidade do Vale do São Francisco. E-mail: wilsonrodrigues@gmail.com.

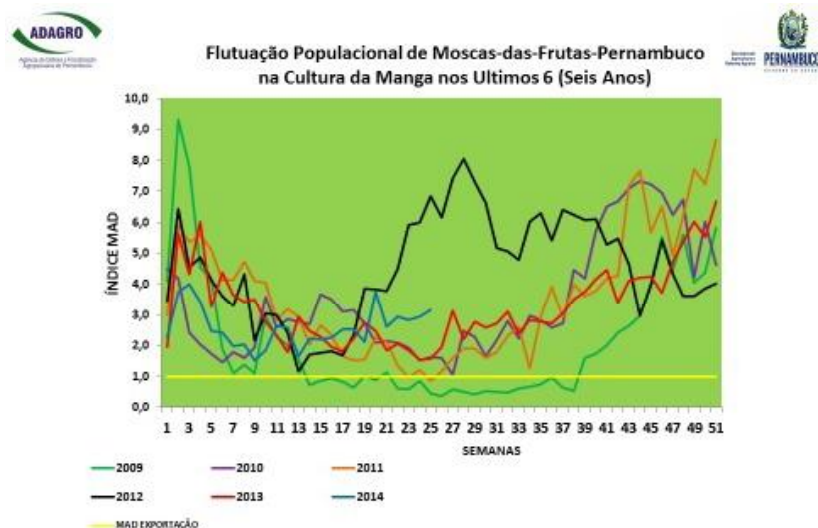


Gráfico 1. Histórico do MAD nos últimos seis anos na cultura da MANGA. Fonte: Moscamed.

As ações envolvem a redução populacional por meio de controle químico e monitoramento e, por fim, a utilização de controle biológico, dentre eles a Técnica do Inseto Estéril (TIE), bem como o controle cultural e a educação sanitária.

O Plano prevê a doação de produto químico registrado no MAPA, para os pequenos produtores dos perímetros irrigados que cultivam acerola, goiaba, manga e uva, além do monitoramento em área ampla que será realizado pela MOSCAMED.

A ADAGRO irá fiscalizar as ações contidas nesse Projeto, e exigirá de todos os produtores as ações de controle das Moscas-das-Frutas previstas na Portaria nº. 08/2013.

Portaria ADAGRO Nº 8 DE 18/02/2013

Publicado no DOE em 27 fev 2013

Dispõe sobre o controle das pragas moscas-das-frutas (*Ceratitidis capitata* e *Anastrepha spp*) em plantas hospedeiras no Estado de Pernambuco.

A Gerente Geral da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco-ADAGRO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Estadual nº 12.506, de 16 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 26.951 de 23 de julho de 2004 e,

Considerando a importância da manutenção do patrimônio fitossanitário estadual para preservação da competitividade da agricultura de Pernambuco junto ao comércio nacional e internacional;

Considerando o que estabelece a Instrução Normativa nº 20, de 13 de julho de 2010, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Considerando o que estabelece a Lei Estadual de Defesa Vegetal, nº 12.503, de 16 de dezembro de 2003;

Considerando que o aumento da população das pragas moscas-das-frutas (*Ceratitidis capitata* e *Anastrepha spp*), vem elevando o índice MAD (Mosca/Armadilha/Dia), pondo em risco toda a produção das frutas de plantas hospedeiras das moscas-das-frutas e consequentemente a comercialização nos mercados externo e interno;

Considerando ainda a necessidade de adoção de medidas, dentre elas o Manejo Integrado de Pragas (MIP) que levem à redução dos níveis populacionais das pragas moscas-das-frutas (*Ceratitidis capitata* e *Anastrepha spp*) na região do Vale do São Francisco.

Resolve:

Art. 1º. Determinar que o controle das pragas moscas-das-frutas (*Ceratitidis capitata* e *Anastrepha spp*) nos cultivos comerciais e não comerciais de plantas hospedeiras da referida praga seja contínuo e obrigatório, através das medidas abaixo:

I - Manter os pomares limpos e livres de frutos não comercializados, remanescentes, danificados pela praga na planta ou caídos no solo, procedendo a catação e enterro dos frutos de maneira que fique uma camada de pelo menos 30 cm de solo bem compactado sobre eles.

a) Os frutos também podem ser retirados da área para outros fins.

II - Na cultura da videira, os frutos descartados dos cachos, devem ser retirados da área e eliminados, de acordo com o item I deste artigo.

III - Proceder à supressão populacional das moscas-das-frutas com a pulverização de agrotóxicos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou defensivos orgânicos, asso-

ciados a outros métodos de controle como tais como atrativos, controle cultural, controle biológico ou Técnica do Inseto Estéril (TIE).

IV - Em pomares monitorados, as medidas de controle devem ser aplicadas quando o índice MAD - mosca/armadilha/dia for igual ou superior a 0,25.

V - Em cultivos de mangueira (*Mangifera indica*) inscritos no Sistema para Manejo de Risco da praga (SMR) Mosca-das-frutas, permanecem os procedimentos estabelecidos da IN nº 20, de 13 de julho de 2010.

Parágrafo único. São espécies hospedeiras das moscas-das-frutas: Acerola (*Malpighia glabra*), Carambola (*Averrhoa carambola*), Citros (*Citrus spp.*), Caju (*Anacardium occidentale*), Melão (*Cucumis melo*), Goiaba (*Psidium guajava*), Graviola (*Annona muricata*), Maracujá (*Passiflora edulis*), Mamão (*Carica papaya*), Manga (*Mangifera indica*), Pitanga (*Eugenia uniflora*), Sapoti (*Manilkara zapota*), Uva (*Vitis sp.*), Umbu (*Spondias tuberosa*) e outras espécies de *Spondias*.

Art. 2º. O descumprimento do disposto nesta portaria implicará nas penalidades previstas no Art. 15, Lei Estadual nº 12.503, de 16 de dezembro de 2003, bem como no que está previsto no Decreto nº 15.839, de 15 de junho de 1992 e artigo 259 do Código Penal Brasileiro, independente de outras sanções legais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, notadamente a Portaria ADAGRO nº 17, de 15 de junho de 2005.

Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Recife, 18 de fevereiro de 2013.

Erivânia Camelo de Almeida

Gerente Geral da ADAGRO

O projeto emergencial contemplará os pequenos produtores dos perímetros irrigados e os agricultores de base familiar da região do Vale que sofrem atualmente com uma alta infestação de moscas-das-frutas, e que possuem poucos recursos para o combate.

No Controle químico, a pulverização deve ser adotada quando o ataque acontecer logo no início do desenvolvimento dos frutos. Para esse tipo de aplicação, usa-se um inseticida que tenha ação de profundidade, ou seja, que mate as larvas nascidas e as que venham a nascer no interior do fruto nos dias seguintes à pulverização. É necessário observar, rigorosamente, o período de carência do produto, ou seja, o número de dias que devem ocorrer entre a aplicação e o início da colheita.

O Controle cultural visa eliminar do pomar os frutos caídos ou refugados. Aconselha-se enterrar os frutos a 30 centímetros de profundidade. Esses frutos também podem ser usados na elaboração do suco para as armadilhas, na alimentação animal, triturado para compostagem e no preparo de biofertilizantes.

No Controle biológico a captura e esterilização dos machos ocorre por meio do processo de radiação ainda na fase de pupa e que, uma vez esterilizados, não geram descendentes, o que favorece a redução populacional da praga. Foi explanado também que o processo é eficiente e considerado biologicamente seguro, pois não provoca riscos ao aplicador e tem baixo impacto para as outras espécies, além de atender às exigências atuais dos países importadores de frutas e do mercado interno consumidor (MOSCAMED).

Segundo a ADAGRO as moscas-das-frutas são consideradas as pragas mais nocivas para a fruticultura, com restrições em quase todos os países importadores. No Brasil se destacam as pertencentes aos Gêneros *Anastrepha* e *Ceratitis*.

A equipe de ATER realizou reuniões em conjunto com a ADAGRO e MOSCA-MED para apresentar o plano emergencial para controle/supressão das moscas das frutas em todos os núcleos de produção do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho.

Nas visitas técnicas a equipe de ATER busca despertar em relação ao problema existente e reforça aos agricultores a praticar uma agricultura mais limpa, além de outras práticas agroecológicas, com o objetivo de minimizar o impacto ambiental causado por atividades agrícolas inadequadas e também o custo de produção, dessa forma incentivando-os a adotar um manejo alternativo sustentável, já que a preocupação com o meio ambiente é uma constante nas atividades desenvolvidas pela equipe. A utilização de produtos químicos, na maioria das áreas, é inevitável. No entanto, quando do seu uso os agricultores são orientados a armazenar os produtos de forma adequada, usar EPI nas aplicações, só utilizar produtos registrados no MAPA que se encontrem na grade de agroquímicos específicos para cada cultura, usar as dosagens corretas, observar o tempo de carência de cada produto e fazer a devolução das embalagens descartadas. No caso de exportação, as recomendações levam em consideração, também, as exigências dos mercados internacionais.

No programa de monitoramento no Vale do São Francisco, são utilizadas Armadilhas McPhail para as espécies de *Anastrepha* spp, e Armadilhas Jackson para *Ceratitis capitata*. Nas McPhail utiliza-se atrativo alimentar (proteína hidrolisada a 5%) e nas Jackson atrativo sexual para-feromônio sintético (trimedlure).

As coletas, e contagem das moscas são semanais para McPhail e quinzenais para Jackson. É utilizado o índice Mosca Armadilha Dia - MAD, para medir a flutuação populacional das moscas, dando subsídios para início de controle ($MAD=0,5$), registro de pomares ($MAD<1,0$) e, até servir para interdição da produção do pomar para exportação visando o mercado americano ($MAD>1,0$).

Além de todos os controles acima descritos, ainda é necessário que o produtor adote outros cuidados como:

- Inspecionar e tratar as principais plantas hospedeiras: acerola, caju, castanholha, goiaba, maniçoba, manga e uva.
- Evitar plantios de mangas próximos a áreas com plantas hospedeiras das moscas, principalmente as sem cuidados ou abandonadas.
- Não deixar frutos maduros caídos no solo.
- Quando o MAD chegar próximo de 0,5, adotar medidas de controle químico, ou seja, pulverizações com iscas tóxicas, seguindo orientações do Responsável Técnico.
- Ficar atento e manter sempre baixo o índice MAD (Mosca/Armadilha/Dia).

- Seguir à risca as instruções do responsável técnico.
- Coletar e enterrar, a 20 cm de profundidade, frutos maduros caídos no solo.
- Manter o livro de campo sempre atualizado e na propriedade.
- Não utilizar defensivos agrícolas que não tenham registro no MAPA.
- Não permitir que pessoas não autorizadas revisem sua armadilha.
- Qualquer anormalidade comunicar imediatamente a ADAGRO.

A ADAGRO dispõe da portaria nº. 17/2005 que determina o controle de moscas-das-frutas nos pomares que participam oficialmente do programa de exportação de manga e em pomares comerciais, não participantes do programa.

MEDIDAS ADOTADAS PELOS GOVERNOS DE PERNAMBUCO E BAHIA

Dentre as medidas adotadas visando o controle das moscas-das-frutas, no dia 08 de setembro de 2014, o governador João Lyra Neto liberou, em Petrolina, R\$ 2,9 milhões (70%) e o governador da Bahia, Jaques Wagner, os 30% restantes. (GAZZETA, ed. 2.426-Economia).

Outra medida foi a atualização da portaria da ADAGRO publicada no Diário Oficial do Estado, em 27 de fevereiro de 2013, onde dispõe sobre o controle das pragas moscas-das-frutas (*Ceratitis capitata* e *Anastrepha* spp) em plantas hospedeiras no Estado de Pernambuco.

METODOLOGIA

Analisando a necessidade de ampliar mais este trabalho em áreas de cultivo não comercial ou nos quintais das casas nas agrovilas, surgiu a ideia de envolver os alunos, filhos de agricultores ou trabalhadores rurais, na campanha de combate às moscas-das-frutas, utilizando práticas socioeconômicoambiental.

Baseados na metodologia participativa, buscamos técnicas de construção e socialização de conhecimentos através do intercâmbio de experiências e conhecimentos específicos e da formação/capacitação de atores sociais.

Inicialmente fizemos uma explanação aos professores e mostramos a problemática que são as moscas-das-frutas, comparando ao prejuízo que outras pragas já deixaram na região, a exemplo das indústrias de polpa de tomate, as quais fecharam e migraram para outras regiões onde a incidência da praga era menor ou inexistente.

Já com a autorização dos docentes, solicitamos as professoras que pedissem aos alunos para que fizessem uma pesquisa de campo entrevistando um produtor ou uma produtora sobre o que eles sabiam sobre a mosca-das-frutas para coletar as informações sobre a realidade local (Foto 1).

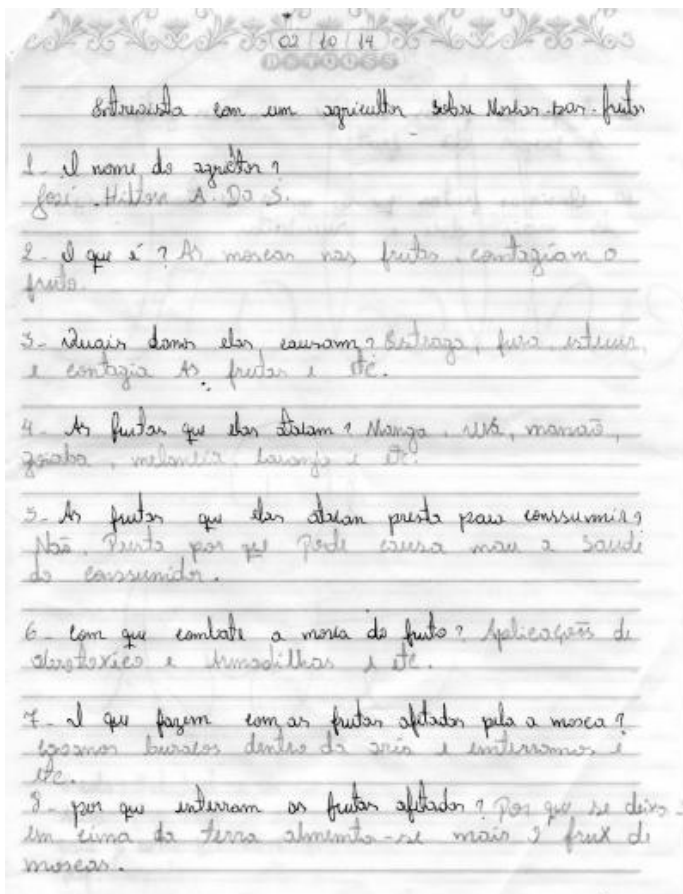


Foto 1. Pesquisa de campo – aluno entrevista produtor.



Foto 2. Grupo de alunos externaram os conhecimentos adquiridos pela pesquisa de campo.

Com esse trabalho em mãos, foi possível ver e analisar que um grupo de alunos já obtinha conhecimentos gerados pelo resultado da pesquisa.

Reuniu-se a classe e começamos a desenvolver o tema estabelecendo um proces



Foto 3. Oficina de Artes – confecção de armadilha com garrafas PET.

so recíproco de interação entre o conhecimento técnico e o conhecimento dos alunos que participaram da pesquisa e que explicaram de forma dialogada, como formadores de opinião, sobre a experiência vivida por eles, construindo um novo saber baseado na pesquisa de campo (Foto 2).

Como etapa posterior reunimos os alunos e fizemos uma oficina de artes na qual transformamos garrafas PET que seriam lixo em uma armadilha de captura das moscas-das frutas, fazendo com que eles se integrassem de maneira prática no processo de buscar alternativas para o combate (Foto 3).

CONCLUSÃO

Com esta metodologia transmitimos aos alunos informações contextualizadas, multidisciplinares, como ferramentas necessárias para a busca de saberes. A próxima etapa será pulverizar os conhecimentos para toda a escola, atingindo também a comunidade. Para tanto, usaremos como estratégia, a apresentação de uma peça teatral envolvendo parte daqueles que adquiriram o conhecimento específico, atuando como atores, transmitindo os saberes para os demais. No final da peça haverá a distribuição das armadilhas confeccionadas pelos alunos, para todos os espectadores: alunos, pais e professores.

PEÇA TEATRAL

PERSONAGENS:

- 1- Mosca-das-frutas
- 2- Agricultor
- 3- Fiscal 1
- 4- Fiscal 2
- 5- Estudante 1
- 6- Estudante 2
- 7- Estudante 3

CENÁRIO:

Uma árvore com frutos nos galhos e no solo, algumas plantas, enfim vários focos da mosca-das-frutas.

AÇÃO:

Entrada de uma ou duas pessoas vestida de mosca-das-frutas e o som de vozes cantando... (ritmo da música Coelhinho da Páscoa)

De perna alongada,
De asa branquinha,
De voo bem leve,
Sou uma Mosquinha.

Sou muito assanhada,
Também sou teimosa,
Por uma fruta,
Já fico maluca.

Perfuro na frente,
Perfuro atrás,
Dou mil perfuradas,
Sou forte demais.

AGRICULTOR

Mas quem fez isso com minhas frutas?
Meu Deus! tanto que gastei com essa manga!

FISCAIS 1 e 2

Bom dia, Senhor!

AGRICULTOR

Bom dia!

FISCAL 1

Olha, hoje estamos alertando os agricultores dessa região sobre o perigo da mosca-das-frutas. O senhor já ouviu falar sobre ela?

AGRICULTOR

Eu não! Aqui também não tem nenhuma mosca!

FISCAL 2

Será que não tem mesmo? As moscas-das-frutas podem causar os seguintes prejuízos nos frutos:

*O dano causado pela mosca das frutas ocorre exclusivamente no fruto. A larva forma galerias que, posteriormente, se transformam em uma área úmida, em decomposição, de cor marrom.

FISCAL 1

Se o senhor perceber essas características, pode nos ligar. Agora e temos que ir. Vamos falar com outros agricultores. Até mais!

AGRICULTOR

Até outro dia! (Pensativo pega em um fruto que está no chão e começa a falar)
Então é essa danada que está acabando com minhas fruteiras !!
E agora o que eu faço para acabar com essa praga?

ESTUDANTES

Todos: bom dia, seu Antonio!

AGRICULTOR

Bom dia meninada!

ESTUDANTE 1

Nós estamos aqui para fazer uma campanha no combate à mosca-das-frutas

ESTUDANTE 2

Na escola nós aprendemos que os frutos contaminados podem acarretar a perda da licença para serem exportados.

ESTUDANTE 3

Sabia que as moscas-das-frutas preferem atacar a uva, manga, acerola, carambola, laranja, caju, melão, goiaba, graviola, maracujá, mamão, pitanga, sapoti e umbu?

ESTUDANTE 1

Pelo visto sua plantação, está muito infestada e é preciso detectar o índice de infestação com o uso de armadilhas.

AGRICULTOR

Mas é muito caro fazer isso, eu não tenho condições!

ESTUDANTE 2

Calma seu Antônio! Nós aprendemos a fazer armadilhas com garrafas pet.
(Mostra a armadilha e entrega ao agricultor)

AGRICULTOR

AH! que beleza! Vou fazer várias dessas para minha roça!

ESTUDANTE 3

É uma forma barata de detectar o índice e combater a mosca-das-frutas e ainda estamos ajudando o meio ambiente.

AGRICULTOR

Muito obrigado crianças pela dica! Vou espalhar a ideia e ajudar outros companheiros.

ESTUDANTES

De nada!! Tchau, seu Antônio!

Autores: Lucinda Barbosa e Carlos Eduardo.

REFERÊNCIAS

ADAGRO – Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco. Disponível em: <www.adagro.pe.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DINC – Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho. Disponível em: <www.dinc.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2014.

MOSCAMED. Disponível em: <www.moscamed.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2014.

RUAS, Elma Dias et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável** – MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. 134 p.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DIMARCO, Carlos Eduardo da Silva; BARBOZA, Lucinda Gomes; SANTOS, Wilson Rodrigues dos. Adoção de manejo sustentável no combate às moscas-das-frutas. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 53-64, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aceito em: 15 abr. 2015.

Análise da transição agroecológica a partir da experiência da horta orgânica comunitária do assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, semiárido brasileiro

Helder Ribeiro Freitas¹
Rita de Cássia R. G. Gervásio²
Izaías da Silva Lima Neto³
Moisés Félix de Carvalho Neto⁴
Cristiane Moraes Marinho⁵

¹Doutor em Solos e Nutrição de Plantas, Colegiado de Engenharia Agrônômica – UNIVASF. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

²Doutora em Entomologia, Colegiado de Engenharia Agrônômica – UNIVASF. E-mail: rita.gervasio@univasf.edu.br.

³Doutor em Fito-tecnia, Colegiado de Engenharia Agrônômica – UNIVASF. E-mail: izaia.s.li-maneto@univasf.edu.br.

⁴Engenheiro Agrônomo Bolsista DTI-C/ CNPq. E-mail: moises.fcn@gmail.com.

⁵Pedagoga, Mestre em Extensão Rural, Prof.a IF-Sertão – Campus Ouricuri. E-mail: cristiane.marinho@ifsertao-pe.edu.br.

RESUMO

Este trabalho pretende discutir e analisar o processo de transição agroecológica a partir da sistematização da experiência da Horta Orgânica Comunitária do Assentamento Mandacaru, Petrolina-PE. A metodologia desta pesquisa-ação se apresentou em quatro etapas: Aproximação Sucessiva com as famílias da horta e demais famílias do assentamento, além da integração de estudantes e outros grupos de agricultores nas ações de extensão e pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico; Planejamento e Desenvolvimento de Ações; Consulta aos Registros das ações desenvolvidas; Sistematização, Triangulação e Análise dos dados. O êxito no processo de transição agroecológica exige iniciativa das famílias, articulação entre grupos e instituições com as iniciativas da sociedade civil e do poder público de modo que as ações possam influenciar nos processos socioprodutivos e desenvolvimento sustentável das famílias além de integrarem com demais ações de transição agroecológica em curso no âmbito das comunidades e organizações locais, regionais e globais.

Palavras chave: Agroecologia; Agricultura Familiar; Conhecimento Local.

Analysis of agroecological transitions from the experience of community organic vegetable garden of Mandacaru settlement, Petrolina-PE, brazilian semiarid

ABSTRACT

This paper aims to discuss and analyze the process of agroecological transition from the systematization of the experience of Community Organic Vegetable Garden of the Mandacaru Settlement, Petrolina-PE. The methodology of this action research performed in four steps: Successive Approximation with the families of the vegetable garden and other families of the settlement, and the integration of students and other groups of farmers in extension activities and research of the Center for Research and Studies Sertão Agroecológico; Planning and Development Actions; Consultation with records of actions taken; Systematization, triangulation and analysis of data. The successful agroecological transition process requires initiative of families, coordination between groups and institutions with the initiatives of civil society and public authorities so that actions can influence the socio-productive processes and sustainable de-

velopment of families as well as integrate with other transition agroecological actions underway within communities and local, regional and global.

Key words: Agroecology; Family Farms; Local Knowledge

INTRODUÇÃO

Os municípios de influência do polo Petrolina-Juazeiro estão inseridos no sertão nordestino e fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Petrolina/PE – Juazeiro/BA. Esse polo passa por um processo de desenvolvimento econômico que vem intervindo e transformando os modos de vida no Sertão do São Francisco. A dinâmica econômica da região vem sendo prioritariamente pautada na implantação dos perímetros de fruticultura irrigada (COLEGIADO TERRITORIAL DO SÃO FRANCISCO-PE, 2008; FÓRUM DO TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO-BA, 2011). A realidade vivida nesses perímetros é contrastante com o ambiente da agricultura de sequeiro e convivência com o Semiárido inerente à realidade da Caatinga. Dentro e fora dos perímetros irrigados emergem realidades socioambientais e produtivas diferentes e mesmo conflitantes no que tange ao acesso à terra e ao uso da água.

A prosperidade econômica no entorno dos projetos irrigados se contrapõe aos inúmeros e graves problemas de ordem socioambiental, o que caracteriza a região como uma “ilha” de elevada produção e produtividade agrícola em meio a um processo de “Desenvolvimento Rural e Socioambiental Insustentável”. Um exemplo claro desse processo é o uso indiscriminado de agrotóxicos, extremamente danosos à saúde humana e ao meio ambiente no âmbito dos projetos de irrigação.

A busca e construção de novos conhecimentos para contrapor os impactos provocados pela agricultura convencional deram origem à perspectiva agroecológica (EHLERS, 1996; GLIESSMAN, 2001; CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Assim, Caporal (2006, p. 3) destaca as abordagens de alguns autores⁶ apontando para a agroecologia como sendo:

Mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência.

Diante da crise socioambiental gerada a partir de modelos de desenvolvimento rural vinculados aos paradigmas da Revolução Verde (ALMEIDA et al., 2001; BRASIL, 2004; CAPORAL et al., 2006), torna-se cada vez mais necessária a proposição de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, de adaptação e convivência com os diferentes biomas, além da promoção da Agroecologia, enquanto estratégia de desenvolvimento local/regional sustentável por meio da transição agro-

⁶Como Molina e Guzmán (1993) e Norgaard (2002), cujos dados completos das obras estão nas Referências.

cológica (CAPORAL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2013). Experiências agroecológicas têm emergido como propostas de desenvolvimento rural sustentável em diferentes contextos socioambientais dos agricultores familiares.

No Brasil, um conjunto recente de iniciativas no sentido da transição agroecológica vem sendo propostas para promoção de mudanças necessárias e estruturantes, tais como: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (2012), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO (2013), aprovação do Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos - PRONARA (2014) pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER (2010), uma série de encontros locais, territoriais, regionais e nacionais de Agroecologia além de chamadas públicas para fomento direcionadas para o ensino, pesquisa e extensão em agroecologia advindas da PLANAPO.

Transição Agroecológica e Algumas Experiências

A transição agroecológica pode ser entendida como um processo gradual de mudança, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como objetivo a substituição de modelos agroquímicos de produção por estilos de agricultura baseados em princípios, métodos e tecnologias com base ecológica e sustentáveis. Esse processo resulta na transformação das características ecológicas, redução ou substituição de agroquímicos, além de melhora na estrutura e função dos agroecossistemas (CAPORAL e COSTABEBER, 2001; CASALINHO, 2003).

O processo de transição agroecológica envolve três níveis principais: o primeiro refere-se à tomada de consciência do agricultor e à racionalização das técnicas convencionais; no segundo, o agricultor passa a substituir insumos sintéticos por insumos menos agressivos ao ambiente; e, finalmente, ocorre o redesenho do agroecossistema, onde são resolvidos problemas restantes dos níveis anteriores (GLIESSMAN, 2001).

Na prática, o processo de transição é complexo e apresenta vários entraves, os quais devem ser superados pelos agricultores para que o mesmo seja bem sucedido. Dentre as principais dificuldades enfrentadas, cita-se a falta de assistência técnica, a falta de referências científicas, o isolamento dos agricultores e a falta de prática na organização e associativismo.

Por outro lado, a disseminação da agricultura ecológica e superação das dificuldades iniciais só são possíveis com a construção de novos valores de convivência social e ambiental, que devem ser integrados às mudanças nas práticas de manejo adotadas pelas famílias agricultoras. Os impactos das mudanças nos agroecossistemas vêm sendo avaliados por meio de indicadores para a caracterização e monitoramento de sistemas em transição agroecológica, entretanto poucos métodos propostos são de fácil compreensão e manipulação pelos agricultores (NICHOLLS et al., 2004).

Experiências bem sucedidas de transição agroecológica no âmbito da agricultura familiar têm sido registradas em várias regiões brasileiras, a exemplo da realidade vivida por agricultores familiares de Itapuranga-GO, os quais foram assessorados por

projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) com apoio de uma cooperativa local, a fim de auxiliá-los na produção de hortaliças e frutas orgânicas, bem como implantar o sistema Pastejo Rotacionado Voisin (PRV) nas propriedades. Os agricultores relataram o aumento significativo na produção de leite e na qualidade do pasto em geral, resultando em melhoria na qualidade de vida dos animais e das próprias famílias. As propriedades apresentaram produções bastante diversificadas e, segundo os proprietários, essa foi uma saída para a sobrevivência e permanência da família no meio rural (JESUS et al., 2011).

Agricultores do município de Goiás-GO, em trabalho desenvolvido por SILVA et al. (2014), relataram que o maior desafio encontrado por eles no processo de transição foi a ausência de experiências agroecológicas na região, uma vez que no município não existiam experiências agroecológicas. Apesar do debate teórico e teológico promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), as informações e tecnologias voltadas para a prática da agricultura não chegavam ao campo e quando chegavam não havia apropriação das tecnologias, ou seja, as pessoas tinham o discurso, mas não conseguiam vivenciar e/ou colocar em prática.

O desenvolvimento da produção agroecológica pelos agricultores familiares é destaque nos municípios de Ipê e Antônio Prado, Serra Gaúcha – RS (OLIVEIRA, 2009). Essas experiências não se limitam ao manejo técnico sem a utilização de adubos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas, mas envolvem também a diversificação do trabalho com o fortalecimento das atividades de processamento em agroindústrias familiares ou associativas. Como resultado desse processo, foi possível concluir que a produção agroecológica possibilita a diversificação das fontes de renda, constituindo-se em uma estratégia importante para o fortalecimento da agricultura familiar como um todo.

A sistematização e análise do processo de transição agroecológica na região Nordeste também vem se constituindo em um processo em curso. No Assentamento Chico Mendes III, localizado na Zona da Mata Pernambucana, esse processo foi realizado por meio de pesquisa participativa (SILVA et al., 2009). Primeiramente, reconstituiu-se a trajetória de vida e de luta dos assentados para em um segundo momento levantar informações sobre as diferentes formas de cultivar a terra, o que resultou na identificação e caracterização de diferentes sistemas de produção. Nos depoimentos dos agricultores, observou-se que os mesmos associam os problemas nos cultivos de macaxeira e feijão à pulverização aérea de agroquímicos realizados nos monocultivos de cana das usinas vizinhas ao assentamento, o que se reflete na queda da produção nas últimas colheitas. Apesar dessa realidade, atualmente 55 famílias têm adotado práticas como cobertura morta com casca de feijão, aplicação de calda de fumo para controle fitossanitário e utilização do esterco bovino. Com isso, tornou-se possível produzir e ofertar, sobretudo, culturas de ciclos curtos como a macaxeira, o milho e o feijão, em espaços públicos e feiras, dos municípios de São Lourenço da Mata, Tiúma e Camaragibe, além de permitir o desenvolvimento de projetos que visam à diversificação da produção com a introdução do cultivo de hortaliças, fruteiras dentre outras.

As experiências apontadas nos indicam que os processos socioculturais, ambientais e produtivos que permeiam a transição agroecológica envolvem necessariamente

a construção do conhecimento local, também denominado etnoecológico (TOLEDO, 1992; WINKLERPRINS, 1999; BARRERA-BASSOLS e ZINCK, 2000; CORREIA et al., 2004; FREITAS, 2009). A compreensão e construção dos saberes locais dos agroecossistemas e dinâmica ambiental são fundamentais para compreender o processo de transição agroecológica em curso nas diferentes realidades da agricultura familiar e camponesa no mundo. Toledo (2000, p. 3) apresenta a etnoecologia como sendo fundamental nas decisões humanas de produção agrícola:

Conhecimento de solo, juntamente com o conhecimento do relevo ou topografia e vegetação, é mobilizado pelo agricultor para construir e identificar as unidades ambientais, as quais são utilizadas como “unidades de manejo” para tomada de decisões sobre as atividades agrícolas, seleção de espécies ou variedades de cultivares, período de plantio, tempo até a colheita, coleta ou extração de produtos, etc. Muitos autores tem provado a evidência desta construção intelectual humana, relacionado tanto a ecossistemas terrestres quanto aquáticos, sobre diversos níveis e quantidade de recursos, unidades de manejo, unidades da paisagem, biótopos, microambientes ou agro-habitats.

A etnociência surge do interesse de antropólogos em estudar o conhecimento de pessoas de um determinado local sobre a natureza. Conhecimento este que tem recebido inúmeras denominações, quais sejam, indígena, local, percepção ambiental, tradicional, ecológico, conhecimento ambiental, tribal, popular, do povo, *folk*, autóctone, vernáculo, prático, coletivo, situado, camponês, informal nativo, rural, cotidiano, culturalmente específico, étnico, oral, comunitário, endógeno, sustentável, comum, saber-fazer, dentre outros (POSEY, 1987; WINKLERPRINS, 1999; BARREIRA BASSOLS e ZICK, 2000; FREITAS, 2009). Ao tomar o conhecimento local e seus processos de construção, evolução e cognição como um novo objeto de estudo, tem-se o surgimento dos diversos campos de estudos etnocientíficos, os quais se fazem fundamentais para a compreensão e desenvolvimento dos processos de construção do conhecimento local e transição agroecológica.

Apesar de muitas vezes produzidos como invisíveis, os processos de transição agroecológica estão sendo vivenciados em nosso país por diversos grupos de agricultores familiares em diferentes contextos. Deste modo, o Núcleo de Pesquisas e Estudos Sertão Agroecológico (NUPESA) - UNIVASF/CNPq tem articulado ações de ensino, pesquisa e extensão junto a grupos de agricultores familiares e suas organizações de assessoria, bem como organizações/instituições de promoção da agroecologia de modo a se identificar, estudar e divulgar experiências bem sucedidas nos processos de transição agroecológica e a construção do conhecimento local associados aos grupos de agricultores familiares envolvidos nos territórios de atuação do NUPESA, quais seja os Territórios Semiáridos do Sertão Baiano e Pernambucano.

Deste modo, o objetivo deste trabalho é sistematizar a experiência e analisar os fatores que determinaram que a iniciativa da transição agroecológica na Horta Orgânica Comunitária do Assentamento Mandacaru – Petrolina – PE fosse bem sucedida.

METODOLOGIA

Aspectos Gerais do Assentamento

O Assentamento Mandacaru está localizado na zona rural do município de Petrolina, semiárido pernambucano (S 09°16'18" - W 040°35'54"), às margens da rodovia BR 407, em área de sequeiro marginal ao Perímetro Irrigado Nilo Coelho (PINC). O assentamento está a aproximadamente 18,0 Km do centro da cidade e apresenta uma área total de 482 ha, na qual foram assentadas 70 famílias que integram a Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru (AAFAM). A horta orgânica está localizada na área comunitária e o grupo da horta faz parte da Associação dos Produtores Orgânicos do Vale do São Francisco (APROVASF).

O município de Petrolina e região possui clima do tipo BSh – Clima Semiárido, segundo a classificação de Köppen. A vegetação característica é a caatinga, constituída basicamente por espécies xerófilas. Além disso, os solos no contexto do assentamento são geralmente rasos, podendo apresentar fertilidade variável, susceptibilidade à salinização, além de restrições de drenagem. No assentamento Mandacaru os solos de ocorrência mais comuns são: Neossolos Litólicos, Neossolos Quartzarênicos, Cambissolos, Argissolos e Planossolos.

Percurso Metodológico da Pesquisa

Todo processo de avaliação da transição agroecológica foi pautado na Pesquisa-ação, a qual é definida por Thiourent (2004) como sendo um tipo de pesquisa com intervenção, de modo que os pesquisadores e os participantes estão diretamente envolvidos. Outra perspectiva incorporada por esta investigação é o caráter de Pesquisa Participante, da forma como nos apresenta Brandão e Borges (2007, p. 55):

A investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local, e limitada como foco sobre uma questão específica da vida social, é o seu todo o que está em questão.

Esta incorpora a perspectiva da pesquisa-ação, da pesquisa participante e desenvolve-se ao longo das intervenções realizadas junto ao Grupo da Horta Orgânica de forma a respeitar e valorizar a percepção e o conhecimento local dos assentados no que tange à dinâmica dos agroecossistemas da horta e do assentamento. O envolvimento nas ações da pesquisa participativa promovem observação participante e avaliação dos processos socioambientais, tanto por parte dos agricultores como dos pesquisadores (HOCDÉ, 1999).

Em linhas gerais esta pesquisa percorreu as etapas:

1. Aproximação Sucessiva do grupo da horta comunitária do assentamento Mandacaru e conseqüente aproximação da comunidade por meio das intervenções propostas ao longo das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Inúmeras ações foram pensadas e desenvolvidas ao longo do período de análise desta pesquisa-ação (2013-2015) na medida em que as demandas do assentamento e grupos com os quais se relacionavam se apresentavam para o NUPESA. Assim, cabem destacar algumas destas ações: visitas à horta e ao assentamento, conversas individuais e coletivas, reuniões, discussão e construção do histórico do assentamento, identificação das organizações comunitárias e processos de gestão socioproductiva, dinâmicas socioculturais, cursos e oficinas temáticas pertinentes às práticas agroecológicas, mapeamento de uso e ocupação da horta, inserção e participação do grupo nos espaços de comercialização, assembleias da APROVASE, relatorias das reuniões, levantamento de demandas reais de pesquisas, entrevistas semiestruturadas, ações de pesquisa participativas em desenvolvimento e concluídas junto aos agricultores da horta, além de registros fotográficos e filmagens.

No que tange à caracterização dos agroecossistemas da horta orgânica do assentamento foram utilizadas algumas ferramentas do Diagnóstico Participativo. Nesse diagnóstico, procurou-se listar as espécies cultivadas, variedades de hortaliças cultivadas, principais pragas e doenças com posterior avaliação e sistematização das informações com base em metodologias propostas por vários autores (PETERSEN, 1999; DE BOEF e THIJSSSEN, 2007; ALTIERE e NICHOLLS, 2002; GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2006). Todas as ferramentas utilizadas foram adaptadas à realidade local conforme preconiza a intervenção social participativa, sem, contudo, dispensar o rigor científico da pesquisa desta pesquisa participante.

2. Planejamento e Desenvolvimento de Ações em conjunto com as famílias envolvidas diretamente na horta e demais famílias do assentamento, grupos de estudantes da UNIVASF e outros grupos de agricultores agroecológicos envolvidos nas ações;

Durante o desenvolvimento das atividades e o recorte temporal desta pesquisa, o processo de “Consulta aos Registros das Atividades” foi constante. Para isso, foram consultados os diferentes registros de ações desenvolvidas junto ao grupo da horta de modo a possibilitar o planejamento de ações em andamento e a serem desenvolvidas, bem como possibilitar a reconstituição histórica da implantação da horta e dinâmica de vida das famílias assentadas.

3. Consulta aos Registros das Atividades e relatoria das ações desenvolvidas e sistematizadas;

Fez-se a consulta aos registros referentes às diversas ações desenvolvidas ao longo das ações de intervenção desta pesquisa-ação de modo a subsidiar o planejamento das ações em curso, bem como possibilitar a sistematização dos registros e informações produzidas.

4. Sistematização, Triangulação e Análise dos dados referentes ao processo histórico de constituição do grupo da horta.

A última etapa da pesquisa, “Sistematização, Triangulação e Análise”, permitiu a avaliação e análise dos dados, de forma quantitativa e qualitativa, por meio da sistematização e posteriormente triangulação das informações (TRIVIÑOS, 1987). As informações coletadas durante as atividades anteriores foram ordenadas de modo a

permitir a análise do processo de transição agroecológica no assentamento Mandacaru a partir da experiência do Grupo da Horta Orgânica do assentamento. As informações sistematizadas foram confrontadas com a literatura pertinente aos processos de transição agroecológica de modo a possibilitar a análise e síntese das principais contribuições para os processos de transição agroecológica no âmbito do semiárido a partir do estudo de caso da Horta Orgânica do Assentamento Mandacaru.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ocupação da área da fazenda pelas famílias ocorreu em 1999 e a regularização da posse junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se deu em 2001, de modo a oficializar a criação do Assentamento Mandacaru, conforme denominado pelas próprias 70 famílias de sertanejos assentadas. Em sua maioria, as famílias do Mandacaru são constituídas pela força de trabalho originada das fazendas dos perímetros irrigados da região do Polo Petrolina e Juazeiro.

Na primeira fase (1999-2003), constituída pelos anos iniciais da vida na área do assentamento, os problemas ligados à infraestrutura desafiavam as famílias acampadas a resistir e permanecer na terra. Durante os dois anos e meio deste período as famílias viveram a incerteza da permanência na área. Entretanto, em 2001, com o decreto de desapropriação da área emitido pelo INCRA, a antiga fazenda passa a ser declarada para fins de reforma agrária. Porém, durante todo esse período, até 2003, as famílias permaneceram morando em barracos. A partir desse ano, executa-se a demarcação dos lotes e parcelamento das terras, definindo as áreas de cultivo sequeiro, cultivo irrigado e áreas comunitárias. Ainda em 2003 teve início a construção das casas. Alguns relatos de assentados expressam as dificuldades e primeiras iniciativas das famílias nesta fase de implantação do assentamento, dentre estas se destacam as dificuldades de garantir a produção de alimentos para as próprias famílias, geração de renda e necessidade de trabalhar nas fazendas e outras atividades fora do assentamento, além dos os riscos à vida associados às condições impróprias de moradia em barracos.

No início foi muito difícil manter as famílias, tinha gente que fazia doação de alimentos, e nós dizíamos que ainda iríamos ter muita produção para levar para a feira. Ai quando chegamos na feira com o produto de nossa primeira grande produção as pessoas que nos doavam alimentos ficaram surpreendidas. (Eliane Martins Silva, Presidente da Associação do Assentamento Mandacaru)⁷.

Aqui tem uma barragem que estava cheia de água na época que ocupamos o assentamento, então preparamos uma área coletiva para o cultivo, produzimos muito e levamos para a cidade para vender. (Vicente Joaquim Cruz, integrante da horta orgânica comunitária)⁸.

⁷Esses e outros relatos citados ao longo do texto foram colhidos e registrados em reunião entre professores e estudantes integrantes do Sertão Agroecológico/UNIVASF e famílias do assentamento no dia 05/06/2013 para diagnóstico da história do assentamento e identificação de possíveis demandas para atuação, durante a execução de Programa PROEXT Sertão Agroecológico em 2013. Também houve caminhadas e visitas à horta orgânica e na área comunitária do assentamento havendo confirmação de informações e registro de outros relatos.

⁸Os relatos de Eliane e Vicente foram registrados em 5 de junho de 2013.

A luta pela posse da terra e a dificuldade de permanência nas áreas ocupadas é relatada na grande maioria das experiências de transição agroecológica em assentamentos rurais. Jesus et. al (2011) verificaram que após uma longa luta pela terra, em 1997 cerca de 300 famílias do município de Goiás (GO) ocuparam uma área que posteriormente veio a se constituir em um assentamento onde se realizam atividades de produção no sistema agroecológico, porém destas somente 60 famílias foram assentadas na área. Atualmente 11 famílias persistem no local, produzindo de forma coletiva e promovendo agroecologia em busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. No assentamento Chico Mendes III na zona da mata pernambucana, a luta pela terra se deu entre agricultores e usineiros envolvidos com a produção de cana-de-açúcar. Após cinco anos de muita luta e resistência, o INCRA emitiu a posse e implantou o assentamento. Com a emissão de posse, 55 das 300 famílias acampadas, foram, finalmente, assentadas (SILVA et al., 2009).

Com o início da implantação das infraestruturas sociais no Assentamento Mandacaru, passou-se a buscar o avanço na implantação de infraestruturas e processos produtivos. Assim, a partir de 2003 iniciou-se a implantação de cultivos em uma área de 35 ha destinada à produção irrigada no assentamento. Isso porque esta área tem aptidão agrícola para o cultivo irrigado e dispõe de infraestrutura e acesso à água do perímetro irrigado (PINC). Cada uma das famílias assentadas ficou com uma parcela de 0,5 hectare desta área irrigada.

A morosidade no processo de criação, implantação e investimento socioprodutivos nos assentamentos é um problema estrutural na criação de assentamentos rurais no Brasil (FREITAS, 2009). Essa demora no processo de acolhimento das famílias na área do assentamento já constituído com as discussões e encaminhamentos pertinentes ao parcelamento e definição dos lotes produtivos, áreas comunitárias e de conservação, construção das casas (é comum passar de quatro anos), investimentos nos projetos produtivos, além da ausência, insuficiência e inadequação de assessoria técnica dificultam a permanência das famílias nos assentamentos rurais brasileiros. Durante esses anos iniciais de assentamento, somando-se aos anos em que estavam acampadas, na área do assentamento ou em outras áreas não regularizadas, as famílias assentadas vivem dificuldades ligadas à insegurança alimentar, geração de renda, riscos à saúde e segurança das famílias, além de outras adversidades.

Uma **segunda fase (2003/2004 – 2008)** se inicia no processo de implantação do Assentamento Mandacaru: com o início da construção das casas e investimentos nas demais infraestruturas sociais e produtivas, os agricultores foram identificando afinidades entre as famílias e entre as diferentes atividades produtivas. Assim, foram surgindo alguns grupos de produção por atividade ou mesmo fomentados por instituições e organizações parceiras constituídas pelo assentamento. Até esse período, mesmo com o estabelecimento dos agroecossistemas iniciais, muitos agricultores ainda trabalhavam nas fazendas para conseguir auferir renda e sustentar suas famílias por falta de alternativa de geração de renda dentro no próprio assentamento.

Com a implantação do núcleo comunitário habitacional (a partir de 2003/2004) e definição de áreas de sequeiro e áreas de pequenos lotes irrigados (0,5 ha/família), as famílias passaram a implantar as propostas de produção nas diferentes áreas do

assentamento. Assim, o trabalho em grupos de afinidade também passou a ganhar força. As propostas produtivas iniciais passavam pela ocupação da área irrigada com sistemas produtivos que reproduziam ainda a lógica dos sistemas de produção convencional vivenciado nas fazendas produtoras de frutas para exportação (uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos). Entretanto, de acordo com relatos dos assentados, o alto custo financeiro e dependência desses insumos, associado aos casos de intoxicação de pessoas do assentamento pela exposição direta aos agrotóxicos nas empresas da fruticultura irrigada, fizeram com que algumas famílias buscassem o estabelecimento de processos produtivos mais seguros, autônomos e saudáveis para as famílias e para o ambiente. Relatos destacam a preocupação com a saúde e as dificuldades percebidas quanto ao caminho alternativo ao uso de agrotóxico nos sistemas de cultivo em implantação:

'Nossa saúde melhorou muito quando saímos das fazendas.'
'No início eu não acreditava que sem veneno a gente ia conseguir produzir nada, pois a gente mesmo usando veneno já era difícil, imagine sem ele.'
(Vicente Joaquim Cruz⁹)

⁹O relato de Vicente foi registrado em 5 de junho de 2013.

Organizações e grupos de apoio à agricultura familiar, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Petrolina e professores da UNIVASF, além de parceiros como a PRORURAL (Secretaria de Agricultura de Pernambuco) e apoio de técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), incentivaram e apoiaram a criação de uma horta orgânica na área comunitária do assentamento. No primeiro momento chegaram a pensar em estabelecer a horta na área que tinha disponibilidade de água do distrito, entretanto a distância da área comunitária onde residem e os aspectos ligados à segurança e dinâmica de vida, especialmente das mulheres, fez o grupo optar pela instalação da horta na área de 0,5 ha da área comunitária, próximo das residências.

Após a provocação da comunidade do assentamento por intervenção de um projeto de extensão desenvolvido pela UNIVASF em 2009, as famílias constituíram um grupo produtivo formado inicialmente por 33 agricultores assentados para participar do projeto de implantação da horta orgânica. Nesse momento, também foi fundamental a atuação de lideranças da comunidade na busca de outros parceiros com o SEBRAE e SENAR, os quais viabilizaram cursos e formação inicial em práticas para produção orgânica. Articulada com esta ação, lideranças do assentamento conseguiram envolver o grupo da horta do assentamento, ainda em constituição, em propostas de projeto elaborado pelo PRORURAL – Governo de Pernambuco, denominado “Hortas Orgânicas e Galpão”, o qual viabilizou a infraestrutura inicial da horta para o estabelecimento dos processos produtivos. A partir de 2010, com o apoio financeiro e técnico da CODEVASF, a horta começou a ser auditada e certificada pela Certificadora Chão Vivo, passando a integrar o Grupo dos Orgânicos do Vale, o qual se constituiu posteriormente (2014) na APROVASF.

Os agricultores relataram que começaram a trabalhar de modo a promover a experimentação e observação direta da dinâmica dos agroecossistemas do assentamento e da horta, bem como os efeitos das práticas e técnicas de manejo adotadas na horta

orgânica. Assim, os assentados passaram a identificar as melhores formas de manejar a irrigação, adubar os canteiros, controlar pragas e plantas invasoras, bem como na seleção de variedades mais adaptadas aos agroecossistemas.

Os integrantes do grupo da horta ressatam a importância da experimentação no processo produtivo. Altieri (2012) destaca que o fundamento da agroecologia é um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por isso enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores. Freitas (2009) chama atenção para a necessidade de se pensar o processo de parcelamento das terras e planejamento de uso do solo nos assentamentos na perspectiva da valorização do conhecimento ambiental local já construído pelas famílias. O referido autor aponta para a etnopedologia enquanto instrumento essencial para a análise, planejamento e consolidação das ações de construção do conhecimento local de solos e suas inter-relações com o manejo dos agroecossistemas locais propostos e em implantação pelos agricultores nas diferentes condições edafoclimáticas brasileiras.

Do grupo de 33 famílias que iniciaram as atividades produtivas da horta atualmente permanecem 16 agricultores (Figura 1). As razões para o número de famílias ter diminuído, segundo os integrantes que permaneceram no grupo, são diversas tendo sido destacadas: a inadequação ao trabalho com produção agroecológica e orgânica; a identificação com outras atividades produtivas (caprino, fruticultura, artesanato, produção de doces, dentre outras) desenvolvidas no âmbito do assentamento e fora dele também (serviço público e trabalho assalariado nas fazendas circunvizinhas); as dificuldades no trabalho em grupo e comunitário de alguns integrantes; e problemas de saúde (especialmente por conta de que um número significativo dos integrantes da horta encontra-se na terceira idade e o trabalho na horta exige muito esforço físico). No caso dessa última informação, Silva (2015), em entrevista ao Grupo da Horta Orgânica constata que dos 16 integrantes, 11 são mulheres e cinco são homens, além disso, a faixa etária entre 40 a 70 anos é predominante entre os integrantes do grupo, o que corrobora com as informações relatadas pelos agricultores da horta.



Figura 1. Atividade de extensão do NUPESA integrando agricultores da horta com estudantes da UNIVASE.



Figura 2. Sede da Associação dos Agricultores(as) Familiares do Assentamento Mandacaru.

Com a consolidação do grupo envolvido na produção orgânica no Assentamento Mandacaru, a horta se transformou em um ambiente de troca de experiências agroecológicas e aprendizagem para famílias do assentamento e de outras comunidades rurais e urbanas de Petrolina e região (Figura 3). Experiência semelhante é vivenciada por agricultores do Assentamento Serra Dourada, Goiás – GO, que recebe visitas de universidades e escolas locais por ser referência em produção agroecológica (SILVA et al., 2014). Em ambas as experiências também os agricultores dão palestras em eventos organizados por parceiros e pelas universidades envolvidas, levando suas experiências para outros agricultores.



Figura 3. Seu Luís (Lula), integrante da Horta Orgânica do Assentamento Mandacaru, apresentando a horta a estudantes da UNIVASF em aula do componente Núcleo Temático Interdisciplinar Sertão Agroecológico.



Atualmente a horta orgânica produz mais de 20 variedades de hortaliças, incluindo herbáceas, tuberosas e frutos, bem como plantas medicinais e condimentares com destaque para o coentro, alface, rúcula, couve folha, cebolinha, repolho, salsa, cenoura, beterraba, rabanete, tomate cereja, berinjela, quiabo, pimenta de cheiro, pimenta malagueta, manjeriço, hortelã, erva cidreira, mastruz, entre outras (Figura 4).

A variedade de alimentos produzidos na horta tem por finalidade o consumo das famílias do assentamento e a comercialização do excedente tem incentivado o comércio justo e a economia solidária. Alguns autores, como Gonçalves e Model (2006), destacam que processos de transição agroecológica orientados exclusivamente por motivações materiais tendem a ser mais vulneráveis às mudanças de conjuntura, podendo ser interrompidos com o surgimento de novas oportunidades de realização econômica baseadas em métodos convencionais.

Os preços praticados pelos agricultores da Horta do Assentamento Mandacaru, assim como dos demais associados da APROVASE, são compatíveis ou até mais baratos que os preços dos produtos convencionais, tanto para a compra direta pelas famílias da comunidade do próprio assentamento, quanto pelas comunidades circunvizinhas e pontos de comercialização e entrega dos produtos na cidade de Petrolina. Jesus et al. (2011) verificaram que a diversificação praticada por agricultores agroecológicos em propriedades de Goiás e do Distrito Federal, além de garantir a alimentação das famílias com alimentos mais saudáveis e diversificados, garante também uma melhoria na renda. De acordo com os autores, a diversificação na produção favorece a autonomia das comunidades, sendo um grande aliado no fortalecimento destas e na sua continuidade no campo. As famílias do Assentamento Mandacaru destacaram a melhoria nas condições econômicas e saúde, como aponta relato abaixo:

Depois que estamos trabalhando na horta nossas condições financeiras melhoraram muito, pois deixamos de trabalhar para os outros em fazendas onde estávamos a todo momento em contato com agrotóxico, sem falar que estamos ganhando mais que antes. (Ozaneide Gomes de Santos, liderança da comunidade e Presidente da APROVASF)¹⁰

¹⁰ Anotações da entrevista com Ozaneide registradas em julho de 2014.

Entretanto, com o êxito alcançado nos processo socioprodutivos do grupo da horta, novos desafios se apresentam. Um deles deve-se ao fato da área explorada pelos agricultores individualmente e no conjunto do grupo já ser considerada pequena, frente à crescente demanda por produtos orgânicos cultivados no Assentamento Mandacaru e em outras comunidades que também se dedicam à produção orgânica na região. Algumas famílias de agricultores da horta possuem um potencial produtivo limitado por conta das dimensões da área de canteiro destinada a cada um deles. Nesse sentido, a ampliação da área vem sendo avaliada e discutida no âmbito do grupo da horta e assentamento como um todo por conta da demanda de alimentos orgânicos, bem como pela inserção de novas famílias no processo de transição agroecológica no âmbito do assentamento:

'Hoje em dia falta é mercadoria para a gente vender.'
'Alguns comerciantes e consumidores já sabem que nossas hortaliças são produzidas sem uso de agrotóxico e não exigem o selo por confiar no nosso trabalho.' (Luciane dos Reis, integrante da horta orgânica comunitária)

'Pensamos em montar um mercado de venda para os nossos produtos orgânicos aqui mesmo no assentamento.' (Luís Carlos Ferreira da Cruz, integrante da horta orgânica comunitária)¹¹

Assim, outro ponto merece destaque no processo de estruturação e desenvolvimento do grupo da horta orgânica, qual seja a gestão dos espaços/atividades coletivas e individuais no âmbito da horta e do assentamento como um todo. No âmbito da horta cada agricultor cuida individualmente dos seus canteiros, entretanto a manutenção geral da área da horta, a qual envolve a compra de esterco, custos com água e energia para o sistema de bombeamento e a produção do composto, caldas e biofertilizantes para proteção das plantas são feitas ora de forma coletiva ora de forma individual (Figura 5 e 6). As famílias têm conseguido estabelecer acordos e consensos quanto às formas de organização para o trabalho, estratégias de comercialização, divisão dos resultados do trabalho coletivo/individual e planejamento de ações futuras que têm possibilitado o desenvolvimento do grupo, da associação, e do conjunto do assentamento como um todo.

¹¹Os relatos de Luciane e Luís foram registrados em 5 de junho de 2013.



Figura 5. Diversidade dos cultivos e dinâmica de ocupação dos canteiros.



Figura 6. Diversidade dos cultivos e dinâmica de ocupação dos canteiros.

Alguns agricultores já trabalham na área irrigada de 0,5 ha na perspectiva agroecológica de forma a se utilizar de práticas sustentáveis de fertilização, manejo de plantas espontâneas, pragas e doenças. Entretanto, a configuração da área em glebas muito pequenas em que cada família tem uma perspectiva de exploração, ainda predominantemente no sistema de produção convencional, associado à proximidade desta área irrigada às fazendas de fruticultura com intensa utilização de agrotóxico dificulta a certificação dos produtos advindos dessas glebas enquanto produto orgânico certificado.

A experiência do grupo da Horta Orgânica do Assentamento Mandacaru, em conjunto com outras iniciativas nos municípios do Sertão do São Francisco Pernambucano possibilitou a articulação para a criação do Território Produtivo da Horticultura Orgânica constituído por seis municípios do Sertão Pernambucano. Essa ação coordenada pelo PRORURAL tem como objetivo implantar oito hortas orgânica comunitárias (sete em Petrolina e uma em Lagoa Grande) e capacitações (oficinas, cursos, seminários e intercâmbios) promovidos por instituições e organizações parceiras do referido território produtivo. No Assentamento Mandacaru, as famílias optaram por um projeto de implantação de uma unidade de comercialização (à beira da BR 407) em que serão postos à venda produtos da horta orgânica e demais gêneros alimentícios produzidos no assentamento, além de artesanatos e alimentos processados como os doces produzidos pelo grupo de mulheres.

O grupo de assentados envolvido na horta orgânica tem promovido o desenvolvimento da Agroecologia à margem das áreas de produção convencional do perímetro irrigado de Petrolina. A experiência da horta do Assentamento Mandacaru tem sido um dos exemplos de transição agroecológica de destaque no município de Petrolina e região de modo a encorajar e promover o trabalho de agricultores, técnicos, organizações de apoio e instituições no processo de transição agroecológica nos Territórios do Sertão do São Francisco Pernambucano e Baiano. Autores como Mayer (2006) e Lopes (2007) destacam que os processos de transição agroecológica devem ser socialmente envolventes, de forma a beneficiar um grande número de agricultores familiares

e consumidores urbanos para que, de fato, tenham capacidade de promover mudanças sociais e ambientais positivas para toda a sociedade conforme se constata também na experiência do assentamento Mandacaru.

Para Caporal e Costabeber (2011) a dimensão local é vista como um potencial endógeno e aponta para implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadoras da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural, e reitera que são condições fundamentais para os processos de transição da agricultura. A exemplo da experiência do assentamento Mandacaru, Molina e Guzmán (1993) ressaltam que a transição agroecológica compreende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através da ação social coletiva multilinear e de caráter participativo, com um enfoque sistêmico e holístico, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica.

O papel da organização social e das lideranças do assentamento no sentido de promover uma ação coletiva efetivamente participativa foi fundamental para o êxito do grupo da horta orgânica. Nesse sentido, Costabeber (1998) afirma que os(as) agricultores(as) sentem a necessidade de articular seus interesses particulares mediante estratégias de ação coletiva nos processos de transição agroecológica. De acordo com Costabeber (1998) e Caporal et al. (2006), a agricultura estaria experimentando um novo processo de transição, em que o processo de ação coletiva, através do qual os atores sociais identificam seus interesses, necessidades e expectativas comuns a respeito do desenvolvimento das alternativas elegidas.

Para além da atividade desenvolvida pelo grupo da horta orgânica, as diferentes experiências de produção no assentamento revelam também o processo de identificação de atividades socioeconômicas compatíveis com a identidade sociocultural das famílias assentadas ainda em construção. Assim, o processo de transição agroecológica não pode ser compreendido a partir de apenas uma dimensão, a exemplo da econômica. Costabeber (1998) aponta para a transição como um processo social multilinear e dinâmico ressaltando as diferenças e a coexistência presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxito e avanço em um processo de transição agroecológica demanda iniciativa das famílias, articulação entre grupos e instituições com as iniciativas da sociedade civil e do poder público de modo que as ações possam influenciar nos processos socioprodutivos e desenvolvimento sustentável das famílias, além de integrarem com demais ações de transição agroecológica em curso no âmbito das comunidades e organizações locais, regionais e globais.

De maneira geral constata-se o importante papel da iniciativa de instituições de ensino, pesquisa, extensão e assessoria técnica aos agricultores em processo de transição agroecológica no que tange às ações de formação em práticas agroecológicas, nos processos sócio-técnicos de assessoria adequada aos agricultores, mobilização social e de recursos (financeiros, técnicos e de diferentes conhecimentos) uma vez que tais ações são fundamentais à transição agroecológica a partir de uma concepção participativa e transdisciplinar.

A construção do conhecimento local se dá a partir das experiências vivenciadas por cada agricultor e grupo social, tendo como ponto de partida a identidade cultural das famílias com as atividades socioprodutivas, a articulação das famílias e mobilização social de grupos que articulam conhecimentos e demais recursos necessários à transição agroecológica, bem como da sistematização de experiências e troca de conhecimentos agroecológicos entre os diferentes atores sociais envolvidos nos processos locais de transição.

A realidade do Assentamento Mandacaru revela também um problema que é a morosidade no processo de implantação de assentamentos rurais no Brasil, a qual se constitui em mais um desafio que se impõe às famílias envolvidas ou que pretendem iniciar processos de transição agroecológica nesse contexto porque as indefinições em relação aos espaços de vida e produção, a ausência de recursos financeiros e assessoria técnica, bem como o desafio da sobrevivência diária impõem limites às iniciativas e processos em curso no sentido da transição agroecológica nos assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. G. de; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122 p.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales. **Manejo integrado de plagas y agroecología**, Costa Rica, v. 64, p. 17-24, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para a agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BARRERA-BASSOLS, N.; ZINCK J. A. **Ethnopedology in a worldwide perspective: An annotated bibliography**. Netherlands: ITC, 2000. 636 p..

BRANDÃO Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Marco referencial para uma política nacional de assistência técnica e extensão rural**. 2ª versão. Brasília: MDA, 2004. 26 p.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, DF: MDS, CIAPO, 2013. 96 p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER**. Brasília, DF: MDA, 2010.

BRASIL. **Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos**. Brasília, DF: CIAPO, PLANAPO, PNAPO, 2014.

- CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações.** Brasília: 2008. 35p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: ETGES, V. E. (Org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão.** Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade.** Base conceptual para uma nova extensão rural. Botucatu, SP: 2011.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília, DF: [s.n.], 2006. 25 p.
- CASALINHO, HÉLVIO D. **Qualidade do solo como indicador de sustentabilidade de agroecossistemas.** 2003. 192 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.
- CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências.** Brasil: ASPTA, 2007.
- COLEGIADO TERRITORIAL DO SÃO FRANCISCO-PE. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco Pernambuco.** SDT/MDA. 2011. 113 p.
- CORREIA, J. R.; LIMA, A. C. S.; ANJOS, L. H. C. O trabalho do pedólogo e sua relação com comunidades rurais: observações com agricultores familiares no Norte de Minas Gerais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 447-467, 2004.
- COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** Tesis Doctoral, ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422 p.
- DE BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. T. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes.** Wageningen: Wageningen International, 2007.
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.
- FÓRUM DO TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO-BA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território do São Francisco – BA.** SDT. Maio/2008. 125 p.
- FREITAS, H. R. **Contribuição da etnopedologia no planejamento da ocupação e uso**

- do solo em assentamentos rurais.** 2009. 158f. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2009.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación.** IICA-GTZ, San Salvador, El Salvador: Landeras C.A., 1997. 208p.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: Procesos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653 p.
- GONÇALVES, A. L. R.; MODEL, A. B. Motivações para a transição agroecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Agriculturas**, v. 3, n. 3, p.12-14, out. 2006.
- HOCDE, Henri. **A lógica dos agricultores experimentadores: o caso da América Central.** Metodologias Participativas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.
- JESUS, P. P. de; SILVA, J. S.; MARTINS, J. P.; RIBEIRO, D. D.; ASSUNÇÃO, H. F. da. Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 11, p. 363-375, fev. 2011.
- LOPES, A. da S. **Construção participativa de estratégias para a transição agroecológica em assentamento de reforma agrária.** 2007. 103p. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.
- MAYER P. H. Transição agroecológica na região metropolitana de Curitiba. **Agriculturas**, v. 3, n. 3, p. 14-19, out. 2006.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004.** Brasília: Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater, 2004. 22 p.
- MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. Ecología, campesinado e historia. Para uma reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: MOLINA, M. G.; GUZMÁN, E. S. (Org.): **Ecología, campesinado e historia.** Madrid: La Piqueta, 1993. p. 23-129.
- NICHOLLS, C. I.; ALTIERE, M. A.; DEZANET, A.; LANA, M.; FEISTAUER, D.; OURIQUES, M. A rapid, farmer-friendly agroecological method to estimate soil quality and crop health in vineyard systems. **Biodynamics**, n. 250, p. 33-40, 2004.
- NORGAARD, R. B. Una sociologia del medio ambiente coevolucionista. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Org.). **Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional.** Madrid: Mc Graw Hill, 2002.
- OLIVEIRA, D. A pluriatividade na transição agroecológica: a experiência dos agricultores ecologistas de Ipê (RS). **Agriculturas**, v. 6, n. 3, p. 6-11, out. 2009.

PETERSEN, P. Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In: PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. (Org.). **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-P-TA, 1999. p. 56-75.

PINHEIRO, S. L. G. **Diagnóstico Rural Participativo (DRP):** uma experiência acadêmica com agricultores familiares das comunidades rurais do Rio do Sul e Rio da Prata, Anitápolis, Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2004. 80 p.

POSEY, D. A. Introdução. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. et al. (Org.). **Suma etnobiológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 15-25.

SILVA, D. P. **Agricultura urbana e periurbana:** um estudo de caso de duas hortas comunitárias no município de Petrolina-PE. Petrolina, 2015. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônoma), Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2015.

SILVA, A. C. de L.; BUENO, T.; SILVA, A. L. da; SILVA, NEVES, S. dos S. N. Manutenção do ciclo da vida: experiência em transição agroecológica de hortaliças no Assentamento Serra Dourada, Goiás-GO. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, p. 1-9, nov. 2014.

TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of rising discipline. **Etnoecol.**, v. 1, p. 5-21, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 173 p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. p. 65.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. Insights and applications - local soil knowledge: a tool for sustainable land management. **Society & Natural Resources**, v. 12, p. 151-161, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FREITAS, Helder Ribeiro; GERVÁSIO, Rita de Cássia R. G.; LIMA NETO, Izaias da Silva; CARVALHO NETO, Moisés Félix de; MARINHO, Cristiane Moraes. Análise da Transição Agroecológica a partir da Experiência da Horta Orgânica Comunitária do Assentamento Mandacaru, Petrolina-PE, Semiárido Brasileiro. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 65-84, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 30 maio. 2015.

Aprovado em: 20 jun. 2015.

Assistência técnica e extensão rural – ATER e a agricultura familiar rural

Ana Patrícia Freire¹
Clésio Anderson S. Magalhães²
Elias Lopes Cintra³
Francielle Rodrigues Santos⁴
Maria de Lourdes Gomes Bione Lopes⁵
Terezinha de Jesus Barbosa⁶

¹Formada em Engenharia Agrônômica e Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo de 2º. Grau (Licenciatura em Ciências Agrárias) pela UFRPE. Pós-Graduada em Fruticultura Tropical Irrigada pela UNEB em Juazeiro-BA e atualmente trabalha na Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e ex-aluna da pós graduação em metodologias participativas na pesquisa e extensão rural pela UNIVASF. E-mail: apfreire23@gmail.com.

²Clésio Anderson Sousa Magalhães, trabalho como Extensionista Rural Nível Superior contrato temporário no IPA-Instituto Agrônômico de Pernambuco, Formado em Engenharia Agrônômica pela FACIAGRA - Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina e atualmente estou cursando Pós-graduação nível Especialização em Metodologias Participativas

RESUMO

O presente trabalho ressalta a importância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) realizado pela equipe técnica do Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA, em Lagoa Grande-PE, com os agricultores familiares para o resgate e valorização de saberes local como base das ações transformadoras da realidade da comunidade familiar rural, através da absorção de tecnologias e alternativas voltadas para agropecuária baseados na: linguagem, cultura, comunicação em níveis mais profundos e complexos no processo de desenvolvimento organizacional e produtivo. O trabalho foi baseado no livro *A Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, cujo objetivo foi de promover a inclusão social, a melhoria de renda e da qualidade de vida das famílias e das organizações dos produtores rurais. A metodologia participativa interativa foi feita através de técnicas alternativas com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar, intercultural e interdimensional, utilizando-as em visitas, reuniões, palestras, capacitações, acompanhamentos, intercâmbio e proporcionando novos conhecimentos, de acordo com o protagonismo da teoria e da prática através da construção coletiva de saberes junto com os agricultores. Portanto, as ações realizadas junto aos produtores, tiveram um processo no desenvolvimento produtivo e organizacional aliados aos programas de transferência de renda do Governo Federal, e foi constatado que essas mudanças contribuíram na dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural das famílias assistidas pelos programas federais e pelos serviços prestados pelos agricultores.

Palavras-chave: Assistência técnica; Agricultura familiar; Pedagogia da autonomia.

Technical Assistance and Rural Extension – ATER and Rural Family Agriculture

ABSTRACT

This paper discusses the importance of technical assistance services and Rural Extension (ATER) performed by the technical staff of the Agronomic Institute of Pernambuco - IPA, in Lagoa Grande - PE, with family farmers to the rescue and recovery of the local knowledge as a basis for transforming actions of the reality of rural family community, by absorbing and alternative technologies focused on agriculture based on: language, culture, communication in deeper and more complex levels of organizational and productive development process. The work was based on the book "The

Pedagogy of Autonomy" of Paulo Freire, whose goal was to promote social inclusion, improving income and quality of life of families and organizations of farmers. The interactive participatory methodology was made through alternative techniques with multidisciplinary approach, interdisciplinary, intercultural and inter-dimensional, using the visits, meetings, lectures, training, monitoring, exchange and providing new knowledge, according to the role of theory and practice through the collective construction of knowledge with farmers. Therefore, the actions taken to the producers, had a process in the production and organizational development combined with the income transfer programs of the Federal Government, and it was noted that these changes contributed to the socioeconomic and cultural dynamics and structure of families assisted by federal programs and by services provided by farmers.

Keywords: Technical Support; Family Agriculture; Education autonomy.

INTRODUÇÃO

O trabalho teve como objetivo ressaltar a importância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestado aos produtores rurais como instrumento capaz de contribuir, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural sustentável. No Nordeste, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a agricultura familiar abrange quase metade dos estabelecimentos do gênero no Brasil, sendo 88,3% dos agricultores da região Nordeste, os quais ocupam cerca de 43,5% da área total explorada pela agropecuária. Além disso, os estabelecimentos respondem por 82,9% da ocupação de mão de obra no campo. O produtor rural que vive da agricultura de subsistência produzindo em regime de economia familiar busca uma produção com qualidade e melhores condições de vida para a comunidade rural. O extensionista é um educador que atua respeitando as diferenças regionais, diante da diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural.

O desempenho e a execução das funções e serviços do extensionista são feitas através da responsabilidade e comprometimento da equipe na realização das atividades de execução de serviços de ATER através da chamada Pública do Programa Brasil Sem Miséria nos municípios do semiárido pernambucano, cujas temáticas foram: Transição Agroecologia, Convivência com o Semiárido, Produção de Alimentos para a Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como base a educação formal e não formal de caráter continuado, promovendo processos de gestão, produção de renda, garantindo a segurança alimentar e nutricional. Como também a apropriação de conhecimentos de natureza técnica, econômica, ambiental, social, serviços agropecuários e acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Foram realizadas visitas, reuniões, palestras e cursos técnicos utilizando metodologias participativas com enfoque multidisciplinar voltado para o desenvolvimento rural sustentável.

Aplicadas a Assistência Técnica e Extensão Rural na UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: clesio.anderson@ipa.br.

³Elias Lopes Cintra atua como Extensionista Rural no IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco, Formando como Engenharia Agrônoma pela UNEB - BA. Com Especialização em Educação do Campo e atualmente aluno deste curso. E-mail: elias.cintra@ipa.br.

⁴Médica veterinária e mestre em Sustentabilidade em Agroecossistemas pela UFS, e atua com extensão desde 2009, desenvolvendo trabalhos na área de caprinovincultura, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável para o semiárido. E-mail: frsantos.vet@gmail.com.

⁵Tem pós graduação em Fruticultura Tropical Irrigada pela UNEB, engenheira agrônoma atuou no segmento de produção e exportação nos cultivos de manga e uva no Vale do São Francisco como responsá-

DESENVOLVIMENTO

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) define que a agricultura familiar é uma forma de produção na qual predomina a interação entre a gestão e o trabalho dos agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação de suas atividades, gerando sua própria subsistência. A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores que representam cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% estão localizadas no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e corresponde por 30% da produção. Faz parte da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e criação de animais de pequeno porte que são responsáveis por 60% da produção.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (2007), a missão do serviço público de ATER é “Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”, centrada na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, visando contribuir para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Segundo Freire, o novo paradigma metodológico com foco na construção e reconstrução do conhecimento somente será alcançado por meio do processo da participação dos/das beneficiários/as da PNATER e de suas várias formas organizativas, no qual estes atores passam das condições de objetos para a condição de “sujeitos da ação” (FREIRE, 1979). A Extensão Rural sempre teve a capacidade de vencer desafios; soube renovar-se tantas vezes quanto foram necessárias, adaptando as metodologias para maior alcance do modelo de desenvolvimento rural sustentável almejado.

É imperativo que haja decisão política institucional e compromisso de todos envolvidos. Os agricultores apresentam baixo nível de escolaridade e na sua propriedade há uma grande variedade de produtos cultivados utilizando a mão de obra familiar com o objetivo de aumentar a renda e aproveitar a disponibilidade de produtos a serem inseridos no mercado.

As flexibilidades de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda tornaram a agricultura familiar elementos fundamentais da produção agrícola, em maior ou menor grau, assegurados pela exploração familiar. O produtor familiar não possui um único padrão cultural, social e econômico, mas difere entre si intensamente, de uma maneira mais ampla, como um segmento que detém poder de influência econômica e social no meio rural.

Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades, sendo que em 4.928 municípios existem menos de 50 mil habitantes. A melhoria da renda deste segmento se dá por uma maior inserção no mercado de trabalho e na busca da segurança alimentar através da inclusão socioeconômica das famílias. O IPA busca contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e do serviço de extensão rural pública, no Estado de Pernambuco. Para isso a equipe utilizou as seguintes ações:

vel técnico de 2003 a 2013. Em intervalo de 2003 e 2008 extensão rural a pequenos produtores. E-mail: malubionel@gmail.com.

*E-mail: terezi-nha.barbosa@ipa.br.

1. Quanto ao alcance e à estrutura grupal – que tem um número de participantes definido.

Unidade de teste e demonstração (UTD); Curso; Capacitação participativa (CP); Oficina; Mutirão (MU); Excursão; Dia de campo (DC); Dia especial (DE); Demonstração prática (DP) e Intercâmbio.

2. De alcance indefinido – do qual não é possível definir o número de participantes.

Unidade demonstrativa (UD); Exposição; Semana especial (SE); Seminário; Concurso e Campanha.

3. Quanto à estrutura:

Simplex – que são utilizados isoladamente.

Visita técnica; Reunião e Demonstração prática (DP).

Complexos – que exigem a utilização de outros para a execução.

Unidade de teste e demonstração (UTD); Curso; Capacitação participativa (CP); Oficina; Mutirão (MU); Excursão; Dia de campo (DC); Dia especial (DE); Unidade demonstrativa (UD); Exposição; Semana especial (SE); Seminário; Concurso e Campanha.

Qualquer atividade realizada pela ATER, principalmente de alcance individual, indeterminado ou grupal na comunidade, o método deverá ser utilizado para melhor conhecimento da família a ser atendida ou da ação a ser desenvolvida, motivando a comunidade na gestão do seu próprio desenvolvimento. Com a ação do extensionista, o método reunião também ocorre em situações com objetivos mais amplos de alcance individual ou grupal, que são utilizados para a construção ou a reconstrução do conhecimento, combinando os principais fundamentos: ver, ouvir, entender e fazer fazendo. “O homem é um ser consciente que usa sua capacidade de aprender não apenas para se adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade” (FREIRE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela equipe de ATER vêm demonstrando excelentes resultados em vários trabalhos desenvolvidos junto aos agricultores familiares, público-alvo de suas atividades, de acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que atribui como missão no acompanhamento, monitoramento das visitas e das reuniões técnicas de planejamento e avaliação participativa. A ATER pública auxilia na viabilização do padrão de vida dos agricultores rurais de forma sustentável e continua sendo um desafio para o Estado e para a sociedade civil por meio das ações coletivas no manejo dos recursos naturais, que são de fundamental importância para se conceber o sentido das intervenções nas comunidades.

A sensibilidade e a visão de educador, do extensionista pesquisador, deve nortear a sua habilidade para fazer uso de uma boa e adequada metodologia. A partir desta habilidade, a estratégia metodológica utilizada deverá reproduzir ações voltadas à solução de problemas detectados. Constantemente, a estratégia metodológica deve ser revista e avaliada, considerando a sua frequência já utilizada, introduzindo-se as modificações nas combinações e seleções de métodos, visando o processo de educação na escala de ensino e aprendizagem.

A adaptação à polivalência ou pluriatividade não se dá de forma igual entre os estabelecimentos integrantes da ampla categoria que é a agricultura familiar brasileira, ressaltando o domínio da vida que exige consciência plena do processo contínuo e inacabado necessário no desenvolvimento da prática formadora e transformadora seja eminentemente ética, no contexto dos profissionais envolvidos junto às organizações e produtores familiares, pois, segundo Freire, ensinar exige respeito de todos os saberes e a consciência do eterno inacabamento do ser humano estando com o mundo e com os outros respeitando a autonomia e a dignidade de cada um, é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros, princípios fundamentais para nós extensionistas comprometidos com a sustentabilidade da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2011. 45p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v.1. (Coleção Educação e Comunicação).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município em números 2010**. Brasil: IBGE, 2010.

MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** (Resumida). Brasília: nov. 2007.

RAMOS, Giuberto de Lima. Revisado e adaptado Giuberto de Lima Ramos, Ana Paula Gomes da Silva e Antônio Alves da Fonseca Barros. **Manual de metodologia de extensão rural**. Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 58p. (IPA – Coleção Extensão Rural, 3).

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FREIRE, Ana Patrícia; MAGALHÃES, Clésio Anderson S.; CINTRA, Elias Lopes; SANTOS, Francielle Rodrigues; LOPES, Maria de Lourdes Gomes Bione; BARBOSA, Terezinha de Jesus. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e a agricultura familiar rural. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 85-90, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Assistência Técnica e Extensão Rural no município de Petrolina-PE: o caso da CODEVASF

Marcelo Henrique P. dos Santos¹
Roberto César Ferreira da Silva²

¹Professor do Colegiado de Ciências Sociais da UNIVASF. E-mail: marcelo.henrique@univasf.edu.br.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a investigação da política pública Assistência Técnica e Extensão Rural no município de Petrolina-PE. Primeiramente, faz-se uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do tema abordado, compreendendo a problemática envolvida com o tema, uma pequena digressão sobre o seu processo histórico e legislação pertinente ao período. É realizado estudo de caso para avaliação das políticas na prática, o organismo escolhido para estudo de caso foi a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), empresa pública do Governo Federal ligada ao Ministério da Integração Nacional – MI.

²Discente do Curso de Ciências Sociais da UNIVASF. E-mail: roberto.cesar@univasf.edu.br.

Palavras-chave: Extensão Rural; Assistência Técnica; Desenvolvimento rural.

Technical Assistance and Rural Extension in the Municipality of Petrolina, PE: The Case of CODEVASF

ABSTRACT

This study aims to investigate the public policy Technical Assistance and Rural Extension in Petrolina municipality. First, it is a literature review on the development of the subject, comprising the problems involved with the theme, a small digression on its historical process and relevant legislation to the period. It is conducted case study for evaluation of policies in practice, the chosen agency for case study was the Development Company of the São Francisco and Parnaíba (CODEVASF), a public enterprise of the Federal Government under the Ministry of National Integration - MI.

³Professora Adjunta do Colegiado de Administração, Universidade Federal do Vale do São Francisco, doutora em Psicologia (UFES), mestre em Administração (University of Wisconsin Madison – USA) e Bacharel em Ciências Sociais (UFBA). E-mail: alvany.santiago@univasf.edu.br.

Keywords: Rural extension; Technical assistance; Rural development.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolveu-se com a adoção de pesquisa bibliográfica para localizar o tema abordado quanto ao seu contexto histórico e quanto ao seu lugar no painel de desenvolvimento rural.

Na parte de pesquisa em campo, levando-se em conta as limitações de ordem práticas, realizou-se a pesquisa em apenas um órgão relacionado a ATER, a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, na Superintendência de Petrolina-PE (3ª. SR). Foi aplicada entrevista diretiva com o gestor do programa na entidade escolhida, Chefe da Unidade de Apoio à Produção (3ª. SR), procurando-se revelar os aspectos de orçamento, público-alvo, concepção gerencial e os objetivos do processo de Assistência Técnica e Extensão Rural inerente à entidade.

Procurou-se concluir o estudo com um esboço que tenta caracterizar o processo pelo qual se desenvolve a Assistência Técnica e a Extensão Rural no órgão em comento, ambiente institucional e a sua arena de política decisória.

A qualificação da Assistência Técnica e da Extensão Rural (ATER). Evolução do quadro institucional

O tema da Assistência Técnica e da Extensão Rural tem origens remotas. Situando os primeiros tratamentos sobre o tema, mais especificamente sobre a proposta de Extensão Rural, segundo Peixoto (2008), nas atividades de extensão praticadas pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. Modelo que posteriormente foi importado para os Estados Unidos, no início do século XX, e institucionalizado nas universidades americanas sob o modelo que o autor chama de *land-grant colleges*.

O conceito de Extensão Rural mudou muito com o tempo, variando conforme os objetivos institucionais e a visão de mundo de cada época. E propõe que baseemos o conceito de Extensão Rural de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política (PEIXOTO, 2008).

Aqui, evidencia-se encontrar uma importante interface entre o método de caracterização proposto pelo autor, e a forma de análise para as Políticas Públicas em Geral propostas por Lamounier (1994), citado por Zimmermann (2007), em que se elencam as formas de se catalogar uma Política Pública na forma de três aspectos fundamentais: (a) arena decisória; (b) contexto institucional, ou seja, os determinantes formais do processo; e (c) o perfil dos atores, incluindo os objetivos e as configurações de poder.

Seguindo esse norte, para o autor, a Extensão Rural seria o ato de “estender” para os produtores agrícolas os conhecimentos e ganhos tecnológicos desenvolvidos nas universidades e nas instituições de pesquisa. Ainda compondo esse quadro, o autor faz referência à necessidade de se considerar parte integrante desse processo de aprendizagem de novas técnicas, o fator educacional. Dessa forma entendida, a Extensão Rural seria o processo educacional de transmissão dos conhecimentos de melhores técnicas de produção aos atores rurais (PEIXOTO, 2008).

Nesse ponto, o autor aproveita para fundar a diferença característica entre a Assistência Técnica e a Extensão Rural. Esta diria respeito ao fator educacional. A Extensão Rural se destinaria a imprimir melhores soluções ao produtor no meio rural de uma forma que contribuísse para sua formação educativa, enquanto que a Assistência Técnica se prestaria a disponibilizar ao acesso do produtor rural melhores meios de resolver problemas, reprodução de técnicas consagradas.

Continuando, Peixoto ainda faz uma ressalva importante:

Observe-se que a literatura estrangeira sobre o tema não adota uma separação entre os termos assistência técnica e extensão rural. Em inglês o termo mais usado é *agricultural extension*, mas também são empregados os termos rural *extension* ou *agricultural advisory service* (serviço de consultoria agrícola). Dificilmente uma ação de extensão rural deixará de abranger ações de assistência técnica. (PEIXOTO, 2008, p. 8).

Dessa forma, as atividades de Extensão Rural seriam trabalhos desenvolvidos de maneira preferencial pelos organismos de Estado e entidades paraestatais, Ministérios, Empresas Públicas, Autarquias, órgãos e empresas dos governos estaduais, ONGs e Cooperativas, enquanto que à iniciativa privada desempenharia prioritariamente trabalhos de Assistência Técnica, o que foi possível devido ao crescimento importante das atividades agroindustriais no Brasil.

Sobre a importância da educação no processo de Extensão Rural, lê-se na proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (contida no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)):

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, 2004).

Para Caporal e Ramos (2006), o desafio do processo educacional levará a vários desafios:

Para isso, a Extensão Rural precisa estabelecer como estratégia fundamental, a formação dos agentes de Ater e de seus dirigentes. Não se muda a Extensão Rural se não mudarem os extensionistas e a forma de direção e gestão das entidades. Fundamental estabelecer um programa de formação adequado para cada nível. Qual o papel e a postura do diretor, do gerente, do chefe local e do extensionista de campo, nessa nova perspectiva? Como pode esse papel ser desempenhado de forma participativa e democrática, de modo que as decisões sejam compartilhadas? Enfim, como a estrutura se organiza para ser menos hierarquizada e mais aberta a processos de decisão participativos? Como evitar as imposições, os programas de cima para baixo e as metas pre-

estabelecidas por especialistas e privilegiar o planejamento participativo no âmbito local, municipal, compatibilizando depois esse planejamento com as metas e os programas de governo ou da instituição? Muitos são os desafios a enfrentar. (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 20).

Para Peixoto (2008), na avaliação da Extensão Rural como instituição, reconhece-se a mesma como um programa desenvolvido pelo Estado para a capacitação e desenvolvimento das potencialidades de pequenos produtores rurais. Para a análise desse viés, o autor dedica especial atenção ao comportamento e desempenho dos órgãos de ATER nos Estados da União.

A análise dos programas de ATER como política, ressalta o autor, diz respeito especialmente aos processos de decisão política que vieram a determinar o sentido, o grau e a intensidade de aplicação dos programas no Brasil, e de que formas essas decisões vieram a determinar o modelamento institucional que veio a prevalecer.

Aprofundando a temática, o autor vem ressaltar, que como modelo institucional a extensão rural pode assumir quatro modelos básicos, podendo ocorrer mesmo a preexistência simultânea de todos esses modelos: o público e gratuito; o público e pago; o privado e gratuito; e o privado e pago. No Brasil privilegiou-se, ao longo do tempo, o primeiro modelo (público e gratuito), hoje direcionado prioritariamente para os agricultores familiares e exercido principalmente pelas instituições estaduais de ATER (PEIXOTO, 2008).

Para que se tenha uma visão “prática” de como se implementar algumas estratégia e atividades de Extensão Rural, o autor cita algumas delas para efeito de exemplificação, sendo:

1. Individuais: visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural);
2. Grupais: reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial, propriedade demonstrativa;
3. De massa: exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha. (PEIXOTO, 2008, p. 10).

Arcabouço legal da Assistência Técnica e da Extensão Rural (ATER) no Brasil, sumário de elementos históricos

Os primeiros instrumentos legais que tratam da questão da Extensão Rural no Brasil constam ainda do período do Império, entre os anos de 1859 e 1860, com quatro Decretos Imperiais que vieram a criar quatro Institutos de Agricultura, o Baiano, o Pernambucano, o Sergipano e o Fluminense (PEIXOTO, 2008).

No Decreto de nº. 2.681, de 3 de novembro de 1860, que veio a instituir o Estatuto do Instituto Imperial de Agricultura do Estado Fluminense, no seu Artigo 6º., já determinava que era atribuição do instituto “promover a exposição annual dos pro-

ductos da Agricultura, animando-a por meio de prêmios, e facilitando o transporte e venda dos ditos productos” (PEIXOTO, 2008, p. 12).

Durante a República Velha, houve ainda diversas iniciativas no sentido da implementação de atividades voltadas para a Extensão Rural, notadamente com a criação de várias Fazendas Modelo. Peixoto (2008) apresenta resumidamente:

Decreto presidencial	Objeto do decreto
Decreto n. 9.333 - de 17 de janeiro de 1912	Fazenda Modelo de Criação na fazenda de Santa Monica, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro
Decreto n. 9.613, de 13 de junho de 1912	Campos de Demonstração na fazenda Alta-Mira, município da Villa do Conde, Estado da Bahia.
Decreto n. 9.868 - de 13 de novembro de 1912	Fazenda Modelo de Criação no município de Uberaba, Estado de Minas Geraes
Decreto n. 10.075 - de 19 de fevereiro de 1913	Fazenda Modelo de Criação no município de Caxias, no Estado do Maranhão
Decreto n. 11.875 - de 12 de janeiro de 1916	Fazenda Modelo de Criação na ilha de Marajó, Estado do Pará
Decreto n. 11.876 - de 12 de janeiro de 1916	Fazenda Modelo de Criação no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná
Decreto n. 11.882 - de 12 de janeiro de 1916	Fazenda Modelo de Criação, no Estado de Pernambuco

Quadro 1 - Decretos presidenciais para criação de campos de demonstração e fazendas modelo.

O modelo de fazendas de demonstração (Fazendas Modelos) também era chamado de Fazendas Experimentais. É interessante notar que a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Superintendência de Petrolina-PE (3ª. SR), também empresa pública federal que terá seu modelo de Extensão Rural descrito nesse trabalho, detinha uma fazenda experimental para demonstração de técnicas de cultivo agrícola e de criação de animais. Esse estabelecimento se localizava no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, essa antiga fazenda de demonstração foi incorporada ao patrimônio da Universidade Federal do Vale do São Francisco, passando a ser o Campus de Ciências Agrárias da instituição, detendo os cursos de Agronomia, Veterinária, Zootecnia e Biologia.

A Assistência Técnica e a Extensão Rural não passaram incólumes ao período de transformação política importante para o Estado brasileiro, o período do Estado Novo varguista. Coerente ao seu processo de instrumentalização da sociedade civil, Vargas instituiu uma política rural que tinha como objetivo assumir a orientação dos rumos das políticas agrícolas restringindo todo o espaço de autonomia para os demais atores sociais.

Outro dispositivo legal que instituía ações de caráter extensionista foi o Decreto-Lei n. 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispôs sobre a organização da vida rural. Este Decreto do Presidente Vargas foi uma tentativa de tutela pelo Estado do processo de organização dos produtores rurais, ao obrigar cada município a ter uma associação rural, composta de proprietários de estabelecimentos rurais. Em último caso, se ainda não existisse associação no município, caberia ao prefeito promover a sua criação, que deveria ser oficialmente reconhecida pelo Ministério da Agricultura. As associações municipais se organizariam em sociedades rurais, uma em cada estado, e estas na União Rural Brasileira, como órgãos técnicos e consultivos do governo federal (PEIXOTO, 2008, p. 16).

Do período de redemocratização em diante, o quadro institucional sofre uma significativa guinada. A Extensão Rural no Brasil vem a ser implementada com a forte participação de organismos do terceiro setor. São as associações de crédito e assistência rural (ACAR), organismos criados e de atuação estadual. Essas instituições vieram a ter peso preponderante pelo papel desempenhado no pós-guerra pelas fundações americanas, mais especificamente a Fundação Rockfeller. Esse novo quadro institucional pode ser visualizado pela tabela que sumariza a criação desses organismos:

1948	ACAR-MG
1954	ANCAR (CE, PE, BA)
1955	ASCAR-RS, ANCAR (RN, PB)
1956	ABCAR, ACARESC
1958	ACAR-RJ
1957	ACAR-ES
1959	ACAR-GO, ACARPA ¹
1962	transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas, a primeira em SE
1963	ANCARs: autonomia de RN, AL, MA e BA
1964	ANCARs: autonomia de PE, PB e CE
1965	ACAR-Pará, ACAR-MT
1966	ANCAR-PI, ACAR-AM
1967	ACAR-DF
1968	ACAR-AC
1971	ACAR-RO
1972	ACAR-RR
1974	ACAR-AP

Quadro 2 - Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural - 1948-1974.
Fonte: (Peixoto, 2008).

Também marca desse período é o Decreto n. 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que cria a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. Essa empresa veio a integrar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), criando a concepção de Educação Agrícola baseado na pedagogia da alternância. Modelo que foi implantado nas Escolas Agrícolas e em Escolas Agrotécnicas.

O próximo ponto de inflexão importante no modelo de Assistência Técnica e de Extensão Rural veio ocorrer na constituição de 1988, que em seu art. 187, inciso IV, fixou que

[...] a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente [...] IV) a assistência técnica e extensão rural.

Porém, ao contrário do que se poderia imaginar, a própria Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, no rastro do programa neoliberal do governo de Fernando Collor, foi extinta pelo Decreto n. 99.192, de 15 de março de 1990. Essa desarticulação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural significou a sinalização do governo neoliberal para os Estados que a ATER ficaria a cargo das agências Estaduais, a despeito da própria Constituição. O próprio ato

que alterava o antigo Ministério da Agricultura e Abastecimento, passando a Ministério da Agricultura e Reforma Agrária – MARA, não fazia referência alguma ao tema da Extensão Rural (PEIXOTO, 2008).

Nesse sentido, o quadro institucional da ATER veio a sofrer novas transformações, ocorrendo o restabelecimento de atribuições do Governo Federal em trabalhos desta competência, em parte, talvez premido pela promulgação da Lei Agrícola de 1991. E em parte pelo Decreto n. 599, de 9 de julho de 1992, que voltou a alterar a estrutura regimental do MARA, elencando entre suas áreas de competência a Assistência Técnica e Extensão Rural (art. 1º, XV).

O restante da década dos anos 1990 transcorreu com o característico esvaziamento do orçamento para as políticas públicas no Brasil, com a Assistência Técnica e a Extensão Rural não seria diferente. As metas de contingenciamento econômico e a formação de superávits deixaram uma forte disputa entre o que restava do setor público de ATER e as ONGs pelos recursos públicos de Extensão Rural.

Então, nos anos 2000, enfim, veio a ser estabelecida uma política e um programa nacional de ATER dentro da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Partindo-se daí a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a política foi elaborada tendo a participação de lideranças e atores envolvidos no processo de execução da ATER (PEIXOTO, 2008).

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional - MI. A empresa tem como missão promover ações que tenham como orientação o desenvolvimento das regiões incluídas nas áreas dos dois rios, São Francisco e Parnaíba.

A atuação da CODEVAF envolve uma variada gama de atividades, tais como: a execução de projetos ligados ao Programa de Aceleração do Desenvolvimento – PAC; obras de saneamento básico; a implantação de adutoras para as áreas de sequeiro na sua área de influência; a construção de barragens em localidades rurais para abastecimento d'água; a implementação de empreendimentos de Arranjos Produtivos Locais – APLs (como casas de farinha, casa de processamento de mel etc.), orientados pela política de desenvolvimento territorial propugnado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além de se notabilizar pela implantação de dezenas de perímetros de irrigação no Nordeste Brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento da região, a CODEVASF também detém um Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

No estudo de caso realizado, aplicou-se entrevista em 06 de março de 2014, na sede da CODEVASF – 3ª Superintendência Regional – localizada na cidade de Petrolina-PE (uma vez que a CODEVASF é formada por sete superintendências distintas espalhadas pelos vales dos dois rios). O entrevistado foi o chefe da Unidade de Apoio a Produção, Engenheiro Agrônomo Marcelo Carlos Ramos Mergulhão, que assumiu a função há cerca de três anos.

Primeiramente questionou-se sobre a concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural adotada nos trabalhos desenvolvidos pela CODEVASF, também a existência de tratamento diferenciado entre ambas. Segundo o chefe da unidade, engenheiro Mergulhão:

A assistência técnica é um serviço prestado por profissionais da área agrônômica (agrônomos e técnicos agrícolas). Visa orientar os agricultores na condução de culturas temporárias e de ciclo longo, ao longo de um tempo contratual. A extensão rural complementa a assistência técnica. No sentido de ser a assistência técnica voltada para as orientações técnicas e a extensão rural ser um processo de capacitação.

Identifica-se uma diferença na abordagem dispensada pelo gestor às concepções de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma vez que há uma inversão quanto às prioridades de concepções na política pública, pois, conforme preceituam Caporal e Ramos (2006), essa política deve ultrapassar os modelos tradicionais de propagação de inovações agrícolas para o envolvimento dos atores rurais no processo educacional. Não foi citado neste ponto da entrevista a existência da figura da Assistente Social, que também é contratada para a realização dos trabalhos do programa. Os autores acrescentam ser necessária a sensibilização dos executores dos programas.

O público-alvo das ações do programa de ATER da CODEVASF 3^a. SR derivam de duas vertentes, os chamados “colonos”, pequenos assentados nos perímetros de irrigação na área de Petrolina, no total de três, Nilo Coelho, Maria Tereza e Projeto Bebedouro, escolhidos entre os beiradeiros (habitantes das margens dos rio) quando da implementação dos projetos na década de 1970.

Quanto ao outro público, subjazem dos deslocados de barragens após a implantação no Rio São Francisco das Barragens de Itaparica, Xingó e Complexo de Paulo Afonso (total de três usinas). Esses assentados permanecem nos perímetros de Carábias, Projeto Brígida, Barreiras, Icó Mandantes etc. Esses perímetros são de menor porte em relação aos perímetros implantados na região de Petrolina.

O programa de Assistência Técnica e Extensão Rural da CODEVASF é realizado através de contratos firmados através de licitações com empresas especializadas da iniciativa privada, conforme descrito na entrevista. Quanto aos trabalhos desempenhados pelas equipes, a resposta de Mergulhão foi: “Os trabalhos são: o manejo e controle das culturas, o atendimento é individual, também se trabalha o convívio com o meio ambiente, incentivando o recolhimento de embalagem, capacitação para formação de comercialização agrícola”.

Acrescente-se que além da resposta obtida, pôde-se averiguar através de relatório de avaliação das atividades de ATER, prestado pela empresa contratada para a execução das atividades (PLANTEC)³, em relação ao evento: “Avaliação e organização do grupo de produtores orgânicos do Vale do São Francisco, realizado em 25/09/2013, segunda parte, com a participação de 22 participantes”, que além das atividades individuais de atendimento, citada na resposta, são realizadas reuniões grupais para avaliação e mobilização dos participantes.

³Como averiguado no questionário, as atividades de ATER são fiscalizadas pela CODEVASF e comprovadas através de relatórios. O relatório foi conseguido junto ao entrevistado.

Em referência aos valores movimentados pela CODEVASF 3ª. SR na manutenção do programa de ATER, obteve-se a planilha de custos unitários, assim, obteve-se o custo com pessoal. Os valores auferidos junto à empresa são apenas referentes à mão de obra empregada, salientando que em contratos desse nível constam geralmente valores para os pagamentos de diárias dos profissionais envolvidos, aluguel de carros, custos administrativos (aquisição de mobília, computadores, alimentação dos participantes e outros custos envolvidos nos eventos).

Para o contrato dos projetos Nilo Coelho, Maria Tereza e Bebedouro, os valores de mão de obra para cada mês, são:

Função	Quant.	V. Unt.	Total
Coordenador (Eng. Agr ^o)	1	6.500,00	6.500,00
Sub. Coord. (Eng. Agr ^o)	2	6.000,00	12.000,00
Engenheiro Agr ^o Téc. Extensionista - Superior	8	5.763,00	46.104,00
Técnico Agrícola	24	2.200,00	52.800,00
TOTAL			132.404,00

Tabela 1 – Planilha de custos de serviços de mão de obras para contrato de ATER.
Fonte: CODEVASF.

Com a soma dos totais desembolsados com recursos humanos para todos os projetos atendidos, Nilo Coelho, Maria Tereza, Bebedouro, Caraíbas, Projeto Brígida, Barreiras, Icó Mandantes etc., o valor mensal despendido é de R\$ 224.101,42.

Saliente-se que os recursos aplicados nos programas têm duas origens, uma da CODEVASF nos projetos de Petrolina e uma da CHESF (via Ministério de Minas e Energia) para os perímetros de Irrigação de Caraíbas, Projeto Brígida, Barreiras, Icó Mandantes.

Como averiguado na entrevista, há uma previsão de diminuição dos recursos para esse ano de 2014, conforme previsão do Governo Federal, com corte anunciado para o orçamento deste ano de R\$ 44 bilhões.

Perguntou-se sobre qual o prognóstico da CODEVASF para os futuros desafios para a Assistência Técnica e a Extensão Rural. O engenheiro agrônomo Marcelo Carlos Ramos Mergulhão respondeu que

É a criação de meios para conseguir capacitar os integrantes com meios que gerassem uma independência produtiva, a promoção de uma capacidade de inovação e criação de oportunidades com autonomia. Sendo que o primeiro gargalo a ser ultrapassado é a intervenção danosa do atravessador, a criação de meios para o produtor vender a produção diretamente ao mercado consumidor.

Quando perguntado sobre as perspectivas futuras dos recursos destinados à CODEVASF para a realização dos projetos, o chefe da Unidade de Apoio a Produção respondeu: “Existe uma perspectiva de diminuição desses recursos, apesar de que, existe a possibilidade de o programa ser repassado para o MDA, assim será feito com possível diminuição do atendimento. Mas esse atendimento ainda está previsto em lei, para os agricultores familiares (Lei Agrícola)”. Dessa forma, além de um cenário restritivo em relação à obtenção de recursos futuros, percebe-se também que a arena decisória da política da Assistência Técnica e Extensão Rural tende a um movimento de concentração, uma vez que o Ministério da Integração deixaria de oferecer esses programas. Assim, as ações da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural ficariam a cargo apenas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Considerações Finais

No sentido do panorama institucional da Assistência Técnica e da Extensão Rural, pode-se avaliar que o programa é disseminado nas mais diversas esferas do governo, englobando desde instituições oficiais até entidades do terceiro setor, cooperativas, sindicatos etc. Porém, os recursos públicos desempenham um papel preponderante no desenvolvimento do programa, disputados tanto por instituições públicas quanto privadas. Desempenhando um papel secundário, os recursos privados são obtidos através de fundações, a exemplo da Fundação Ford e Rockefeller.

Como evidenciado, os atores assumem os perfis mais diversos. O Governo Federal desempenha as atividades de ATER pelos seus mais diversos órgãos, como: Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Universidades, Bancos de Desenvolvimento, Ministérios. Os governos estaduais pelos seus mais diversos órgãos estaduais de pesquisa e extensão rural, como o ITEP e o PRORURAL em Pernambuco. As organizações do terceiro setor através de instituições como a ASA Brasil – Articulação no Semi-Árido, e o IRPAA – Instituto Rural da Pequena Agropecuária Apropriada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão Rural**. Brasília-DF: SAF; Dater, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília-DF: 2006 (no prelo).

CODEVASF. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo_programas_acoes/transferecia-de-gestao/assistencia-tecnica-e-extensao-rural>. Acesso em: 06 mar. 2014.

PEIXOTO, Marcos. **Extensão rural no brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília-DF; Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

ZIMMERMANN, Silvia A. **Políticas públicas e arranjos institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza: EMBRAPA, set. 2007. Acesso em: Disponível em: <www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_FormatPDF/62.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Marcelo Henrique P. dos; SILVA, Roberto César Ferreira da. *Assistência Técnica e Extensão Rural no município de Petrolina-PE: o caso da CODEVASE*. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 91-101, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

ATER contribuindo com a viabilização da agricultura orgânica nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco

José Francisco de Souza Germino¹
Luciano de Castro Monteiro²
Rubem Silvio Santos de Souza³
Sergio Paulo Serafim Pessoa⁴

¹Engenheiro agrônomo graduado pela UFBA com especialização em Fruticultura no semiárido pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano-PE. E-mail: franciscogermino@yahoo.com.br.

²Engenheiro agrônomo graduado pela UNEB com especialização em fruticultura tropical irrigada pela UNEB. E-mail: luciagro@gmail.com.

³Engenheiro agrônomo graduado pela UFRPE com especialização em Fruticultura no semiárido pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano-PE. E-mail: rubemsilvio@yahoo.com.br.

⁴Engenheiro agrônomo graduado pela UFRPE. E-mail: sergiopaulo4@hotmail.com.

RESUMO

Esse trabalho visa contribuir com as discussões sobre a metodologia a ser adotada no sentido da implantação de sistemas de produção com princípios agroecológicos em perímetros irrigados, em substituição ao sistema convencional predominante, que tem como base de sustentação a utilização de insumos químicos sintéticos. A estratégia utilizada fundamentou-se na teoria de Paulo Freire, com a valorização dos saberes destacados em cada processo e identificados no sistema de produção de alguns produtores, com a ATER incrementando elementos metodológicos que facilitasse a multiplicação dessas idéias, onde os produtores são os principais protagonistas dessa relação de aprendizagem. Os resultados alcançados se consolidaram com a certificação de algumas unidades produtivas como orgânicas, a participação em uma organização associativa com princípios orgânicos.

Palavras-chave: ATER; agroecologia; agricultura orgânica; perímetros irrigados.

ATER Contributing to Make Organic Agriculture Feasible in the Irrigated Perimeters of São Francisco Valley

ABSTRACT

This work aims to contribute with the discussions about the methodology to be used to deploy production systems with agroecological principles in irrigated areas. This proposal aims to replace the prevailing conventional system whose base of support is the use of synthetic chemical inputs. The strategy used was based on the Paulo Freire's theory, so the value of knowledge of the producers was recognized at each stage of the production process. ATER added to their knowledge methodological elements that could facilitate the spread of those ideas, so the producers could be the protagonists of the learning relationship. The results achieved were consolidated by the organic certification given to some of the production units that make part of an organization with organic principles.

Keywords: ATER; Agroecology; Organic agriculture; Irrigated areas.

INTRODUÇÃO

O sistema de produção predominante nos perímetros irrigados do país tem como pressuposto básico a utilização de uma tecnologia fundamentada nos insumos químicos sintéticos. No Nordeste essa tecnologia empregada representou avanços significativos do ponto de vista econômico para as populações e regiões envolvidas, haja vista o crescimento de determinados polos, a exemplo de Petrolina-PE/Juazeiro-BA.

Essa tecnologia, que é reflexo das estratégias da “revolução verde”, foi estabelecida como uma forma de diminuir a fome no mundo sendo amplamente divulgada e implantada oficialmente pelo governo federal no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, como uma forma de promover no país um avanço no contexto da produção agrícola.

Os perímetros irrigados se destacam como grande impulsor da oferta de produtos agrícolas, pela intensidade e efetividade na geração dos mesmos, pela geração de emprego, bem como pelo desenvolvimento das regiões envolvidas nesse processo, em face de dinâmica direta e indireta de fatores econômicos que se associam em toda sua cadeia produtiva, a exemplo da venda de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas, beneficiamento de produtos (*packing house*), estratégias de comercialização (mercado externo e interno), etc. Paralelamente a esse processo surgem os problemas, que de um modo geral estão condicionados ao uso irracional e abusivo dos insumos químicos sintéticos. Fatores como o surgimento de pragas, contaminação dos mananciais de solo e água se exemplificam como inviabilizadores do processo que precisa ser constantemente modificado a fim de assegurar a utilização desses potenciais produtivos. A região de Petrolina-PE/Juazeiro-BA, ao longo do período de funcionamento dos perímetros irrigados, tem passado por essas reconstruções, vivenciada pelo ciclo de várias culturas que foram inviabilizadas por determinadas pragas que se tornaram incontroláveis.

Contrapondo-se a esse sistema de produção, aquele que se estabelece com princípios agroecológicos se constitui em uma opção também produtiva, mas principalmente pelo componente ambiental. Assegurar a perpetuação das estruturas produtivas é o grande desafio dessa geração e das gerações vindouras.

A experiência dos agricultores familiares, consolidada ao longo dos anos, tem como base a convivência harmoniosa com o ambiente ao qual está inserido, onde a interação solo, clima e homem enquanto usuário desse sistema se dá em uma perspectiva da exploração mais próxima do natural. Esse conhecimento e modo de enxergar o sistema por parte dos agricultores é fundamental quando da intervenção da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), na montagem de estratégias de construção de um sistema de produção de base agroecológica.

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar que é possível a construção desses processos nos perímetros irrigados. E que a utilização de estratégias de extensão rural, que tem como pressuposto principal o envolvimento permanente dos agricultores familiares a partir dos seus conhecimentos são fundamentais para o alcance desse objetivo.

DESENVOLVIMENTO

A assistência técnica e extensão rural nos perímetros irrigados no Nordeste, no que diz respeito aos agricultores familiares, se dão pela contratação de empresas privadas que comprovam experiência na consecução desses serviços. Os perímetros irrigados Nilo Coelho e Bebedouro, desde novembro de 2005, têm tido a assistência técnica realizada por uma dessas empresas contratadas, que estabeleceu desde então, como forma de enfrentar os riscos da inviabilização do processo produtivo realizado pelos agricultores familiares, adotar estratégias que conduzissem a modificação do sistema de produção vigente e implantação de alguns preceitos agroecológicos, com vista à implantação em definitivo de processos orgânicos nas suas unidades produtivas.

Quebrar o paradigma de consolidar processos sustentáveis, com produtividades compatíveis com o potencial das unidades produtivas em perímetros irrigados é o grande desafio a ser realizado pela ATER, uma vez que, conceitualmente, aumento de produtividade está vinculada a utilização de insumos agroquímicos sintéticos, sendo esses preceitos confirmados e ao mesmo tempo refutados em função dos impactos ambientais que inviabilizam a atividade, conforme citação de EHLERS (1996):

Este processo atingiu seu ápice com o advento da chamada Revolução Verde, quando, com o objetivo de solucionar o problema da fome mundial, obteve-se aumentos inequívocos de produtividade (entre 1950 e 1984 a produção alimentar dobrou e a disponibilidade de alimento por habitante aumentou em 40%). Recentemente isto já não ocorre, observando-se, desde 1985, um declínio da produtividade agrícola mundial aliado a problemas relacionados tanto a seus impactos ambientais quanto à sua viabilidade energética.

A iniciativa de movimentos alternativos que se contrapõe ao sistema de produção convencional ganha dimensão importante no cenário de possibilidades para a implantação de sistemas de produção com preceitos agroecológicos conforme Assis e Romeiro (2002):

Movimentos de agricultura alternativos ao convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, têm tido um reconhecimento cada vez maior. Para estes movimentos a solução não está em alternativas parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção, com o reconhecimento da importância de diferentes interações ecológicas para a produção agrícola de forma a minimizar a necessidade de insumos externos ao agroecossistema.

Outra citação de Assis e Romeiro (2002), argumenta sobre essa ruptura de paradigma químico mecanização:

A agroecologia, portanto, aponta para uma ruptura com o paradigma da química mecanização (BEUS & DUNLAP, 1990; ALMEIDA, 1998b), que concebe o meio ambiente como uma mina,

ou um mero suporte físico do qual se extraem mercadorias e lucro imediato. Aponta ainda para uma alternativa crescentemente reconhecida em nível mundial por diversos segmentos sociais (agricultores, pesquisadores, extensionistas, planejadores políticos, etc.) como uma opção para promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável.

Como base fundamental para montagem de estratégias que permitam essa quebra de paradigma no meio produtivo, e mais especificamente nos perímetros irrigados onde a dinâmica produtiva é muito mais intensa, e tratando-se ainda do semiárido, onde essas possibilidades se multiplicam em função da característica climática que permite a região produzir em qualquer época do ano, a participação da comunidade produtiva com seus conhecimentos históricos é relevante para o alcance de resultados no sentido da agroecologia, conforme citação da Almeida Junior (1995) e Mäder et al. (1996):

O início da agricultura está ligado a uma série de transformações que levaram ao aparecimento das sociedades históricas. Certamente os primeiros agricultores já dispunham de um conhecimento bastante amplo sobre os vegetais. Evidentemente, este era inicialmente muito diverso daquilo que atualmente chamamos conhecimento, mas já pressupunha algum entendimento sobre os fatores ambientais como solo, clima e estações do ano, e de outros ligados a práticas agrícolas como o papel das sementes na reprodução vegetal, o momento do plantio e da colheita e outras operações técnicas de manipulação. (ALMEIDA JUNIOR, 1995).

Os ecossistemas naturais reinvestem a maior parte de sua produtividade na manutenção da estrutura física e biológica necessária para garantir a fertilidade do solo e estabilidade biótica. (MÄDER et al., 1996).

AGRICULTURA ORGÂNICA

Para conceber qualquer intervenção do ponto de vista da modificação do sistema de produção convencional para o de conformação orgânica, é preciso compreender como esse sistema é entendido. Conforme citam Santos e Mendonça (2001):

A agricultura orgânica tem como principais objetivos:

- a) Gerar alimentos de alta qualidade biológica, respeitando e trabalhando como o meio ambiente;
- b) Manter a fertilidade do solo como a generalização da policultura e da integração da lavoura e da criação animal, realizando assim, o controle da erosão e a preservação da qualidade da água, sem emprego de agrotóxicos poluidores dos alimentos e do ambiente;
- c) Criar soluções adequadas com vistas a atingir as causas e não os sintomas e colocar como objetivo a valorização do homem e do seu trabalho.

Já para N. H. Lampkin, em *The Economist of Organic Farming*, citados por Lima e Marques (2000) para uma atividade ser considerada orgânica deve satisfazer alguns critérios, como:

- 1 – Proteger a fertilidade natural dos solos a longo prazo, através da manutenção dos níveis de matéria orgânica, estimulando a atividade biológica no solo;
- 2 – intervenção mecanizada cautelosa;
- 3 – fornecimento de nutrientes às lavouras relativamente insolúveis (não obtidos por processos químicos), que se disponibilizem às plantas pela ação de microorganismos;
- 4 – buscar a auto-suficiência em nitrogênio pelo uso de leguminosas e inoculações com bactérias fixadoras de nitrogênio, bem como a efetiva reciclagem de materiais orgânicos a partir da incorporação de resíduos culturais e esterco animais;
- 5 – controle de pragas, doenças e ervas prioritariamente pela rotação de culturas, inimigos naturais, diversidade genética, adubações orgânicas, uso de variedades resistentes e uso limitado (de preferência mínimo) de intervenções térmicas, biológicas e químicas;
- 6 – buscar modos extensivos de criação animal, visando, dentro do possível, ao bem-estar das espécies exploradas e atenção especial ao impacto do sistema produtivo sobre o meio ambiente como um todo protegendo a vida selvagem existente.

METODOLOGIA UTILIZADA

Inicialmente foram verificados no campo quais agricultores(as) tinham certa vivência com práticas agroecológicas, a exemplo de cobertura morta, cobertura verde, compostagens, caldas orgânicas. Identificados esses agricultores(as), a equipe de ATER passou a estabelecer uma relação mais efetiva com os mesmos(as), discutindo e valorizando as práticas desenvolvidas por esses agricultores(as) e agregando outras informações a respeito do processo vivenciado e com potencial de ser utilizado pelas unidades produtivas, respeitando-se sempre o princípio de utilização da biomassa disponível no próprio sistema avaliado, para utilização nas práticas agrícolas do sistema de produção de cada agricultor(a). Essa aproximação foi fundamental para a viabilização de estratégias que permitissem o envolvimento de outros agricultores(as) no processo. Entende-se que ao verificar experiências exitosas relatadas por outro agricultor(a) e mediadas pelo técnico, o nível de sensibilização e motivação é muito mais efetivo. Paulo Freire, na sua obra *Extensão ou Comunicação* de 1979, expressa o seguinte:

Numa relação de ensino-aprendizagem, Diálogo de saberes é a confluência ou o encontro do conhecimento científico, sistematizado, comprovado, aprendido na escola com conhecimento ou saber popular adquirido por meio da experiência de vida do agricultor nas diversas dimensões, que expressa o que faz sentido para ele, sua visão de mundo, sua identidade de agricultor.

Com a aproximação junto aos agricultores(as) consolidada, a ATER iniciou um processo de capacitação dos mesmos(as), com abordagens participativas, sejam individuais ou coletivas, visando a ampliação das discussões, inicialmente em uma visão mais prática e menos conceitual e posteriormente incorporando uma visão mais científica dentro do nível de compreensão específico de cada agente participante desse processo. Já em **2006** várias capacitações foram realizadas a exemplo de: “Reunião e palestra técnica sobre convivência com nematóides na cultura da goiabeira e preparo de calda orgânica e compostagem”; “Dia-de-campo sobre preparo de calda orgânica e compostagem”; “Reunião com produtores interessados na agricultura orgânica”; “Controle do Nematóide na cultura da goiabeira, utilizando fungos parasitas do nematóide”; “Dia de campo sobre produção de calda orgânica”, dentre outras capacitações. Em **2007**, esse processo de capacitação foi ampliado com a continuidade dos eventos, a exemplo de: “Palestra técnica sobre a importância da adubação organoquímica”; “Dia de campo sobre produção e aplicação de calda orgânica”; “Dia de campo sobre produção de calda orgânica”; “Dia de campo sobre manejo da cultura da goiabeira (manejo de práticas orgânicas)”. Nesse período, já foi possível identificar entre os agricultores(as) que iniciaram o processo de capacitação, a obtenção de resultados produtivos significativos sem a utilização de insumos químicos sintéticos na nutrição e proteção das plantas. Permitindo, assim, a ATER incorporar no rol das estratégias construídas a realização de intercâmbios com agricultores(as) participando de visitas às iniciativas exitosas. Os agricultores(as) discutindo/vivenciando experiências numa linguagem estabelecida em um patamar de saberes populares. Em **2008** as ações se tornam mais efetivas, a exemplo de: “Reuniões técnicas sobre produtos alternativos na adubação das fruteiras (calda orgânica)”; “Apoio às iniciativas e fomento para agricultura orgânica”, sendo iniciado nesse período um processo de discussão já no sentido de viabilizar uma organização que pudesse representar esses atores produtivos. Em **2009** as discussões em torno do tema se multiplicam, como: “Reuniões técnicas sobre mineralização, revitalização e cobertura do solo (foco na agricultura orgânica)”; “Discutir com os produtores no preparo e uso de caldas biológicas.”; “Discutir com os produtores para aproveitamento dos restos culturais”. No ano de **2010**, além das capacitações: “02 (duas) reuniões técnicas sobre a Importância do manejo agroecológico, produção e benefícios da calda orgânica em cultivos irrigados, núcleo 07;” “Discussão a respeito da adoção de técnicas agronômicas empregadas na produção orgânica para produtores, núcleo 04”; “Reunião técnica sobre nutrição de plantas com foco na agricultura orgânica com produtores dos núcleos 06 e 07”; destacam-se dentre os resultados alcançados, a criação do CONSEA, entidade representativa dos agricultores(as), obtenção de certificação orgânica OCS que permitiu a participação dos agricultores(as) em uma feira livre do município de Petrolina-PE realizando a venda dos seus produtos como orgânicos. Em **2011**: “Reunião técnica sobre nutrição organomineral da videira”; “Princípios da agricultura orgânica” (produção de calda e composto orgânico); “Reunião técnica com produtores do núcleo 06 sobre preparo de calda orgânica, suas vantagens na nutrição de plantas e controle de pragas e doenças”; “Palestra técnica sobre princípios da agricultura orgânica e critérios para certificação segundo o CONSEA no N6”. Em **2012**: “Visita à fábrica de composto orgânico da Ecofértil, lote 847 do núcleo 11”; “Discussão a respeito das exigências para certificação dos produtos orgânicos da certificadora chão vivo”; “Reunião sobre processo de certificação de lotes em agricultura orgânica com produtores do N1”. Em **2013**, os serviços de ATER sofreram descontinuidade durante aproximadamente um ano, comprometendo significativamente os princípios que estavam sendo construídos e ainda não consolidados.

Como destaque dos anos 2010 a 2012, os eventos comemorativos da semana do meio ambiente viabilizado pela ATER no mês de junho de cada ano consolidaram as estratégias utilizadas pela ATER. Nesses eventos foram ressaltados os trabalhos que aconteceram nos períodos, com apresentação dos resultados que estavam sendo colhidos a partir desse novo conceito de produção nos perímetros irrigados.

Em 2010 os produtores participaram de eventos realizados pela equipe de ATER/PLANTEC em comemoração à semana do meio ambiente, realizada no auditório do DINC no CI, com o tema “Reviva seu passado e faça um novo começo”, fazendo os participantes refletirem a partir da apresentação de uma peça teatral, encenada por membros da equipe de ATER, sobre o passivo ambiental ocasionado por práticas abusivas e o que fazer para minimizá-las. A peça teatral permitia uma interação permanente com os agricultores(as) presentes, com indagações e relatos estabelecidos entre atores e plateia, uma vez que os temas se relacionavam à rotina das atividades desenvolvidas nas suas estruturas produtivas, a exemplo do controle de pragas, comercialização, dentre outras.

Em 2011 o evento decisivo para capacitação dos produtores dentre outros realizados pela equipe de ATER foi o da semana do meio ambiente – Agricultura Sustentável “Semeando conhecimento e colhendo um futuro melhor”, em que os produtores foram os principais debatedores das tecnologias em divulgação, em que aproximadamente 300 participantes puderam vivenciar práticas agrossustentáveis, tais como: preparo de caldas e compostos orgânicos, coquetéis vegetais, havendo interação entre produtores dos diversos núcleos dos perímetros, através da apresentação das próprias experiências, causando um impacto positivo no treinamento dos produtores e ocasionando um aumento significativo na demanda da equipe de ATER por orientações nesse contexto, gerando inclusive demandas externas a exemplo do convite da comissão organizadora do XXI Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem (CONIRD) para reprodução do referido evento.

No ano de 2012 a ATER, em comemoração à Semana do Meio Ambiente, realizou um Seminário com o título “O Vale do São Francisco construindo um Futuro Produtivo e Sustentável”. Para esse evento, que reuniu produtores dos Perímetros Irrigados Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, CODEVASE, instituições parceiras, a exemplo do SENAI, SEBRAE, UNIVASF, Banco do Nordeste, Prefeitura de Petrolina entre outras, houve o efetivo envolvimento dos profissionais da ATER (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, assistentes sociais e pessoal administrativo).

Na programação, além de palestras, houve exposição/*stands* do CRAD – Centro de Referência para Recuperação de áreas Degradadas/UNIVASF, Banco do Nordeste.

As palestras foram realizadas pelos profissionais da equipe de ATER (Engenheiros agrônomos Francisco Germino, Ismar Matos e Júlio Militão), CODEVASF (Engenheiro agrônomo e Gestor do contrato de ATER, Osnan Ferreira) e convidados: Engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o engenheiro agrônomo Richard Charity da NUTRILITE.

Na composição da mesa, além de representantes das instituições parceiras e palestrantes, houve a representação dos produtores, através do diretor do Comitê de Gestão Compartilhada dos Perímetros.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Como resultado desse trabalho, pode-se conferir como decisivo o processo de certificação dessas unidades produtivas como agricultura orgânica.

Verificou-se a necessidade da certificação de sua produção, pois apesar de eles adotarem todas as técnicas do manejo orgânico, não possuíam os instrumentos legais que comprovassem tal atividade e, principalmente, não havia nenhum órgão ou organização de produtores que pudessem orientá-los sobre quais caminhos deveriam seguir visando a comprovação efetiva que seus produtos eram provenientes de propriedades orgânicas. A partir dessa necessidade, foram organizadas reuniões articuladas pela assistência técnica, CODEVASF e produtores orgânicos, nas quais foi amadurecida a ideia da criação de um organismo que tivesse representatividade, visando auxiliá-los no processo de certificação e comercialização orgânica. Surgindo assim em agosto de 2009 o CONSEA ORGÂNICO. Este conselho teve em 2010, como primeira missão, credenciar os produtores junto ao MAPA a nível estadual visando à obtenção da OCS (Organismo de Controle Social). Tal mecanismo permitiu que o MAPA gerasse através do CONSEA uma declaração individual por produtor, que atestava sua produção como proveniente de uma propriedade orgânica, e assim, no mesmo ano, criou-se a primeira feira orgânica no município de Petrolina-PE, localizada no bairro Areia Branca onde, pela primeira vez, esses produtores puderam vender seus produtos oficialmente como orgânicos. Porém, este mecanismo, OCS, era limitado, permitindo apenas a venda direta de produtos ao consumidor e também não autorizava o uso do selo orgânico Brasil, impossibilitando a venda para supermercados e hortifrutos. Diante desta demanda maior, foi visto que seria necessário habilitar o CONSEA no âmbito federal, objetivando transformá-lo em uma OPAC (Organismo Participativo Avaliador de Conformidade). Tal credenciamento permitiria que o CONSEA pudesse auditar e consequentemente certificar seus produtores. Porém devido a alguns problemas, inclusive a desativação da assistência técnica no ano de 2013, os trabalhos nesse sentido foram paralisados. Visto a impossibilidade de certificação através do CONSEA os produtores buscaram outros caminhos e através de contatos realizados pelo próprio CONSEA e a CODEVASF surgiu uma possibilidade do SEBRAE apoiá-los através de um programa chamado “Bônus de Certificação”, auxiliando as micro e pequenas empresas que buscam se qualificar e certificar os seus produtos. Em 2012, através do instituto Chão Vivo, empresa credenciada no SEBRAE, foi possível realizar as primeiras 17 auditorias sendo todas aprovadas e seus certificados foram entregues em uma cerimônia na FE-NAGRI em novembro de 2012.

Com o retorno da assistência técnica no final de 2013, os trabalhos junto aos produtores orgânicos também foram retomados e foi possível resgatar boa parte desses produtores certificados que viram a necessidade de se organizarem e criaram a APROVASF (Associação dos Produtores e Produtoras Orgânicos do Vale do São Francisco) em maio de 2014. Com a criação da associação, os produtores orgânicos se fortaleceram e atualmente são 61 sócios, sendo que destes, 13 já são certificados e mais 40 já foram auditados e estão na eminência da certificação. Outras possibilidades já em andamento

dizem respeito ao credenciamento da associação nas instituições públicas no sentido de participarem do PAA e PNAE, instrumentos de políticas públicas que fortalecem a comercialização dos produtos gerados por esses agricultores familiares.

As expectativas futuras já são promissoras, estando agendada para 2015 a implantação de novas feiras, como a do Parque Josefa Coelho e principalmente com a criação do Mercado do Produtor Orgânico, que já possui terreno e projeto para construção definido. E mais, a meta para o ano de 2015 é de chegar a aproximadamente 100 produtores com certificados orgânicos na região do Vale do São Francisco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de sistema de produção fundamentado em agricultura orgânica é possível ser realizado nos perímetros irrigados da região do Vale do São Francisco.

A utilização de metodologia participativa com os agricultores(as) possibilita uma construção melhor dos entendimentos em torno do tema em destaque, agricultura orgânica, e a consequente consolidação de um sistema fundamentado na verdadeira sustentabilidade, homem/ambiente/desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR., A. R. de. **A planta desfigurada**. (Crítica da representações da planta como máquina química e como mercadoria). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. 447p. Tese de Doutorado.

ALMEIDA, J. Tecnologias agrícolas "alternativas": nascimento de um novo paradigma? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.19, n.2, p.116-131, 1998b.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

BEUS, C. E.; DUNLAP, R. E. Conventional versus Alternative Agriculture: The paradigmatic roots of the debate. **Rural Sociology**, New York, v. 55, n. 4, p. 590-616, 1990.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LIMA, Douglas Miranda; MARQUES, Pedro Valentim. Produtos orgânicos, um mercado em expansão. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. SOBER. Recife-Pe. 2001.

MÄDER, P.; PFIFFNER, L.; FLIESSBACH, A.; von LÜTZOW, M.; MUNCH, J. C. Soil Ecology - The impact of organic and conventional agriculture on soil biota and its significance for soil fertility. In: FUNDAMENTALS OF ORGANIC AGRICULTURE: down to earth - and further afield, Copenhagen, 1996. **Proceedings ... Tholey-Theley: IFOAM**, 1996. v.1. p. 24-46.

SANTOS, Ricardo H. S; MENDONÇA, Eduardo de Sá. Agricultura natural, orgânica, biodinâmica e agroecologia. **Revista Informe Agropecuário.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 212, p. 5-8, set./out. 2001.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

GERMINO, José Francisco de Souza; MONTEIRO, Luciano de Castro; SOUZA, Rubem Silvio Santos de; PESSOA, Sergio Paulo Serafim. ATER contribuindo com a viabilização da agricultura orgânica nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 102-111, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Da valorização da identidade dos povos do campo na África e no Brasil à nova perspectiva de Extensão Rural para o Semiárido Brasileiro

Tiago Pereira da Costa¹
José Moacir dos Santos²

¹Técnico em Agropecuária, Gestor Ambiental, Especializando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e ATER, e em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos. E-mail: tiagoefas@hotmail.com.

²Técnico em Agrícola, Pedagogo e Especializando em Metodologia Participativa Aplicada à Pesquisa e ATER. E-mail: moacir@irpaa.org.

RESUMO

O Semiárido Brasileiro vive uma situação semelhante à da África. Durante muito tempo ficou excluído das políticas públicas sociais e econômicas e nas últimas décadas se vê na urgência de se desenvolver a ponto de alcançar os níveis de desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, no que se refere à educação, renda e tecnologia. Há um choque cultural entre a proposta da extensão, desenvolvida nos Estados Unidos, aclimatada no Sul do País e imposta a uma população que por conta do abandono político desenvolveu estratégias de sobrevivência próprias de cada região ou grupo étnico, e a cultura tradicional que na maioria das vezes não se insere no modelo neoliberal da revolução verde. Nós extensionistas na maioria das vezes menosprezamos esse saber secular e tentamos queimar etapas inserindo propostas de produção que não interagem nem com o clima, nem com a cultura local e nem com as necessidades das famílias.

A experiência de Paulo Freire na África nos ensina a buscar construir uma proposta de extensão rural que parta da realidade local, potencializando o que já é cultural e vem dando certo há muitas gerações, que valorize as pessoas e seu modo de vida, que seja uma proposta que empodere as famílias e as incentive a elas mesmas buscarem a solução para seus problemas, que seja de fato uma assessoria técnica e não uma assistência técnica.

Palavras chaves: Semelhança África e Brasil; Políticas públicas; Extensão rural; ATER; Educação popular.

Identity Valorization of Rural African and Brazilian Peoples: Towards a New Perspective of Rural Extension for the Brazilian Semi-arid Region

ABSTRACT

Semi-arid Brazil passes through a situation similar to that of Africa. For a long time it has been excluded from the social and economic public policies. In the last decades there was seen the urgent need to develop this region in order to reach the levels of development of Southern and Southeast Brazil, with regard to education, income and technology. There exists a cultural clash between the proposal of the extension service developed in the United States, acclimatized in Southern Brazil and imposed on a population that, because of the political abandonment, has already developed its own survival strategies according to each region or ethnic group, and the traditional culture that most often not combines with the neoliberal green revolution model. We as extension workers often underestimate this secular knowledge and try to skip stages by introducing production proposals, which do not interact with the climate, with the local culture or with the needs of the families.

Paulo Freire in his experience in Africa teaches us to try to build a proposal of the rural extension that starts from the local reality, enhancing what is already a cultural practice and what has been working for many generations, what gives value to the people and their way of life, which is a proposal that empowers families and encourages them to seek the solution of their problems by themselves, being in reality a technical advisory service and not a technical assistance.

Keywords: Similarity between Africa and Brazil; Public policies; Rural extension service; ATER; Popular education.

INTRODUÇÃO

O livro *África ensinando a gente*, de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, relata a experiência de Paulo Freire na década de 1970, em países africanos (Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe) recém independentes de Portugal e que buscam urgentemente uma unidade nacional entre todos os povos e etnias que durante 500 anos foram forçados a viverem em um mesmo sistema político e cultural e que agora precisam encontrar uma maneira de continuarem vivendo juntos, apesar das diferenças, e construir uma nação soberana, independente e em paz, com justiça social. Uma nação que sai de uma situação de colônia e que precisa urgentemente se postar como nação em uma conjuntura de neoliberalismo globalizante. Uma conjuntura fortemente dominada pela capacidade tecnológica.

Durante a luta pela independência e logo depois da independência, esses países passaram por uma guerra civil, alimentada pela Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que enxergavam uma oportunidade de expandir a sua ideologia. Com o final da guerra civil os partidos vitoriosos foram os apoiados pela União Soviética, mas tiveram de fazer coalizões com os partidos apoiados pelos Estados Unidos. Além da diferença histórica entre as etnias que compõem essas nações, se faz necessário esse jogo de cintura para uma boa e pacífica articulação política entre duas formas de governo.

Dentre muitos desafios enfrentados por essas nações se destaca o desafio de ter uma língua nacional, onde existem até 60 línguas maternas, a língua crioula (mescla de línguas maternas e a língua do colonizador) e a língua portuguesa. 95% da população é de analfabetos que não sabem ler nem escrever em português, pois não falam português e suas línguas maternas não têm a cultura da escrita, são línguas apenas faladas, a cultura da oralidade prevalece.

Politicamente fica decidido que a língua que mais unifica a nação é justamente a língua do colonizador que acaba de ser expulso e é a língua menos falada no país.

A contribuição de Paulo Freire é ajudar a desenvolver um método de alfabetização de jovens e adultos, mas principalmente a formação de professores para trabalhar com a educação infantil na língua portuguesa. Além da dificuldade em desenvolver um método eficiente era necessário convencer os nacionais de que a língua portuguesa era de fato a melhor língua para o fortalecimento e a unificação da nação.

Conhecendo a experiência de Paulo Freire na África vamos fazendo comparações com o contexto do Brasil, em especial o contexto da extensão rural no Semiárido do Brasil. No Brasil não temos o problema (ou a oportunidade) de muitas línguas, pois já no início da República fomos obrigados a falar unicamente português para evitar o risco de surgimento de grupos separatistas. Porém, temos diferenças linguísticas regionais e diferenças linguísticas entre o campo e a cidade, entre os letrados e os não letrados, temos a linguagem culta e a linguagem popular. No Semiárido não temos várias nações, mas temos vários povos e comunidades tradicionais e camponeses que, apesar de usarem a mesma língua, têm culturas diferentes no que se refere aos modos de organização social e modos de organização do trabalho. Na prática extensionista nos deparamos frequentemente com situações de dificuldades de comunicação entre o camponês e o técnico extensionista.

Na convivência, o próprio Paulo Freire percebia a semelhança de nossas culturas com a Africana, no jeito de usar o corpo, de andar e de movimentar-se, da nossa resistência (sobrevivência), estratégia para podermos conviver com a seca. Paulo Freire (2003, p. 18) ainda na sua fala não deixa de enfatizar que o povo africano após cinco longos séculos castigado pelos colonizadores não perderam e não deixaram sumir traços de sua cultura. Façamos uma reflexão do processo de colonização do Brasil, onde de fato as capitânicas não chegaram. Até hoje existe a resistência da cultura, o Nordeste é exemplo disso.

Também é colocado que na busca acelerada de acompanhar o avanço tecnológico (mundo globalizado) foram queimadas as etapas e que de fatos seus representantes não a respeitaram quando foram buscar o tempo perdido ou tentar recuperar tendo uma falsa realidade que continua escravizando.

Há um discurso sobre a realidade do Semiárido em que estamos inseridos, e que de fato se assemelha muito com a realidade vivida por Freire nos locais que vivenciou essas experiências, muitas dessas realidades evidenciadas pela negação dos seus direitos.

O Semiárido vive uma situação semelhante à da África. Durante muito tempo ficou excluído das políticas sociais e econômicas e nas últimas décadas se vê na urgência de se desenvolver e alcançar os níveis de desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, no que se refere à educação, renda e tecnologia. Há um choque cultural entre a proposta da extensão, desenvolvida nos Estados Unidos, aclimatada no Sul do País e imposta a uma população que por conta do abandono político desenvolveu estratégias de sobrevivência próprias de cada região ou grupo étnico, e a cultura tradicional que na maioria das vezes não se insere no modelo neoliberal da revolução verde. Nós extensionistas na maioria das vezes menosprezamos esse saber secular e tentamos queimar etapas inserindo propostas de produção que não interagem nem com o clima nem com cultura local.

É possível fazermos um diálogo entre o saber popular e saber científico, identificar e aproveitar o que tem de positivo nos dois e excluir o que tem de negativo em ambos, como diz Paulo Freire (1987, p. 68) em outros discursos de sua obra que devemos ter consciência de que não existe saber mais ou saber menos, existem saberes

diferentes, e se com a educação não podemos mudar o mundo também sem ela o mundo também não muda.

A ÁFRICA ENSINANDO A GENTE – SEMELHANÇA COM O BRASIL

Após compreender os povos Africanos, percebem-se semelhanças com os povos do Semiárido Brasileiro, povo nutrido pela esperança, sonhos, desejos, novas realidades. A ESPERANÇA é, enfim, a capacidade possibilitada pela perene e eterna incompletude dos homens e das mulheres, pois a cada conquista surgem (e devem surgir) novos desejos, novos sonhos, nova realidade. Ela é a maior possibilidade de elo vital entre a África explorada e sofrida e a África sonhada da promessa que todos e todas do mundo – e não só os africanos e africanas – queremos, solidariamente (FREIRE, 2003, p. 21).

Segundo Paulo Freire (2003), assim como os africanos, os brasileiros desenvolveram formas de resistência à opressão dos colonizadores e entre esses traços de resistência estão embutidas as manhas que, se não deixam ficar esquecidas as suas raízes, impedem o enfrentamento dos problemas e assim de as pessoas se tornarem sujeitos, donos de sua própria história. De prosseguirem à procura de sua verdadeira identidade histórica e cultural. Sentiam com prazer o odor da terra quente molhando-se com a água da chuva que produzia um cheiro característico que gera vida e morte no ciclo que se consuma não só na exuberância do cheiro exalado pela natureza, mas na renovação da vida – fenômeno tropical. Portanto, faz-se necessário encontrar as possibilidades de concretude das ações editadas dos sonhos possíveis nacionais, para que eles, como povos, se façam parceiros iguais pelas diferenças de todos os povos e nações do mundo. Por isso, a urgência e a importância de prestarmos atenção à África como um continente que tem de se inserir como “sujeito diferente” assim como o Semiárido Brasileiro, diante das suas enormes contradições e fragilidades, no processo de mundialização que os possa libertar como nações livres e independentes, tendo em vista suas especificidades.

Os povos inseridos no ecossistema Semiárido do Brasil não podem continuar seguindo no caminho já tão conhecido por elas do secular esvaziamento de sua criatividade, de suas inteligências, de sua imensa capacidade de resistência, de suas riquezas naturais, como vêm fazendo hoje, planetariamente, os “donos” da globalização da economia que se nutrem no neoliberalismo. Portanto, faz-se necessário pensar um novo modelo de caminhos considerando suas especificidades, seus costumes, suas potencialidades, sua cultura, seu povo.

A base para esse novo modelo deve estar pautada e alicerçada nas relações educador-educando, pautadas no diálogo. Isso permite a socialização das vivências das pessoas, ancoradas em dificuldades e conquistas, por meio de um processo histórico de vida, que são marcadas por recordações do passado e do presente, e pelas novas mudanças e inovações que vão se estabelecendo com o passar do tempo.

UMA NOVA EXTENSÃO RURAL SE CONCRETIZANDO

Precisamos aprender a compreender o momento histórico e cultural do campo-nês e ter a clareza de que muitas das propostas que levamos como desenvolvimento na

verdade não são desenvolvimento sustentável, pois não são próprias de nossa cultura, nem nossa sociedade e tampouco de nosso ambiente natural.

Nós, os nativos do Semiárido, quando temos a oportunidade e acesso à educação formal, somos levados a nos alienarmos de nossa realidade, nos sentimos como sendo outros, de fora, chegando para trazer a luz para aqueles que até pouco tempo éramos nós mesmos. Paulo Freire (2003) fez questão de enfatizar a importância de não queimar etapas e de termos a clareza política de que estamos trabalhando para nós mesmos e que temos muito conhecimento, mesmo e talvez, justamente por não termos tanto tempo de escolaridade em uma escola que não enxerga a realidade local. Quanto menos escolarizado menos colonizado. Tendo essa consciência histórica é possível fazermos um diálogo entre o saber popular e saber científico e criarmos novos saberes, capazes de responder às atuais necessidades.

Enquanto na África o que estava em jogo era a língua a ser oficializada, o seu modo de ler o mundo, seu modo de se relacionar com os outros seres da natureza e com os seres humanos, no Semiárido estamos saindo de uma cultura de produção para a subsistência e sendo inseridos em uma condição de agricultura de mercado em um mundo globalizado. As diferenças culturais são gritantes entre a economia de mercado e a economia de subsistência. Contudo, semelhante ao que acontece na África, quando o trabalho passa a ser feito com os locais, para os locais e a partir dos locais, essas duas tendências vão se transformando em uma outra proposta, no caso do Brasil e do Semiárido em uma proposta de Agricultura familiar, que visa além da subsistência o mercado sem no entanto perder sua característica de solidariedade.

Em relação à educação, de modo geral se constata que os currículos não levam em conta as especificidades da realidade do campo. A escola já existe no campo, mas ainda não é do campo. Os livros escolares estão cheios de imagens e referências ao Sul ou às regiões chuvosas. O Semiárido como região típica não é abordado. Fala-se globalmente do “Nordeste” e quando se menciona a área da Caatinga, sempre com atributos negativos, deixando na mente das pessoas convicção da inviabilidade da terra natal dele. Esta situação é extremamente prejudicial para uma ATER bem sucedida, que quer mostrar exatamente o contrário: a viabilidade econômica e a potencialidade enquanto espaço de vida da grande região semiárida do Brasil, com diversas possibilidades que podem garantir a superação da realidade atual de extrema pobreza vivenciada por dezenas de famílias.

Para melhorar a educação no campo se faz indispensável uma ATER bem estruturada que contribua para que a educação escolar produza e fortaleça um saber que favoreça a melhoria das condições de vida das populações, em uma perspectiva de “Educação para a Convivência com o Semiárido”, fortalecendo nas escolas rurais a necessidade de se praticar uma Educação Contextualizada à sua realidade para a obtenção do sucesso, que não pode ser completo se as famílias permanecerem em situação de extrema pobreza.

A pobreza de conhecimento, de formação política, inibe a ação popular no sentido de exigir a garantia de seus direitos. A falta de qualidade de vida (geração de renda, alimentação saudável, acesso à água, à terra para produção, serviços de saúde,

educação, etc.) é consequência também desta inércia, fazendo com que a população seja omissa frente às ameaças que impedem ou atrasam o processo de desenvolvimento local favorável à maioria.

Segundo Paulo Freire (2000, p. 31), “a educação sozinha não provoca mudanças, sem ela tampouco a sociedade muda”. Não há dúvida, portanto, de que a proposta de ATER precisa intervir também nos processos sociais, valendo-se de instrumentos como a reflexão e a ação ancorada em uma prática coletiva em prol da melhoria de vida das famílias e comunidades assessoradas.

Os serviços de ATER devem, portanto, orientar as famílias e suas comunidades na busca de soluções definitivas para o abastecimento de água para consumo humano e para a produção. Isso deve ser feito aliado ao fortalecimento da organização social presente, principalmente através do associativismo. Além disso, o trabalho educativo não formal em relação ao uso da água (tratamento e higienização) e manejo (combate ao desperdício, formas de melhor utilização, tipo de água para cada uso) deve ser realizado, ajudando a resolver o problema.

Traçar estratégias e desenvolver ações para o alcance da igualdade cidadã, de direitos e deveres, que envolva jovens, adultos, crianças, mulheres, negros/as, brancos/as, indígenas e mestiços/as, é papel de um serviço de ATER de qualidade e comprometido com a diminuição do índice de pobreza nos municípios do país.

Deste modo, a intervenção dos agentes de ATER deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento e as especificidades locais. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes ambientes.

Para tanto, a metodologia traz consigo a intencionalidade da ação, seu sentido, sua razão de ser. Para sua concretização, utiliza-se de técnicas. Conforme alguns princípios da Política Nacional de ATER, no desenvolvimento das ações teóricas e práticas concretas devem ser utilizadas algumas estratégias que contribuirão para a emancipação das famílias, a partir do conhecimento construído, da estruturação socioproductiva e do fortalecimento organizacional e gerencial das organizações sociais existentes nas comunidades. Para tanto, se faz necessário:

- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos, participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Alguns elementos desta metodologia seriam:

- A busca constante da construção coletiva do conhecimento, acreditando que todas as pessoas, quer sejam letradas ou não, são capazes e são produtoras de conhecimento;
- A construção do conhecimento de forma participativa, partindo da realidade das pessoas, levando em consideração, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento existente;
- Levar em consideração que todos somos aprendizes e professores, técnicos e comunitários;
- Exercitar a arte de saber falar e de saber escutar;
- Vincular teoria e prática.

Assim, o processo metodológico da ação será desenvolvido em uma abordagem metodológica com um caráter participativo, pautado no processo de pesquisa-ação, valorizando os conhecimentos tradicionais/populares (empíricos), integrando as vivências e trajetórias das famílias rurais, às ações a serem desenvolvidas pela Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER.

As ações a serem desenvolvidas devem ser pautadas e fundamentadas nas experiências que os/as agricultores/as familiares já têm sobre o processo de produção, organização, gestão e comercialização, onde a partir daí começa a refletir e compreender um conjunto de aspectos, técnicas e métodos que ajudam a potencializar os trabalhos em suas comunidades. Partimos do princípio de que a família do Semiárido Brasileiro – SAB tem um vasto acervo de conhecimentos, práticas e tecnologias, seja no plantio da roça, seja na criação e lida com gado bovino, caprino e ovino, no beneficiamento dos seus produtos que a permitiram e permitem viver e sobreviver em um ambiente de clima muito instável. São também bons comerciantes para comprar seus insumos e negociar os produtos da propriedade. Potencializar a participação dos agricultores e das agricultoras nas ações será uma das prioridades, considerando a importância da troca de experiências e a busca de soluções para os problemas discutidos e analisados coletivamente. O diagnóstico, as orientações técnicas, as visitas técnicas realizadas, os cursos, as oficinas e a avaliação das atividades também devem garantir a interação da equipe técnica e do público beneficiado, com vistas a colocar em prática o itinerário pedagógico: **conhecer, refletir e intervir**.

É preciso se aprofundar nas relações entre saber científico e saber popular. Não pode haver nenhuma glorificação do saber popular, nem existe um saber científico

absoluto. A cada dia assistimos como saberes científicos, aparentemente seguros, são derrubados por mais novas pesquisas. O procedimento deve se aproximar aos sugerido por Paulo Freire no seu livro *Extensão ou comunicação?*, que o agrônomo/técnico/extensionista seja um educador-educando, o que implica que o agricultor ou agricultora sejam educandos-educadores. Evidentemente, na mente do agrônomo/técnico/extensionista, a queimada da roça é prejudicial à terra, a seus micro-organismos significa o início de erosão e perda de solo, influencia o regime das chuvas e reduz, depois do impulso inicial, a fertilidade do solo. Mas na tradição do agricultor a queimada só traz benefícios: afasta animais peçonhentos, é a única maneira de obter terra limpa, pois não dispõe de máquinas ou animais de tração e providencia uma adubação inicial magnífica. Em épocas de campos abertos, sem cercas e baixa densidade populacional este procedimento dava certo, pois a cada três anos se podiam brocar e queimar uma nova roça e voltar para ela após ter sido coberta de capoeira densa em 10 ou 15 anos.

Nas ações de ATER é preciso considerar como essencial os princípios agroecológicos, a construção do conhecimento, a troca de saberes e experiências, uma visão holística (visão de todos os elementos que compõem e que ajudam a compor a propriedade) e o uso de uma metodologia pedagógica participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania, sempre respeitando os saberes dos agricultores e agricultoras familiares para que desenvolva ações nas comunidades de forma coletiva.

Vale ressaltar que o trabalho não deve estar focado em uma transferência de tecnologias de maneira pontual, mas com um enfoque sistêmico e na compreensão holística do ambiente, incluindo os aspectos, clima, Caatinga, história, cultura, política, economia, gênero, juventude, etc. Além disso, as temáticas envolvidas nos trabalhos devem estar baseadas nos princípios da Agroecologia, da Convivência com o Semiárido, do fortalecimento das organizações sociais, da organização da produção para a comercialização, garantindo a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural das comunidades rurais, assim como a conservação dos ecossistemas naturais que envolvem estas sociedades, para a vivência digna das gerações atuais e futuras.

Outro aspecto importante é que essa metodologia pedagógico-educativa busca tornar o produtor independente, pois a partir do momento em que ele se apropria do conhecimento adquirido a partir do contato com a ATER, ele poderá resolver muitos dos seus desafios localmente, sem necessariamente ter que obter o auxílio de um técnico/a. A partir do momento em que ele se apropria dos conhecimentos necessários para viver melhor no seu ambiente, passa a ser um multiplicador local, dando maior amplitude aos serviços de ATER e os conhecimentos construídos aos longos dos anos.

Qualquer perspectiva de formação não se pode olvidar de dimensões hoje denominadas de transversais. Quando afirmamos serem estas algumas dimensões transversais queremos, com isso, dizer que estes não são temas a ser tratados como se fossem um tema específico. Antes, são dimensões que devem informar a totalidade das ações de formação, gerando interferências nestes âmbitos. Tais dimensões dizem respeito mais diretamente aos grupos que sofrem discriminações mais exacerbadas pelo tipo de desenvolvimento que, hoje, se constrói que são aquelas de gênero, etnia e geração. Por esta razão, devem ser objeto especial de atenção, na linha de inclusão.

Ao lado disso, uma questão específica se impõe, em qualquer trabalho formativo que objetive incentivar a cidadania, a transformação da sociedade no rumo de um desenvolvimento sustentável, isto é, as políticas públicas. De fato, se não se interfere em políticas públicas, o trabalho pode ser bonito, interessante, exemplar, mas permanece isolado e sem perspectivas de se ampliar e atingir a sociedade no seu todo.

É interessante observar que em todas as atividades realizadas pelas instituições ocorre a presença forte de jovens e mulheres, hoje categorias indispensáveis quando se pensa em melhoria da vida das famílias do campo a partir de ações estruturantes. Entendemos, através dos seus depoimentos, que as propostas e procedimentos oferecidos representam para esta parcela da população uma resposta para seus desafios. Os jovens hoje, de maneira geral com melhor formação escolar do que seus pais, querem permanecer no campo, porém com dignidade, com as mesmas ou melhores condições do que na cidade. Por isso estão dispostos a participar e interferir nas políticas públicas no município, agora com mais conhecimento de causa.

Para finalizarmos, a ATER tem que se entender provisória e ter clareza da transitoriedade de sua ação. Por conseguinte, sua ação básica deve ser aquela de incentivar a criação e/ou apoiar o surgimento dos grupos de base que explicitem e sejam instrumentos da organização das pessoas, apostando na sua formação (ação geradora de capital social) para que estes grupos, por sua vez, efetuem, na realidade, as transformações necessárias à construção do desenvolvimento. Nestes processos, ao falarmos de grupo, nos referimos às associações, cooperativas, grupos de interesses, grupos produtivos, redes, dentre outros. A filosofia básica da ação formadora será, por conseguinte, aquela de gerar capacidades instaladas, sob todos os pontos de vista, para que estes grupos, pouco a pouco, assumam sua história e nela processem as transformações necessárias no rumo da justiça social.

Para isso, no entanto, deve a ação assumir determinadas características políticas e metodológicas que passamos a detalhar:

a) **ser processual** – na medida do possível, as mesmas pessoas que iniciaram uma caminhada devem segui-la até o final. Os diagnósticos, as orientações técnicas, as oficinas, os dias de campo, os cursos, as reuniões, os encontros de avaliação, devem seguir-se em uma linha processual e crescente. Não se deve, por conseguinte, dar espaços a eventos isolados, ao curso pelo curso, a acontecimentos soltos e sem interconexão com objetivos e estratégias. Nesta linha de formação, as pessoas crescem, aprendem, se modificam e modificam a realidade.

b) **centrar-se na avaliação e projeção da prática** – o processo formativo não se identifica com simples veiculação de conteúdos e nem com erudição. O processo formativo deve criar, para os agricultores/as, ocasião de analisar suas práticas e a própria realidade, de sorte a gerar um conhecimento suficiente para se traduzir (o conhecimento) em intervenção na própria realidade.

c) **Conteúdo orientado** – o conteúdo novo, indispensável, será basicamente oriundo do debate, da ação, da análise da prática. A esse, no entanto, devem somar-se outros conteúdos, já gerados na prática e na história das comunidades, como modo de aprofundar e ampliar o conhecimento produzido e, assim, a ação dos grupos.

Alguns desses conteúdos estão elencados na parte em que se delineiam os aspectos específicos da formação, em termos de temas. Deste modo, o conteúdo disponibilizado nunca deverá ser no estilo acadêmico de erudição.

d) **Crítica questionadora, propositiva, produtora de novos conhecimentos** – assumida nas dimensões acima elucidadas, a formação, certamente, terá contornos críticos e questionadores. Efetivamente, será sempre avaliadora da prática e da história não apenas dos próprios grupos, como da própria sociedade. Tal formação será, igualmente, crítica dessas mesmas práticas, confrontando-as com referenciais outros de sociedade, com outras propostas, com suas próprias incoerências e inconsistências, de modo a se poder gerar novos conhecimentos e, a partir deles, novas posturas ante a realidade social.

e) **Considere os formandos como sujeitos** – assumir os formandos como sujeitos da história e construtores do conhecimento, coletivamente, e não simplesmente como depositários inertes de informações e conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a extensão rural passa a ser significativa quando a família camponesa está inserida no processo, ao mesmo tempo em que aprende também ensina. A possibilidade de os filhos dos agricultores serem os técnicos extensionistas tem mudado enormemente a cara da extensão, bem diferente de quando a extensão era feita por pessoas de outras regiões, geralmente urbanas, carregadas de preconceito contra a população do campo, em especial as pessoas do campo do Semiárido.

Com isso percebemos a participação ativa dos adultos na discussão sobre o papel e os objetivos da extensão e eles mesmos fazendo pesquisa, fazendo experimentação e estendendo seus conhecimentos através da metodologia de intercâmbios e trocas de experiência. Nesse caso o agente de ATER assume de fato o papel de mediador da troca de conhecimentos. Segundo Paulo Freire (1996) esse é o papel que o educador deve assumir: o de mediador de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília: 2009. 398 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma política nacional de formação de extensionistas rurais.** Brasília: 2009. 55 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, A. **África ensinando a gente.** São Paulo: Paz e Terra, 2003. 228 p.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Pensar Brasil)

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER. DATER/MDA, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

COSTA, Tiago Pereira da; SANTOS, José Moacir dos. Da valorização da identidade dos povos do campo na África e no Brasil à nova perspectiva de Extensão Rural para o Semiárido Brasileiro. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 112-122, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Educação do campo, desenvolvimento sustentável na comunidade quilombola do Serrote

Eliete Rodrigues de Lima¹
Jocélia Torquato dos Santos Marques²

¹Tem 30 anos, é natural de Santa Maria da Boa Vista. Graduada em Pegogia pela Universidade de Pernambuco (UPE), Pós-graduanda pela UNIVASF no Curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Professora de Fundamental-I do Quadro de Professores do Município de Santa Filomena. Foi Coordenadora de Tumas do Brasil Alfabetizado em 2009. E-mail: eliete.lima03@hotmail.com.

²Licenciada em Geografia pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CESVASE, pós-graduanda da UNIVASF no curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Docente no programa EJA médio campo, Pernambuco e gestora da

"Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."

Paulo Freire

RESUMO

O presente artigo é resultado de estudo que faz uma análise sobre a educação do campo enfatizando a importância da educação do campo/no campo para o crescimento do homem que vive da roça, tanto no aspecto intelectual como econômico cultural e socioambiental, dando ênfase ao crescimento com sustentabilidade em muitos aspectos. Para enriquecimento do trabalho realizado em sala e em campo, professores e alunos se mostraram incomodados e sensibilizados com os problemas de lixo e desmatamento nas margens do rio São Francisco. Estudos foram realizados sobre aspectos físicos, econômicos, ecossistemas e desastres como: poluição, lixo, lixiviação, desmatamento, etc. Então tomaram iniciativa de recolher o lixo presente às margens do rio, reflorestar a mata ciliar e sensibilizar a população da Comunidade Quilombola do Serrote.

Palavras-chave: Educação do campo; Práticas educativas; Saber local; Sustentabilidade no campo.

ABSTRACT

This article is the result of that study is an analysis of the rural education emphasizing the importance of education in the field / on the field for the growth of man who lives in the fields, both in the intellectual aspect as cultural and environmental economic. Emphasizing growth with sustainability in many ways. To enrich the work done in the classroom and in the field, teachers and students were harassed and sensitized with garbage and deforestation problems on the banks of the river San Francisco. Studies were conducted on physical, economic, ecosystems and disasters like pollution, waste, leaching, deforestation etc. Then they took the initiative to collect the garbage this side of the river, reforestation of the riparian forest and raise awareness of the Quilombo Community Saw.

Keywords: Rural education; Educational practices; Local knowledge; Sustainability in the field.

Falar em Educação do Campo é lembrar-se de uma história de preconceito e discriminação, é correr o sério risco de parecer repetitivo, já que é sabido que esses são conceitos ainda bastante discutidos nos ambientes sociais e acadêmicos. Todavia, fechar os olhos para uma realidade que insiste em vigorar em nosso país e acreditar que hoje a realidade é um mar de primazia é sem dúvidas mostrar-se utópico.

A educação do campo foi por muito tempo ignorada, visto que antigamente no Brasil a atividade rural era predominante, sendo que, concebiam a educação formal como algo dispensável na vida daqueles que trabalhavam na lavoura. Uma visão fechada negligenciou por longas datas o fato de que a educação é direito de todos e é capaz de transformar vidas, possibilitando entre outras coisas a capacidade de discutir, entender e opinar sobre algo.

Fato esse que foi claramente evidenciado na Constituição de 1988: “É afirmado na Constituição Brasileira, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do estado e a família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MINISTÉRIO..., 2010, p. 87).

No entanto, no decorrer dos tempos a sociedade brasileira mostrou-se indiferente em relação à efetivação do direito de todos ao acesso à educação, levando esse a ser uma causa de luta constante de pequenos grupos e movimentos sociais entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST se destacou, sendo que o MST foi um dos pioneiros na luta e concretização do direito à educação do “Campo e no Campo”.

Visto que não basta ter direito acima de tudo é necessário ter acesso... Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos constituindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professora e alunos são companheiros e trabalham juntos aprendendo e ensinando; uma escola em que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos, uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. (SETOR..., 2005, p. 31).

Segundo esses vieses a educação do Campo nos leva a uma perspectiva de respeito à individualidade e igualdade dos direitos:

1. Direito de aprender segundo sua realidade.
2. Direito a ser reconhecido enquanto sujeito e autor de sua própria história.
3. Direito a ressarcimento de danos irreparáveis provocados no decorrer da história de vida de tantos que não tiveram o seu direito a educação reconhecido pelo fato de “residir no campo” e principalmente por ser levado em consideração de status.

Portanto, é necessário “acordar”, pois estamos no século XXI e é imprescindível pensarmos em uma educação específica para o campo, enxergando as especificidades

existentes e necessidades gritantes no meio. Até porque quase tudo o que consumimos vem do campo, está mais do que na hora de acordar para formas que possibilitem o ingresso de jovens e adultos na educação e trabalhar a questão da desigualdade projetada pela falta de qualificação do homem do campo.

Trabalhar educação do campo deverá levar em consideração a vivência, a memória, a identidade, as relações de gêneros, etc. É imprescindível que homens, mulheres e crianças tenham grande participação no desenvolvimento do país e que esse crescimento é possível se respeitando a capacidade do homem do campo na produção e os limites da natureza.

No trabalho de educação do campo faz-se necessário que professores sondem antes de tudo quem são educandos para descobrirem suas expectativas e anseios.

Educações - ponte para o crescimento intelectual e socioambiental

É de suma importância que o professor busque estratégias para lidar com a educação do campo. Traçando ideias que facilitem o ensino, a aprendizagem e a troca de conhecimento que seja um facilitador que se envolva com educando conhecendo o mundo que o rodeia, que não crie barreiras. Conhecendo a sua prática de como eles lidam com o roçado e com os animais e como cultivam o solo para intervir de forma que não desconsidere o saber do agricultor familiar.

A educação é a ponte para o crescimento do ser humano intelectual e socialmente. Com educação o homem do campo poderá pensar antes de cortar uma árvore, quais os danos que terão a partir desse ato, qual consequência ocorrerá se cortarem várias árvores. Terá consciência que jogar lixo próximo dos mananciais estará contaminando-os. Terá consciência que usando agrotóxicos e agroquímicos em geral está colocando veneno nas mesas das pessoas e isso ocasionará vários problemas de saúde.

As linguagens constituem recursos didáticos que necessitam ser utilizados no mundo atual, seja na instituição escolar, seja em outros caminhos ou lugares, porque, por meio delas, os horizontes do conhecimento se abrem para jovens, professores e cidadãos que já passaram pela escola em termos anteriores (para ensinar e aprender geografia).

Fazendo elo com esse texto, mostra claramente que o diálogo é fundamental para que a educação não se torne um ato no qual o professor só fala e os educandos acatam, longe disso, a educação é um passo para compreensão do mundo e do que é preciso para mudar e desconstruir o que foi dito que era certo e que foi acatado. A educação é um ato de diálogo e troca de conhecimento.

A partir do momento que o homem do campo olhar em volta e perceber que o campo é um lugar próspero e que não é preciso sair da roça para aprender a ler, escrever e interpretar o mundo, que o trabalho no campo usando do conhecimento adquirido, ele não precisará se mudar para a cidade em busca de qualidade de vida, pois o que ele precisa encontrará no seu habitat. O campo será próspero e diminuirá a multiplicação da pobreza. Problemas como êxodo rural, inchaço urbano, desnutrição, etc. serão

amenizados, o homem não precisará se deslocar para encontrar a satisfação que tanto procura migrando do campo para cidade.

Políticas de educação do campo valorização e quebra de paradigmas

Os movimentos sociais tiveram papel importante para muitas conquistas do campo, como acesso às terras com a reforma fundiária, a liberação de programas como o PRONAF, etc. Mas o MST não descansa e reivindica a educação do campo. Muitas políticas públicas estão chegando ao campo. Com certeza a educação veio para além do acesso à terra, o homem do campo amplia seus conhecimentos de como melhorar sua prática nos trabalhos e refletir sobre as inúmeras possibilidades que terá o homem da roça com a educação do campo e no campo conhecendo como aplicar o que aprendeu na escola no desenvolvimento de tarefas para enriquecimento do campo.

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da EDUCAÇÃO DO CAMPO, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo (MOLINA e SÁ, 2011, p. 324).

Não podemos negar a importância do MST para as conquistas relacionadas ao direito e acesso à educação do campo. Vários programas de educação vieram após a luta do povo, como: Paulo Freire, Alfabetização de adultos, PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA, entre outros. Esses programas como exemplos são magníficos, foram criados para jovens e adultos que já tinham estudado, mas que não concluíram o ensino fundamental II, criando oportunidades para pessoas do campo. Têm uma proposta maravilhosa, na qual os educadores são preparados para trabalhar com ferramentas do próprio cotidiano, não se distanciando da realidade vivida. Buscar, resgatar algo que foi perdido devido à dura realidade enfrentada da infância. Dando a oportunidade de concluírem o ensino fundamental. Graças a programas educacionais com o PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA milhares de adultos saíram do analfabetismo absoluto e venceram as barreiras da ignorância: “A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou malpassados e/ou aprendizados implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento” (FREIRE, 1996, p. 38).

Muitos estudiosos defendem que a educação voltada para o campo faça-se necessária para que tenha a ver com a vivência do homem do campo. Para que ele consiga se ver de fato na realidade como coparticipante do processo de desenvolvimento para que envaideçam o gosto de aprender e que possa empregar na sua prática.

Durante anos a educação foi ocultada das camadas “subalternas”, seria um desastre para a classe dominante se todos os pobres tivessem o conhecimento para poder intervir nas políticas. Com isso, a desigualdade entre ricos e pobres seria amenizada.

Pressupostos para o educador do campo

Faz-se necessário que professores que trabalham com educação do campo provoquem ao educando a busca pela superação:

- Reconhecer o meio rural como um lugar próspero que oferece inúmeras possibilidades;
- Vencer paradigmas que “quem mora no campo é matuto”;
- Perceber que o meio rural é fonte de riqueza;
- Preservar os recursos naturais e usar de forma sustentável;
- Plantar árvores para que quando precisar não venha a desmatar as já existentes na natureza;
- Reduzir o uso de agroquímicos;
- Sensibilizar para que o educando faça uso do conhecimento adquirido na escola para que possa ser útil ao longo da vida.

Não significa que a educação do campo desconheça conhecimentos que vão além das fronteiras campo/cidade, mas ao trabalhar no meio rural deve-se priorizar a realidade local para a global. O educando saberá que cortar uma árvore terá consequências, mas cortar várias árvores terá consequências desastrosas para o planeta. O aluno sabe que a árvore desmatada na Amazônia desestabiliza as correntes de ar do Himalaia, e do planeta. Quando a educação for prioridade dos governantes muitos destes problemas serão resolvidos.

Depois de ter trabalhado e sensibilizado os educandos é hora de colocar em prática conhecimentos adquiridos durante os dois anos de programa, trabalhando o desenvolvimento sustentável com Enfoque Territorial. De nada adiantaria se todos os esforços forem em vão. Por isso intervenção na comunidade faz-se necessária. Observando com olhar crítico sobre o uso de agroquímicos, desmatamento, empobrecimento da agricultura familiar. Deslocamento do jovem para o sudeste do Brasil, etc., inúmeros problemas foram detectados. E como solucionar esse desequilíbrio social na comunidade. O fato de os educandos já estarem sensibilizados facilitou bastante o desenvolvimento dos trabalhos realizados e os que ainda estão a serem realizados. A aula no campo é capaz de levar os discentes a uma visão holística na compreensão dos problemas e na capacidade que eles têm em tentar solucioná-los.

O rio São Francisco é um objeto de estudo do grupo. Diante do fato de ações que prejudicam o rio estarem em vista deram suporte para uma compreensão maior e o sentimento de revolta ajudou a desenvolver ações que buscam melhorar a qualidade das águas.

Levar os alunos a se sentirem responsabilizados pelo que está prejudicando a natureza é uma tarefa que leva muitas aulas e deverá ser um trabalho contínuo. Depois de eles verem de perto essas ações servirão para aprofundar tudo que foi trabalhado antes em sala. No estudo em campo os professores deverão enfatizar antes o que deverá ser observado e estar atentos para eventualidades que não poderão ser descartadas em um trabalho de campo.

Trabalhando no PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA, os professores estão sempre auxiliando o outro e isso possibilita que as aulas, não importando qual disciplina, estejam sempre complementando e aprimorando a outra matéria ou professor.

O fato de os alunos já morarem no campo permite-lhes conhecer problemas como: a quantidade de lixo nas margens do rio, o desmoronamento das encostas, o desmatamento da mata ciliar, a lixiviação do solo formando banco de areia onde a correnteza da água é menos veloz, etc todos esses problemas já são familiares, contudo o trabalho de campo não é descartado.

Trabalhando sobre o rio São Francisco fazendo elo com os conhecimentos da turma sobre o assunto, fizemos uma aula de campo para comprovação de tudo que já sabíamos. Faz-se necessário o uso de técnicas e emprego do que foi estudado em sala para reverter este quadro lamentável. O que fazer:

- Fazer mutirão coletando o lixo das margens do rio;
- Replantar espécies nativas da mata ciliar;
- Realização de palestras com a comunidade sobre o uso consciente dos recursos naturais;
- Realização de plantação de algumas espécies nativas na casa dos educandos.

A sensibilização da comunidade é necessária para que a ideia de cuidar do meio ambiente seja multiplicada. Questionamentos de que só isso não faria o rio voltar ao seu volume normal ou apenas essa pequena área replantada não é suficiente para que a mata ciliar se reestabeleça foram feitos, no entanto a resposta que damos para quem pensa assim é a mesma do beija-flor que tenta apagar um incêndio da floresta.

O trabalho foi dividido em três etapas:

1ª etapa: Trabalhamos a importância do rio São Francisco do ponto de vista econômico, ambiental, fisiográfico e cultural. Destruição da mata ciliar, assoreamento, poluição, irrigação e muitos outros fatores através de textos, músicas, produções de desenhos, poemas, etc;

2ª etapa: Trabalhamos a revitalização do rio, com plantação de árvores nativas da mata ciliar no entorno da comunidade e coleta do lixo as margens;

3ª etapa: Trabalhamos com seminários envolvendo toda a Comunidade Quilombola do Serrote e comunidades circunvizinhas. Nesse seminário foi distribuído fôlder de palestras, vídeos e fotos sobre os trabalhos realizados ao longo do programa PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA.

Educação para o ambiente construtivista busca engajar ativamente por meio de projetos de intervenção socioambiental que previna problemas ambientais. Muitas

vezes traz uma visão crítica dos processos históricos de produção da sociedade ocidental, e o ambiente se torna meta do aprendizado (Vamos cuidar do Brasil).

A ideia é que atitudes como essa sirvam de exemplo para toda comunidade escolar e que venha se repetir todos os anos. Medidas simples que os agricultores, estudantes e professores tomaram servirão para multiplicação por gerações.

Acreditamos que é no espaço criativo e motivador que a escola pode proporcionar que surjam novas ideias, simples e capazes de nos levar à construção de sociedades sustentáveis. (Vamos cuidar do Brasil).

Certo dia uma aluna perguntou como que sobreviveria sem destruir a natureza? O problema é que não destruímos para sobreviver. O ser humano a cada dia consome mais e mais, troca de carro, troca de aparelhos eletrônicos o tempo todo, nunca está satisfeito quando consegue um bem, já está almejando outro. Será interessante diminuir o consumismo, produzir menos lixo, reciclando mais, diminuindo o desmatamento e plantando mais árvores. Ingenuidade de quem pensa que vivemos sem destruir a natureza, mas podemos viver sustentavelmente e ecologicamente. É necessário trabalhar a ética e a consciência ambiental na escola abrir espaço para as aulas de campo no campo, é imprescindível que o alunado tenha esse contato direto com a natureza, que presencie os problemas de perto e que cheguem por eles a vontade de melhorar práticas que prejudicam o meio ambiente.

A escola do campo não é uma ilha. Ao fazer parte de uma realidade comunitária, caracterizada por sua cultura específica, a escola deve dialogar com a comunidade. A ação conjunta com a comunidade favorece o desenvolvimento social em que todos participam e se engrandecem, e a educação ambiental do campo, ao contribuir para a criação de possibilidades de intercâmbios e de relações de colaboração da escola com a comunidade abre um universo enorme de situações para a aprendizagem coletiva por meio do diálogo e da cooperação (Vamos cuidar do Brasil).

Educação com sustentabilidade socioambiental

A ideia de educação do campo ambiental deverá levar em consideração o crescimento social engajado com o ambiente, de nada valeria apenas uma educação do campo sem valorizar o desenvolvimento socioambiental. Atitudes que intervenham no desenvolvimento de práticas sustentáveis e que fortaleçam os vínculos para o equilíbrio ecológico, social, cultural, econômico de forma sadia para que ambas as partes saiam ganhando, tanto o homem como a natureza.

De acordo com o site BRASIL ESCOLA (2015), cerca de 76% do lixo diário brasileiro, que chega a 70 milhões de quilos, são despejados em céu aberto. Somente 10% vai para lixões controlados, 9% vai para aterros sanitários e somente 2% é reciclado. Práticas como reciclagem ainda são bastante defasadas. É preciso preparar as crianças, os adultos para essa realidade e o homem do campo não poderá ficar de fora se ele é quem convive com a matéria-prima que resulta todo o lixo produzido pela “sociedade moderna”. É preciso além de tudo saber que o que é considerado lixo na maioria das vezes poderá ser reutilizado ou transformado em outros produtos e colocados novamente no mercado.

Educação do campo para quem e para que: forma cidadão consciente, é algo que será possível, se o educador trabalhar a realidade, a vivência, a participação, a interação com o meio e com o meio natural. O contato com a realidade é algo que não pode faltar na educação do campo e principalmente em turma de jovens e adultos.

É preciso que toda a sociedade esteja preparada para continuar a luta em defesa da natureza. Em 1992 foi discutido sobre as responsabilidades globais em cuidar do meio ambiente, o chamado ECO 92, foram mais de 144 representantes de países, 40 mil ambientalistas reunidos traçando metas para que a economia cresça sustentavelmente e ambientalmente. Passaram-se 20 anos e outra vez veio a necessidade de se reunirem, agora com o RIO +20, em 2012, visando também discutir propostas que melhorem o desenvolvimento sustentável e socioambiental, novamente foram traçadas e incumbiu-se aos municípios desenvolver planos para tratar da questão ambiental. Uma trajetória histórica vem acontecendo demonstrando preocupação com os problemas socioambientais. A política ambiental existe, cabe à política partidária e a sociedade enquanto cidadã colocá-la em prática.

Analisando a diversas correntes que vários educadores utilizam para destacar a melhor forma de trabalhar com a educação ambiental, as que mais se aproximam da forma trabalhada neste artigo são a corrente ecossocial e a corrente da sustentabilidade, que promovem não somente o desenvolvimento econômico, mas visam também o desenvolvimento econômico com a reeducação para um crescimento sustentável baseado em uma preocupação com os uso dos recursos naturais para que não falte para as gerações futuras, respeitando e adotando conhecimentos indispensáveis para a multiplicação das práticas que deram certo.

Para trabalhar uma educação ambiental sustentável com agricultores familiares não é possível desconhecer o saber local, pois esse vem sendo produzido desde o neolítico. Essa é a ideia reforçada por (CAPORAL, 2000, p. 93) de que é preciso reconhecer que entre os agricultores e suas famílias existe um saber, um conjunto de conhecimentos que, embora não sendo de natureza científica, é tão importante quanto os nossos saberes.

O marco teórico para uma Nova Extensão Rural deverá orientar-se pela busca contínua de estratégias que impulsionem padrões socioculturalmente desejáveis e que estejam apoiados na evolução histórica dos grupos sociais em sua coevolução com o ecossistema em que estão inseridos. Isto implica a necessidade de construir “contextos de sustentabilidade” e de resistência etnoecológica compatíveis com a realidade do público beneficiário da extensão rural. Também exige compreender, desde o início, que a agricultura familiar é, ao mesmo tempo unidade de produção, de consumo e de reprodução e que, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 84).

O estudo de Caporal faz menção aos novos extensionistas, portanto, trazer esse estudo para a sala de aula dará auxílio para os novos educadores do campo, esta corrente defendida por Caporal e Costabeber engloba quase todas as outras, encaixando perfeitamente as ideias do mestre Paulo Freire. Promove a potencialização da família

e a busca para a aplicação dos conhecimentos, protagonizando a construção de intervenção para fortalecimento do desenvolvimento sustentável em todos os sentidos, intelectual, socioambiental, emancipatório, político etc.

Neste artigo procuramos trabalhar a educação na Comunidade Quilombola do Serrote como uma forma de promover a autossustentação do homem da roça, tanto com aspectos culturais, como com aspectos sociais, ambientais, gênero étnico/racial e econômico, promovendo e enfatizando a capacidade de usar todos os conhecimentos adquiridos como forma de sobrevivência. Se pensarmos com uma visão holística, ficaria mais fácil compreender essa diversidade de conhecimento que o homem da roça tem, pois a maioria deles nunca pisaram em uma sala de aula para aprender a produzir e não tem uma formação para ser agricultor. No entanto eles aprenderam com a prática adquirida desde a infância, e usam esse conhecimento para colocar comida na mesa de bilhões de pessoas. Se pensarmos, olhando dessa forma veríamos que os agricultores não têm uma formação acadêmica, mas possuem um vasto conhecimento de vida. E o educador do campo colocado em uma pirâmide veria que eles e os agricultores estão em um mesmo patamar, para que possam complementar os conhecimentos de ambos, sem desqualificar e desconhecer o saber local.

Dialogando educação do campo em campo

Dialogar com os educandos durante aula de e no campo e com alunos do campo os trabalhos serão muito mais proveitosos, pois eles já conhecem em parte a realidade. Observando o rio São Francisco, os próprios alunos chegaram à conclusão de que o leito do rio havia se estreitado; o fato é que anos de contato com rio facilitou essa compreensão. O professor não poderá deixar de fazer suas intervenções procurando achar respostas de por que o rio se estreitou. Lógico que haverá várias colocações, o professor deverá complementar suas respostas e fazer perguntas, como: será que o fluxo/corrente da água ainda é o mesmo? o que será que aconteceu? Será que isso tem alguma coisa a ver com o baixo volume de chuvas? A indagação é uma grande aliada do professor nessa hora. O professor tem que indagar o que for preciso para reverter os problemas detectados ao longo do estudo em campo.

O campo em si já é um objeto de estudo gigantesco e a educação do campo é um importante passo para resolver problemas socioambientais, culturais, de gênero, desigualdade e a multiplicação da pobreza.

A educação do campo não se limita ao campo e sim cria elo com o mundo. A delimitação do campo/cidade não deve ser vista com barreira para impedir que o homem do campo tenha acesso à informação e à qualidade de vida, com a educação espera-se que o homem seja um ser pensante e ético, pronto para agir de forma coerente na sociedade, que tenha consciência ambiental e que respeite os limites da natureza. Quando a educação é voltada para o campo e no campo, o meio rural é objeto de estudo. Partindo do local para o global, o homem saberá que o planeta está interligado e globalizado, que ações que destroem somadas afetam todo um ecossistema e sucessivamente o planeta.

O professor do campo precisa ressaltar a importância do trabalhador do campo na construção de atividades que possibilitem o desenvolvimento, mas que seja amigá-

vel com o meio ambiente e isso só é possível se o educando usar da sua prática ferramentas para viver em harmonia com o entorno. Faz-se necessário que a teoria não se distancie da realidade, tornando a educação o primeiro passo para que o homem do campo integre-se ao meio como participante do desenvolvimento intelectual e agente preocupado com o meio ambiente e a sociedade.

Perguntas necessárias ao professor do campo: Educação para quem? E para que? Com isso o profissional da educação procurará atingir os objetivos necessários na educação do campo.

Homens, mulheres e adolescentes da comunidade quilombola estão vivendo um momento de transição, no qual se faz necessário quebrar paradigmas de que o campo não é lugar para se viver.

De tanto ser chicoteados chegaram a ficar desacreditados que poderiam mudar de vida vivendo no campo, isso explica o grande fluxo migratório para a região Sudeste do Brasil.

Agricultores familiares já não acreditam que é possível produzir sem o uso de agrotóxicos, isso não foi construído da noite para o dia, diante da variada oferta de produtos químicos disponíveis nas casas de materiais agrícolas e da difusão da agricultura convencional, os agricultores foram perdendo a cultura de produzir alimentos saudáveis e livres de venenos. Cabe aos professores mostrarem as inúmeras vantagens de produzir alimentos saudáveis, mas só é possível se trabalhar constantemente a sensibilização do agricultor familiar, fazendo o uso de depoimentos, vídeos, palestras, gráficos, etc.

A cultura não está dissociada da agricultura familiar, tanto que são realizadas festas quando se tem uma boa colheita. Os agricultores da Comunidade Quilombola do Serrote fazem promessas aos santos para que possam produzir bem, quando não chove roubam os santos, dizem que quando um Santo é roubado a chuva não falha. “Talvez seja por isso que está chovendo pouco, faz algum tempo que roubaram um santo” (Albino Onofre dos Santos, 80 anos). Sempre rezam para São José, diz-se que ele é o santo que manda a chuva, com procissões ao sol, de ponta a ponta da Comunidade Quilombola do Serrote.

A Comunidade Quilombola do Serrote conta com maior parte a sua renda proveniente da agricultura familiar, sendo variadas como: feijão, mandioca, cebola, manga, banana, etc. Muitas dessas culturas perderão espaço para a plantação de banana. Muitos agricultores deixaram de plantar culturas temporárias, logo se queixavam muito da dificuldade na plantação e principalmente na comercialização, esses são apenas dois dos principais problemas que contribuem para o empobrecimento da agricultura familiar. Uma vez que o pequeno agricultor não tem como concorrer com grandes produtores.

Problemas que contribuem para o empobrecimento da agricultura familiar na Comunidade Quilombola do Serrote:

- Pouca terra ou falta de terra. A terra que esses agricultores trabalham era de

seus avós ou bisavós. E também essas terras que já foram de seus pais e hoje são dos filhos, e a cada geração a área diminui, muitos agricultores já não têm o seu pedaço de terra para plantar.

- **Atravessador.** Os agricultores dessa comunidade estão dispersos, ainda não acordaram para as vantagens de vender seus produtos através de associações ou cooperativas.

- **Alta taxa de analfabetismo.** Sem informações sobre a riqueza que o campo oferece, homens e mulheres agricultores consideram a sua profissão com ruim.

- **Falta de perspectivas.**

- **Alto fluxo migratório para a capital São Paulo.** Atraídos pela “propaganda de vida fácil” na capital paulista, os jovens vão à busca de uma “vida melhor” trabalhando na maioria das vezes nos piores empregos e morando condições desumanas.

- **Concorrência com grandes produtores.** O agricultor da forma que produz, vendendo a preços tão baixos fica em desvantagem. Muitas vezes o alimento produzido pelo pequeno produtor não dá nem para o consumo e necessidades como alimentação, remédios, etc.

O trabalho desenvolvido na escola deverá capacitar o agricultor familiar para interagir com o meio, e dar oportunidade para que ele se sinta importante. Por isso a necessidade de trabalharmos a questão da identidade, para que eles (trabalhadores rurais) se assumam como são, para que não tenham vergonha de falar diferente e oportunize a educação para que possam melhorar de vida sem ter que deixar o campo.

A educação é essencial na vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais da Comunidade Quilombola do Serrote na busca da solidificação e permanência no campo.

Princípios que serão garantidos com a educação na comunidade:

- Organização enquanto membros da comunidade em associação;
- Fortalecimento dos vínculos afetivos com o espaço/ território/ lugar;
- Produção com sustentabilidade, respeitando os limites da natureza;
- Enriquecimento econômico;
- Diminuição do índice de analfabetismo no campo;
- Autoestima, mostrando que é possível viver no campo com qualidade de vida.

Desafios para o educador do campo

Trabalhar educação do e no campo é desafiador, pois muitos empecilhos impossibilitam a efetivação e conclusão dos trabalhos propostos.

Desconstruir que o agricultor é capaz de mudar de vida sem precisar sair do campo é tarefa que requer perseverança, persistência, metodologia, didática e prática. Muitos agricultores acham que seus filhos não terão um futuro digno 'morando na roça' ou trabalhando no roçado. Se analisarmos, o processo histórico/político que foi implantado no Brasil desde a colonização até os dias atuais dá todo o suporte para que o agricultor tenha razão. Contudo o olhar para educação do campo vem se diferenciando devido às lutas de comunidades indígenas, quilombolas e representantes do MST. Muito programa de alfabetização para os agricultores familiares tem sido implantado, mas trabalhar a educação do campo é um trabalho que exige vencer alguns paradigmas, como, os que fazem os agricultores acreditarem que:

- A educação do campo não é de qualidade;
- Estudando no campo os filhos não estão aptos a concorrer ao mercado de trabalho;
- Evasão devido a dupla jornada de trabalho/estudo;
- No caso de adultos, esses acreditam que já não têm mais idade para estarem na sala de aula;
- Conciliação trabalho/estudo;

Os educadores do campo têm que ser dinâmicos, e acima de tudo conciliar didática, metodologia e prática. Trabalhar conteúdos que não têm a ver com a realidade desestimula a aprendizagem e tira a vontade que o educando tem de permanecer na escola. É preciso que tenha elo com a realidade/teoria/prática.

Trabalhando a produção agropecuária no Brasil, porque não trazer o assunto para a realidade, inserindo a produção dos agricultores nessa produção a nível nacional? Contar que os bodes e as cabras criados por eles fazem parte da produção de caprinos do Brasil, que o censo agropecuário é responsável por divulgar esses dados e que eles são capazes de fazer essa contagem na comunidade e transformar em assunto de estudo em sala de aula. O profissional de educação tem que estar engajado na comunidade e participar dessa construção do conhecimento, aproveitando dados que são pertinentes e que os agricultores dominam.

CONCLUSÃO

Diante da proposta de educação do campo que evidencia o crescimento de homem e mulheres agricultores familiares fica claro que a educação é primordial para o desenvolvimento tanto social, cultural, ecológico e econômico sustentável. O papel do educador é indispensável na criação de elo com comunidade respeitando e interagindo

o conhecimento adquirido ao longo da docência com os saberes locais. É de suma importância que o educador trabalhe a ética e a consciência para que os educandos façam uso do que aprenderam para melhorar sua vida e na transformação do espaço geograficamente sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. Disponível em: Site: <www.brasilecola.com/curiosidades/voce-sabe-para-onde-vai-lixo.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** - Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, UNESCO, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECAD. **Coleção cadernos pedagógicos Projovem Campo-Saberes da Terra**. Brasília, 2010.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Meio ambiente. Saúde. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC-UNESCO, 1997.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELL, TOMOKO Iyola; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST. Produção: Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LIMA, Eliete Rodrigues de; MARQUES, Jocélia Torquato dos Santos. Educação do campo, desenvolvimento sustentável na Comunidade Quilombola do Serrote. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 1, p. 123-135, edição especial, 2014. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Educação Física contextualizada e o universo rural da Escola Rural de Massaroca-BA

Elias Crispim Teixeira¹
Carlos Odair da Luz Sá²
David Gomes Barbosa da Silva³
Cibele Rodrigues de Souza Kotarski Avelino⁴

¹Discente do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. E-mail: eliasteixeira@gmail.com.

²Discente do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. E-mail: carlosodair@bol.com.br.

³Discente do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. E-mail: deividgbs@gmail.com.

⁴Discente do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. E-mail: cibelekotarski@hotmail.com.

RESUMO

A intenção do presente trabalho foi de tentar compreender através de pesquisa qualitativa acompanhada do olhar do pesquisador, e de consultas em monografias da área de Educação e Educação Física, Como é desenvolvida na Escola Rural de Massaroca, a prática da Educação Física alinhada ao modelo de contextualização em uma comunidade meramente rural. Uma vez que o modelo de Educação da escola esta pautado em blocos temáticos valorizando o conhecimento dos alunos e trabalhando as potencialidade local, incluindo a comunidade no contexto da escola e nos temas ali trabalhados, e em que momento a Educação Física contribui para melhorar a Educação já que também é vista como elemento importante para o processo de formação dos alunos.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Contextualizada; Semiárido.

Contextualized Physical Education and the Rural Sphere of the Rural School of Massaroca, BA

ABSTRACT

The intention of this work was to try to understand, using qualitative research accompanied by the researcher's perspective and papers from the areas of Education and Physical Education, how the practice of Physical Education is developed in the Rural School of Massaroca and how this practice is aligned with the contextualization model in a purely rural context. Once the school's education model is defined in thematic blocks that valorize the students' knowledge and work with local potential, including the community in the context of the school and the themes that are dealt with there, Physical Education can contribute to improve education, especially since it is already viewed as an important element in the process of student formation.

Keywords: Physical Education; Contextual Education; Semi-arid.

INTRODUÇÃO

Para discutirmos a ideia de semiárido, é interessante separarmos o que é semiárido e Nordeste. O Nordeste tem aproximadamente 47 milhões de habitantes, dos quais 17 milhões encontram-se na região semiárida. O Semiárido corresponde a uma parte desta área, onde ocorrem períodos cíclicos de secas. Porém estudos realizados por centros especializados de pesquisa mostram que dos 100% da chuva correspondente no Nordeste, só armazenamos 2% e os demais 98% sofrem grandes efeitos da evapotranspiração. Segundo dados de João Suassuna (2015) – Eng^o Agrônomo e Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco:

A região semiárida nordestina é, fundamentalmente, caracterizada pela ocorrência do bioma da caatinga, que constitui o sertão. O sertão nordestino apresenta clima seco e quente, com chuvas que se concentram nas estações de verão e outono. A região sofre a influência direta de várias massas de ar (a Equatorial Atlântica, a Equatorial Continental, a Polar e as Tépidas Atlântica e Calaariana) que, de certa forma, interferem na formação do seu clima, mas essas massas adentram o interior do Nordeste com pouca energia, tornando extremamente variáveis não apenas os volumes das precipitações caídas mas, principalmente, os intervalos entre as chuvas. No Semiárido chove pouco (as precipitações variam entre 500 e 800 mm, havendo, no entanto, bolsões significativos de 400 mm) e as chuvas são mal distribuídas no tempo, sendo uma verdadeira loteria a ocorrência de chuvas sucessivas, em pequenos intervalos. Portanto, o que realmente caracteriza uma seca não é o baixo volume de chuvas caídas e sim a sua distribuição no tempo. O clima do Nordeste também sofre a influência de outros fenômenos, tais como: El Niño, que interfere principalmente no bloqueio das frentes frias vindas do sul do país, impedindo a instabilidade condicional na região, e a formação do dipolo térmico atlântico, caracterizado pelas variações de temperaturas do oceano Atlântico, variações estas favoráveis às chuvas no Nordeste, quando a temperatura do Atlântico sul está mais elevada do que aquela do Atlântico norte.

A Educação Física tem, por sua vez, um papel muito importante na construção da educação brasileira. Vitor Marinho de Oliveira (2004) divide a Educação Física no Brasil em primeiro tempo, intervalo e segundo tempo. O primeiro tempo diz respeito aos anos iniciais da história do país. As atividades nesta época eram caça, pesca, arco e flecha, montaria, canoagem e corridas.

No que diz respeito ao intervalo, já aparece a chegada da família real no País (1808), daí por interesse da corte, surgem os primeiros livros sobre Educação Física, para que tornasse obrigatória o uso da ginástica nas escolas primárias do Rio de Janeiro no ano de 1851, ano que a legislação foi aplicada.

O período posterior à Abolição e à Proclamação da República é aquele que o autor caracteriza como segundo tempo, pois geram expectativas sistemáticas com a Educação

Física. Conforme Oliveira (2004, p. 55): “O futebol, importado da Inglaterra em 1894, começa a escalada que o levaria, na década de trinta, a suplantar definitivamente o remo – a primeira paixão esportiva brasileira”. Porém, não foi a única prática introduzida no país, as ginásticas de países como Alemanha e Suécia também tiveram lugar, embora na década de 1930 tenham perdido espaço para a ginástica francesa.

Já nos tempos atuais, a Educação Física, segundo a Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/93, determinada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, teve sua inclusão nas escolas, e subsequentemente pela lei 9394/96, estabeleceu uma nova visão sobre o modo de agir e pensar em educação. Pois é dentro dessa nova visão que encontramos a Educação Física, aliada ao desenvolvimento biopsicossocial do aluno.

Trazemos para o contexto de educação rural a necessidade de discutirmos também a Educação Física voltada para o universo de Educação Contextualizada com o semiárido e levando em consideração que existe uma dificuldade de tal prática nas escolas da Sede do município. Então, como é que de fato se dá essa formação numa escola Rural que trabalha com educação contextualizada com base em blocos temáticos interdisciplinares, sendo eles: Agropecuária, Cultura e Civilização, Atividade de Transformação e Serviço, Saúde e Nutrição? Cada bloco foi pensado partindo da realidade local e das necessidades identificadas nos atores envolvidos. Reis (2006 p. 236-248) define cada bloco da seguinte forma:

1. Agropecuária: englobava as atividades produtivas que asseguram a alimentação e a renda familiar, através da criação de caprinos, ovinos, bovinos e de pequenos animais, dos cultivos agrícolas (feijão, mandioca, melancia, etc.) e o manejo dos recursos naturais;
2. Cultura e civilização: dizia respeito à organização social, às relações de trabalho, às expressões culturais, aos costumes, à história e à vida social e política das comunidades envolvidas;
3. Atividades de transformação e serviços: reunia os temas relacionados com a infra-estrutura local, os bens e serviços, as atividades extra-agrícolas, as tecnologias, os equipamentos e utensílios usados no atendimento de outras necessidades das comunidades;
4. Saúde e nutrição: relacionava-se com o problema das doenças, a higiene, a alimentação e a água.

Ainda segundo Reis e Barros (2006) cada bloco temático era um agrupamento de temas que no seu bojo faziam parte do cotidiano do aluno e que eram desenvolvidos em sintonia com o ciclo da natureza, ou seja, de acordo com a importância que estes temas assumiam no espaço temporal da vida da comunidade. Dentro desses blocos temáticos, alguns temas significativos foram evidenciados a partir da vivência da equipe do projeto na imersão do cotidiano das comunidades rurais, durante o processo de idealização da proposta, como por exemplo:

- Agropecuária: a mandioca, a melancia, a cabra, a forragem, o umbuzeiro;
- Saúde e nutrição: furunculose, verminose, a água;
- Cultura e civilização: a roda de São Gonçalo, a corrida de argolinha, a feira de Massaroca, a comunidade, a migração, a seca, a vaquejada;
- Atividades de transformação e serviço: o queijo, a construção de cisternas, as estradas, o transporte, o couro, a farinha.

A Educação Física, no viés da educação contextualizada, valoriza inteiramente a vivência e realidade do sujeito inserido no seu ambiente, respeitando assim o contexto em que ele e a escola estão inseridos, possibilitando novas formas de aprendizado e construindo o ser crítico e formador de opinião. Embora o espaço contribua para o aprendizado do aluno, não desconsideramos o papel da escola, sabemos que muitos dos planejamentos requerem estruturas adequadas, espaços físicos próprios para prática das atividades, material didático, perfil do profissional e estrutura administrativa da escola, pois se trata de onde e como as aulas são ministradas e não há uma devida reflexão a respeito.

Por muitas vezes encontramos tais práticas em locais impróprios, sem caracterização devida para trocas de roupas e calçados e para fazer as necessidades fisiológicas.

Entretanto, a escola precisa compreender e trabalhar as necessidades que atendam a demanda do aluno, priorizado o aprimoramento dos conhecimentos que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho em condições ideais a qualquer aluno em sua faixa etária. Para Libânio (1994, p. 129) os conteúdos de ensino englobam:

Conceitos, ideais, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras, habilidades cognitivas, modos de atividades, métodos de compreensão e aplicação, hábito de estudo, de trabalho e de convivência social, valores, convicções, atitudes. São expressos nos programas oficiais, nos livros didáticos, nos planos de ensino e de aulas, nas atitudes e convicções do professor, nos exercícios, nos métodos e formas de organização de organização do ensino.

Então esses conteúdos devem ser trabalhados numa perspectiva de educação contextualizada para a convivência com o semiárido, valorizando o saber prévio do aluno e respeitando sua realidade dentro da comunidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2002) salientam que:

Cabe à escola trabalhar com o repertório cultural local, partindo de experiências vividas, mas também garantir o acesso a experiências que não teriam fora da escola. Essa diversidade de experiências precisa ser considerada pelo professor quando organiza atividades, toma decisões sobre encaminhamentos individuais e

coletivos e avalia procurando ajustar sua prática às reais necessidades de aprendizagem dos alunos.

A prática de Educação Física, desenvolvida na Escola Rural de Massaroca, pode ser compreendida pela valorização da construção do conhecimento a partir da pesquisa sobre a cultura corporal, e do fortalecimento da relação da escola com a comunidade circunvizinha. E a partir dos blocos temáticos é que se deu a importância da contextualização da Educação Física para o processo, pautado no ensino contextualizado, na medida em que a prática educativa contemplava os saberes e as relações que se apresentavam na convivência com o semiárido.

Foi a partir de discussões na escola que alunos e outros jovens da comunidade passaram a intervir na prática de elaboração dos regulamentos. Consequentemente houve um acréscimo do número de equipes afetando positivamente a vida das pessoas.

Portanto, Demo (1997) apresenta uma nova abordagem educacional, o educar pela pesquisa, que tem como base o questionamento reconstrutivo. No questionamento reconstrutivo, a construção do conhecimento se dá através de uma reformulação de teorias e conhecimentos existentes. O questionamento reconstrutivo encaminha um novo tipo de construtivismo, em que, retira-se a ênfase da construção e direciona-a para uma reconstrução do conhecimento. A reconstrução do conhecimento é considerada, e isso quer dizer que o critério diferencial da pesquisa, engloba a teoria e prática, e tem como filosofia a base do Educar pela Pesquisa. Dessa maneira, queremos que o professor e o aluno manejem a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenham como atitude no seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a Educação Física praticada na Escola Rural de Massaroca está ligada à contextualização com o semiárido, a partir do momento em que respeita o sujeito em seu mundo, valorizando o conhecimento prévio e sua cultura. Segundo Caporal (2009):

Mais do que tratar de processos naturais, trata-se, aqui, de processos socioculturais, de uma construção humana. Neste sentido, convém lembrar que o homem é um ser cultural, e é também pela cultura que ele se distingue dos demais seres vivos.

O processo de valorização do conhecimento passa pela virtude da compreensão do sujeito e do seu mundo, trazendo a valorização do ser socializando os saberes para que possamos construir um mundo diferente, onde as pessoas possam expressar-se. Segundo Freire (1987, p. 29): “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Portanto, chegamos à conclusão de que a Educação Física desenvolvida na Escola Rural de Massaroca está devidamente ligada à valorização, compreensão do sujeito, construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento, trazendo para o que chamamos de contextualização com o semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS

- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, Jose Antonio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: 2009. 111 p.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é educação física**. São Paulo : Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos ; 79).
- REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, L. D. (Org.). **Educação para a convivência com o Semiárido Brasileiro**. Fundamentos e práticas. Juazeiro, BA: Printpex Gráfica e Editora, 2011. 197 p.
- REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, L. D.; NÓBREGA, Maria Luciana da Silva (Org.). **Educação para a convivência com o Semiárido: Reflexões por dentro da UNEB**. Juazeiro, BA: Printpex Gráfica e Editora, 2011. 173 p.
- REIS, Edmerson dos Santos; BARROS, Edonilce da Rocha. A experiência de uma escola rural no contexto do projeto de desenvolvimento local de Massaroca, Semiárido Baiano. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 87, p. 236-248, 2006.
- SANTOS, Luciola Licínio de C. P. Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 23, n. 80, set. 2002.
- SUASSUNA, João. **Semi-árido: proposta de convivência com a seca**. Recife, 7 fev. 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 15 abr. 2015.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

TEIXEIRA, Elias Crispim; SÁ, Carlos Odair da Luz; SILVA, David Gomes Barbosa da; AVELINO, Cibele Rodrigues de Souza Kotarski. Educação Física contextualizada e o universo rural da Escola Rural de Massaroca-BA. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 136-141, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Histórico e dificuldades na constituição e consolidação de formas organizativas no Perímetro Irrigado Nilo Coelho-Petrolina-PE

Danilo de Medeiro Nunes¹
Elicio Nunes dos Santos²
José Reginaldo Maia³
Maurício Sávio Brandão Teixeira⁴

¹Atua no segmento de Assistência Técnica e Extensão Rural, gestão do Perímetro irrigado Bebedouro na função de Subcoordenador da equipe de Assistência Técnica Rural - ATER. Graduação em engenharia agrônoma na Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Discendente no curso de pós graduação Auditoria e perícia em gestão Ambiental na HG2. E-mail: danilomnunes@hotmail.com.

²Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, exercendo atualmente a função de Assistente Administrativo. Aluno do curso de especialização em Metodologia Participativa aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, realizado pela UNIVASF - Universidade do Vale do São Francisco. E-mail: elicionunes@gmail.com.

³Atua no segmento de Assistência Técnica e Extensão Rural no Perímetro Senador Nilo Coelho,

RESUMO

Todas as experiências vivenciadas no processo de formação associativa passaram por processos conduzidos pela CODEVASE, direcionando para uma administração compartilhada com os irrigantes, experimentando modelos organizativos que se iniciaram com uma proposta de cooperativa, depois associações e finalmente Distrito de irrigação, este até hoje adotado, mediante o uso do método dialético baseado no materialismo histórico buscando a investigação dos acontecimentos e processos ocorridos com as instituições que fizeram parte dessa construção social, aliado a dados documentais em trabalhos acadêmicos publicados, com um propósito de reunir fontes que direcionasse o processo de criação do movimento associativista na região. O desconhecimento da realidade regional e a ausência de diálogo foram as razões pelas quais as equipes de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) não lograram êxito nesse primeiro momento da criação de novas formas organizacionais. Essa ideia era algo desconhecido, um fato novo e precisaria de mais discussões para buscar esse entendimento. Isso indica que é necessário conhecer a realidade do homem para direcionar as ações planejadas.

Palavras-chave: Associação; Cooperativa; Assistência técnica.

History and Difficulties in the Foundation and Consolidation of Organizational Forms in the Nilo Coelho Irrigated Perimeters - Petrolina, PE

ABSTRACT

The process of formation of the associations of irrigated areas of the Projeto Senador Nilo Coelho was conducted by CODEVASF to a shared administration with the producers. On site was tested the proposal of creation of a cooperative, then changed to associations then, finally, to an irrigated district model, format that has being adopted until today. The events that led to this current model of social construction will be studied through the use of the dialectical method based on historical materialism, combined with data documented in academic papers. Ignorance of the regional situation and the lack of dialogue were the reasons why ATER (Technical Assistance and Rural Extension) teams were unsuccessful in the initial period of creation of these new organizational formats. These ideas were new and, therefore, required more discussion to reach understanding. This indicates that it is necessary to know the reality of people to target the planned actions.

Keywords: Association; Cooperative; Technical assistance.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se à constituição do Projeto Massangano, hoje denominado Perímetro Irrigado Nilo Coelho, com suas características de implantação, seus beneficiários e modelos organizativos para gestão do perímetro, tendo a CODEVASF como sua principal administradora.

Todas as experiências ali vivenciadas passaram por processos conduzidos pela CODEVASF, como marco orientador das famílias, tendo sempre como objetivo maior a implantação da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco direcionando para uma administração compartilhada com os irrigantes, experimentando modelos organizativos que se iniciaram com uma proposta de cooperativa, depois associações e finalmente Distrito de irrigação, este até hoje adotado.

O trabalho apresenta também o perfil dos beneficiários do projeto Massangano, que inicialmente foi pensado para atender a algumas famílias, através de critérios de seleção que beneficiaram preferencialmente a agricultores, sendo muitas áreas destinadas a profissionais do setor agrícola (técnicos e agrônomos), mas que em dado momento houve uma distribuição de lotes a pessoas que não tinham nenhuma experiência com a atividade agrícola irrigada.

Diante dessas dificuldades, pensaram-se algumas metodologias de participação para a formação de uma organização, conduzidas pelas empresas terceirizadas de assistência técnica, como forma de despertar nas pessoas a necessidade de um trabalho conjunto e levar os produtores modelos que pudessem ser criados/adotados por estes. Levando sempre em conta o histórico das suas origens, a forma com que esses modelos associativos foram apresentados às comunidades e a urgência com que estes deveriam ser implantados foram os causadores dos resultados até hoje vivenciados nesta unidade produtiva irrigada.

Desta forma, é importante que se conceituem as principais formas de associativismo para que se tenha uma maior compreensão quanto ao sistema adotado, bem como o respeito ou a falta dele à cultura individual dos agricultores.

CONCEITOS

“O associativismo e o cooperativismo são conceitos que apresentam correlação às definições dos capitais: humano, social e empresarial – fatores estes fundamentais para a promoção do desenvolvimento territorial.” (SEBRAE, 2014).

“O conceito de associativismo está relacionado à adoção de métodos de trabalho que estimulem a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento do capital humano, entre outros fatores.” (SEBRAE, 2014).

“Já o cooperativismo está ligado à união de pessoas para o atendimento de aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de sociedade coletiva.” (SEBRAE, 2014).

Petrolina-PE.
Com graduação em Gestão Ambiental e Pós Graduado em Direito Ambiental pela UNOPAR – Universidade Norte do Paraná. Atualmente aluno do curso de especialização em Metodologia Participativa aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, realizado pela UNIVASF – Universidade do Vale do São Francisco. E-mail: jrm.ambiental@hotmail.com.

⁴Engenheiro Agrônomo pela FACIAGRA-PE, pós-graduado em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos e atua como extensionista desde 2001, coordenando trabalhos de assistência técnica e extensão rural em perímetros irrigados em áreas de assentamentos e reassentamentos. E-mail: mauriciosavio2009@hotmail.com.

“Distrito de Irrigação é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída de irrigantes do Perímetro Irrigado, tendo por função principal, mediante delegação, da Empresa, a administração, a operação e a manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum, podendo realizar outras atividades (em caráter permanente ou transitório) de acordo com as demandas dos associados.” (SEBRAE, 2014).

Sendo assim, leva-se em consideração que estamos em uma sociedade em constante período de transição, sujeito a mudanças como, por exemplo, em conceitos, tecnologias, educação e informação, e sabendo-se ainda que o “Ser Humano” cada vez mais vem se distanciando um do outro a cada dia, a fim de satisfazer os insaciáveis desejos de consumo da sociedade, assim ligados a bens materiais dentre outros.

METODOLOGIA

Para a elaboração desse trabalho acadêmico, utilizou-se do método indutivo buscando uma generalização e o método dialético baseado no materialismo histórico buscando a investigação dos acontecimentos e processos ocorridos com instituições que fizeram parte de uma construção social, remontando o início e evoluções dos fatos investigados para embasamento científico.

De posse dessas informações referenciadas nessa pesquisa dos processos históricos, as organizações detêm de uma ferramenta referenciada para a tomada de decisões para a autogestão. Além disso, foram coletados dados documentais nos poucos trabalhos acadêmicos disponíveis, somando-se também a materiais informativos institucionais, em um propósito de se reunir fontes de informações que direcionasse para os processos de criação do movimento cooperativista/associativista na região.

DESENVOLVIMENTO

RELATO DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES NO PERÍMETRO SENADOR NILO COELHO.

O Projeto Massangano , hoje chamado de Perímetro irrigado Nilo Coelho, localizado em Petrolina-PE, teve suas obras iniciadas no ano de 1979 a 1983, construídas em um período de quatro anos e custou aos cofres públicos o montante de US\$ 200.000.000,00. Está localizado à margem esquerda do Rio São Francisco, no município de Petrolina-PE, cuja área irrigável abrange também o município de Casa Nova-BA, na região do Submédio São Francisco.

O Perímetro Nilo Coelho é um dos maiores perímetros públicos irrigados no Brasil, com cerca de 100% em funcionamento, com área total de 55.000 hectares e área irrigável de 22.946,68 hectares • População estimada no Perímetro: 60.000 habitantes • Número de empregos gerados (diretos e indiretos): 90.000, segundo o último censo do IBGE.

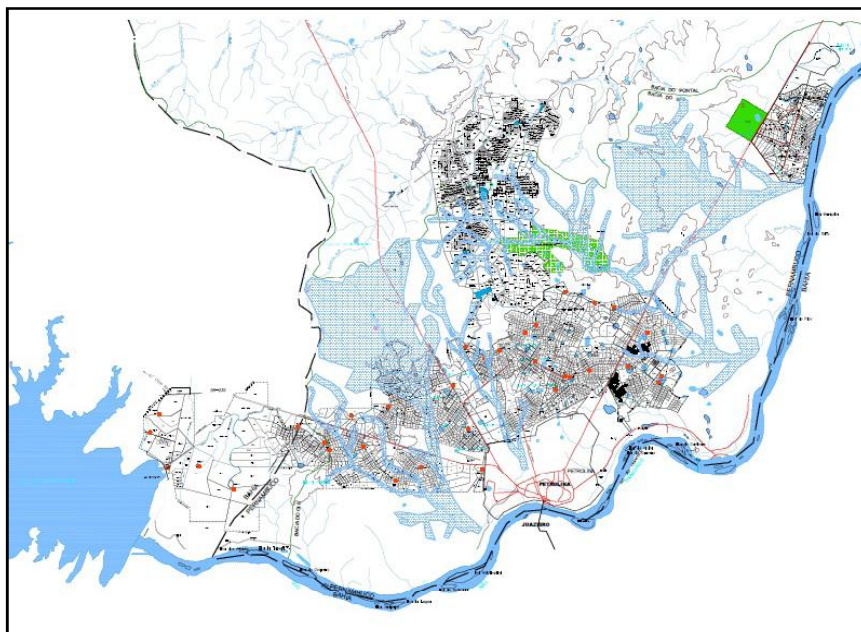


Figura 1 – Localização geográfica do perímetro irrigado Nilo Coelho em Petrolina (PE).

A CODEVASF administrou o Projeto de Irrigação no período de 1984 a 1986, fase em que ocorreu o assentamento e início das operações agrícolas, após 1987 até 1989, foram iniciadas as palestras técnicas para constituição de cooperativas, na tentativa de inculir nos agricultores uma cultura cooperativista, tentativa essa fracassada por não haver por parte dos agricultores uma cultura, e ao mesmo tempo certa resistência às práticas organizacionais, dentro da doutrina cooperativista.

“A antidualogicidade e a dialogicidade se encarnam em maneiras de atuar contraditórias, que, por sua vez, implicam em teorias igualmente inconciliáveis” (FREIRE, 1983, p. 26).

O desconhecimento da realidade regional e a ausência de diálogo foram as razões pelas quais as equipes de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), não lograram êxito nesse primeiro momento da criação de novas formas organizacionais. Nova, pois para os agricultores nativos, essa ideia era algo desconhecido, era um fato novo e precisaria de mais discussões para buscar esse entendimento.

Dando prosseguimento às ações governamentais, durante meados da década de 1980, o Governo Federal definiu uma nova política de gestão para emancipação dos perímetros irrigados, onde buscava a autogestão dos produtores para administrarem suas unidades produtivas, a partir daí se criaram políticas públicas, caracterizando a interferência estatal junto aos agricultores:

O conceito de hegemonia, aplicada á dominação com direção hegemônica de classes das formações capitalistas, conota aqui as características específicas mencionadas da ideologia capitalista dominante, por meio da qual, uma classe ou fração consegue apresentar-se como encarnando o interesse geral do povo nação, e condicionam por si mesmos, uma aceitação política específica de sua dominação por parte das classes dominadas. (POULANTZAS, 1986, p. 215)

A história da implantação dos primeiros relatos sobre a criação da extensão rural no Brasil nos remete a um passado extremamente dominante do mundo capitalista em detrimento dos países em desenvolvimento, trazendo experiências de uma realidade avessa aos nossos valores culturais, com propostas intrínsecas para atender os interesses destes, em uma via de mão única, quando coloca a sua ideologia capitalista modernizada na construção de uma nova realidade desejada, alheia à vontade da massa trabalhadora.

Sabe-se, portanto, que estudos executados pelo Núcleo Interdisciplinar de Tecnologia e Gestão Social da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), entre os anos de 2007 e 2008, trouxeram uma contribuição ímpar, pois identificaram algumas particularidades dentro da proposta de criação das cooperativas nos perímetros irrigados, fundamental, portanto, para o breve histórico do processo cooperativista na região, e que existia de certa forma uma coexistência por parte do órgão gestor do perímetro para que fossem criadas essas organizações nos núcleos de agricultores. Assim foram organizados os grupos de trabalhos para o doutrinamento associativo dos agricultores, como também a disponibilização de equipamentos necessários para o início das atividades das mesmas.

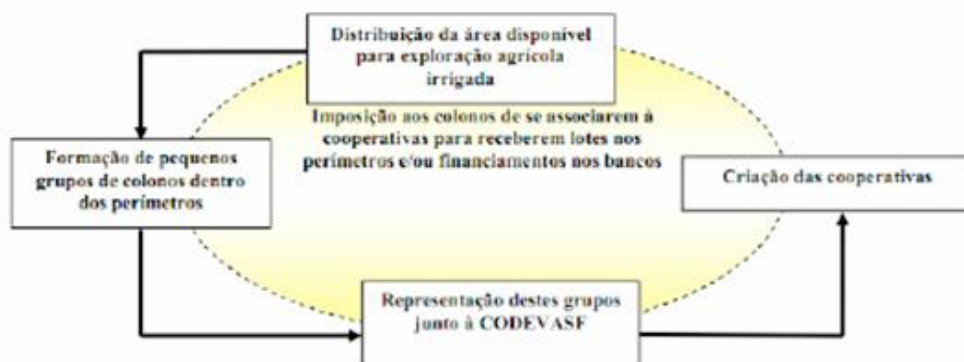


Figura 2 - Fluxograma indicativo do processo de criação de cooperativas no perímetro irrigado.

As etapas desse processo encontram-se explícitas nesse fluxograma, no qual se observa claramente no círculo central a vontade expressa do estado em buscar a formação desses grupos, executar a distribuição das unidades produtivas e consequentemente identificar as lideranças, para enfim constituir as pré-elaboradas cooperativas.

A partir daí foram contratados os extensionistas para dar suporte técnico e social aos produtores e suas famílias, dentro de um “modelo coletivo” organizacional. Acontece que as forças externas de outras organizações como as casas de crédito impulsionavam os agricultores, no sentido de atrelamento do crédito agrícola ao modelo cooperativista. Além desse, outros fatores concorreram para o insucesso desse modelo, dado que não existia naquele momento uma cultura que impulsionasse a autogestão dessas entidades.

“A manipulação, jamais a organização dos indivíduos pertencentes à cultura invadida é outra característica básica da teoria antidualógica da ação” (FREIRE, 1983, p. 27).

É oportuna essa colocação de Paulo Freire, pois o estado procurava implantar um novo modelo de gestão nos perímetros, e de qualquer forma induzia a criação de organizações, aonde chegavam pacotes prontos para serem incutidos dentro da cabeça dos agricultores de forma manipulada e a qualquer custo, sem se quer perguntar se os agricultores sabiam o que era, ou se queriam fazer parte de uma cooperativa.

Paulo Freire (1983, p. 16) relata com propriedade que o “conhecimento” na dimensão humana, em qualquer nível que seja, “não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe”.

Dessa forma, essa passagem da obra *Extensão ou comunicação?* vem comungar com os fatos contraditórios ocorridos no período, a imposição de propostas prontas e acabadas não lograram êxito até mesmo porque os agricultores participaram das palestras, mas não tinham competências para levar a frente essa proposta de conduzirem as organizações.

De maneira oportuna, é pertinente dizer que a construção do conhecimento se dá em uma visão dualista, não sendo necessário negar o saber do homem, levá-lo a uma intrínseca reflexão da sua existência como sujeito da ação, sujeito esse que pensa, sente, e tem valores para a construção e transformação da sua realidade.

Oportuniza Caporal, quando “destaca”, por exemplo, que os aparelhos de extensão se vinculam a diferentes unidades da federação, mediante convênios com a União, Estados e Municípios. Assim, embora no âmbito do estado capitalista e sob a hegemonia das classes dominantes, a prática extensionista depara-se com a necessidade de atender “projetos políticos” que nem sempre apontam no mesmo sentido (CAPORAL, 1991, p. 87).

Portanto, Caporal nos aponta que a dominância das ações planejadas e impostas pelo estado dominante recaem como políticas públicas nas organizações terceirizadas que desenvolvem os serviços de ATER, e que no cotidiano utilizam essas ações no sentido de repassar para o seu público-alvo os direcionamentos que em boa parte não condizem com as aspirações e a vontade do homem do campo.

Em seguida, partiu-se para a criação de associações, já que as propostas iniciais não obtiveram êxito, dessa forma foram iniciadas mais uma vez, os ciclos de palestras junto aos agricultores visando à implantação do modelo de gestão, e repasse da administração do perímetro aos irrigantes. Mesmo contando com um curto intervalo de tempo para se trabalhar e discutir a doutrina necessária à preparação associativista, os técnicos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) foram conduzidos a dar continuidade aos trabalhos, vislumbrando a implantação desse modelo.

Na maioria das vezes no desenvolvimento dos planos de ação dos trabalhos de ATER, o cumprimento do cronograma das atividades se torna um inimigo do extensionista, existe um fator que caminha paralelo à execução das ações que é o fator tempo. Acontece que o projeto de execução quando é concebido já consta em seu escopo definido as metas a serem seguidas, e o processo educativo caminha em contraposição

a tudo isso. Não se pode construir uma base de diálogos amarrados em resultados imediatos e predefinidos, educar não é algo estático, não é um produto acabado. Segundo Paulo Freire, educação é um processo onde as partes interagem em uma construção de saberes.

Por fim foram constituídas 11 associações, uma por núcleo de produção, onde os agricultores de certa forma foram levados a assumirem a administração das associações, de forma impositiva, que contavam com uma patrulha mecanizada para prestação de serviços de preparo de solo nas parcelas produtivas.

O zoneamento geográfico do projeto permitia o controle administrativo, pelo fato de cada núcleo de agricultores constituir a sua associação, porém esse modelo de gestão não obteve sucesso mais uma vez, por ser introduzido na gestão um modelo paternalista e um forte vínculo dos agricultores com o poder público, descaracterizando por muitos anos a formação de instituições sólidas e representativas:

Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer. (FREIRE, 1983, p. 32).

Desta forma, os agricultores não possuíam a verdadeira consciência do seu papel na gestão das associações, e a falta de um planejamento das ações os levaram ao insucesso administrativo, ou será que faltou o senso crítico por parte dos extensionistas em aplicarem práticas bancárias do conhecimento técnico?

Contextualizando esse cenário vivido pelos agricultores, percebe-se a prática extensionistas de forma lícita de invasão cultural por parte do estado, em que as propostas de constituição das organizações vieram de cima para baixo, próprias de um sistema capitalista e autoritário, no qual os técnicos eram meros repassadores de informações, sem levar em consideração a realidade cultural e histórica dos agricultores, transformando-os em meros objetos de sua própria ação, do seu próprio interesse e vontade. Em seguida, nos idos de 1989, a gestão de emancipação do Perímetro passou para o Distrito de Irrigação, responsável até hoje pela administração, operação e manutenção das áreas irrigadas.

Diante dessas considerações, cabe por fim comungar com Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou comunicação?*, quando expõe que alguns técnicos declaram ser o diálogo impossível, fundamentando ainda mais a sua tese e o seu saber comportamental de que o homem não sabe de nada, que não tem muito a contribuir, e que na verdade essa dificuldade de diálogo não vem de si próprio, mas de um sistema social com estrutura perversa e opressora, e ratifica ainda que na história nenhum cientista em sã consciência jamais elaborou ou sistematizou o seu conhecimento científico sem buscar a sua fundamentação baseado em hipóteses e problematizando esse incômodo, algo

que precisa ser desafiado. E continua fundamentando que o desafio e a inquietação são fatores preponderantes para a construção e valorização dos saberes.

Das organizações, formais e informais nos perímetros irrigados, destacamos que houve um avanço significativo nos números de associações e/ou cooperativas criados e que hoje estão operando normalmente nesses perímetros e que estão relacionadas nas tabelas 1, 2 e 3 abaixo.

PERÍMETRO: NILO COELHO		
Núcleo	Associações /Cooperativas	Nº de Sócios
01	Associação de Moradores do Núcleo 01	48
02	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Núcleo 02 – “Asa Branca”	30
03	Associação dos Colonos do Núcleo 03 – ASCOL	22
04	Cooperativa Agrícola dos Produtores Irrigantes do Núcleo 04 – COOPINC	27
04	Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores do Núcleo-04 (AMPEAN-04)	600
05	Associação dos Trabalhadores Rurais e Moradores da Vila Nova	300
06	ASPRN VI – Associação dos Produtores Rurais do Núcleo 06	104
07	Associação dos Pequenos Empresários Rurais do Núcleo 07 - APERN7	50
07	Associação dos Criadores de Abelhas do Município de Petrolina – ASCAMP	22
08	Associação de Moradores e Produtores do Núcleo 08 – AMOP-08	100
09	Associação dos Produtores Irrigantes Moradores N -09 - APIM	500
11	Associação de Produtores e Moradores do Núcleo 11	144

Tabela 1 - Associações e cooperativas do perímetro Nilo Coelho e seus respectivos números de sócios.

Podemos observar que existem 4 associações somente de produtores com um total de 766 sócios e que representa 53% do total de pequenos produtores do perímetro que é de 1.465, 1 associação de moradores com 48 sócios, 4 associações mistas de moradores e produtores com um total 1.144 sócios, 1 associação de apicultores com 22 sócios, 1 associação de pequenos empresários com 50 sócios e somente 1 cooperativa com 27 sócios.

PERÍMETRO: NILO COELHO /ÁREA MARIA TEREZA		
17	Associação de Produtores e Moradores do Núcleo 17	
20	Associação de Produtores e Moradores da Área 20	180
22	Associação de Produtores e Moradores do Núcleo 22	
23	Associação de Produtores e Moradores do Núcleo 23	
25	Associação de Produtores e Moradores do km 25	
25	COMAIAMT – Cooperativa Mista dos Irrigantes da Área Maria Tereza	32
25	COPAINT – Cooperativa de Produção Agroindustrial do Projeto Maria Tereza	25

Tabela 2 - Associações e cooperativas do perímetro Nilo Coelho, Área Maria Tereza e seus respectivos números de sócios.

Na área Maria Tereza existem 5 associações mistas de produtores e moradores com um total de 180 associados, representando **37%** do total de produtores do perímetro que é de 487, e 2 cooperativas que juntas somam 57 sócios, representando **12%** do total de produtores.

PERÍMETRO: BEBEDOURO	
APPUB – Associação dos Pequenos Produtores de Bebedouro	84
CAMBE – Cooperativa Agropecuária de Bebedouro.	47

Tabela 2 - Associações e cooperativas do perímetro Nilo Coelho, Área Maria Tereza e seus respectivos números de sócios.

No perímetro de Bebedouro há 1 Associação de pequenos produtores com 84 associados e que representa **48%** do total de produtores do perímetro que é de 178, e 1 cooperativa com 47 associados, representando **27%** do total de produtores.

CONCLUSÃO

A todo momento procurou-se enfatizar o quanto é importante que o homem seja respeitado, nos seus saberes empíricos, em suas diferenças, na sua história. Sem esse reconhecimento toda e qualquer intervenção no seu meio será fadada ao fracasso. É importante que as pessoas se sintam participantes de todo o processo de execução de uma ideia, principalmente quando este modelo envolve o interesse comum de toda uma comunidade.

O associativismo é a forma mais democrática de concorrência entre os menores e os maiores nas disputas comerciais, pois se tornam iguais diante das dificuldades.

Depois de tantas experiências vividas pelos assentados do Perímetro Irrigado Nilo Coelho, onde se encontrou muitos obstáculos para a adoção de um modelo de gestão que viesse a satisfazer os interesses da comunidade, bem como da sua administradora CODEVASF, chegou-se a um modelo organizativo que atualmente é usado em quase todos os perímetros irrigados do país, que aparenta ser o ideal, no contexto governamental. Essa talvez não seja a associação idealizada pelos assentados, e talvez também pela CODEVASF que incentivou a criação de várias outras; mas essa forma de administração conta com o gerenciamento dos produtores que através de uma eleição elegem seus membros da diretoria.

As dificuldades maiores ou menores impostas pela estrutura ao fazer dialógico não justificam o antidiálogo, do qual a invasão cultural é uma consequência. Quaisquer que sejam as dificuldades, aqueles que estão com o homem, com a sua causa, com a sua libertação, não podem ser antidiológicos.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria: UFSM, 1991.

CONCEITOS DE COOPERATIVISMO de Associativismo em modo subjetivo. Disponível em: <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo>>. Acesso em: 21 out. 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

POULANTZAS, Nicos; BLUNDI, Antonio Roberto Neiva. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIBEIRO, Kleber Ávila; NASCIMENTO, Deise Cristiane do; SILVA, Joelma Fabiana Barros da. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no Submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI–Petrolina/PE. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, n. 40, 2013.

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.acias.net/index.php/87-noticias-acias-schroeder/1294-24-03-2015-associativismo>>. Acesso em: 21 out. 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

NUNES, Danilo de Medeiro; SANTOS, Elicio Nunes dos; MAIA, José Reginaldo; TEIXEIRA, Maurício Sávio Brandão. Histórico e dificuldades na constituição e consolidação de formas organizativas no Perímetro Irrigado Nilo Coelho-Petrolina-PE. **Extramuros, Petrolina-PE**, v. 3, n. 2, p. 142-151, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sobradinho/BA

Marcelo Henrique Pereira dos Santos¹
Guilherme Ernesto de Andrade Neto²

¹Professor Doutor do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: marcelo.henrique@univasf.edu.br.

²Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: netoandrade25@hotmail.com.

RESUMO

Tomando por objeto de análise o Conselho de Desenvolvimento Municipal Rural de Sobradinho-BA, o presente artigo objetiva discutir e examinar os avanços e contradições averiguadas em tal espaço de debate institucional, à luz das contribuições teóricas de autores que se dedicaram ao estudo da temática. Os conselhos são caracterizados pela literatura especializada como espaços plurais capazes de incluir no cenário político atores sociais historicamente excluídos. Dentre esses atores está o pequeno agricultor familiar, que nos conselhos de desenvolvimento rural deveria ter voz ativa. Entretanto, se os conselhos são considerados avanços que consolidam uma cultura democrática, são também espaços de contradição e debate. Nessa perspectiva, o estudo acerca do Conselho em Sobradinho tanto afirmou a importância da criação de uma instância local, a qual possibilitou o debate entre atores sociais que antes não dialogavam, quanto a necessidade de uma maior participação do pequeno agricultor familiar.

Palavras-chave:

Municipal Council of Rural Development of Sobradinho, BA

ABSTRACT

Taking as object of analysis the Council of Rural Municipal Development Sobradinho-BA, this article aims to discuss and review progress and investigated contradictions in such institutional forum for debate in the light of theoretical contributions of authors who have dedicated themselves to the subject of study. The boards are characterized by the literature as plural spaces able to include in the political arena social actors historically excluded. Among these actors are the small family farmer, who in rural development councils should have a say. However, if the councils are considered advancements that consolidate a democratic culture, are also spaces of contradiction and debate. In this perspective, the study about the Council in Sobradinho both affirmed the importance of creating a local instance, which enabled the debate between social actors that did not dialogued, as the need for greater participation by small family farmers.

Keywords:

INTRODUÇÃO

Os Conselhos de Desenvolvimento Municipal Rural (CDM) são espaços implantados, principalmente, a partir da instituição do PRONAF INFRAESTRUTURA em 1996. Em linhas gerais, objetivam criar uma sinergia entre o agricultor familiar e suas entidades representativas com outros segmentos sociais organizados. O objetivo de tal articulação é o fomento de um plano de desenvolvimento regional.

Considerando a relevância dos conselhos municipais na construção de uma política pública mais democrática, voltada para a agricultura familiar, o presente artigo pretende discutir o CDM de Sobradinho-BA. Para tanto, serão analisados textos de autores relacionados à temática. Segundo Silva e Marques (2004), a criação dos conselhos é um desdobramento do processo de redemocratização o qual com a Constituição de 1988 possibilitou a criação de novos instrumentos de gestão social.

Favareto e Marques (2004) demonstram que os conselhos não podem ser compreendidos a partir de uma análise reducionista, pois enquanto ambientes políticos de debate e discussão possibilitam a articulação entre atores sociais que normalmente não dialogam. Nessa perspectiva, essa articulação institucional é imprescindível para criação de um plano de desenvolvimento regional.

Além dos textos selecionados, para a elaboração deste artigo foram colhidos depoimentos de membros do conselho local de Sobradinho. Isso possibilitou a comparação das informações obtidas na literatura consultada com os depoimentos, o que nos permitiu compreender o que há de geral no conselho de Sobradinho e em quais pontos o conselho estudado se distingue dos demais analisados pelos autores.

A IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O CASO DE SOBRADINHO

A Constituição Federal de 1988 lançou as bases para a construção de políticas públicas mais democráticas ao instituir os conselhos gestores de políticas setoriais. Tal medida possibilitou o desenvolvimento de um instrumento imprescindível de participação e gestão popular.

Nos municípios os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMD) são imperativos para o acesso aos recursos da linha de infraestrutura e serviços do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A obrigatoriedade dos conselhos para obtenção dos recursos disponibilizados pela União visa ampliar a participação dos atores sociais na construção de um plano municipal de desenvolvimento rural, bem como municiá-los com o conhecimento necessário para uma intervenção crítica e qualificada nos espaços de discussão, fortalecendo a cidadania e a participação dos munícipes.

Silva e Marques (2004) ponderam que a criação de novos espaços participativos, tais como os referidos conselhos, é resultado de uma descrença nos partidos políticos. Esses seriam deficitários ao não captar os anseios da sociedade civil e intermediá-los junto ao Estado, além de não representarem os interesses de segmentos sociais historicamente excluídos do cenário político brasileiro.

Ainda de acordo com os autores, a mobilização dos agentes sociais pelo fim da ditadura militar pautou-se em um discurso anti-institucional, entretanto, essa matriz discursiva foi progressivamente alterada pela reivindicação de um espaço institucionalizado para intervenção e participação dos agentes sociais:

O reforço e o maior protagonismo das esferas subnacionais (Estados e municípios), como contraponto à significativa centralização que marcou a formulação e implantação das políticas públicas durante os governos militares, se apresentava como uma condição de superação de diversos impasses e problemas identificados na atuação do Estado brasileiro (ineficiência e excessiva burocratização, distanciamento em relação às necessidades sociais, corrupção, autoritarismo, etc.). Mais próximas aos cidadãos e aos problemas concretos da população, as esferas locais do Estado foram reinterpretadas, contrariamente à tradicional visão que os identificava como espaço privilegiado de reprodução dos arcaísmos da sociedade brasileira, como locus da inovação institucional e da geração de respostas efetivas para as demandas e interesses sociais. (SILVA e MARQUES, 2004, p. 10).

No que concerne ao desenvolvimento rural, mais especificamente à agricultura familiar, a linha Infraestrutura do PRONAF implantada em 1996 ensejou a ampliação da participação dos agricultores familiares, pois os recursos direcionados para a linha de crédito mencionada só podem ser obtidos mediante a composição de um conselho municipal responsável pela criação de um plano de desenvolvimento rural.

Para Scheider, Canzella e Mottei (2004) o PRONAF ganhou relevo dentre as políticas voltadas para o meio rural brasileiro pelos avanços políticos que o programa trouxe. Com o advento do mesmo, o Estado reconheceu e legitimou os agricultores familiares enquanto categoria social e política. Outro aspecto mencionado pelos autores foi o caráter paritário dos conselhos. Pensando, porém, a questão da paridade no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Sobradinho, algumas contradições foram verificadas.

A norma prevê que os CMDs sejam compostos por 50% de agricultores familiares e suas entidades representativas. No entanto, ao entrevistar Kleyton Gualter de Oliveira Silva, integrante do conselho em Sobradinho, representando a Associação dos Estudantes do Município, percebe-se que os agricultores não são ouvidos e tampouco fazem parte de sua composição. Segue trecho da entrevista:

O conselho é local de representatividade, se pressupõe que, se o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais está no conselho, então os agricultores rurais também estão. A representatividade é algo discutido no conselho, discute-se se os agricultores estão bem representados, se de fato há a necessidade da presença de todas as instituições presentes no conselho.³

³Entrevista realizada em 15 fev. 2014.

De acordo com o entrevistado, a Secretaria de Política Agrícola e Ambiental do município é a principal proponente do CDM. Nesse aspecto, a fala do entrevistado ganha ressonância nas análises de Marques (2004) quando o mesmo reflete acerca da paridade e problematiza o peso dos atores sociais na construção do plano de desenvolvimento municipal. Segundo o autor, os quadros técnicos tendem a questionar a morosidade de um conselho amplo na medida em que enfatizam a necessidade de realizar encaminhamentos, tomar decisões e cumprir prazos e metas.

Um conselho amplo, nessa perspectiva, traria lentidão às deliberações tomadas. A diversidade de opiniões comprometeria a funcionalidade dos espaços de debate. Entretanto, a missão precípua dos conselhos não seria dar voz a atores sociais historicamente excluídos nas tomadas de decisão? Na prática percebe-se que os agricultores não fazem parte da composição do conselho analisado, estão representados por esferas burocratizadas: sindicatos e associações e não levam ao conselho suas demandas e dificuldades cotidianas.

Segundo o autor, o que estaria por trás da concepção dos quadros técnicos seria a legitimidade legada pelo Estado aos detentores do conhecimento técnico e científico, ao passo que,

O agricultor é considerado como o jeca tatu, figura alegórica, sempre doente e subalimentada, que simboliza o atraso e a ignorância. Para nosso interlocutor, o agricultor familiar se conforma a uma posição submissa. Esta resignação consolida sua imagem associada à incompetência para intervir nas políticas públicas. (MARQUES, 2004, p. 12)

De acordo com Domingos da Silva Costa, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sobradinho, formam o CMD do município entidades públicas e privadas: o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sobradinho, Colônia de Pescadores, Movimento dos Atingidos por Barragem e a Associação de Estudantes de Sobradinho. Quando questionado acerca da participação dos agricultores o sindicalista relata que

O conselho é formado por entidades públicas e civis. Quem propõe as pautas são sempre os representantes de cada segmento. O conselho de Sobradinho já existe desde outras gestões, mas estava inativo, na verdade estamos reestruturando o conselho. Neles os agricultores podem até opinar, mas na verdade, quem decide são os conselheiros, representantes das entidades participantes.⁴

Domingos coloca que, por muito tempo, o CMD de Sobradinho cumpriu apenas as imposições da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente do município. Na avaliação do entrevistado, esse era um aspecto limitador uma vez que não havia debate ou a proposição de pautas relacionadas às dificuldades reais do agricultor. Na entrevista já citada aqui, Kleyton Gualter questionou o caráter democrático do CDM em Sobradinho.

Para o mesmo não há discussão ou questionamentos no conselho. Esse cumpriria apenas um aspecto legal para obtenção dos recursos, não havendo debate ou

⁴Entrevista realizada no STR de Sobradinho em 20 fev. 2014.

questionamentos acerca das deliberações tomadas. Segundo Kleyton, no conselho analisado os técnicos ligados à Secretaria são os atores responsáveis pelo fomento e encaminhamento das deliberações tomadas. O conselho propriamente dito, embora devesse se reunir mensalmente, em 2013 só realizou uma reunião para encaminhamentos.

Para Domingos as imposições de algumas entidades públicas impedem um debate mais amplo, questionamentos ao plano proposto e possíveis modificações. Segue trecho da entrevista:

O Conselho de Desenvolvimento Rural representa a democracia. Se for um conselho atuante, apesar das imposições de entidades públicas faz a sociedade atuar. Se a sociedade estiver presente no conselho ele certamente atuará e fará acontecer dentro de sua base que é o município.

Ao examinar a ação dos CDM em cinco Estados, Favareto e Demarco (2004) demonstram o quanto a abordagem desses novos instrumentos de gestão social é complexa. Se, por um lado, há a necessidade de se salientar a precariedade da participação nos conselhos e o uso dos mesmos para execução do poder tradicional, tão comum nos pequenos municípios, por outro lado, eles conferiram a possibilidade de participação para atores até então excluídos do cenário político, dando a esses atores a prerrogativa de expressarem suas demandas, tendo em vista que foi criado um espaço institucional destinado às políticas públicas voltadas para agricultura familiar. No entanto, segundo os autores, o que ensejou a formação da grande maioria dos conselhos foi a constituição do PRONAF, pois antes do programa apenas 15% dos CDMs existiam.

Outro ponto discutido pelos autores considera o prazo estabelecido para a formação dos conselhos. Para eles a imposição da formação de um conselho e o curto prazo determinado, impossibilitou o amadurecimento e sensibilização dos atores envolvidos. O que enfatiza o caráter legalista e burocrático. Fato que explicaria a hegemonia do Executivo Municipal nas iniciativas de implantação do CDM, bem como a indicação do presidente do conselho. Pensando nessas questões os autores refletem que:

Uma das principais críticas ao alcance dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural diz respeito à maneira pela qual eles têm origem. A exigência de constituição dos conselhos para que um município possa acessar os recursos do PRONAF/INFRA-ESTRUTURA estaria na raiz de uma série de vícios e limites que restringiriam enormemente sua eficácia. (FAVARETO e DEMARCO, 2004, p. 120).

Na perspectiva de Sabourin (2007), a criação dos conselhos pode ser considerada um grande avanço, mas outros aspectos devem ser considerados. Segundo o autor, não basta instituir esses espaços de diálogo se os agricultores não estão prontos para se apropriarem dos mesmos. Aspecto que comprometeria a participação dos agricultores nas tomadas de decisão, principalmente porque os mesmos não estariam aptos a defenderem suas propostas.

Já Favareto (2006) discute o caráter concentrador das entidades que representam o agricultor familiar brasileiro. Segundo o autor, os sindicatos rurais, suas federa-

ções e sua confederação estão burocratizados e distantes de suas bases. Essa ruptura entre os agricultores e suas entidades representativas impossibilitaria a participação dos mesmos nos espaços decisórios. Diante dessas considerações nos cabe problematizar se os CMDs não estão se tornando esferas burocráticas distantes dos agricultores familiares.

Segundo Josefa Rita, o Conselho de Desenvolvimento Rural de Sobradinho acontece por iniciativa da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município. A entrevistada ocupou a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Sobradinho durante o ano de 2013 e afirma que é responsabilidade da secretaria encabeçar o conselho. De acordo com a entrevistada, através do conselho o município adquiriu algumas máquinas e diversos quites para irrigação.

Na avaliação de Josefa, os agricultores não participam dos conselhos, pois os mesmos já estão representados por 12 associações, além do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município. Em trecho da entrevista, a ex-secretária da agricultura comenta alguns aspectos do conselho estudado:

O conselho não está melhor pela dependência que ele tem com a prefeitura. As outras entidades que participam deveriam atuar mais, aqui o presidente do conselho quando não é o próprio prefeito é sempre alguém indicado por ele. Mas, apesar dos problemas que enfrentamos o conselho acaba forçando o desenvolvimento rural do município e fortalecendo a democracia, pois as entidades envolvidas acabam dialogando, coisa que sem o conselho não aconteceria.⁵

⁵Entrevista realizada em 03 mar. 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos consultados e as entrevistas realizadas demonstram a complexidade que envolve os Conselhos de Desenvolvimento Rural nos municípios. Os entrevistados relatam a ausência do agricultor familiar nos conselhos, esse não participa, pois está representado por associações e pelo STR do município.

No entanto, em seus depoimentos os mesmos afirmam a importância do CMD. Esse espaço, que tem se consolidado no âmbito municipal, possibilita o diálogo entre atores sociais diversos. Sinergia institucional que dificilmente aconteceria fora do conselho.

Os depoimentos colhidos revelam ainda que o CMD examinado não pode ser compreendido enquanto um mero organismo formal, sem vida. Pois, o mesmo expressa, minimamente, a institucionalização de um espaço destinado às discussões voltadas para a agricultura familiar. Mesmo considerando as deficiências, o conselho é o instrumento que articula os segmentos sociais locais em torno de uma pauta comum, o desenvolvimento regional.

A ausência dos agricultores familiares é uma das deficiências agudas do conselho. Estes estão representados por sindicatos e associações, mas, segundo Favareto (2009), no meio rural essas instituições tendem a se burocratizar ao passo que perdem

o contato com sua base. Logo, os problemas reais do pequeno agricultor, suas dificuldades práticas e cotidianas deixam de compor a pauta do CMD, uma vez que esses não são ouvidos.

REFERÊNCIAS

FAVARETO, Arilson. DEMARCO, Diogo. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi; CAZELLA, Admir Antonio Cazella et al. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FAVARETO, Arisom. Agricultura, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, p. 27-44, n. 62, out. 2006.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi; CAZELLA, Admir Antonio Cazella et al. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SILVA, Marcelo Kunrath. MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. Moruzzi; CAZELLA, Admir Antonio Cazella et al. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos; ANDRADE NETO, Guilherme Ernesto de. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sobradinho/BA. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 152-158, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

O ensino contextualizado com o semiárido no município de Curaçá-BA: releitura da proposta político-pedagógica para as escolas municipais

Eliane Maria da Conceição do Espírito Santo¹

¹Graduada em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco-CESVASE Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Literatura pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco-CESVASE E-mail: eliane121950@hotmail.com.

RESUMO

O referido artigo faz uma releitura da proposta político pedagógica do município de Curaçá-BA "Educação com o pé no chão do sertão". O título já nos remete ao contexto regional com a sua biodiversidade, daí a importância de se construir uma proposta político-pedagógica municipal que atue pedagogicamente com a valorização cultural, com a preservação ambiental, com o manejo adequado dos recursos naturais, com uso de tecnologias sociais que buscam novas maneiras de convivências.

O modelo educacional proposto contempla as áreas do conhecimento por meio de ciclos e traz uma proposta de ensino voltada ao contexto do aluno, visto que os currículos são universalizados para todo país, permeando um sistema colonizador de determinadas regiões sobre outras regiões. A proposta político-pedagógica do município de Curaçá visa uma aproximação dos indivíduos com seu contexto local, uma vez que os mesmos aprendem culturas e conhecimentos de outras regiões e na maioria das vezes desconhecem a cultura local.

Essa releitura traz uma reflexão acerca deste contexto da proposta, fomentando os pontos positivos deste modelo de ensino que busca uma valorização da cultura local, das experiências do homem sertanejo, do contexto histórico para que os indivíduos inseridos nos espaços educacionais se autorreconheçam.

Palavras-chave: Educar; Proposta; Sociedade; Pedagogia; Ciclos.

Contextualized Teaching within the Semi-arid Climate in Curaçá, BA: Reevaluation of the Political-Pedagogical Proposal for Municipal Schools

ABSTRACT

This Article reexamines the political pedagogical proposal of the municipality of Curaçá-BA "Education with his foot the backcountry," the title already brings us to the regional context with its biodiversity, hence the importance of building a political pedagogical proposal municipal acting pedagogically with cultural sensitivity to environmental preservation, with the proper management of natural resources, using social technologies that seek new ways of living together.

The proposed educational model includes the areas of knowledge through cycles and brings a teaching proposal directed to the context of the student, since curricula are universalized throughout the country, permeating a colonizing system of certain areas over other regions. The educational policy of the municipality of Curaçá proposal se-

eks an approximation of individuals with their local context, once they learn cultures and knowledge from other regions and mostly unaware of the local culture.

This rereading offers reflection about the context of this proposal, encouraging the positive points of this teaching model that an appreciation of local culture, experience the backcountry man, the historical context for the individuals included in educational spaces themselves recognize.

Keywords: Educating; Proposal; Society; Teaching; Cycles.

INTRODUÇÃO

A ação de educar está relacionada ao ato de proporcionar aos indivíduos a fomentação do desenvolvimento físico, intelectual e social, sua inserção na sociedade deve acontecer de maneira valorativa no que se refere aos valores adquiridos ao longo de suas vivências e experiências.

A sociedade de um modo geral, porém, com seus diversos grupos sociais, apresenta qualquer tipo de sistema educacional. Contudo o conceito de educar globalizado refere-se ao aprendizado sistematizado, sequenciado por meio de períodos vivenciados consecutivamente da educação infantil ao ensino superior. Esse sistema educacional ofertado por escolas e universidades baseado em normas governamentais é direcionado a crianças, jovens e adultos valorizando de maneira específica as diversas culturas presentes em nossa sociedade.

Devido ao progresso da sociedade, decorrente do desenvolvimento da tecnologia, da competitividade e da empregabilidade no mercado trabalhista, também aumentaram as exigências em relação à capacidade profissional, sendo assim o indivíduo necessita estudar mais para acompanhar os avanços da sociedade. Todavia por um longo período a educação não era privilégio de todos, era direcionada apenas para os grupos elitizados, em meados do século XVIII, com os avanços científicos, inicia-se um novo conceito de mundo, desta maneira a ciência e a razão desenvolvem novas estratégias para melhoria da sociedade.

No século XIX, com a extensão da revolução industrial, surgem necessidades de preparação de mão de obra com capacidade de atender a multiplicidade tecnológica do mundo industrializado. No entanto era limitado, pois essa promoção só acontecia nos países de maior poder aquisitivo, a partir desse período surgem os sistemas nacionais de educação.

Já no século XX a educação passou por arraigadas transformações decorrentes da ampliação demográfica da sociedade mundial, a intensificação entre pobres e ricos, a economia tendo como base a produção em grandes quantidades, a dependência da ciência e da tecnologia, a influência dos meios de comunicação de massa agregando o sistema educacional ao progresso das nações, afirmando que o grau de instrução intelectual dos cidadãos é o que define o desenvolvimento de imponência da sociedade.

O Brasil desacelerou na instituição de um sistema nacional de ensino. Em 1988 a Constituição Federal estabelece no artigo 205 a educação como um direito social, definindo como objetivos “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em dezembro de 1996, entra em vigência a lei de n. 9394/96, denominada como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), garantindo uma educação abrangente em todos os processos formativos do ser humano, familiar, humano, profissional, social e cultural, detalhando a função da união, do estado e municípios, articulando ações e estabelecendo obrigações.

Os municípios ficam com a responsabilidade de fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento dos órgãos e instituições do seu sistema educacional, uma vez que os municípios são a hierarquia pública mais próxima dos cidadãos, por isso é o órgão responsável pela resolução dos problemas da comunidade local, os mesmos têm autonomia para optarem pela integração ao sistema estadual ou compor o seu próprio sistema. Devido a esta autonomia o município de Curaçá-BA, no ano de 2001, elaborou a sua proposta político-pedagógica objetivando um ensino que contribuísse favoravelmente com o contexto do semiárido, por meio da educação municipal.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CURAÇÁ-BA

O município de Curaçá foi fundado na década de 1930, tem uma área total de 6.474,0 km², localizado na região do sub-médio São Francisco, área considerada como o polígono das secas, possui vegetação predominante como xerófila e caducifólia, considerada de pequeno e médio porte conhecida como caatinga arbórea aberta, o município fica a 592 km da capital da Bahia, Salvador, a sede da região administrativa mais próxima do município é a cidade de Juazeiro na Bahia que fica a 90 km. Essas terras eram ocupadas pelos povos indígenas Urucius da tribo Tapuia. A origem do nome deste município vem do dialeto tupi e significa “paus traçados” ou “cruz”. Segundo registro histórico o município de Curaçá se originou devido ao surgimento de uma imagem do santo denominado pelos seus “achadores” como Santo Antônio do Pambu, encontrado às margens do rio São Francisco. Logo depois de tal descoberta, os habitantes construíram uma igreja, dando formação ao aldeamento do Pambu, registros apresentam informações recorrentes do ano de 1671, nesta data chegaram ao aldeamento do Pambu alguns padres franceses para domesticar os índios inserindo-os no cristianismo, conseqüentemente acontece a desconstrução da cultura indígena.

Além disso, foram surgindo outros obstáculos para os índios como os criadores de gado da região, que perseguiram os indígenas confinando-os em aldeias que depois foram reduzidas em missões, o distrito de Curaçá teve como sede a povoação de Pambu, desmembrando de Juazeiro, este acontecido data de 6 de julho de 1832. Na década de 1950, de acordo com a Lei Estadual n. 48, a sede do município foi mudada para a povoação de Capim Grosso atualmente denominado Curaçá. Porém, Curaçá só foi emancipado em 30 de março de 1983, devido o Decreto Estadual n. 10.724 com execução da Lei Nacional n. 311, artigo 5 onde a mesma determinava que “as sedes de todos os municípios brasileiros tenham a categoria de cidade”. Curaçá também foi palco de dois fatos históricos marcantes do cenário brasileiro, passou por estas terras o senhor Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, essas terras também foram visitadas pelo beato Antônio Conselheiro, o mesmo deixou registros das suas visitas como igrejas e cemitérios.

Com efeito de algumas interferências o município passou por transformações regionais, uma delas foi decorrente da construção da barragem de Itaparica, consequentemente mudanças de modos e culturas dos assentados advindos de outras regiões,

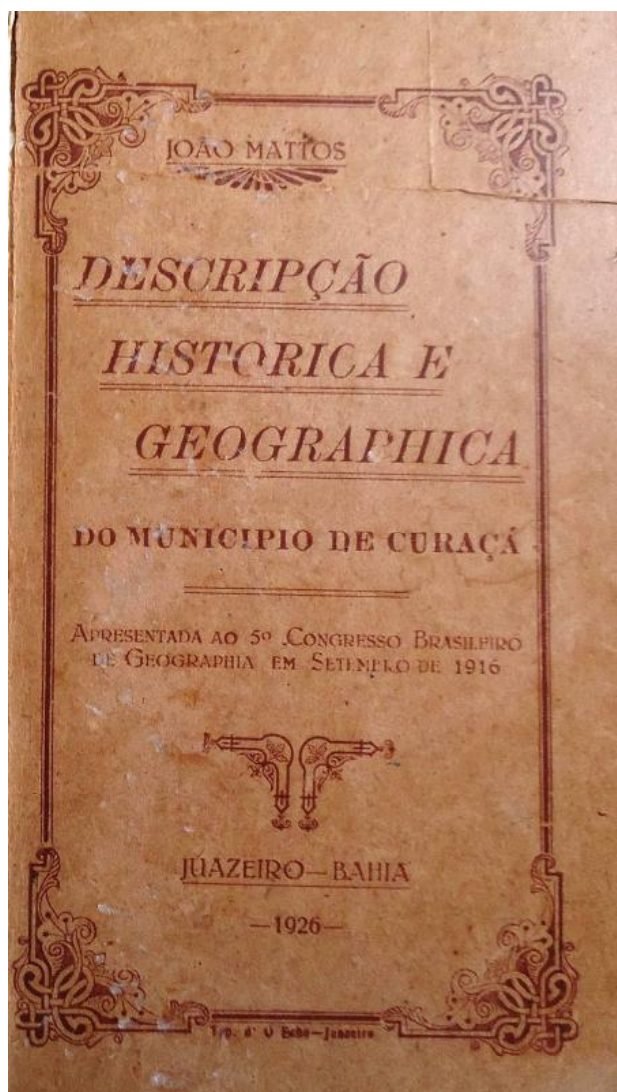


Figura 1. Contracapa do livro descrição histórica e geográfica do município de Curaçá. Autoria do senhor João Mattos. Fonte: blog Acervo Curaçense.

uma enchente no distrito de Riacho Seco no ano de 2004, devido à quebra de barragens e degradações ambientais, provocando assoreamento em terras agrícolas e prejuízos a toda comunidade. Outro fator preocupante é a futura construção da barragem na comunidade de Cerca de Pedra, provocando desde já uma perda irreparável para comunidade, pois a maior parte da comunidade sobrevive da agricultura, e também afetará outras comunidades ribeirinhas bem como uma parte da sede do município.

No âmbito educacional no ano de 2001, o município foi contemplado com sua proposta político-pedagógica que foi elaborada com a participação de toda comunidade municipal, por meio de vários projetos no período dos anos de 1997 a 2000, todos relacionados à educação, buscando uma contextualização com a realidade do município, visto que eram angustiantes as discussões acerca dos conteúdos produzidos em outros cenários sem a participação dos sujeitos. No entanto é necessário analisar o processo desta proposta, as metas que foram contempladas, as que não foram possíveis serem

realizadas, enfim o que ocorreu entre a teoria e a prática da proposta político-pedagógica para as escolas municipais de Curaçá-BA, “Educação com o pé no chão do sertão”, visto que a educação sofreu constantes mudanças nesses quatorze anos.

Localização de Curaçá no Brasil

08° 59' 31" S 39° 54' 28" O

Unidade federativa  Bahia

Mesorregião Bahia IBGE/2008¹

Microrregião Juazeiro IBGE/2008¹

Municípios limítrofes [Abaré](#), [Chorrochó](#), [Jaguarari](#), Juazeiro Uauá em território baiano. [Lagoa Grande](#), [Santa Maria da Boa Vista](#), [Orocó](#) e [Cabrobó](#) em território pernambucano.

Distância até 587 km a **capital**

Características geográficas

Área 6 442,190 km² (BR: 225º)²

População 32 165 hab. IBGE/2010³

Densidade 4,99 hab./km²

Clima Quente e seco

Fuso horário UTC-3

Indicadores

IDH-M 0,581 baixo PNUD/2010⁴

PIB R\$ 122 529,405 mil IBGE/2008⁵

PIB per capita R\$ 3 611,35 IBGE/2008⁵

Página oficial

Prefeitura www.curaca.ba.gov.br

Figura 2 Dados do município de Curaçá.

O PERFIL DA PROPOSTA POLITICO PEDAGÓGICA

A proposta político-pedagógica para as escolas municipais de Curaçá é composta por sete capítulos, tendo como autores da obra Josemar da Silva Martins e Aurilene Rodrigues Lima e todas as comunidades do município. No primeiro capítulo é abordada a necessidade do município de ter sua própria proposta, para que assim viesse a contemplar as particularidades e as diversidades do município. Como se pode ver, é mínima a distinção entre sede e interior, devido a todos terem ligações diretas e indiretas com a zona rural e por isso era uma necessidade global e não apenas dos que residiam na zona rural.

A proposta refere-se à função do trabalho educacional, afirmando que o mesmo é conduzido por vários princípios norteadores para seu desenvolvimento efetivo, segundo Paulo Freire (2002, p. 65):

A escola tem o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classe popular, chegam a ela, saberes socialmente transmitidos na prática comunitária, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo discutir com os alunos a razão de ser de alguns dos saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Desta maneira o que está proposto é um ensino que valorize concepções educacionais pautadas no respeito dos saberes prévios e de conhecimento de mundo. A proposta expõe uma contrariedade curricular em relação aos currículos, os quais já vêm prontos e que são baseados em outras culturas. Não é o caso de não adquirirmos conhecimentos de outras culturas, é evidente que a discussão não é nesse contexto, o que se propõe é a necessidade de primeiro conhecer o seu ambiente no qual está inserido para depois galgar outras realidades, oferecendo uma inserção com o semiárido como um lugar propício para se morar, usufruindo de suas potencialidades com responsabilidade e sustentabilidade. A proposta foi legitimamente baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, concretizando os níveis locais adequando-os às questões regionais e locais.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA - TEORIA E PRÁTICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Uma sociedade democrática é aquela composta por cidadãos atuantes, informados de seus direitos e deveres, com capacidade crítica para opinar nas questões sociais, nas decisões da sociedade mundial. É evidente que a escola exerce a função crucial na formação humana, sendo assim o texto afirma que a proposta não é um manual inflexível e sim uma proposta aberta a reformulações, apesar de o texto afirmar isso é notável que ainda sejam necessárias muitas discussões a respeito.

A educação municipal deve considerar as práticas educativas e os saberes da comunidade como elementos fundamentais levando em consideração as especificidades da região sem limitar o conhecimento global dos alunos, atualmente os discentes podem estudar acerca das técnicas agrícolas ou agropecuárias, apropriadas para seu contexto como discutirem a respeito da globalização e explorarem os recursos tecnológicos. Hoje o que distingue o indivíduo que está inserido no contexto rural para o que está inserido no contexto urbano são as relações sociais.

De acordo com o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (CARNEIRO 2012, p. 209), a educação básica para população rural deve atender às peculiaridades da vida do campo e de cada região, priorizando conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades e aos interesses dos alunos do campo. O calendário escolar deve atender os ciclos agrícolas e as condições climáticas e adequação à natureza na zona rural.

De acordo com o capítulo quatro, os temas sugeridos na proposta sugerem uma educação pautada em ciclos, modelo educacional baseado na escola plural de Belo Horizonte, porém as escolas curaçauenses são constituídas com embasamento no sistema de seriação. O ensino em ciclos é oposto ao sistema de seriação, descartando a estrutura do estudo em séries, dando preferência à sequência de fases do desenvolvimento, infância, pré-adolescência, ou adolescência, defendendo que estes estágios são os fatores determinantes do aprendizado.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – que também são usados como referência, consideram a fase da criança se encontra para a organização dos ciclos, esses ciclos seriam distribuídos em quatro ciclos, dois para as séries iniciais e dois

para as séries do fundamental II, cada ciclo teria a duração de dois anos. Em relação às disciplinas é sugerido que as mesmas sejam trabalhadas integralmente, sem separação para que uma contemple a outra.



Figura 3. Aula prática plantio da horta da escola Santa Rita. Fazenda Rompedor, município de Curaçá-BA.

A SISTEMATIZAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

O primeiro ponto analisado foi sugestão do trabalho desenvolvido em projetos, daí propõe-se que a elaboração desses projetos tenha a participação ativa da comunidade escolar e da comunidade em geral, tendo como base “meio ambiente e cultura” contemplada em todas as disciplinas. A elaboração desses projetos deve iniciar a partir de uma problemática identificada no contexto do alunado, considerando os conhecimentos prévios e as experiências vivenciadas no seu contexto, a partir daí dá sequência aos objetivos a serem alcançados, ao desenvolvimento dos trabalhos contextualizado com todas as áreas do conhecimento, as estratégias nas quais alcançará os objetivos fundamentados na realidade dos envolvidos e por fim a síntese dos conhecimentos adquiridos durante o processo ocasionando em novos questionamentos e evidentemente na busca de soluções.

Áreas de Linguagens

Na área de linguagens trabalho proposto ao primeiro ciclo: nos objetivos a serem alcançados em relação a esse contexto espera-se que o aluno domine as diversificadas situações de comunicação, que manipule as diferentes tipologias textuais, bem como explore os diversos gêneros textuais sabendo a qual tipologia pertencem. No primeiro ciclo propunha-se que os discentes dominassem diversos textos: “orais, escritos e simbólicos”. Já no segundo ciclo o docente dará continuidade à proposta do primeiro ciclo, priorizando os conhecimentos já adquiridos, neste nível do segundo ciclo os alu-

nos deverão produzir e compreender diversos tipos de texto tendo domínio estrutural fonológico e linguístico.

O que está proposto está positivamente em sintonia com as realidades locais, é necessário ressaltar que cada comunidade é dotada de culturas específicas, do mesmo modo que existem os dialetos falados em cada comunidade que precisam ser mantidos e valorizados. Outro fator de grande excelência para toda comunidade são os relatos que mantêm viva a história de vida dos moradores, isso é de fundamental importância para a identidade cultural das comunidades, a escola entra nesse contexto como peça fundamental na valorização de tais valores.

Outro ponto que merece destaque na área de linguagens é a inserção das obras dos escritores e poetas da terra nas aulas, visto que a leitura se torna bem mais prazerosa, quando se parte do local para o global, nessa perspectiva a partir do momento que se explora a literatura local surge naturalmente o desejo de conhecer outras obras de regiões e países diferentes.

O município é habitado por comunidades indígenas e quilombolas, como a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) garante no artigo 26, de 20 de dezembro de 1996, que determina o ensino de conteúdos programáticos referentes à história da formação populacional do negro e do índio, em conformidade a suas contribuições para sociedade brasileira (CARNEIRO, 2012, p. 204).

História

Na área de história, no primeiro ciclo o aluno deve ser inserido no contexto como sujeito histórico, viabilizando sua identidade pessoal, familiar, escolar e comunitária. No segundo ciclo é trabalhada a relação de diferentes lugares bem como os diversos modos de viver de acordo com os níveis sociais e culturais.

Curaçá tem uma arquitetura histórica da era colonial, na sede existem edificações antigas, nas zonas rurais existem casas, tanques e cercas de pedras que segundo relatos foram construídos por escravos. A disciplina de história deve atuar como mantenedora desses registros históricos, como o resgate histórico das feiras livres que se acabaram no decorrer dos anos e outros registros. Esta área do conhecimento atua como desmistificadora da imagem do negro como ser exótico, estigmático, como alguém que não tem passado ou na maioria das vezes implicitamente apresentado como um desocupado ou marginal.

Os docentes municipais desta disciplina devem ampliar o mundo cultural dos discentes, explorando recursos que mostrem fatos em relação ao preconceito racial, explorando também obras literárias de cunho histórico.

Geografia

Geografia nesta área os alunos reconhecerão o processo natural do ambiente bem como o manuseio deste espaço de maneira responsável, contextualizando os conteúdos globalizados com as experiências de convivência com o semiárido, contribuindo para valorização de suas localidades e redução do êxodo rural, realidade presente nesta

região. É esse o papel da educação contribuir para uma formação que atenda as questões sociais.

O município de Curaçá tem um alto potencial de recursos naturais como as pedras utilizadas para fabricação de cal, pedras ornamentais como pedra sabão, pedras semipreciosas quartzo, cristal de rocha, cristais, granada e quartzo verde, cobre, como esses recursos são explorados na maioria dos casos sem regularização, surge a preocupação de conscientização no cuidado com os impactos ambientais.

Um tema extremamente necessário no ensino da geografia é a água, para a área de cerqueiro e para os ribeirinhos, visto que do período da elaboração da proposta para os dias atuais surgiram grandes mudanças em relação à utilização da água: o estudo da vegetação, flora e fauna, implementando projetos pedagógicos que contribuam na prática com a preservação de tais recursos.

Matemática

A matemática tem como objetivo o domínio de resolução e formulação de problemas do cotidiano, visto que os alunos estão inseridos no contexto de compra e venda de produtos da região como: produtos agrícolas, artesanais, avícolas, caprinos, suínos, bovinos e outros. No primeiro e segundo ciclo os discentes devem estar aptos à compreensão da linguagem matemática, domínio dos sistemas de peso e medidas, bem como do sistema geométrico, domínio das unidades temporais e manuseio do sistema monetário, pois os mesmos precisam ter domínio independente na negociação da produção agrícola.

Ciências

O ensino da área de ciências permite que os alunos conheçam o ecossistema regional e também nacional, aprendendo a explorar conscientemente os recursos naturais. Portanto esta deve resgatar valores e habilidades por meio de estratégias que instiguem os mesmos a participarem ativamente nas relações sociais, nas questões ambientais e nas manifestações culturais.

Então no final do primeiro e segundo ciclo o aluno deve estar preparado para saber a função dos elementos da natureza e os seus fenômenos, identificar dados reais em relação aos seres presentes no ambiente e tendo consciência das causas e consequência da ação humana neste contexto.

Vale ressaltar a importância das escolas municipais viabilizarem atividades que conscientizem o alunado e comunidade local, acerca do uso inadequado de agrotóxicos enfatizando as consequências causadas por tais produtos. E também ações preventivas de saúde pública e uso do álcool e outras drogas lícitas e ilícitas, realidade presente no município.

Artes

O ensino da arte na maioria das vezes se resume na reprodução de imagens extraídas de livros ou outros recursos. Essa prática reprime o aluno a desenvolver sua

criatividade, inviabilizando a formação da mentalidade humana. Para o ensino da arte se concretizar é necessária a expressividade nas diversas linguagens, a apreciação artística concede o reconhecimento da história da arte nas diversificadas culturas.

As propostas apresentadas são a valorização e o reconhecimento da arte local e global se concretizando com as demais áreas do conhecimento, o resgate histórico do Teatro Municipal Raul Coelho com peças teatrais, o reconhecimento dos poetas da terra bem como dos compositores e cantores. O município tem um percentual riquíssimo em tradições artísticas e festas populares.

Uma das festas tradicionais da região é a festa do vaqueiro, daí a importância de explorar pedagogicamente a vida do vaqueiro, suas vestes, seus aboios, seus versos e os artesãos que produzem os objetos de couro utilizados pelos vaqueiros. Nos distritos onde ficam a maioria das escolas rurais existem inúmeras manifestações artísticas de destaque nacional, como o cantor Adelmário Coelho, natural do distrito de Barro Vermelho.

Educação física

O ensino de educação física no município visa estabelecer uma relação dos indivíduos com as brincadeiras e jogos da cultura local. Assim sendo, atividades envolvem jogos esportivos, brincadeiras cantadas, brincadeiras de roda que exploram a flexibilidade e os movimentos culturais.

Nesse contexto competitivo dos jogos e brincadeiras é fundamental o respeito às diferenças potencializando a coletividade, a solidariedade e as adversidades.

EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com o artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (CARNEIRO, 2012 p. 218): “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Inserir as crianças da educação infantil em atividades de construção de identidade, expressão corporal e linguística, onde o brincar deve fazer parte do seu cotidiano. Como nesta fase as crianças exploram experiências concretas, o seu aprendizado deve partir do real para o imaginário.

Ressaltando que no texto não há uma proposta definida para o ensino infantil, apresenta apenas considerações, porém não apresenta propostas de trabalhos e nem orientações didáticas. Sendo que nos dias atuais educação infantil já faz parte da educação básica nacional.

PROCESSO AVALIATIVO

Segundo o texto proposto a aprendizagem deve ser tratada como um processo

construtivo excluindo a prática da “decoreba”, priorizando o saber-fazer do aluno, além de considerar a formação valorativa de direitos e deveres.

O processo avaliativo deve ser inclusivo em todos os aspectos físicos, culturais e intelectuais. No processo estudantil o aluno precisa ter aptidões nas diversas áreas do conhecimento, de acordo com as normas do sistema educacional e também para serem indivíduos transformadores da sociedade, com condições de atuarem no desenvolvimento da cidadania tanto do país quanto da sua comunidade.

O processo avaliativo permite diagnosticar o rendimento escolar do aluno, contribuindo para a construção de metas e conseqüentemente a realização das mesmas, dar embasamento para uma reavaliação da prática docente, criando condições de novas estratégias que assistam o aluno que não alcançou o rendimento esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Proposta Político-Pedagógica para Escolas Municipais de Curaçá “Educação com o pé no chão do sertão” propõe um ensino sistematizado na realidade da comunidade escolar, como o próprio texto afirma, não existe uma distinção entre urbano e rural, uma vez que as escolas atendem alunos dos dois segmentos e mesmo os que residem na sede têm contato direto com a zona rural.

As propostas nas diversas áreas do conhecimento são condizentes com o contexto da população. É notável que algumas metas não foram alcançadas, como também alguns critérios não contemplam o sistema da educação, como por exemplo o calendário escolar que é único, ou seja, nas escolas situadas na zona rural o mesmo não é laborado de acordo com a produção agrícola, como determina a lei.

Logo a preocupação ambiental em algumas unidades, acontece de forma fragmentada, uma vez que só é explorada com mais intensidade no período que antecede a semana do meio ambiente, quando deveria ser uma preocupação diária.

Portanto, da época em que foi elaborada a proposta para os dias atuais, houve muitas mudanças na educação, avanços educacionais, novos projetos foram implantados, contudo é observável que não houve reformulação deste documento.

Por isso os objetivos da proposta são viáveis, mas precisam ser reavaliados para detectar o que foi alcançado, o que não foi alcançado e o motivo pelo qual não se alcançou incluir novos projetos, novos programas nacionais e novas disciplinas que já fazem parte do currículo escolar do município.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

- DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 23. ed. Campinas,SP: Papyrus, 2012.
- DIEZ, Carmem Lúcia Fornari. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Caminhos de Curaçá**. Curaçá: Franciscana, 2000.
- GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Para formação histórica e social do Submédio São Francisco**. Juazeiro: 1997.
- MARTINS, Josemar da Silva. **Educação com pé no chão do Sertão: proposta político pedagógico para as escolas municipais de Curaçá**. Petrolina, PE: Gráfica Franciscana, 2001.
- PERES, Paula. Para ensinar, não é necessário reprovar, reprovar e reprovar. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 276, p. 18-20, out. 2014.
- SANT'ANNA, ILZA Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 6. ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1995.
- XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Recife-PE: Editora Respel, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTO, Eliane Maria da Conceição do Espírito. O ensino contextualizado com o semiárido no município de Curaçá-BA: releitura da proposta político-pedagógica para as escolas municipais. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 159-170, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Rogério Alves de Santana¹
Francisco Nahum Cavalcante Filho²
Carlos Merival Gomes de Asevedo³
Júlio Militão dos Santos Neto⁴

¹Graduado em Agronomia pela FAMESF, Juazeiro-BA, em 1981. Experiência em Assistência Técnica a produtores em agricultura irrigada. Exerce a Coordenação de ATER, no Perímetro de Irrigação Salitre. E-mail: roasanta-na@gmail.com.

²Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Ceará (1986). Mestrado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (2006) e Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Assistência Técnica, Extensão Rural e Defesa Agropecuária. Engenharia Agrícola com ênfase em Tecnologia Pós-Colheita (Tecnologia de Sementes). E-mail: nahum-filho@hotmail.com.

³Engenheiro agrônomo pela UFC, Fortaleza-CE, em 1986. Engenheiro de Segurança, pela UNIG, Petroli-

RESUMO

O presente texto aborda considerações sobre a evolução do Perímetro de Irrigação Salitre, localizado no Município de Juazeiro-BA. De início relata-se historicamente a agricultura irrigada no Brasil citando leis e um pouco do ordenamento do estado para tratar do assunto. A agricultura irrigada no Vale do São Francisco é historiada, enfocando a presença do poder público federal, com a introdução de perímetros públicos de irrigação que mudou o cenário socioeconômico-político e ambiental da região.

O Perímetro de Irrigação Salitre é mostrado como sendo fruto do encaminhamento prático sobre a nova condução dos perímetros públicos de irrigação com foco na capacidade empresarial dos futuros irrigantes e articulação dos agentes de apoio ao desenvolvimento. Os resultados econômicos e sociais, os avanços técnico/produtivos e a velocidade de implantação dos lotes irrigados, dos pequenos produtores são citados como pontos de destaque.

Nas considerações finais é reforçado o argumento de que a implantação de perímetros públicos, não é fruto de uma ação isolada e sim de uma estratégia que facilite a interação de vários fatores de desenvolvimento do setor mais importante da economia regional.

Palavras-chave: Perímetro Salitre; Irrigação pública; ATER.

Irrigation perimeters Salitre

ABSTRACT

This summary addresses considerations on the evolution of the Irrigated Perimeter of Salitre, located in Juazeiro, state of Bahia. Firstly, irrigated agriculture in Brazil is approached from a historical viewpoint, mentioning laws and some of the state planning on this issue. Irrigated agriculture in the São Francisco river valley is put in a historical context, focusing the presence of the federal public authorities, with the creation of public irrigated perimeters, which changed the socio-economic, political and environmental scenery of the region.

The Irrigated Perimeter of Salitre is presented as being the result of a practical approach of a new promotion of public irrigated perimeters, focusing entrepreneurship of

future irrigators, as well as the articulation of support by development agents. The economic and social outcomes, the technical and productive advances and the celerity in the deployment of irrigated plots for small producers are referred to as prominent points.

The conclusion reinforces the argument that the implementation of public irrigated perimeters is not the result of an isolated action but rather a strategy to facilitate the interaction of several factors for the development of the most important sector of the regional economy.

Keywords: Perímetro Salitre; Public irrigation; ATER.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De início é traçado um relato histórico da agricultura irrigada no Brasil. Não existem registros sobre a utilização da irrigação como prática agrícola desenvolvida pelos índios brasileiros. Esta prática no Brasil é mais tardia quando comparada com outras civilizações. No chamado eixo Centro-Sul a prática da agricultura irrigada é predominantemente impulsionada pela iniciativa privada. No Norte-Nordeste o investimento público foi quem dinamizou esta atividade produtiva, como forma de minimizar os efeitos causados pelas secas.

A produção de arroz irrigado, no Rio Grande do Sul, em 1903, é o primeiro registro brasileiro de irrigação.

A primeira legislação de destaque sobre o gerenciamento dos recursos hídricos no país foi criada em 1934, com o nome de código das águas.

Foi na década de 1960 que o governo federal reforçou o seu olhar para agricultura irrigada e através da Lei nº. 94.904, de dezembro de 1965 designou o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE para fazer a gestão e o controle dos recursos hídricos no Brasil.

No ano de 1979 o gerenciamento dos recursos hídricos, no âmbito do governo federal passou a ser dividido entre o DNAEE e o Ministério do Interior – MINTER. O DNAEE continuou sendo a autoridade responsável pelo uso da água para todos os fins, exceto para irrigação que foi assumido pelo MINTER.

Também no mesmo ano de 1979 ocorre a promulgação da Lei da Irrigação que define as políticas do governo federal sobre o desenvolvimento da irrigação normatizando questões como: utilização da terra e da água; pesquisa e planejamento; tarifas de água para projetos de irrigação; preservação da qualidade da água; expropriação de terras para irrigação; promoção de projetos privados.

A Lei de Irrigação permitiu ao poder público criar taxas para recuperar os custos dos investimentos realizados para implantação dos perímetros públicos de irrigação. Também definiu que as despesas com operação e manutenção dos perímetros irri-

na-PE, em 2014. Pós-graduado em Gestão dos Recursos Hídricos, pela FATEC/CNPQ Limoeiro do Norte-CE, em 2008. Atualmente Coordenador de Crédito Rural e Organização dos Produtores do Perímetro Salitre, Juazeiro-BA. E-mail: merival@gmail.com.

⁴Graduado em Engenharia Agrônômica pela UFRPE, Recife-PE, em 1987. Pós-graduado em Gestão ambiental pela Escola de Engenharia de Agrimensura, Salvador-BA, em 2007. Experiência em Agricultura Orgânica, Assistência Técnica e Extensão Rural. Atualmente exerce a função de técnico de apoio a comercialização e certificação, na equipe de ATER do Perímetro de Irrigação Salitre. E-mail: juliomilitaoneto@gmail.com.

gados fossem custeadas pelos usuários, através da cobrança da tarifa pelo uso da água. No ano de 1981 o governo federal criou o Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis, que ficou conhecido como PROVARZEAS e no ano de 1982 criou o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – PROFIR. Estes 2 programas estavam sob a coordenação do Ministério da Agricultura e tinham o objetivo de apoiar o investimento privado na agricultura irrigada.

No ano de 1986 as funções que eram exercidas pelo MINTER, no tocante ao uso da água para irrigação foram repassadas para uma nova instância do executivo federal, o recém-criado Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação. Neste mesmo ano foi criado um Plano Nacional de Irrigação com 2 órgãos de coordenação. O PROINE teve a incumbência de coordenar as ações na região nordeste e o PRONI que coordenou as ações no restante do país. Inicialmente o plano tinha como meta aumentar em 3 milhões de hectares irrigados no período de 1986 a 1990, o que na época correspondia a uma elevação de 120% na superfície com agricultura irrigada no Brasil. Passo a passo esta meta foi sendo reduzida em função de vários fatores limitantes, tais como questões técnicas, institucionais, recursos financeiros, etc.

No final do ano de 1988, o PROINE e o PRONI foram integrados a um único Programa Nacional de Irrigação, conhecido como um novo PRONI. No início de 1989 o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação foi extinto e as suas funções foram transferidas para Secretaria de Assuntos de Irrigação, alocada no Ministério da Agricultura.

A partir de janeiro de 1999 os assuntos ligados à irrigação, no âmbito do governo federal, foram transferidos para o Ministério da Integração Nacional. Atualmente o gerenciamento e controle dos recursos hídricos estão sob a tutela de vários órgãos, tanto na esfera federal, como também nos estados e que quase sempre atuam sem coordenação e com ações contraditórias.

O Ministério do Meio Ambiente é responsável pelas políticas de uso da água, com exceção da irrigação. O Ministério da Integração Nacional é a instância do executivo federal que trabalha com irrigação através dos órgãos executores: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS.

IRRIGAÇÃO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

A Lei nº. 541, datada de 15 de dezembro de 1948, criou a Comissão do Vale, diretamente subordinada à Presidência da República e que tinha as seguintes incumbências: elaboração do Plano Geral de Aproveitamento do Rio São Francisco; regularização do curso do Rio São Francisco; fomento do potencial hidroelétrico do Rio São Francisco; fomento da agricultura Irrigada; estímulo à imigração e à colonização. Vale destacar que também neste ano também foi criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

A criação da Comissão do Vale configurou o aporte institucional para o desenvolvimento do Vale do São Francisco nas diversas atividades, principalmente na gera-

ção de energia e da irrigação, que nas décadas seguintes apareceram os primeiros frutos desta iniciativa.

Em 1967 o governo federal criou a Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, que substituiu a Comissão do Vale. No dia 16 de julho de 1974, o Presidente da República, General Ernesto Geisel, sancionou a Lei nº. 6.088, criando a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, como empresa pública vinculada ao Ministério do Interior. Diferente da extinta Comissão do Vale, a CODEVASF foi criada com a finalidade do aproveitamento dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

Para o desenvolvimento desta finalidade, a Lei nº. 6.088 dava poderes a CODEVASF para trabalhar diretamente ou por intermédio de empresas públicas e privadas, buscando o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais agropecuários, com ênfase na implantação nos Perímetros Públicos de Irrigação.

PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALITRE

A primeira metade da década de 1990 caracterizou-se, no âmbito da agricultura irrigada, por vários estudos visando à implementação de uma nova política de irrigação. No ano de 1995, depois de vários encontros, seminários e estudos técnicos envolvendo mais de 1.500 especialistas brasileiros e estrangeiros, produziu-se um documento conhecido como Novo Modelo de Irrigação. O referido documento continha uma série de volumes abordando os vários aspectos da agricultura irrigada brasileira. Um dos volumes tratava exclusivamente do Projeto de Irrigação Salitre, com o título **MODELO ESPECÍFICO PARA OTIMIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SALITRE – JUAZEIRO-BAHIA**.

O Governo Federal, em 1999, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., via concorrência internacional, contratou os serviços de consultoria do Consórcio **PLENA-FGV-PROJETEC**, para desenvolver, validar e estabelecer as bases estruturais, conceituais e regulatórias, operacionais e financeiras do modelo, com enfoque na região Nordeste do Brasil, tendo como base as diretrizes estabelecidas do Novo Modelo Irrigação.

O Perímetro de Irrigação Salitre é um empreendimento público que está sendo implementado sob a liderança da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF e que prevê a implantação de uma área irrigada de 29.588 hectares a ser realizada em 03 (três) etapas.

A proposta de implantação do Perímetro de Irrigação Salitre, foi pautada sob uma estratégia moderna de implementação de empreendimentos, com base em Plataforma de Informações, Plano de Negócios, Processo de Promoção e Marketing, Mecanismos de Financiamento, Gestão do Perímetro e Serviços de Apoio.

Em 2009, a CODEVASF lançou o edital de nº. 18/2009 visando a seleção para ocupação dos 255 lotes para irrigantes familiares no Perímetro de Irrigação Salitre.

Na mesma época foi lançado o edital de n.º 19/2009, em que a CODEVASF colocou à venda áreas irrigáveis para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no Perímetro de Irrigação Salitre.

O edital 18/2009 referido que trata da seleção de irrigantes para ocupação de 255 lotes para irrigantes familiares, com área média de 6,6 ha irrigável, previa que o processo de seleção constava de quatro fases: pré-seleção; convocação; classificação e treinamento.

A fase de pré-seleção tinha o objetivo de identificar os participantes do processo seletivo, principalmente no tocante à experiência com agricultura irrigada e de sequeiro, o grau de instrução e a condição econômica. Estes itens foram pontuados, sendo pré-selecionados o dobro de candidatos em relação ao número de lotes ofertados.

A fase II, denominada de convocação, refere-se ao momento em que candidato pré-selecionado teve que apresentar dois envelopes. Um envelope com documentação exigida pelo processo licitatório. O outro envelope continha a proposta financeira para a compra do lote e um cronograma de implantação das culturas no lote.

A fase III dizia respeito à classificação dos concorrentes. A ordem de classificação era decrescente de acordo com o valor ofertado para aquisição da terra, sendo que o preço mínimo estabelecido foi de R\$ 2.399,20 (dois mil, trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos), por hectare irrigável e prazo máximo de quitação de 25 anos, com a carência de no máximo de cinco anos. O edital também previa juros de 6% ao ano.

O presente documento tratará dos resultados alcançados pelo Perímetro de Irrigação Salitre, no âmbito dos 255 lotes dos pequenos produtores, denominados LPP, no período de 2010 a 2013.

Como foi visto nos parágrafos anteriores o processo de seleção dos futuros usuários do Perímetro de Irrigação Salitre atendeu as novas exigências do então denominado Novo Modelo de Irrigação e por isto o perfil dos irrigantes selecionados foi diferente dos irrigantes selecionados para ocupar outros perímetros da região. A seguir mostram-se dados obtidos pelo Diagnóstico realizado pela equipe de ATER, do Consórcio Salitre.

Do ponto vista familiar os ocupantes do Perímetro de Irrigação Salitre têm características diversas dos ocupantes iniciais dos perímetros anteriores. As famílias são menores, com um número menor de dependentes. Mais da metade tem três filhos, ou menos. No início da irrigação pública no Vale do São Francisco era comum que a seleção de irrigantes tivesse como base o número de pessoas na família. Quanto maior a família, maior chance de ficar entre os selecionados.

No que se refere ao grau de escolaridade a diferença entre os dois modelos de seleção é mais significativa. Todos os irrigantes selecionados são alfabetizados. Apenas 4% estão inclusos na categoria das pessoas que lê e escreve; 11% possuem o 1.º grau incompleto; 32% concluíram o 2.º grau, com um número significativo de técnicos agrícolas; 21% dos produtores selecionados têm nível superior completo e 14% frequentaram

universidades, mas ainda não concluíram os cursos. Parte significativa dos produtores com nível superior completo, ou mesmo incompleto, foi ou é estudante de profissões ligadas à produção agropecuária (agronomia, veterinária, etc.) e/ou ligadas à parte administrativa (administração de empresas).

Os produtores selecionados também se destacaram com relação à experiência com agricultura irrigada: **83%** tinham acima de 10 anos de trabalho comprovado com agricultura irrigada, sendo que **62%** destes tinham ligação com a irrigação realizada nos perímetros públicos implantados na região do Vale do São Francisco.

80% dos produtores selecionados têm a agricultura irrigada como principal atividade econômica, portanto não fazem parte do exército de aventureiros, que a depender das facilidades governamentais, apostam na agricultura irrigada e quando ocorrem os primeiros desacertos fogem da atividade. E para melhor reforçar a ligação dos selecionados com agricultura irrigada, o diagnóstico apontou que **63%** dos selecionados fazem parte da tradição familiar de trabalhar com agricultura irrigada.

Não é difícil entender que o perfil dos selecionados, acima descrito, contribuiu para o desenvolvimento do Perímetro de Irrigação Salitre, cujos números serão mostrados mais adiante, neste documento.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste item serão descritos e analisados dados de alguns indicadores que possam avaliar a implementação do Perímetro de Irrigação Salitre.

Ocupação dos lotes

Uma das críticas mais severas que fazem os estudiosos do desenvolvimento da agricultura irrigada e, em especial, a implementação de Perímetros Públicos de Irrigação é a baixa velocidade de implantação dos lotes irrigados. Não é difícil encontrar perímetros públicos de irrigação com áreas ociosas.

É justa esta preocupação porque significa que o investimento público em muitas vezes é aplicado e a sociedade beneficiada não reage positivamente na velocidade esperada.

Na área destinada aos pequenos produtores a ocupação dos lotes ocorreu em uma velocidade que chama a atenção de todos que acompanham esta atividade. O quadro abaixo mostra que no final do ano de 2013, três anos após a seleção dos irrigantes, 95,3% dos lotes já estavam em atividade. Historicamente este seria alcançado em no mínimo oito anos. Esta ocupação não foi ainda mais acentuada por causa de alguns trâmites burocráticos, ligados principalmente à escrituração dos lotes não estarem totalmente equacionados, fato que dificultou o acesso dos produtores a financiamentos bancários.

Esta ação é ainda mais significativa porque na área destinada ao setor empresarial a ocupação da área não ocorreu com a mesma velocidade.

PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALITRE		
OCUPAÇÃO DOS LOTES DE PEQUENOS PRODUTORES		
Estação de Pressurização - EP	Nº DE LOTES	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO(%)
220	72	98,6
301.20	92	97,8
390.10	32	84,2
390.30	47	94,0
TOTAL	243	95,3

Tabela 1.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

Produção e produtividade

O Perímetro de Irrigação Salitre iniciou as atividades produtivas em junho de 2010, quando os primeiros produtores começaram assumir os seus lotes, procurando então criar as condições básicas de produção, tais como: discussão técnica e econômica para escolha das culturas a ser implantadas; elaboração do projeto de financiamento para instalação do sistema de irrigação. O quadro a seguir mostra o avanço da área cultivada no período 2011-2013, com referência aos meses de dezembro de cada ano analisado. Para facilitar o entendimento, os cultivos foram divididos em 3 grandes grupos: cultivo de ciclo curto; cultivo semiperene; e cultivos perenes. Estão enquadrados no cultivo de ciclo curto as culturas cujo ciclo produtivo tem a duração **inferior a um ano**, como por exemplo cebola, melão, feijão, etc. No grupo de cultivo semiperene estão inclusas as áreas para produção de banana, mamão, maracujá, que tem ciclo **superior a um ano**, mas não são permanentes. O grupo de cultivos perenes, como próprio nome indica são cultivos que têm a vida útil **superior a dez anos**.

TIPO DE CULTIVO	ÁREA (ha) -2011	ÁREA (ha) -2012	ÁREA (ha) -2013
CICLO CURTO	333,38	646,42	432,05
SEMIPERENE	98,98	185,25	287,24
PERENES	223,09	372,08	496,65
TOTAL	655,45	1.203,75	1.215,94

Tabela 2.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

A análise deste quadro indica que em apenas um ano, entre 2011 e 2012, a área cultivada registrou um avanço de 84%. Fato que demonstra o grau de envolvimento e ação empreendedora dos produtores. Outro fato de destaque é o avanço constante da área ocupada com cultivos semiperene e perene. No mínimo isto demonstra que os produtores acreditam na atividade, pois fazem investimento cuja receita líquida acontecerá com 5 a 6 anos de atividade, como por exemplo, a produção de coco e manga. Em dezembro de 2011, a área ocupada com cultivos de ciclo curto representava 51% e a soma dos cultivos perenes e semiperenes atingiam 49%. Em dezembro de 2013, a situação inverteu-se. Quase 2/3 da área cultivada já estava ocupada com cultivos perenes e semiperenes. Ou seja, isto ratifica a lógica de que os produtores vieram pra ficar e não para especular, e acreditam na longevidade da atividade.

O Perímetro de Irrigação Salitre localiza-se em uma zona que apresenta variáveis importantes para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Os solos onde estão assentados os lotes agrícolas possuem uma alta fertilidade natural e com boa situação topográfica e isto possibilita a obtenção de excelentes produtividades, muita acima da

média obtida na região. O quadro mostra as produtividades alcançadas no Perímetro Salitre.

PRODUTIVIDADE (ton/ha)		
PRODUTIVIDADES MÉDIAS E ALCANÇADAS		
Culturas	Produt. Alcançada	Produtividade Média
Tomate	110 ton./ha	43.2 ton./ha
Melão Amarelo	65 ton./ha	38.9 ton./ha
Cebola	107 ton./ha	80.5ton./ha
Banana Prata	48 ton./ha	38 ton./ha
Mamão Formosa	120 ton./ha	45,7 ton./ha
Goiaba (1º ano)	28 ton./ha	19 ton./ha
Melancia	45 ton./ha	25.7 ton./ha
Abóbora	41 ton./ha	26.5 ton./ha

Tabela 3.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

O quadro abaixo mostra a evolução do faturamento bruto total gerado no Perímetro de Irrigação Salitre no período de 2011 a 2013. Os dados mostram uma evolução ano a ano. Entre 2011 e 2012 o faturamento bruto teve uma elevação superior a 250%. Entre 2012 e 2013 a elevação, embora mais tímida, quando comparada com o ano anterior foi superior a 140%, mostrando mais uma vez que a pujança do desenvolvimento econômico do Perímetro de Irrigação Salitre.

EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO BRUTO

Tabela 4.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

ANO	FATURAMENTO BRUTO (R\$)
2011	6.879.850,00
2012	24.153.754,00
2013	57.509.576,00
TOTAL	88.994.778,00

O quadro abaixo mostra o faturamento bruto não de forma global, mas em função da área colhida, pois no período analisado grande parte das culturas perenes ainda não tinha alcançado sua fase produtiva e as culturas de ciclo curto produzem mais de uma safra por ano. Por isso, o faturamento está consolidado em função da área colhida e o indicador para ser alvo de análise é o faturamento bruto por ha/ano.

Os dados mostram um crescimento ano a ano. Isto é o reflexo do avanço nas produtividades, pois a cada ano que passa os produtores e a equipe de apoio técnico aprimoram o conhecimento sobre o processo produtivo e a inserção no mercado é cada vez mais forte gerando preços mais compensadores.

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	FATURAMENTO BRUTO HA/ANO (R\$)
2011	369,20	18.634,00
2012	1.054,30	22.910,00
2013	1.693,83	33.952,00

Tabela 5.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

Injeção de capital na economia regional

É de conhecimento de todos que estudam a importância da agricultura irrigada no desenvolvimento regional. O quadro ilustra o faturamento bruto e líquido anual e também a injeção de capital na economia local. O faturamento líquido é calculado através da subtração do faturamento bruto frente ao custo de produção. A injeção de capital é o resultado da adição do faturamento bruto mais o custo de produção, entendendo que o produtor para alcançar o faturamento bruto tem um custo de produção que se materializa na compra de insumos, pagamento da mão de obra, despesas com transporte, etc. Ou seja, para ocorrer à produção é necessário que realize gastos que dinamizam a economia. Ademais, o faturamento líquido, que é o lucro do produtor, também poderá se reverter em consumo, dos mais variados tipos, como também pode ser revertido em poupança.

Em três anos de funcionamento o Perímetro de Irrigação Salitre injetou na economia local mais de **120 milhões reais**.

ANO	FAT. BRUTO	C.P.T.(*)	FAT. LÍQUIDO	I.C.E.L. (**)
2011	6.879.850,00	2.877.064,00	4.002.786,00	9.756.914,00
2012	24.153.754,00	9.665.696,00	14.488.058,00	33.819.450,00
2013	57.509.576,00	18.921.140,00	38.588.436,00	76.430.716,00
TOTAL	88.543.180,00	31.463.900,00	57.079.280,00	120.007.080,00

Tabela 6.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.
(*) C.P.T.– custo de produção total
(**) I.C.E.L. – injeção de capital na economia local.

Empregos gerados

Tomando como base o cálculo estimado para geração de emprego na agricultura irrigada que desenvolve atividade frutícola e olerícola, onde se estipula 1 emprego direto e 1,3 empregos indiretos por hectare cultivado. A metodologia de cálculo toma como base a força de trabalho efetivamente utilizada nas unidades de produção localizadas nos perímetros irrigados da região, que está coerente com pesquisa de campo realizada por Sampaio (1999) e também com números registrados em outros países como, por exemplo, a França, onde se estima de 0,8 a 1 emprego por hectare (Revista Econômica do Nordeste, vol. 35 – jul/set – 2004).

ANO	ÁREA CULTIVADA (ha)	EMPREGOS DIRETOS	EMPREGOS INDIRETOS	TOTAL
2011	691,27	691	898	1.589
2012	1.589,18	1.589	2.066	3.655
2013	2.434,97	2.435	3.166	5.601
TOTAL	4.715,42	4.715	6.130	10.845

Tabela 7.
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

RESULTADOS QUALITATIVOS

Serão aqui destacados os aspectos qualitativos da importância do Perímetro de Irrigação Salitre para o desenvolvimento tecnológico da agricultura da região do Vale do São Francisco.

Cultivo de banana prata-anã

A produção de banana no Vale do São Francisco começou a se destacar como atividade importante a partir dos anos 1990, no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, com predominância, quase que exclusiva da cultivar pacovan. Rapidamente a área cultivada cresceu, principalmente junto aos pequenos produtores, pois é uma fruteira de produção rápida, o início da produção ocorre no 11º. mês e que gera produção e receita mensal.

O fator que limita o sucesso desta cultivar está relacionado com a altura das plantas, cinco a seis metros de altura e de formato cônico. Nos períodos de primavera-verão é comum ocorrerem ventos fortes que causam prejuízos em função dos vendavais, ocorrendo a busca de substituição da cultivar pacovan por outras de porte mais baixo, dentro do Grupo Prata.

Diante desta situação os produtores, em conjunto com a equipe de ATER, buscaram alternativas e chegaram à variedade prata-anã. A introdução desta cultura gerou desencontros, que são normais a todo pioneirismo.

Em comparação com a pacovan, a banana prata-anã não sofre com os fortes vendavais de final e começo de ano. O fruto é mais saboroso. Tem aceitação crescente no mercado. Do ponto de vista técnico de produção é uma cultura mais exigente com a nutrição.

ANO	ÁREA CULTIVADA (ha)
2011	74,60
2012	109,88
2013	216,44

Tabela 8. Área cultivada com banana no perímetro de irrigação salitre. Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

Entre 2011 e 2013 a área cultivada com banana elevou-se consideravelmente, chegando quase ao triplo. Durante o período analisado a área ocupada com bananeira sempre esteve em 2º. lugar entre os cultivos perenes e semiperenes, atrás da goiabeira que é a fruteira perene mais cultivada no Perímetro de Irrigação Salitre.

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	FATURAMENTO BRUTO (R\$)
2011	0	0	0,00
2012	55,01	2.042.839	1.406.111,39
2013	102,21	3.619.908	3.298.369,58

Tabela 9. Produção e faturamento bruto - banana Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

O quadro acima mostra a evolução da produção e a receita bruta gerada com a produção de banana. No ano de 2013, o faturamento bruto com a produção de banana alcançou 10% do faturamento total do perímetro e entre as fruteiras perenes e semi-perenes chegou quase à metade com 43%. O destino da produção são as capitais do Nordeste, com destaque para Salvador. O sucesso da cultivar Prata-anã tem motivado os produtores de banana da região a trocarem o cultivo de pacovan por prata-anã.

Revitalização da produção de melão

A produção de melão no Vale do São Francisco até o início dos anos 1990 tinha uma excelente representatividade no cenário de produção de frutas na região Nordeste do Brasil. O melhor exemplo da importância do melão para a região é a criação da Festa do Melão nos anos 1980, que serviu de base para a realização da FENAGRI, que se constitui na principal feira da agricultura irrigada no Brasil.

O quadro começou a ser modificado quando o Rio Grande do Norte dinamizou a produção de melão para exportação, na região de Mossoró, tornando-se o estado que ainda hoje lidera o ranking brasileiro de venda de melão para o mercado internacional. Além de uma inserção forte na parte mercadológica a produção de melão do Rio Grande do Norte, ao contrário da Região do Vale do São Francisco, foi dinamizada por grandes empresas e com patamar tecnológico mais avançado. O avanço da produção no RN provocou forte retração da área cultivada com melão na região, notadamente em Juazeiro-BA, que sempre foi destaque na produção de melão, no Vale do São Francisco. O quadro abaixo retrata a evolução na produção e faturamento da produção de melão no Perímetro de Irrigação Salitre. O aumento da área colhida é constante, bem como a produção e o faturamento bruto. Em se tratando de cultivos de ciclo curto, a produção de melão representou 60% do faturamento bruto no ano de 2011. 36,5% em 2012 e 24% em 2013. A redução na importância relativa é porque as fruteiras perenes e semi-perenes iniciaram a produção.

A produção de melão foi revitalizada com base no padrão tecnológico implementado no Rio Grande do Norte, com o uso de sementes F1, para não ocorrer segregação. O uso de plástico no controle de ervas invasoras, tecnologia conhecida como *mulching*. Irrigação localizada por gotejamento e fertirrigação.

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	FATURAMENTO BRUTO (R\$)
2011	163,88	5.555.548	3.566.427,22
2012	437,87	16.356.912	8.668.308,72
2013	568,17	20.899.883	12.033.437,19

Tabela 10. Produção e faturamento bruto - melão.

Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

Produção de cebola em novo padrão tecnológico

O Vale do São Francisco é a região que mais produz cebola na região Nordeste do Brasil, com vantagem de produzir em qualquer época do ano. Foi a primeira cultura de destaque da região tanto do ponto de vista financeiro, como na geração de emprego e renda. Por ser uma cultura fortemente marcada pela sazonalidade de preço, podem ocorrer prejuízos, quando produtor não alcança boas produtividades e o preço

de venda da produção não cobre os custos. Esta situação mais vexatória é mais fácil de acontecer quando a colheita ocorre no 2º. semestre, período de oferta nas regiões Sul e Sudeste, que são os maiores produtores.

O padrão tecnológico básico de produção de cebola na região tem como base a irrigação superficial, na forma popularmente chamada de quadro, em que a cultura fica inundada, favorecendo o aparecimento de doenças fúngicas e bacterianas. A produção de cebola desenvolvida no Perímetro de Irrigação Salitre tem como base o uso de sementes híbridas, que são mais produtivas, com aceitação no mercado e permite um maior adensamento e também o plantio mecanizado. Neste padrão tecnológico o número de plantas de cebola por hectare varia de 1 milhão a 1 milhão e duzentas mil plantas, número bastante superior ao plantio convencional que trabalha com um stand médio de 100 mil plantas por hectare.

O quadro abaixo mostra a evolução da área colhida e do faturamento bruto registrado na cultura da cebola no Perímetro de Irrigação Salitre no período de 2011 a 2013.

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (kg)	FATURAMENTO BRUTO (R\$)
2011	15,14	452.560	448.898,00
2012	176,43	7.617.223	7.894.799,53
2013	716,37	33.955.981	31.368.998,98

Tabela 11. Produção e faturamento bruto - cebola
Fonte: Consórcio Salitre - ATER - dezembro de 2013.

O ano de 2011 serviu como espécie de laboratório para a produção de cebola no novo patamar tecnológico. À medida que os produtores e a equipe de ATER foram dominando a nova forma de produzir a área cultivada foi crescendo, tornando-se o padrão dominante de cultivo de cebola no perímetro, servindo de espelho para cultivo em outras áreas na região. Vale destacar que a produção de cebola tem uma importância significativa no faturamento bruto registrado no perímetro. No ano de 2011, a cebola representou por volta de 8% do faturamento bruto. No ano de 2012, passou para 33% e no ano de 2013, alcançou a marca de 62%. Atualmente o Perímetro de Irrigação Salitre é conhecido nacionalmente como área de excelência na produtividade de cebola.

CONSIDERAÇÕES

Os argumentos expostos ao longo deste artigo mostram que a implementação da primeira etapa do Perímetro de Irrigação Salitre, no tocante aos pequenos produtores, foi coroada de êxito. Este fato não é explicado por nenhuma ação isolada, mas sim fruto de uma estratégia que envolve vários fatores e variáveis que interferiram neste processo ao longo dos últimos quatro anos. A seguir serão comentados alguns destes fatores.

Seleção de produtores

O processo seletivo onde é dada pontuação diferenciada aos produtores que possuem qualificação profissional, experiência com agricultura irrigada e disposição para o investimento possibilita com maior intensidade a seleção de produtores com

maior nível de empreendedorismo. A introdução de novos cultivos, a adoção de novas tecnologias e a busca constante por novos mercados refletem a forte ação empreendedora dos produtores que acreditaram e investiram no Perímetro de Irrigação Salitre. A simbologia disto é que os produtores se intitulam de AGROEMPREENDEDORES.

Um exemplo nítido deste empreendedorismo é que aproximadamente 75% da área cultivada no período analisado foram realizados com recursos financeiros dos produtores.

Crédito agrícola

Estudiosos do processo de desenvolvimento do setor agropecuário e em especial da agricultura irrigada colocam a questão da disponibilidade e acesso ao crédito como um fator de alta relevância para o crescimento desta atividade. E este é um tema tratado com ênfase em todos planos e estudos que abordam a agricultura irrigada.

Em consonância com esta premissa a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF celebrou um convênio com Banco do Nordeste do Brasil – BNB, agência de Juazeiro, no qual aportou a quantia de R\$ 10.484.208,00 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e oito reais), com o objetivo do BNB fazer a gestão financeira, através de um fundo de apoio aos 255 pequenos produtores do Perímetro de Irrigação Salitre, selecionados na primeira etapa, com o financiamento dos equipamentos de irrigação, com juros de 5% ao ano, carência de cinco anos e com prazo total de 20 anos para ressarcimento da dívida. O financiamento de outros itens da infraestrutura, como casa, galpão, cerca, etc., bem como o financiamento da produção ocorreu dentro linha de crédito normal do BNB, com recursos do FNE.

Este modelo de parceria foi uma inovação na relação entre o BNB, CODEVASF e Agroempreendedores. Esta ação permitiu que os produtores acessassem o crédito de forma rápida, desburocratizada e isto teve uma importância destacada na velocidade de ocupação dos lotes, retorno econômico mais rápido, quando comparado com outros perímetros públicos de irrigação. Esta ação deve ser analisada e melhorada, pois os resultados são relevantes. A seguir alguns números que ilustram esta relevância.

Parceria BNB/CODEVASF/PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALITRE (junho/2010 a dezembro/2014)

- Projetos de Investimento: 188
- Projetos de Custeio: 124
- Total de projetos: 302
- Valor total dos projetos: R\$ 24.238.091,10
- Área total financiada: 1.202 ha

A seguir algumas informações expressas em forma de gráfico que ratificam a importância do crédito no Perímetro de Irrigação Salitre.



Gráfico 1. Projetos bancários elaborados e área cultivada financiada
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

A área cultivada, objeto de financiamento bancário, quando comparada com área total cultivada no período analisado que foi de 4.715,42 hectares revela um percentual de 25%. Vale destacar que este número é ainda mais significativo porque foi o pontapé inicial para que os produtores se capitalizassem e tivessem condições de refinanciar novos cultivos com recursos próprios.

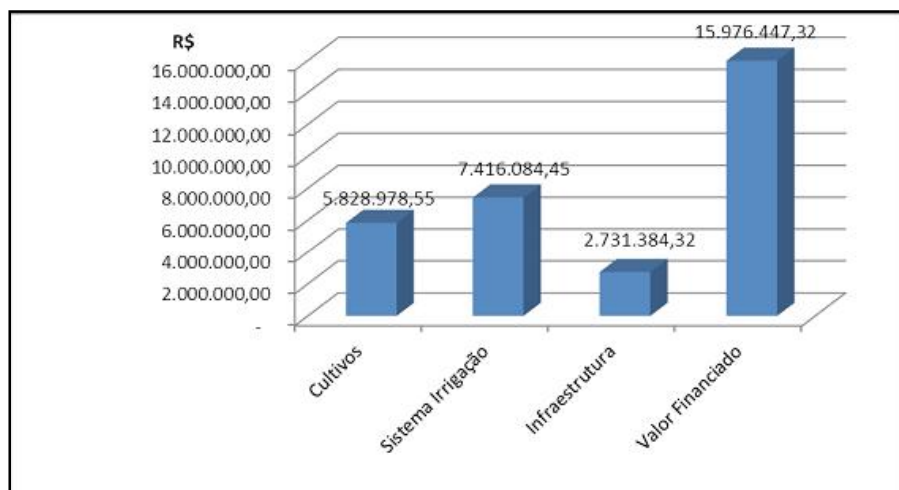
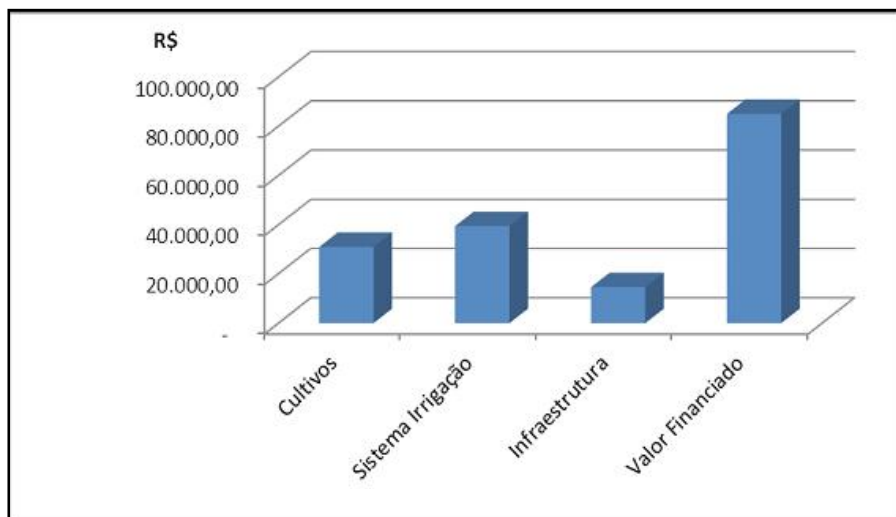


Gráfico 2. Distribuição financeira por itens dos Investimentos financiados
Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.

Gráfico 3. Valores Médios de Investimentos financiados por Lote Fonte: Consórcio Salitre - ATER – dezembro de 2013.



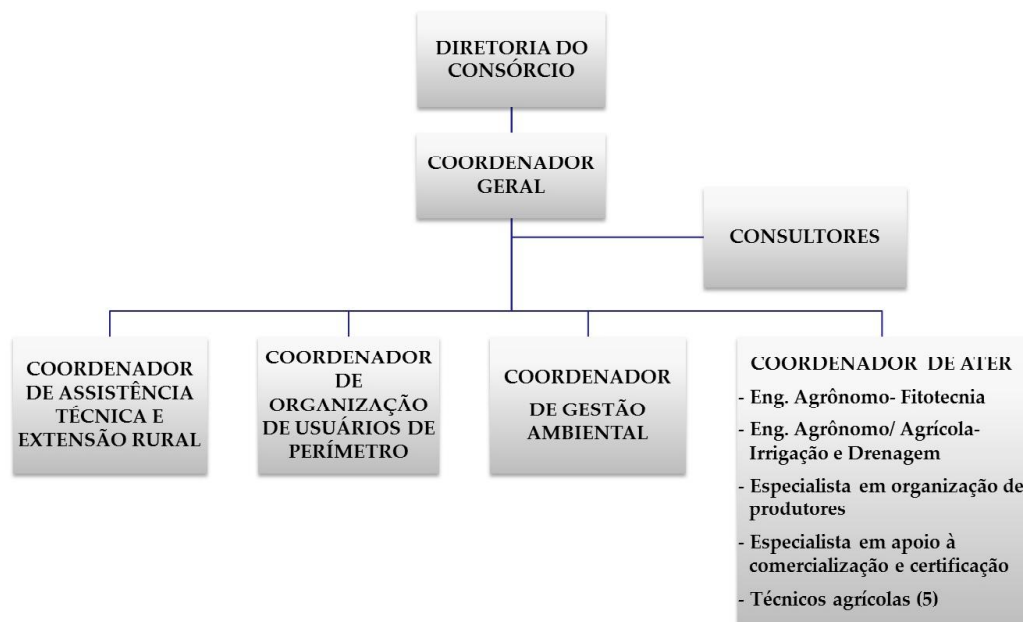
Modelo de ATER

As ações da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER foram diagnosticadas por vários estudiosos do desenvolvimento agrícola como elo fundamental para o crescimento desta atividade. A velocidade com que acontece a evolução tecnológica na agricultura irrigada é alta quando comparada com a agricultura de sequeiro. Esta característica coloca como necessária a existência de um grupo de apoio técnico aos pequenos produtores estruturado, capacitado, comprometido e pró-ativo.

No caso do Perímetro de Irrigação Salitre a CODEVASE, entendendo esta realidade, realizou um certame licitatório, do qual saiu vencedor um Consórcio formado por duas empresas (PLENA Consultoria e Projetos LTDA. e PROJETEC Projetos Técnicos LTDA.), ambas com larga experiência na área.

As características básicas da formação deste modelo estão exemplificadas no organograma abaixo. A diretoria do Consórcio é exercida por diretor da empresa líder, no caso a PLENA Consultoria e Projetos LTDA. Todos os cargos/funções são ocupados por técnicos, lotados no campo, com experiência comprovada superior a três anos. Para algumas funções de maior vulto a experiência exigida é superior.

Vale destacar que o modelo em atuação prevê uma atuação diversificada procurando atender de melhor forma o cliente, no caso o pequeno produtor.



A seguir maiores detalhes sobre as ações efetuadas por membros desta estrutura. A Coordenação Geral cuida do gerenciamento de todas as ações pertinentes às ações estabelecidas em contrato com a CODEVASE, bem como as ações interinstitucionais na parte executiva de campo.

A organização dos usuários do perímetro é de fundamental importância porque são eles que irão administrar o Perímetro de Irrigação Salitre, como já acontece em outros perímetros. A Operação e Manutenção do perímetro atualmente são realizadas por uma empresa contratada pela CODEVASE. Mas isto não será para sempre e é de fundamental importância que quando chegar o momento os produtores estejam aptos para gerir o perímetro.

A questão ambiental é cada vez mais exigida no processo produtivo e por muitos incompreendida. Muitas das vezes a discussão técnica é conduzida para um antagonismo entre a produção e os cuidados com o meio ambiente. A ação do profissional existente na equipe do consórcio procura apoiar a CODEVASF e os produtores, no cumprimento de 31 condicionantes ambientais exigidas através de portaria do Instituto do Meio Ambiente, necessárias para a concessão da licença de operação. Estas condicionantes dizem respeito ao processo produtivo, bem como à manutenção das reservas ambientais.

Os trabalhos de orientação de produção, comercialização e organização para o mercado são realizados pela equipe de ATER que é composta pela coordenação da equipe com ação cotidiana no campo. São cinco técnicos agrícolas que prestam apoio técnico diário aos produtores. Estes técnicos são apoiados por profissionais de nível superior, denominados especialistas. Caso as demandas não sejam atendidas podem ser contratadas consultorias específicas.

O trabalho de apoio à organização dos produtores é bem concatenado com a inserção dos produtores ao mercado. A agricultura irrigada com foco na produção de

frutas e hortaliças tem uma imensa capacidade de desenvolver o semiárido brasileiro, gerando renda, trabalho de forma muito menos concentrada e mais diversificada, do que a produção de grãos, que ocorre na região Centro-Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos expostos ao longo deste artigo mostram que a implementação da primeira etapa do Perímetro de Irrigação Salitre, no tocante aos pequenos produtores, foi coroada de êxito. Este fato não é explicado por nenhuma ação isolada, mas sim fruto de uma estratégia que envolve vários fatores e variáveis que interferiram neste processo ao longo dos últimos quatro anos, tais como: a **SELEÇÃO DE PRODUTORES** priorizando a qualificação profissional, a experiência com agricultura irrigada e o perfil empreendedor; **MELHOR ACESSO AO CRÉDITO AGRÍCOLA**, fruto da parceria CODEVASF/BNB e o **MODELO DE ATER** baseado na especialização e diversificação profissional, com ações na área produtiva, mercadológica, ambiental, organizativa e de crédito agrícola.

A taxa de ocupação dos lotes, o volume de produção, as produtividades alcançadas, os empregos gerados, o volume de capital injetado na economia regional são alguns dos resultados quantitativos. Do ponto de vista qualitativo destaca-se a introdução da banana prata-anã, na região, a revitalização da cultura do melão no Vale do São Francisco e a produção de cebola em patamar tecnológico mais avançado.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, L. Papel do governo e da iniciativa privada no desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM. *Anais...* Brasília: MMA. 1998. 232p.

BOMFIM, L.A. **Sustentabilidade e as organizações da sociedade civil – o campo, a estratégia e a técnica.** Disponível em: <<http://www.labsocial.com.br>>. Acesso em: 16 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. **A atuação da CODEVASF e do DNOCS no desenvolvimento da irrigação no nordeste.** Brasília: 1990. 230 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Política nacional de irrigação e drenagem: projeto novo modelo de irrigação** Brasília: 1998. 232p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Infra-estrutura Hídrica. **Relatório de Diagnóstico dos Perímetros Públicos Irrigados, 2004.** (Mimeogr.)

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes.** IICA, 2008. 132 p.

BRASIL. **Decreto n. 99.266, de 28 de maio de 1990.** Regulamenta a Lei n° 8.025, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências. 1990.

BRASIL. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. 1993.

BRITO, R.A.L. **Avaliação do Desempenho de um Perímetro Irrigado** – Proposta para um Modelo Conceitual. VII CONIRD – Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem. Brasília: 1986.

CHRISTOFIDIS, D. **Recursos hídricos e irrigação no Brasil.** Brasília, 1999. (Mimeogr.)

CODEVASF. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/menu/prod_serv/emancipacao>. Acesso em: 16 abr. 2013.

CONIRD - CONGRESSO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM 7, 1986, Brasília. **Emancipação de Perímetros Irrigados da CODEVASF.** Brasília: ABID, 1986.

CONSÓRCIO PLENA/PROJETEC/CODEVASF. **Relatório Anual de Atividades** – Perímetro de Irrigação Salitre. Juazeiro, BA: 2010.

CONSÓRCIO PLENA/PROJETEC/CODEVASF. **Relatório Anual de Atividades** - Perímetro de Irrigação Salitre. Juazeiro, BA: 2011.

CONSÓRCIO PLENA/PROJETEC/CODEVASF. **Relatório Anual de Atividades** - Perímetro de Irrigação Salitre. Juazeiro, BA: 2012.

CONSÓRCIO PLENA/PROJETEC/CODEVASF. **Relatório Anual de Atividades** - Perímetro de Irrigação Salitre. Juazeiro, BA: 2013.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTANA, Rogério Alves de; CAVALCANTE FILHO, Francisco Nahum; AZEVEDO, Carlos Merival Gomes de; SANTOS NETO, Júlio Militão dos. Perímetro de Irrigação Salitre. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 171-188, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Problemas socioambientais e pesca artesanal no Nordeste do Brasil

Luclécia Cristina Morais da Silva¹
Moisés Felix de Carvalho Neto²

¹Bióloga e Mestre em Antropologia (PPGA/UFPE). E-mail: lucrisms@gmail.com.

²Engenheiro Agrônomo e Mestrando em Produção Vegetal com ênfase em Agroecologia (PPGPV/UNIVASF). E-mail: moises.fcn@gmail.com.

RESUMO

A pesca de pequena escala no Brasil está concentrada nas regiões Norte e Nordeste (72,4% dos pescadores). O objetivo da pesquisa foi de compreender e comparar os problemas socioambientais de pescadores de pequena escala em seu contexto histórico em duas regiões do estado de Pernambuco, a primeira no litoral e a segunda na mesorregião do São Francisco. A pesquisa fez uso de diferentes fontes bibliográficas, entrevistas abertas e fontes documentais para analisar a vivência de comunidades ribeirinhas em distintas localidades do Nordeste do Brasil. Nas duas localidades aqui relatadas os pescadores estão sendo particularmente afetados por novos projetos de desenvolvimento econômico que se refletem principalmente na diminuição da quantidade de peixes e da prática pesqueira. Alguns pescadores têm se deslocado para outras áreas de pesca e houve também um aumento no número de pescadores que estão realizando simultaneamente outras atividades de renda adicional ou já migraram para outras atividades produtivas. Nas duas regiões de estudo, têm-se exemplos de comunidades tradicionais que tentam perpetuar sua cultura em meio a todas as rápidas mudanças que atingiram tais regiões. Esta pesquisa tenta chamar a atenção para a existência de vários agentes de transformação e mudanças na vida social dessas comunidades e quais as consequências essas transformações têm trazido.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Territórios tradicionais; Conflitos socioambientais.

Socio-Environmental Problems and Artisan Fishing in Northeast Brazil

ABSTRACT

The small-scale fisheries in Brazil is concentrated in the North and Northeast (72.4% of fishermen). The aim of the research was to understand and compare the social and environmental problems of small-scale fishers in their historical context in two regions of the state of Pernambuco, the first on the coast and the second in the middle region of San Francisco. The research used different literature sources, open interviews and documentary sources to analyze the experiences of riverside communities in different areas of the Northeast of Brazil. The two locations, fishermen reported here are particularly affected by new economic development projects that are reflected mainly in reducing the quantity of fish and the fishing practice. Some fishermen have moved to other fishing areas and there was also an increase in the number of fishermen that are simultaneously performing other activities for additional income or have migrated to other productive activities. In both study areas, have examples of traditional communities who try to perpetuate their culture amid all the rapid changes that have reached

such regions. This research attempts to draw attention to the existence of several agents of transformation and changes in the social life of these communities and what consequences these changes have brought.

Keywords: Fishing-handmade, traditional territories, socio-environmental conflicts.

INTRODUÇÃO

A pesquisa relata mais especificadamente a pesca artesanal em duas diferentes comunidades pesqueiras: a primeira em Sirinhaém, que se localiza na área costeira da Zona da Mata Sul Pernambucana. A segunda nos municípios de Orocó e Cabrobó, na Mesorregião do São Francisco/PE, ambos afetados diretamente pelo Projeto da Transposição do São Francisco.

Esta pesquisa compara os impactos à atividade da pesca artesanal nestas duas regiões, litoral e sertão do São Francisco, bem como relata as dificuldades enfrentadas pelos pescadores dessas áreas para perpetuar a atividade pesqueira como prática produtiva e modo de vida.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi compreender os problemas socioambientais enfrentados pelos pescadores artesanais e identificar os fenômenos que influenciam e contribuem para a migração da atividade pesqueira local ou a realização de atividades de complementação de renda. Tais mudanças são decorrentes da existência dos vários agentes de transformação e mudança social na vida social dos pescadores.

METODOLOGIA

Na pesquisa foi realizada uma revisão de bibliografia sobre as áreas de estudo e também incursões em campo. Foi priorizado o método qualitativo, pois segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), as concepções, crenças e valores das pessoas são revelados a partir de análises interpretativas. Os procedimentos utilizados visaram fazer uma comparação entre as comunidades pesqueiras e relatar os principais problemas vivenciados pelos pescadores dessas duas localidades.

Os autores trouxeram suas vivências sobre seus estudos com as comunidades pesqueiras, sendo o primeiro autor, através de suas pesquisas no litoral sul de Pernambuco e, o segundo autor, através de suas pesquisas na mesorregião do São Francisco.

O primeiro autor fez uma pesquisa etnográfica a partir de entrevistas abertas³ com os pescadores do litoral sul de PE durante todo o ano de 2013, em diferentes momentos. Além das entrevistas a alguns pescadores e suas lideranças, as coletas dos dados empíricos se deram através da participação nas reuniões da Colônia dos pescadores, visitas às reuniões de entidades não governamentais de apoio aos pescadores, participação em audiências públicas no Ministério Público Federal e na Câmara dos Vereadores da região, participação em eventos (seminários, congressos, etc.) junto aos pescadores artesanais e acompanhando a articulação destes na luta pelo território pesqueiro.

³Foram realizadas entrevistas com os pescadores artesanais de diversas modalidades de pesca através do método “snowball” (BERNARD, 2005).

O segundo autor fez uma revisão bibliográfica sobre a pesca artesanal na mesorregião do São Francisco e trouxe experiências de sua vivência diária a partir de sua participação em pesquisas etnográficas em duas comunidades quilombolas existentes nos municípios de Cabrobó e Orocó, realizadas no ano de 2013.

O LUGAR

As regiões em análise nessa pesquisa encontram-se no estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil), sendo a primeira área de estudo no litoral sul (parte sul em verde) e a segunda na região do São Francisco (em vermelho):



Figura 1: Mapa de PE. Fonte: Adaptado de Diogo Alencar - <http://www.viaki.net/tenha-um-mapa-do-pernambuco/>

A área costeira da Zona da Mata Sul Pernambucana é composta por sete municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande. Esses municípios integram também as microrregiões Mata Meridional Pernambucana e de Suape, com uma população total de 348.824 habitantes (IBGE, 2010).

As entrevistas do primeiro autor com os pescadores artesanais se concentraram no município de Sirinhaém que se encontra a cerca de 80 km da cidade do Recife, com área municipal de 374,611 km², tem uma população de 40.296 habitantes, segundo dados do IBGE (Censo, 2010) e compõem-se de seu distrito sede Sirinhaém e dos distritos de Barra de Sirinhaém, Santo Amaro e Ibiratinga, e tem como principais atividades socioeconômicas a indústria sucroalcooleira e a pesca artesanal. No distrito de Barra de Sirinhaém há 13.810 habitantes de acordo com dados do IBGE (2010) e destes, grande parte são de pescadores artesanais, apesar dessa atividade tradicional não aparecer nos dados oficiais do IBGE, que apenas cita como principais atividades econômicas do município a agropecuária, a agroindústria, serviços e comércio.

No distrito de Barra de Sirinhaém há a foz do rio Sirinhaém, que com seus vários braços (rios Arrumador, Trapiche, Aquirá, além do próprio Sirinhaém), forma um amplo e complexo estuário onde se encontram algumas lagoas, numerosas ilhas e extenso manguezal com sua variada fauna (Diagnostico Socioambiental do Litoral Sul, CPRH, 1999). Nesse ambiente é possível encontrar pescadores diversos: de estuário (marisqueiras), de rio, de mar. Bem como de distintas modalidades de pesca – rede, linha, mergulho, etc – e onde os grupos de trabalho são formados pelo vínculo de parentesco e outros laços sociais e afetivos atuam em parceria (BEGOSSI, 1992; MALDONADO, 1986) e a produção é distribuída proporcionalmente à contribuição de cada um na pescaria. Bem como também encontramos pescadores que não possuem barco próprio e também não têm rede, espinhel ou outra contribuição, apenas a força de trabalho e nestes casos, geralmente, a produção é dividida em três partes, sendo duas do

dono do barco. Alguns donos de barco são apenas os atravessadores da produção, não praticantes da atividade pesqueira e a relação de trabalho estabelecida com estes é, em geral, informal onde os pescadores artesanais atuam como autônomos.

Em geral, é possível encontrar pescadores ou parentes de pescadores em quase todas as casas da praia de Barra de Sirinhaém e andando pelas ruas locais é comum ver mulheres e crianças fazendo beneficiamento de crustáceos em frente as suas casas, sendo estas pescadoras ou não. Na própria comunidade pesqueira há quase sempre alguma relação de parentesco entre eles. As crianças desde cedo aprendem o ofício dos pais – meninas aprendem a ir ao estuário extrair mariscos, crustáceos e os meninos aprendem a navegar no rio Sirinhaém.



Figura 2: Mulheres atuando na comercialização da fauna acompanhante da pesca do camarão.



Figura 3: Pescadores no porto de Barra de Sirinhaém. Fonte: primeiro autor.



Figura 4: Porto de Barra de Sirinhaém. Fonte: primeiro autor.

O estudo realizado pelo segundo autor se concentrou na Mesorregião do São Francisco que abrange as microrregiões de Petrolina e Itaparica. Os dados da pesquisa se concentraram sobre os municípios de Orocó e Cabrobó, ambos mais diretamente impactados pelo projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Os municípios de Orocó e Cabrobó possuem respectivamente 13.180 hab. e 30.873 hab. segundo dados do IBGE (2010). O primeiro possuindo uma área territorial de 554,7 Km² e o segundo 1.623,1 Km².

O município de Orocó tem por base a agricultura como principal fonte de renda (com plantio de lavouras temporária e permanente), também predomina no município a indústria, o setor de serviços e a agropecuária (IBGE, 2010).

O município de Cabrobó tem por base a agricultura como principal fonte de renda, sendo responsável por 60% da produção de arroz em todo estado e por 17% da produção de cebolas. Além disso, há ainda o cultivo de feijão, banana, melancia, milho, manga e tomate, além da atividade pecuária, com destaque para a caprinocultura extensiva. Além da agricultura (com plantio de lavouras temporária e permanente), também predomina no município de Cabrobó a indústria e o setor de serviços (IBGE, 2010).

Os municípios de Orocó e Cabrobó fazem parte da Região Hidrográfica do Rio São Francisco, que de acordo com a Agência Nacional das Águas (ANA, 2012), compõe 06 estados: Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Goiás, além do Distrito Federal. Com 2.700 km, o Rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e escoar no sentido Sul-Norte pela Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para o Sudeste, chegando ao Oceano Atlântico na divisa entre Alagoas e Sergipe. A região hidrográfica, por sua extensão e distintos ambientes, é dividida em quatro sub-regiões: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

A região onde se localizam os municípios de Orocó e Cabrobó faz parte do Polígono das Secas, que abrange boa parte do Nordeste (SOARES, 2012). Por conta de um clima caracterizado por uma irregular distribuição da precipitação, elevadas temperaturas mensais, altas taxas de evapotranspiração e déficit hídrico permanente, ambas as localidades possuem um ambiente susceptível ao processo de desertificação (Ministério do Meio Ambiente, 2007).

Existem nessas duas localidades muitas comunidades tradicionais ribeirinhas, quilombolas e indígenas que também dependem da atividade da pesca como prática produtiva - em Cabrobó existem atualmente quatro comunidades quilombolas (Cruz dos Riachos, Fazenda Bela Vista, Fazenda Santana e Jatobá) e uma comunidade indígena denominada Truká. Em Orocó há ainda a comunidade quilombola Águas do Velho Chico.

As entrevistas realizadas pelo segundo autor se concentraram em duas comunidades quilombolas: Cruz dos Riachos (localizada em Cabrobó) e Águas do Velho Chico (localizada em Orocó).

A comunidade Cruz dos Riachos localiza-se próximo ao rio São Francisco e é cortada por dois grandes riachos (riacho Grande e riacho Ouricuri) que desde 2010 estão completamente secos. Possui cerca de 150 famílias que sobrevivem, atualmente, basicamente da agricultura.

A comunidade Águas do Velho Chico localiza-se a margem do rio São Francisco e é formada por cinco povoados denominados: Umburana, Remanso, Caatinginha, Mata de São José e Vitorino. Possui cerca de 480 famílias que sobrevivem, atualmente, basicamente da agricultura.

ATIVIDADE PESQUEIRA E A CULTURA DA PESCA ARTESANAL

De acordo com VALENCIO (2010), a atividade pesqueira constitui-se em uma identidade territorializada, pois não se trata apenas de uma atividade produtiva, mas é também um modo de vida. É a partir dessa relação com o ambiente e de um profundo conhecimento sobre as espécies e seus ciclos biológicos que os pescadores artesanais constroem suas identidades (DIEGUES, 2001).

Ou seja, o trabalho na pesca não é uma realidade simplesmente econômica (GODELIER, 1981) é também uma cultura que se constrói na prática produtiva a partir de valores comunitários, costumes socialmente estabelecidos que integram um sentimento de corporação social que auxilia no trabalho coletivo “para melhor lidarem com as águas, na capacidade de compreender os tipos de ventos e os movimentos das marés, na habilidade de descobrir pesqueiros, na habilidade de ouvir e sentir as mudanças meteorológicas e náuticas” (RAMALHO, 2011).

A “modernidade trágica” tem, no entanto, originado a expropriação dos meios de vida dos pescadores artesanais e forçado à entrada destes no mercado de trabalho assalariado assim como ocorreu na formação do proletariado agrícola no Brasil (SILVA, 1999). Devido à constante poluição ambiental e à conseqüente diminuição dos estoques pesqueiros, muitas mudanças têm ocorrido e reformulado a maneira como os pescadores artesanais se relacionam com a prática produtiva, pois, atualmente é muito difícil viver apenas da pesca artesanal e cresce o número de pescadores que vêm realizando concomitantemente outras atividades de complementação de renda.

Há na atividade pesqueira tensões semelhantes às vivenciadas pelos camponeses que vivem no meio rural contemporâneo, pois, segundo MOURA (1988), o camponês se diferenciou internamente, tendo suas formas de produção e organização de vida redefinidas, mas permaneceu identificável como tal. Apesar de certa subordinação à engrenagem da reprodução do capital, têm surgido também as contradições inerentes a essa relação de forças, que têm originado processos de diferenciação social que buscam o reconhecimento de uma alteridade que ainda não está descaracterizada em sua essência (WANDERLEY, 2011). Segundo Diegues (1983), é o sentimento de corporação que possibilita que a cultura na pesca artesanal resista à proletarização, pois o “saber-fazer” pesqueiro vincula-se à ideia de liberdade e opõe-se ao controle do tempo e do espaço pela lógica capitalista de mercado.

Na atividade pesqueira existe uma intrínseca relação com o rio, mar e/ou estuário, além de um sentimento com o território que envolve valores sagrados e ampla

intimidade com o espaço de trabalho/vida, onde o mar-de-dentro e o mar-de-fora se constituem como lugares aquáticos e o trabalho pesqueiro reflete o desdobramento dessa territorialidade ao conferir-lhes pertencimento (MALDONADO, 1994).

Este pertencimento ao ambiente marinho-estuarino é o que tem permitido resistir à subsunção real ao capitalismo (GODELIER, 1981), pois, segundo MOURA (1988), apesar do processo de diferenciação social, internamente os pescadores permanecem identificáveis como tais. Para Ferreira (1995), apesar da força do capital, não há uma simples transformação proletarizada, pois, “seu mundo não se reduz ao vínculo empregatício, mas procuram e constroem espaços de adaptações entre as suas perspectivas e projetos e o mercado”, ou seja, “sua reprodução não se explica apenas pela subordinação ao capital, mas pela própria capacidade de resistência e adaptação” (WANDERLEY, 2011).

OS IMPACTOS AMBIENTAIS E AS NOVAS DINÂMICAS SOCIAIS

Os problemas oriundos dos impactos socioambientais decorrentes da poluição ambiental, da construção de barragens e dos empreendimentos industriais e turísticos afetam diretamente os pescadores artesanais e, por isso, muitos têm tentado obter alguma fonte extra de renda, em outras atividades e assim garantir sua segurança alimentar.

Na região do litoral sul de Pernambuco os pescadores têm sofrido com a poluição das usinas de cana-de-açúcar existentes, com as indústrias de carcinicultura⁴ e com os grandes empreendimentos turísticos que privatizam os espaços públicos e impedem o acesso ao mar e estuário.

As pescadoras de Sirinhaém também vivenciam grandes dificuldades em sobreviver dos poucos crustáceos e mariscos extraídos do mangue e muitas delas têm se deslocado para manguezais do litoral norte em busca de uma melhor produção e renda.

As pescadoras de Aratu no verão sai em três kombi daqui pra Recife, pra pescar aratu lá. Três kombi por semana, duas vezes por semana. Na segunda, na quarta, na quinta. Aqui tem, mas é muito pouco, muito miudinho. Eu mesmo já pesquei muito fora daqui, já pesquei em Itapissuma, em Itamaracá, em Maria Farinha, Conceição, Abreu e Lima, Rio Formoso, Alagoas, Atapuz, Paraíba, Pitimbu. Tanto sai daqui a turma pra pegar aratu como sai a turma pra pegar caranguejo em Alagoas (Marisqueira de Barra de Sirinhaém).

Se for pra eu tirar meu sustento do rio Sirinhaém, eu vou passar fome, então eu ando de bicicleta quase 5 km pra pescar no rio de Aver-O-Mar, aonde hoje temos também uma preocupação muito grande com os viveiros de camarão que tá acabando com os siris, com os sururus, mortalidade imensa. Era uma área rica, mas hoje os viveiros tão acabando com tudo. E os responsáveis não vê isso, só nós pescador é que estamos vendo isso, estamos vendo nossos manguezais pedindo socorro, porque a gente pescador escuta ele pedindo socorro e corremos atrás das autoridades e ninguém faz nada (Marisqueira de Barra de Sirinhaém).

⁴A carcinicultura, em Sirinhaém, ocupa uma área de 70 ha incluindo quatro fazendas, além do laboratório da Netuno Pescados e segundo SELVA et al. (2006) os impactos referentes às fazendas de camarão (despejo de produtos químicos no mangue, desmatamento, invasão da casa dos pescadores, mortandade de peixes) têm ocasionado muitos conflitos e muitos pescadores relatam que tais empreendimentos, construídos em propriedades privadas e contendo muros de proteção, têm restringido o acesso dos pescadores ao mangue e às suas áreas de pesca.

Os pescadores artesanais se utilizam de diferentes formas de configurar sua presença no espaço e no tempo atual (WOORTMANN, 1990). Há entre a comunidade pesqueira uma busca por estratégias de reprodução social, na qual mesmo que em alguns casos haja a inserção em outra atividade produtiva, têm existido também alternativas de apropriação do rio, mar e estuário a partir uma nova configuração.

Tal processo se dá pela busca de novos espaços pesqueiros, nas praias circunvizinhas ou mesmo em outros estados, como também a partir do exercício das atividades turísticas marinhas, e assim vão criando meios de continuar no ambiente haliêutico, ou seja, continuar a existir. Segundo Ramalho (2012):

[...] ser criativo, nesse sentido, é recriar-se no tempo, como pessoa, grupo sociocultural e/ou classe social. É apontar destinos e construir condições de sobrevivência. Trabalhar, portanto, é um eterno (re)elaborar, planejar, fazendo com que o inesperado – íntimo das causalidades sociais – torne-se, em alguma medida, o esperado, sendo sempre um salto, provocado pelo ato teleológico, em direção ao cognitivo e a chave das estratégias contidas na reprodução social.

No verão é grande o número de mulheres que adquirem renda extra através das diárias nas casas dos veranistas e de homens que realizam serviços diversos nas casas dos veranistas. Nos relatos foi possível perceber que antigamente era mais fácil sobreviver da pesca, mas hoje em dia, devido à diminuição dos pescados, geralmente persistem na pesca artesanal como única fonte de renda, aqueles que possuem certa estabilidade financeira como barco próprio, meios de fazer o beneficiamento do pescado e colocá-lo à venda. E aqueles pescadores que pela idade já avançada não conseguem um trabalho extra, enfatizaram a importância da esposa na complementação da renda. Essas mulheres trabalham diretamente na pesca estuarina e também no beneficiamento do pescado trazido pelos homens na pesca marítima.

Em depoimento de um morador de Barra de Sirinhaém e funcionário aposentado do IBAMA: “*meu trabalho era fazer o levantamento pesqueiro da área e na época haviam 245 embarcações em Barra de Sirinhaém*”. Hoje, segundo dados fornecidos pela colônia, há cerca de 120 embarcações. No entanto, existem cerca de seis a sete barcos parados no porto de Barra de Sirinhaém por falta de pescador. Muitos donos de barco ficam à espera de companhia para ir ao mar, pois muitos pescadores já deixaram de pescar para trabalhar nas indústrias circunvizinhas.

Em Sirinhaém não existe um incentivo por parte do município em explorar o turismo de baixo impacto, em pequena escala, ao invés disso tem existido incentivos para a instalação do turismo de grande escala, através da construção de grandes resorts que irão trazer muitos impactos ao ambiente e, no entanto, os benefícios para a comunidade local são incertos.

A principal preocupação dos pescadores com a construção dos *resorts* é em relação ao acesso ao manguezal, pois, por lei, a prefeitura tem a responsabilidade de abrir acessos para a praia a cada 250 metros, mas tal fato geralmente não ocorre e, esses megaempreendimentos também dificultam a permanência de pessoas na frente de suas

estruturas, bem como a própria imponência dessas construções constrange as pessoas de aproveitar esses espaços de praia “privados”. Há ainda o impacto do turismo náutico, que traz consigo a crescente construção de marinas junto ao porto onde antes os pescadores atracavam seus barcos.

A perpetuação da atividade pesqueira tem sofrido sério risco de sobrevivência, pois, além da escassez de pescadores e dos antigos impactos relacionados à produção de cana-de-açúcar⁵ e da carcinicultura, tem-se acelerado também os impactos dos empreendimentos turísticos que, longe de conseguirem promover o fortalecimento da capacidade local de gestão, têm apenas reproduzido a permanência da comunidade em posições subalternas de decisão sobre seu próprio destino.

Na Mesorregião do São Francisco os impactos dos empreendimentos na pesca artesanal tem sido predominantemente a partir da construção dos barramentos ao Rio São Francisco. Há historicamente inúmeros exemplos de problemas socioambientais a partir dos barramentos de Sobradinho, Itaparica e Paulo Afonso, que promoveram o deslocamento de inúmeras populações ribeirinhas do rio São Francisco.

Nas localidades de Cabrobó e Orocó a atividade da pesca tem sido inexpressiva, pois atualmente essas comunidades praticam predominantemente a agricultura em virtude da grande seca que atinge a região do sertão do São Francisco. O desmatamento da região também contribui para tornar os riachos circunvizinhos intermitentes e, assim as comunidades ribeirinhas apenas dependem das águas do rio São Francisco para realizar a atividade pesqueira.

Na comunidade quilombola de Cruz dos Riachos, em Cabrobó, a maioria dos homens exercia a atividade de pesca quando havia água nos riachos que passam pela comunidade.

Sempre a comunidade pescava nos açudes... tem o do riacho pequeno em Belém, aqui no poço grande e na barragem do estoque e na barragem de Currálinho também gostavam de ir quando tinha água (membro da comunidade Cruz dos Riachos, 2013).

Em quase todas as casas do quilombo há sempre uma tarrafa esperando pelo período das chuvas.

A pesca no riacho grande era uma fartura, mas agora não chove. Pescava de rede, de tarrafa. As coisas mudaram muito, a chuva diminuiu muito (membro da comunidade Cruz dos Riachos, 2013).

Atualmente apenas duas famílias de pescadores da comunidade continuam na atividade pesqueira. Estes hoje em dia praticam a atividade de pesca juntamente com a atividade agrícola. Eles são pescadores profissionais e constroem diferentes apetrechos de pesca (rede, tarrafa, etc.).

⁵A poluição das usinas, pelo vinhoto, atinge mais diretamente ao município de Sirinhaém, pois o rio do município recebe braços de rios de diferentes municípios, como por exemplo, de Ipojuca, Rio Formoso e Barreiros e por isso recebe uma carga elevada de efluentes (domésticos e industriais).

Nossos antepassados todos gostavam de pescar, vivia da pesca só que a agricultura foi tendo um valorzinho, as pessoas foram vendo que era melhor aí foram se desligando e foi ficando um pouco esquecido... Nossos antepassados, meus avôs, meus tios. Antonio de Raimunda, o pai dele, os tios dele, tudo era pescador, só que parou. A gente que tá tentando resgatar agora de uns tempos pra cá. Porque hoje quem vive no sertão, no interior, ele muitas vezes tá exercendo uma atividade aí outra ali que tá dando resultado tem que pegar, pra complementar (Membro da comunidade Cruz dos Riachos, 2013).

Os antepassados da comunidade eram pescadores profissionais e todos pescavam no rio São Francisco e nos açudes da região. Contudo, atualmente, o rio São Francisco já não é mais como antes e eles relatam que os locais onde pescavam já estão assoreados e difíceis de conseguir o pescado.



Figura 5: Membro da comunidade quilombola Cruz dos Riachos e seus apetrechos de pesca.
Fonte: segundo autor.



Figura 6: Barco de pesca na comunidade Cruz dos Riachos.
Fonte: segundo autor.

Antes a gente chegava numa casa assim, tava as cordas de peixe pendurava... agora a gente nem tá podendo pescar também na represa do rio (São Francisco). Aquela água lá pertinho da ponte, tá cheia de capim, tá tudo coberto. Tem tucunará, cumatá, só que você não consegue jogar uma rede, nem uma tarrafa (membro da comunidade Cruz dos Riachos, 2013).

Na comunidade quilombola de Águas do Velho Chico, em Orocó, sempre houve a prática da pesca se utilizando de tarrafa, anzol e muitas vezes com a própria mão, como é o caso da pesca do peixe chamado Cari. Os peixes mais comuns na região e citadas pelos membros do quilombo foram: Tucunaré; Piau; Pirá; Pacu; Bufão; Peixe-cari; Cumatá; Traíra; Piranha; Cari; Cangati; Sardinha; Tabarana; Mandim; Surubim; Tambaqui; Caribã; Tucunaré; Surubim; surubim pintado; Dourado, cananã, mantricham, etc. Em todo território quilombola sempre há pessoas que pescam para consumo familiar, mas é difícil encontrar pessoas que pratiquem a pesca artesanal como único meio de obtenção de renda.

Em Remanso, uma quilombola de Águas do Velho Chico lembra que desde pequena saía para pescar com seu pai:

Meu pai não tinha filho homem só era mulher e nós duas ia mais ele. Uma sentava no piloto e a outra na proa e papai saia. E eu fiquei pescando no lugar dele e ate quando me casei ainda continuei pescando. Aqui todo mundo pescava no Remanso, eu saia daqui ate na baixa funda tarrafeando.

Em virtude das obras das hidrelétricas e da recente Transposição do Rio São Francisco muitas espécies de peixe deixaram de existir na região, causando assim uma perda significativa na alimentação dos moradores da região, que relatam a pesca como uma das antigas principais atividades da região. Como nos relatou um membro da comunidade quilombola de Águas do Velho Chico:

Pescava, quando tava precisando de um peixinho assim aí ia no rio e era ligeiro, num instante pegava peixe... nesse tempo era bom de peixe. Agora tá mais ruim. Tinha Piau, pacu, cari, dourado, mandim, surubim... era bom de peixe. Depois da barragem (sobradinho) aí ficou ruim, o peixe foi fugindo, fugindo... ficavam lá no pé da barragem, mas não tinha condição de subir naquelas comporta.



Figuras 7 e 8:
Barco de pesca e pescador quilombola de Águas do Velho Chico.
Fonte: segundo autor.

Muitas famílias do Quilombo Águas do Velho Chico tem investido e praticado a piscicultura, com cultivo de espécies de tilápia, tambaqui e carpa. Na comunidade da Mata de São José e, sobretudo, em Vitorino é possível encontrar diversos tanques de criação de peixes.



Figuras 9 e 10: Tanques de Piscicultura (criação de peixes) no quilombo Águas do Velho Chico. Fonte: segundo autor.

Atualmente está em curso na região o projeto da transposição do rio São Francisco, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MIN) e denominado: Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O município de Cabrobó está em Área de Influência Direta (AID), inserido no Eixo Norte, assim como os municípios de Terra Nova, Verdejante e Salgueiro, em Pernambuco, e de Penaforte e Jati, no Ceará. Contudo, observa-se que no EIA/RIMA (MI, 2004) do projeto da transposição do rio São Francisco que durante os estudos iniciais feitos não há nenhuma citação sobre os impactos da obra na vida das comunidades quilombolas do município de Cabrobó.

Contudo, é importante ressaltar que mesmo antes da Transposição do São Francisco as comunidades ribeirinhas já sofriam com a diminuição dos pescados em decorrência da construção da barragem de Sobradinho, inaugurada em 1979, a maior em volume de lago do mundo na época. Muitos membros da comunidade quilombola de Cruz dos Riachos, em Cabrobó relataram que antigamente plantavam nas áreas de várzea do rio São Francisco e que antes da barragem de Sobradinho era feito também o cultivo de arroz entre outras colheitas:

Quando o rio dava repique ele molhava tudo a vazante, e quando ele molhava era hora de todo mundo estar com sua maniva e sua rama de batata, tinha os pezinho de abóbora o jerimum na beira do rio, quando o rio dava outra repiquetada de novo, era época de junho, julho por aí, aí quando ele voltava era hora de fazer a colheita, pra mandioca não encher d'água, já tava bonita. Aí todo mundo tirava aquela mandioca todinha, ia lá para casa de farinha, ou então juntava aquele monte de mulher a noite ali raspando mandioca na faca e os homem ali na roda, girando pra ceva a mandioca pra fazer a farinha, o polvilho como chama o paraense, aqui chama a massa, aqui todo mundo era uma semana, duas, fabricava sacas e sacas de farinha, a borra de mandioca dava um beiju gostoso, eu comi tanta farinha aqui (membro da comunidade Cruz dos Riachos, 2013).

Mas depois que a barragem de Sobradinho entrou em funcionamento, esta provocou mudanças na atividade econômica na região em função das oscilações do nível do rio entre o período de cheias e vazantes, o que interferiu na exploração da rizicultura e na procriação dos peixes. As práticas produtivas da comunidade de Cruz dos Riachos foram seriamente alteradas e a comunidade foi perdendo o hábito da pesca e da rizicultura, em razão da seca e da falta das enchentes dos rios.

Posteriormente, com a construção da barragem de Xingó, pela falta de carreamento de sedimentos, a situação da ictiofauna agravou-se, praticamente extinguindo a pesca como atividade econômica sustentável. O assoreamento do rio São Francisco aumentou e hoje as tradicionais áreas propícias para pesca no trecho do rio São Francisco próximo à comunidade já não existem mais. Pois, o efeito degradante produzido pelos barramentos do setor elétrico interfere na mudança nos processos de sedimentação, de erosão nas margens, de redução das cheias, de alterações na foz e até na modificação da sua forma em alguns trechos do rio. Todos esses efeitos comprometem a vida dos peixes e refletem negativamente na atividade da pesca.

A barragem de Sobradinho também causou grande transtorno na população de Águas do Velho Chico, em Orocó. Todos os quilombolas mais antigos lembram-se da grande cheia de 79. Segundo Antonieta: *com a cheia de 79, muitas pessoas foram para Caatinguinha porque passaram muitos dias tudo alagado.*

A população da Mata de São José teve que se mudar para Caatinguinha porque a cheia de 79 (com a inauguração de Sobradinho) durou muitos meses. Muitas dessas pessoas acabaram não retornando mais e permaneceram morando na Caatinguinha por medo de perder seus pertences de novo.

Esse acontecimento (Inauguração de Sobradinho) também causou uma perda significativa na garantia da segurança alimentar do quilombo, pois teve um impacto negativo no fluxo de peixes do São Francisco e na produção agrícola que era feita nas vazantes do rio.

No inverno o rio enchia e quando baixava você plantava e aquela planta saía e o rio não vinha mais, mas depois dessa barragem aí ficou controlado por essa barragem e aí a água vinha aumentava e diminuía, aí descontrolou.

Tinha muitos peixes aqui, antigamente, mas depois dessas barragens (Sobradinho e Itaparica), aí os peixes também desapareceram (membro da comunidade Águas do Velho Chico).

Quando a barragem de Sobradinho entrou em funcionamento, esta provocou mudanças na atividade econômica na região em função das oscilações do nível do rio entre o período de cheias e vazantes, o que interferiu na exploração da rizicultura e na procriação dos peixes. As práticas produtivas dos membros do quilombo Águas do Velho Chico foram seriamente alteradas e a comunidade foi perdendo o hábito da rizicultura e outros cultivos que eram realizados nas vazantes do Rio São Francisco.

É notório o número de pesquisas⁶ que demonstram que as populações atingidas por grandes empreendimentos geralmente tem grande dificuldade de obter as mesmas

⁶SCOTT, Parry (2009); VALENCIO (2010); ZHOURI e OLIVEIRA (2010).

condições de vida que seu ambiente natural propiciava e em muitos casos os benefícios dessas obras não compensam o impacto gerado para milhares de pessoas que tradicionalmente vivem nessas áreas.

Os estudos feitos para a execução da transposição do São Francisco foram feitos de modo rápido, sem incluir estudos sobre a flora e fauna da caatinga e sem incluir as populações quilombolas – apenas os indígenas Truká foram inicialmente assistidos pelo consórcio que administra as obras da Transposição do São Francisco.

No projeto da transposição do rio São Francisco está prevista ainda as construções das barragens de Riacho Seco e de Pedra Branca que atingem diretamente muitas comunidades ribeirinhas de Pernambuco e da Bahia. Com respectivos 240 e 320 MW de potência, ambas as barragens atingem os municípios de Orocó, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina em Pernambuco e Curaçá e Juazeiro na Bahia.

Os grandes projetos de aproveitamento hídrico são uma ameaça às comunidades ribeirinhas, que reclamam a falta de informação sobre o assunto, as arbitrariedades dos processos e se colocam claramente contra a implantação de projetos que prejudiquem seus modos de vida e cultura. No entanto, é perceptível a falta de publicidade por parte dos órgãos públicos sobre tais projetos para a região, confirmando a estratégia da desinformação como meio de evitar qualquer forma de resistência aos projetos (ACSELRAD et al., 2009).

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa analisamos distintas localidades do estado de Pernambuco na busca por comparar os problemas socioambientais vivenciados por diferentes comunidades tradicionais. No litoral sul de Pernambuco existe uma grande população pesqueira que pesca no rio, estuário e mar e, que tenta perpetuar sua cultura em meio a todas as rápidas transformações que têm atingido a região litorânea. Na mesorregião do São Francisco existem comunidades ribeirinhas que tinham a pesca artesanal como importante meio de obtenção de renda e perpetuação de sua cultura, mas que atualmente tem praticado mais as atividades agrícolas devido à falta de pescado e ao assoreamento do rio.

Nas duas áreas analisadas observa-se a existência de grandes mudanças nas dinâmicas de vida dessas comunidades. No litoral sul de Pernambuco a pesca tem se tornado, em geral, uma segunda atividade produtiva e nas localidades de Cabrobó e Orocó os impactos ambientais ao rio São Francisco produziram grandes mudanças no regime do rio, na permanência de muitas espécies de peixes e também tem dificultado a obtenção de renda unicamente a partir da atividade pesqueira.

Os objetivos dos megaprojetos em curso nessas duas localidades, certamente, não irão beneficiar as comunidades adjacentes e nem fomentar o aumento da renda dessas comunidades. Assim, diante das mudanças já presentes, essas comunidades têm procurado novas estratégias de adaptação e reafirmação de seus modos de vida, seja inserindo-se em outras práticas produtivas que são realizadas concomitantemente à pesca artesanal, seja procurando deslocar-se para outras áreas de pesca. E, sobretudo

através da participação em coletivos sociais e na busca por maiores informações sobre meios de garantir seus direitos, obter melhores condições de vida e garantir a soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.

ANA – AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil**. Brasília: ANA, 2012. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama_Qualidade_Aguas_Superficiais_BR_2012.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais – pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999. 203 p.

BEGOSSI, A. **Fishing actives and strategies at Búgios Island (Brazil)**. In: FISHERIES Resource Utilization and Policy. Athens, Greace: 1992.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approach**. 4. ed. Lanham: AltaMira Press, 2005.

CPRH. **Diagnóstico socioambiental do litoral Sul de Pernambuco**. Recife: s/e, 1999. 89 p.

DIEGUES, Antonio C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 169 p.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983. 287 p.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Agricultores a agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. **Reforma Agrária, Revista da Abra**, v. 25, n. 2-3, Campinas, p. 86-113, 1995.

GODELIER, Maurice. Racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). **Godelier**. São Paulo: Ática, 1981. p. 37-58.

IBGE. **Censo de 2010**. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: 2011.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1986. 80 p.

_____. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994. 200 p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional: Relatório de Impacto Ambiental** (Rima), jul. 2004. Disponível em: <www.mi.gov.br/saofrancisco/documentos/index>. Acesso em: 10 out. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil**. Brasília, DF: 2007.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988. 70 p. (Coleção Princípios).

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia–USP**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 315-352, jan./jun. 2011.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. 290 p.

SELVA, V. S. F.; CORDEIRO, I. D.; BEN, C. C.; PINHO, F. Ecos do turismo na comunidade de Aver-o-Mar (Sirinhaém, PE): uma reflexão partilhada para o desenvolvimento local sustentável. **Revista de Ciência, Empreendedorismo e Tecnologia**, v. 4, n. 3, p. 19-27, 2007.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 240 p.

SOARES, D. B. **Degradação Ambiental no Semiárido Pernambucano: contribuição ao estudo da desertificação**. 2012. 70f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

VALENCIO, Norma. Conflitos ambientais no Velho Chico: o modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. In: ZHOURI, Andréa; LARSCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 202-223.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 153 p.

WOORTMANN, Klaas. Migração família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, São Paulo: ABEP, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LARSCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 439-462.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SILVA, Luclécia Cristina Morais da; CARVALHO NETO, Moisés Felix de. Problemas ambientais e Pesca Artesanal no Nordeste do Brasil. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 189-205, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Elias Crispim Teixeira¹
Deivid Gomes²

¹Técnico em agropecuária (IE CATU), Pedagogo Habilitado em EJA (UNEB), Especialista em Educação Contextualizada para Convivência com semiárido (UNEB) Especializando em Metodologias Participativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (UNIVASF) Coordenador do projeto Social Menino do Nordeste (SESI Unidade Norte) e atua como Consultor Estadual do Crédito Fundiário do Estado de Pernambuco (FETAPE). E-mail: eliasteixeira@gmail.com.

RESUMO

O Projeto Social Meninos do Nordeste traz, através da Pedagogia Esportiva, uma nova concepção de prática para a região (Juazeiro-BA e Petrolina-PE).

Alinhando o conhecimento de mundo dos garotos e valorizando a contextualização que se dá através dos ensinamentos e das regras estabelecidas com cada modalidade, procurou-se ao longo do Projeto despertar provocações a respeito do comportamento social, discussões de gêneros, espaço para prática do mesmo, etnia, alcoolismo e acima de tudo família, que é e ainda continua sendo a base de uma boa Educação. Também é a base do desenvolvimento saudável da vida de qualquer ser humano, introduzindo assim um valor simbólico e os valores que cada indivíduo traz consigo e amadurece com o passar do tempo, fazendo-o entender que é no presente que o passado e o futuro se encontram e provocam o diálogo para quebras de paradigmas, construção e desconstrução e reconstrução do conhecimento.

Palavras-chave: Pedagogia esportiva; Desenvolvimento saudável; Semiárido.

The Children of the Northeast Social Project

ABSTRACT

Bringing together both the children's knowledge of the world and valorizing the contextualization that happens through the teaching of established rules with each sport, over time this project seeks to provoke discussions and awareness with respect to social behavior, gender, the practice space, ethnicity, alcoholism, and more than anything, family, which continues to be the base of a good education. Furthermore, family is the basis for the development of a healthy life for any human being, introducing a symbolic value and the values that each individual carries with them, which mature with the passing of time, making them understand that it is in the present, not the past or future, where you find and provoke dialogue to break paradigms, and to construct, deconstruct, and reconstruct knowledge.

Keywords: Sport pedagogy; Health development; Semiarid.

²Graduado em Administração, Especializando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Gestor de Qualidade de Vida no Serviço Social da Indústria, Sistema FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia. E-mail: deivid@fiel.org.br.

INTRODUÇÃO

A atualidade traz consigo a modernização do sistema industrial que por sua vez provoca o estresse constante, a falta de comunicação entre as pessoas, a fuga dos cidadãos deste corre-corre, muitas vezes, para caminhos negativos (droga, alcoolismo, prostituição etc.) e sem sombra de dúvidas, a solidão e isolamento dos Seres Humanos.

Percebendo isto, o presente projeto tem a capacidade de otimizar estágios para os estudantes desta universidade, que através do esporte poderão resgatar a autoestima, despertar a interação social e, com certeza, auxiliar na educação das crianças e jovens, que concretizando o foco deste projeto ajudará a qualificar o universitário com experiência prática melhorando a qualidade de vida da comunidade carente.

Anos atrás, crianças e jovens por terem mais liberdade engajavam-se mais em atividades esportivas, culturais, saindo do “ideal” construído pelo mundo atual (televisão, games de guerra, etc.). Sendo assim, crianças e jovens, que desenvolviam a partir da prática esportiva o espírito coletivo e de união, eram mais saudáveis e, porque não dizer, pessoas mais amigas e felizes.

Este projeto intenta abrir os muros da universidade, ou melhor, seus espaços físicos (quadras poliesportivas, bibliotecas, piscina, refeitório) para utilização de alunos e não alunos, com um objetivo em comum – aumentar a qualificação pessoal.

Portanto, o Projeto Meninos do Nordeste traz aos municípios de Juazeiro e Petrolina a oportunidade de desenvolver um espaço, no qual crianças e jovens resgatarão e aprofundarão através das modalidades esportivas o seu universo, incluindo-o na realidade atual do país e do mundo com o intuito de despertar, principalmente, a importância do trabalho coletivo (“Eu sozinho não sou ninguém”).

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Este projeto visa criar um espaço dedicado a transformar, a partir do esporte e de seu universo (espírito de coletividade, união, empenho, respeito ao próximo, superação, extrapolação de limites, reconhecimento pessoal) a atual conjuntura vivida pelas crianças e jovens do país (ausência familiar, hábitos alimentares inadequados, desinteresse pelo estudo, preenchimento do tempo livre de forma prejudicial, escassez de um lazer de qualidade).

Objetivos específicos:

- Possibilitar um intercâmbio maior entre a comunidade e a sociedade e tendo como instrumento pedagógico e de integração a prática do esporte;
- Proporcionar maior qualidade de vida aos participantes;
- Contribuir com o desenvolvimento e a formação de crianças e jovens atletas no que diz respeito aos valores da coletividade;

- Potencializar o uso dos espaços da prática esportiva (quadra poliesportiva e campo de futebol) permitindo uma maior integração entre os jovens das comunidades juazeirenses;

- Contribuir com o maior desempenho escolar dos jovens participantes uma vez que a prática esportiva estará associada aos resultados educacionais dos mesmos nas escolas públicas nas quais estudam.

ATIVIDADES A SEREM OFERECIDAS

- Escolinha de Futsal/Futebol

Esta escolinha visa atender por turma 20 adolescentes e jovens, resgatando e apresentando um novo estilo de Futebol, fazendo-os interagir e entender diferenças históricas, conhecimentos específicos, regras e muito mais informações relacionadas a esta modalidade esportiva.

É bom salientar que o trabalho dará enfoque tanto ao lado da capacidade competitiva quanto ao lado recreativo levando, assim, os praticantes a desenvolverem uma postura humana e social de acordo com a realidade em que vivem.

FORMAÇÃO DAS TURMAS

Serão duas turmas formadas por 20 (vinte) alunos cada, tanto para a Escolinha de Futsal e como para a de Futebol. Os alunos serão distribuídos por categoria e mediante observação de carências demonstradas, para que, juntos, ajudem-se, uns aos outros, ao longo do desenvolvimento das atividades das aprendizagens esportivas.

Ressaltando que a formação das turmas será baseada de acordo com as normas vigentes da instituição, como por exemplo: os horários da manhã e da tarde serão destinados à infância, nas terças e quintas-feiras, e à juventude, nas quartas e sextas-feiras.

METODOLOGIA

O Projeto Social Meninos do Nordeste acontecerá durante a semana (segunda a sexta-feira), inicialmente, nos turnos da manhã e da tarde, cada uma com suas atividades específicas considerando o desenvolvimento motor das crianças, regras, fundamentos do esporte, mudanças atitudinais, hábitos saudáveis e respeito ao próximo.

O Projeto buscará parcerias para a promoção, sempre que necessária de eventos extras, aos finais de semana (gincana esportiva, festas, palestras etc.), com o intuito de contribuir com a formação dos participantes do projeto e ampliar ainda mais a sua função social junto à comunidade e instituições parceiras.

Distribuição dos Horário das Turmas

A seguir, um resumo da distribuição das atividades das escolinhas.

Turmas/Horários	Meses e Atividades 2011
	Ano todo
	2ª e 6ª feiras
08:00 – 11:30	Futebol/Futsal
15:00 – 17:30	Futebol/Futsal

Tabela 1.

ORÇAMENTO DO PROJETO

Recursos Materiais

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
20	Bolas de Futsal Masculina	80,00	1.600,00
20	Bolas Futebol Campo Masculina	160,00	3.200,00
04	Redes Futsal	80,00	320,00
04	Redes Futebol de campo	125,00	500,00
80	Coletes Futsal	15,00	1.200,00
104	Coletes Futebol	15,00	1.560,00
06	Bombas	25,00	150,00
06	Pitos	45,00	270,00
03	Apito Profissional	50,00	150,00
04	Prancheta	18,00	72,00
01	Prancheta magnética	100,00	200,00
20	Sinalizadores	16,50	330,00
Valor Total		729,50	9.552,00

Tabela 2 – Materiais de apoio às atividades.

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
08	Luva para goleiro	75,00	600,00
18	Caneleira	16,00	288,00
10	Bolsa Térmica	69,50	695,00
04	Garrafa Térmica 5 Lt	40,00	160,00
04	Bolsa para viagem material	200,00	800,00
Valor Total		400,50	2.543,00

Tabela 3 – Materiais de uso individual.

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
06	Participação em eventos (campeonatos e seminários da área)	400,00	2.400,00
02	Inscrição em eventos	300,00	600,00
04	Uniforme de eventos	1200,00	4.800
04	Uniforme de treinamento	600,00	2.400,00
Valor Total		2.500,00	10.200,00

Tabela 4 – Material para farmacêutico.

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Pedagogo/Coordenação (01 x 10 meses x 2.200,00)	2.200,00	22.000,00
02	Assistentes Administrativos	728,00	7.280,00
02	Estagiários de Educação Física	400,00	4.000,00
01	Apoio contábil	728,00	7.280,00
01	Encargos	1.800,00	18.000,00
Valor Total		5.856,00	58.560,00

Tabela 5 – Recursos Humanos.
*Contrapartida das instituições parceiras (UNEB, Prefeitura, Clínicas e Hospitais Públicos e Privados).

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
06	Participação em eventos (campeonatos e seminários da área)	400,00	2.400,00
02	Inscrição em eventos	300,00	600,00
04	Uniforme de eventos	1200,00	4.800,00
04	Uniforme de treinamento	600,00	2.400,00
Valor Total		2.500,00	10.200,00

Tabela 6 – Recursos Financeiros (Outras despesas de Manutenção das Atividades).

Quantidade	Atividade	Valor Unitário	Valor Total
03	Aluguel de Veículos (ônibus)	2.000,00	6.000,00
12.800	Passes (80 alunos x 2 dias x 02 passes por dia x 2,60 x 4 semas x 10 meses)	2,35	30.008,00
05	Viagens Extras	2.000,00	10.000,00
Valor Total		4.002,35	46.008,00

Tabela 7 – Despesas com Deslocamentos.

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Computador completo com multimídia	1.680,00	1.680,00
01	Impressora multifuncional	380,00	380,00
10	Cartuchos de Impressão - pretos	38,00	380,00
10	Cartuchos de Impressão - coloridos	45,00	450,00
	Quadro Branco de parede	90,00	90,00
10	Pincéis para Quadro Branco	2,00	20,00
Valor Total		2.235,00	3.000,00

Tabela 8 – Equipamentos.

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Materiais de apoio às atividades	729,50	9.552,00
01	Materiais de uso individual	400,00	2.543,00
10	Material para farmacêutico	105,64	1.023,89
10	Recursos Humanos	5.856,00	58.560,00
	Recursos Financeiros (Outras despesas de Manutenção das Atividades)	2.500,00	10.200,00
10	Despesas com Deslocamentos	4.002,35	46.008,00
	Equipamentos	2.235,00	3.000,00
Valor Total		15.828,49	120.686,89

Tabela 9 – Resumo das despesas.

PARCERIAS

Nossa parceria objetiva, além de oferecer um serviço voltado para o bem-estar da comunidade, gerar na área esportiva desenvolvimento e oportunizar uma aglutinação dos membros dessa comunidade, em busca de fortalecer as ações da mesma.

• **Investimento da Instituição:** A instituição se obrigará a deixar disponível, nos horários de aula, as quadras, bem como permitir a utilização do banheiro e bebedouro, sabendo que os seus alunos estagiarão no projeto, ganhando assim mais experiência e sendo sempre orientados por profissionais qualificados.

• **Investimento dos patrocinadores:** Cabe aos patrocinadores custear a equipe que coordenará este projeto (Pedagogo (1); Professores de Educação Física (2); bem como, garantir o material didático para as aulas (bolas, cones, coletes, cordas, arcos, elásticos, bombas de ar etc.)) e destinar ainda um valor mensal (a ser definido com a Coordenação do Projeto) para gastos extras, como por exemplo: computadores, internet, uma sala, água, material de escritório, deslocamentos.

REFERÊNCIAS

SILVA, Marcelo “Jabu” B. da et al. **ONG: e a atividade física: a cidadania entrando em campo.** São Paulo: CENPEC, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

TEIXEIRA, Elias Crispim; GOMES, Deivid. Projeto Social Meninos do Nordeste. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 206-211, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Proposta de desenvolvimento sustentável para o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima

Ana Paula Soares dos Santos¹
Hélia Maiara Nery Amorim²

¹Aluna do Curso de Pós Graduação Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Médica Veterinária. E-mail: apsoaress@gmail.com.

²Aluna do Curso de Pós Graduação Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Engenheira Agrônoma. E-mail: heliaamorim@hotmail.com.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar problemas e propor soluções para o desenvolvimento sustentável do Projeto de Assentamento (PA) Nossa Senhora de Fátima, localizado no município de Petrolina-PE. O PA foi criado pelo INCRA através da Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR-29, para o assentamento de 80 famílias de trabalhadores rurais em uma área total de 3.786,4074 ha, sendo que cada lote familiar ficou com 33,17 ha para produção. O assentamento passa por um processo de estruturação produtiva, com a necessidade de implantação de novas tecnologias no auxílio da sustentabilidade do projeto, considerando o campo sociocultural como uma das prioridades na busca pela independência dessas famílias, sendo necessária a realização de atividades educativas e de entretenimento que estimulem o cooperativismo e associativismos na busca pelo empreendedorismo na produção e comercialização dos produtos por eles produzidos e beneficiados.

Palavras-chave: Projeto de assentamento; Reforma agrária; Desenvolvimento sustentável.

Proposal for Sustainable Development for the Nossa Senhora de Fátima Settlement Project

ABSTRACT

This study aims to identify problems and propose solutions to the sustainable development of the Settlement Project Nossa Senhora de Fátima, located in Petrolina-PE. The SP was created by INCRA through the Regional Superintendent of the middle São Francisco - RS-29, for the settlement of 80 families of rural workers in a total area of 3786.4074 ha, each family lot got 33.17 ha for production. The settlement goes through a productive structuring process with the need to implement new technologies in aid of the sustainability of the project, considering the socio-cultural field as a priority in the quest for independence of these families, being necessary to carry out educational activities and entertainment that encourage cooperative and associations in the pursuit of entrepreneurship in the production and marketing of processed products produced by them.

Keywords: Settlement project; Land reform; Sustainable development.

INTRODUÇÃO

Visando a Recuperação Ambiental do Projeto de Assentamento (PA) Nossa Senhora de Fátima, no município de Petrolina/PE, foram realizados estudos socioeconômicos e ambientais tendo como base a Legislação Ambiental, notadamente a resolução CONAMA 458 de 16 de julho de 2013, que estabelece os critérios para a elaboração do Plano de Recuperação de Assentamentos Rurais em Áreas de Reforma Agrária.

As intervenções técnicas aconteceram de forma democrática, adotando metodologias participativas, por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Na prática, isso se traduz na facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar as soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos. Esta metodologia deve permitir também a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas para situações semelhantes em diferentes contextos (MANUAL..., 2010).

Esse trabalho foi elaborado para garantir que o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima alcance níveis desejados de desenvolvimento, a curto ou médio prazo. As metas devem refletir iniciativas do poder público para correção dos impactos resultantes do assentamento de famílias na área, com geração de emprego e renda, sob a égide do desenvolvimento rural sustentável.

OBJETIVO

Identificar problemas e propor soluções para o desenvolvimento sustentável do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, localizado no município de Petrolina-PE.

JUSTIFICATIVA

Esse estudo foi elaborado para a realidade em que vivem os beneficiários da área, compreendendo aspectos socioeconômicos e ambientais a fim de construir uma proposta para seu desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo. Assim, tem como finalidade proporcionar o aumento da produção, gerar empregos e aumentar a renda familiar, dando melhores condições de vida e cidadania aos componentes desse assentamento de forma sustentável.

Os trabalhos de pesquisa e elaboração de propostas foram realizados em conjunto com os beneficiários da área, respeitando os seguintes pontos:

- Levantamento das necessidades dos assentados;
- Planejamento das ações a serem implantadas;
- Diagnóstico da situação atual do assentamento;
- Apresentação da Proposta;

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

O procedimento metodológico utilizado foi o levantamento e análise quantitativa e qualitativa da realidade quanto à infraestrutura fundiária, da produção social do Assentamento, mediante coleta de dados, obtidas através de entrevistas, realização de oficinas e reconhecimento territorial, através de caminhadas transversais, com a participação das famílias assentadas no sentido de subsidiar o diagnóstico político, social, econômico e ambiental do Projeto de Assentamento.

A colaboração e cooperação entre pesquisadores e assentados foram fundamentais para a identificação dos problemas e elaboração de proposta de melhorias. Assim, a metodologia para a elaboração deste documento foi baseada no Manual Operacional de ATES (MANUAL..., 2010).

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

Etapa 1: Realização de reuniões direcionando o planejamento inicial, para conhecimento da realidade de cada assentamento;

Etapa 2: Aplicação de questionários socioeconômicos, para o levantamento das atividades na área produtiva, social e ambiental, por meio dos quais são analisados os elementos de produção, psicossociais, de subsistência, e o uso consciente dos recursos naturais, montando um perfil para cada unidade do assentamento, como também, criando estratégias de atividades coletivas para o crescimento da comunidade;

Etapa 3: Construção de projetos que viabilizem a produção e criação de cada beneficiário, capacitando-os com cursos para que a comercialização dos produtos obtidos seja feita de forma correta, garantindo o lucro e incentivando a formação de grupos produtivos formados por mulheres;

Etapa 4: Apresentação da proposta.

DESENVOLVIMENTO

O Assentamento Nossa Senhora de Fátima está localizado na Mesorregião do São Francisco, Microrregião de Petrolina, no município de Petrolina-PE. O acesso se dá pela BR-407, no sentido Petrolina-Afrânio, virando à esquerda acesso no km 91. Para chegar à sede do Assentamento, percorre-se mais 10 km por uma via rural não pavimentada. Em nível territorial, localiza-se a 50 km da sede de Petrolina-PE, a 56 km de Juazeiro-BA e a 800 km de Recife-PE.



Figura 1: Delimitações do Assentamento Nossa Senhora de Fátima - Área Georreferenciada: Latitude: -9° 06' 25,25" Longitude: -40° 44' 11.06"

Diagnóstico da área do projeto de assentamento

• Vegetação

A área do assentamento está inserida no Bioma Caatinga e foi possível observar que a vegetação sofreu profundas alterações na fisionomia vegetal em consequência da exploração sem controle técnico. Contudo, existe ainda grande número de remanescentes da vegetação primitiva. A formação vegetal encontrada corresponde a caatinga hiperxerófila, pouco densa, de porte arbustivo sendo encontradas as seguintes plantas de porte arbóreo: *Anadenant colubrina* (Angico); *Aspidosperma pyrifolium mart* (Pereiro); *Cereus jamacaru DC* (Mandacaru); *Commiphora leptophloeos* (Umburana de Cambão); *Cnidoscolus phyllacanthus* (Faveleira); *Melocactus bahiensis* (Coroa-de-frade); *Minose hostilis benth* (Jurema Preta); *Myracrodruon urundeuva* (Arueira); *Schinopsis brasiliensis benth* (Braúna); *Spondia tuberosa* (Umbuzeiro).

Durante as visitas foi possível verificar pelo depoimento de agricultores que algumas famílias dentro do projeto de assentamento estão explorando a madeira da Caatinga nativa e produzindo carvão sem licença ambiental, portanto, de forma proibida e sem o devido controle dos órgãos competentes, ação essa que é realizada por alguns moradores e que pode vir a prejudicar toda a associação PA Nossa Senhora de Fátima. Contudo fica clara a necessidade de desenvolver capacitações que estimulem o conhecimento acerca das regras ambientais para o desenvolvimento sustentável do PA e elaboração de um projeto de licenciamento ambiental para a produção de carvão vegetal de forma legal e correta, sem prejudicar o meio em que vivem esses agricultores. Salientamos que foi conversado e demonstrado com clareza, em reunião com os assentados, que essa prática é ilegal e que prejudica o ambiental no qual vivem essas famílias.

As áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente já foram averbadas e destinados 779,3440 ha e 102,1324 ha respectivamente, porém, devido ao extrativismo

vegetal que ocorre no PA, será necessário fazer a revitalização dessas áreas, incluindo a reposição de mudas de plantas endêmicas da caatinga, trabalho esse que deve ser mais intensivo nas Áreas de Preservação Permanente – APP.

• Fauna

Colhendo informações dos assentados foi possível constatar que as espécies zoológicas encontradas no assentamento são as mesmas que representam o bioma caatinga, sendo eles: Mocó, Preá, Tatu-peba, Cutia, Gambá, Sapo-cururu, Camaleão, Calango, Cobras (cascavel, jararaca e coral), Abelhas (Mandaçaia, Cupira, Tubiba, Arapuá, Enxus e Apís), Aves (Sabiá, Coruja, Juriti, Codorna, Xureu, Xofreu, Papagaio, Gavião, Socó, Carcará e Seriema).

Desde que os agricultores chegaram ao assentamento, a quantidade destes animais vem se reduzindo muito devido à caça predatória realizada tanto pelos assentados como por caçadores externos.

• Solo

No PA Nossa Senhora de Fátima predominam os Planossolos com 94,42% de toda a área do projeto. A segunda classe de solos dominante no PA é o Neossolo Litólicos com aproximadamente 5,57%.

São utilizados como unidade de produção 2.653,8204 ha no assentamento, que foram parceladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com tamanho médio de 33,17 ha por lote, para cada família assentada.

Quase todos os assentados chegaram à área nas mesmas condições, passando pelos mesmos problemas. O acesso ao recurso do fomento veio como uma solução para os desafios iniciais: começar a trabalhar com animais no assentamento. Sendo assim os agricultores investiram na aquisição de caprinos, ovinos, bovinos e aves, sendo que cada assentado recebeu a mesma quantidade de animais, com o passar do tempo alguns procuraram preservar e até adquirir mais, enquanto que outros passaram a consumir o que receberam.

Com a escassez de chuvas e sem conseguir permanecer com esses animais, a maioria dos produtores tiveram que se desfazer das suas criações. Porém, mesmo com a venda, ainda é possível ver o potencial do assentamento para produção animal. O estoque forrageiro não é feito por essas famílias, o que agrava ainda mais a produção em períodos de seca, pois terminam repassando seus animais a preços abaixo do valor praticado no mercado.

As culturas trabalhadas são destinadas para o sustento animal como palma e capim e outras de subsistência como milho, feijão, melancia e abóbora. O plantio é feito a depender da disponibilidade de chuvas, já que os reservatórios atualmente estão sendo usados apenas para a alimentação animal, sendo em alguns casos necessária a compra de carros pipas para complementar o abastecimento animal. A carência no fornecimento de água é mais agravante devido às más condições que se encontram

os reservatórios, barragens e barreiros que precisam urgentemente de reformas e ampliações para que o projeto de assentamento consiga dar desenvolvimento para essas famílias.

• Disponibilidade de Água

A água disponível para consumo humano é obtida através do Rio São Francisco, onde a mesma recebe o devido tratamento, feito pela empresa COMPESA (COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO), porém os agricultores reclamam que a quantidade de água disponibilizada não está sendo suficiente para suprir as necessidades das famílias que vivem no PA.

A propriedade possui um bom potencial hídrico, é entrecortada por dois riachos (Jardim e Maçaroca), sua maior parte, em torno de 70%, forma uma bacia de captação das águas de chuvas, possui aproximadamente 30 km de riachos que, em sua maioria, convergem para o mesmo ponto. Nas imediações deste ponto existem cinco barragens e cinco poços artesianos.

Os reservatórios possuem capacidade para armazenar um volume de água bastante expressivo. No entanto, há uma grande perda por evaporação devido à insolação e velocidade do vento. Soma-se a isso a escassez de chuvas, que provoca um déficit hídrico da ordem de 1.600 a 1.800 mm/ano. Além disso, a tecnologia empregada na construção das barragens é pouco recomendada para regiões com estas características, porque resulta em barragens rasas com grande espelho de água exposto ao sol, contribuindo desta forma para perda de água por evaporação.

É importante ressaltar que as barragens apresentam vazamentos pelas paredes e estão assoreadas, problemas esses causados ao longo dos anos devido à falta de manutenção. É imprescindível a impermeabilização nos maciços, caso isso não ocorra todo o volume de água será desperdiçado após o período chuvoso. No assentamento existem cinco poços artesianos e 80 cisternas individuais, instaladas nas residências, com capacidade de armazenar 5.000 litros de água e duas cisternas coletivas com capacidade de armazenar 251,41m³ de água captada da chuva pelos telhados da casa (Associação) e armazéns desativados.

Apesar do grande potencial hídrico do PA, a água ainda é um fator limitante já que os meios utilizados para armazená-la em épocas de estiagem não estão funcionando com capacidade necessária para abastecer a população que precisa desse bem natural para produzir e, assim, sobreviver no semiárido.

Ainda é possível a construção de outras barragens ao longo dos riachos e a perfuração de poços artesianos em ramais instalados nas entradas dos lotes produtivos, para que fossem instalados bebedouros para os animais no local. Essa é uma solicitação feita pela maioria dos assentados. No PA existem dois poços tubulares cujas vazões somadas chegam a 6,0 m³/hora.

Diagnóstico do meio social, econômico e cultural

• Histórico do Projeto de Assentamento

O assentamento Nossa Senhora de Fátima é composto por 80 famílias de agricultores, a emissão de posse da área foi feita no dia 12 de fevereiro de 2003 e a criação do PA foi feita no dia 20 de fevereiro de 2003. A maioria da população é oriunda de várias regiões do Nordeste, principalmente do semiárido, sendo a grande maioria dos municípios que ficam em torno do assentamento, principalmente de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. São pessoas de origem rural, que saíram do campo para as cidades, onde acumulam experiência nos trabalhos com a agricultura.

As 80 residências e a casa sede da Associação possuem circuito monofásico de energia. Só existe energia monofásica em 40 unidades de produção. O imóvel rural é resultante da desapropriação de uma propriedade, feita pelo INCRA. Os agricultores chegaram ao assentamento através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina sob a liderança da FETAPE.

O apoio recebido pelos produtores vem através de instituições públicas, que têm como perfil de trabalho a execução de ações estruturantes e de inclusão produtiva para incentivar a independência financeira desses assentamentos, capacitando-os para dar sustentabilidade às áreas de produção.

• População e Organização Social

Os assentados são representados pela Associação do Assentamento, pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores de Petrolina) e pela FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco).

A associação tem 80 associados, as assembleias ordinárias são realizadas no primeiro domingo de cada mês, sendo que a depender da necessidade da comunidade são feitas reuniões extraordinárias.

Foi possível perceber que há divergência em relação às ideias para melhorias do assentamento. Uma possível explicação seria devido a faixas etárias dos presentes no PA, os agricultores mais experientes estão encarando com mais receio, o que os diferencia dos mais jovens, que já encaram com menos medo as expectativas de melhorias nos projetos de assentamentos. Na busca pelo equilíbrio de ideias terão que ser realizados trabalhos direcionados para estimular o espírito empreendedor dos assentados, garantindo a sustentabilidade da comunidade e dando a real independência ao assentamento.

A falta de organização e efetiva participação dos seus associados dá margem para que não seja feita a prestação de contas da associação, já que a maioria dos seus associados não contribui financeiramente com a associação, fazendo com que o/a presidente custeie as despesas relacionadas a deslocamentos para solucionar problemas do assentamento.

A proposta de formação de uma associação, por ser geralmente estranha à prática política dos assentados, suscita a reflexão coletiva sob diversos planos, fazendo aparecer à consciência a sua razão de ser. É preciso, contudo, que os assentados lidem com alternativas de se atribuir uma representação política e um projeto coletivo (NEVES, 1997).

A média de 3,3 pessoas por residência é distribuída da seguinte forma:

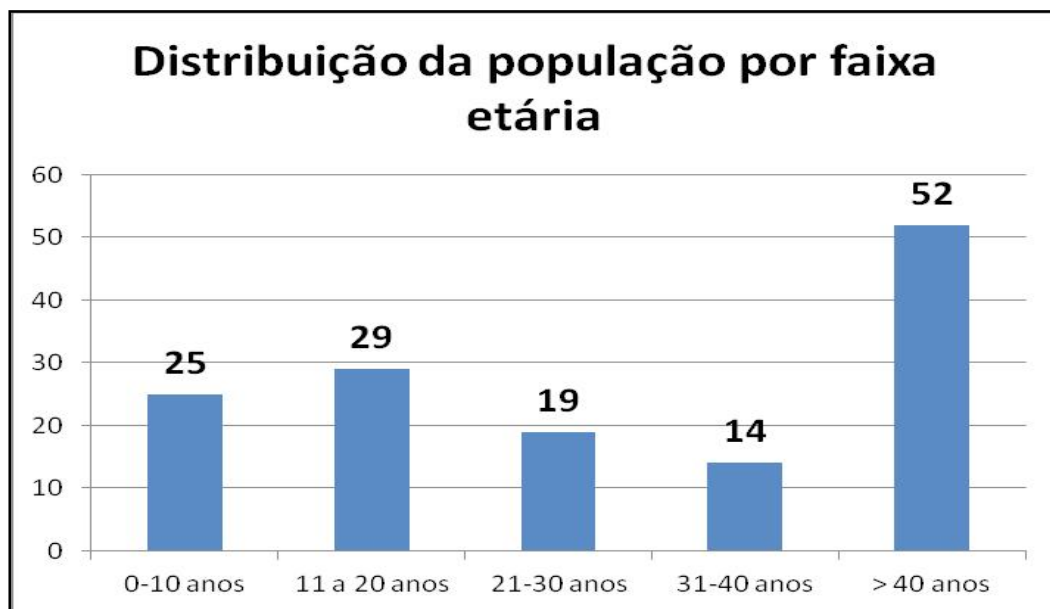


Gráfico 1:
Faixa etária da população do assentamento Nossa Senhora de Fátima - 2014

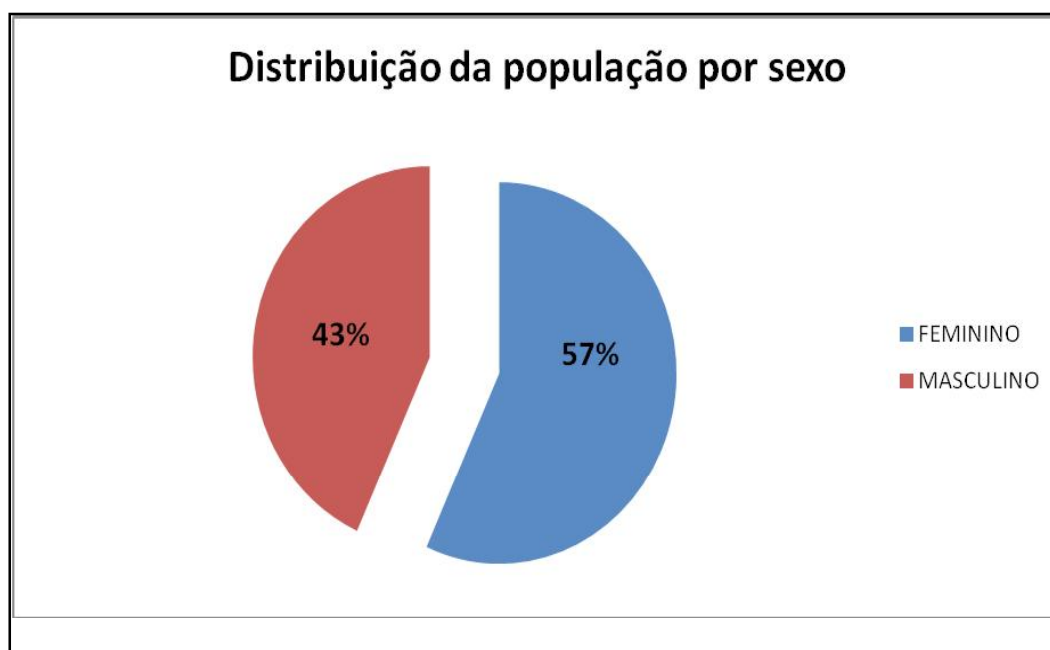


Gráfico 2:
Distribuição da população por sexo no PA Nossa Senhora de Fátima - 2014

Estes dados demonstram claramente a necessidade de se considerar o público feminino como alvo nas abordagens em relação às políticas públicas pensadas para o assentamento, já que quase mais de 50% da população é representada por mulheres.

Há uma necessidade de considerar a dinâmica populacional de forma crescente e que atividades produtivas atendam os adultos atuais, mas também as próximas gerações que serão as novas famílias nos próximos anos. O assentamento já tem formado um grupo de jovens que vem tentando se organizar para conseguir mais recursos para o PA, trabalho esse que deve ser valorizado pela comunidade, porque garante a participação de todos na resolução dos problemas. São mais mentes pensantes na busca pela melhoria, o que encoraja o homem do campo a permanecer na sua terra e essas são ações incentivadas pelo governo federal.

• Sistemas Produtivos

A agropecuária é o principal meio de subsistência do assentamento e os sistemas produtivos são divididos em criação de caprinos, ovinos, bovinos e aves. A produção de hortaliças também é explorada no PA através de uma horta coletiva presente no local. A implantação foi realizada através de uma parceria feita com a prefeitura de Petrolina, que tinha como intuito comercializar a produção (hortaliças) com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. No momento ela está iniciando os trabalhos de revitalização, já que a mesma estava desativada por conta de conflitos entre os responsáveis pelos trabalhos de manutenção da horta.

Os sistemas produtivos ainda são classificados como iniciais já que a área produtiva é bem pequena e explorada apenas para a subsistência dos assentados. Isso devido à escassez de água nos lotes produtivos, a luta contra a seca tem incentivando essas famílias a buscarem trabalho fora do assentamento, principalmente nas fazendas produtoras de uva e manga do Vale do São Francisco, áreas essas irrigadas, para tentar complementar a renda familiar. Essas atividades fora do assentamento implicam na falta de tempo para produzir dentro do PA.

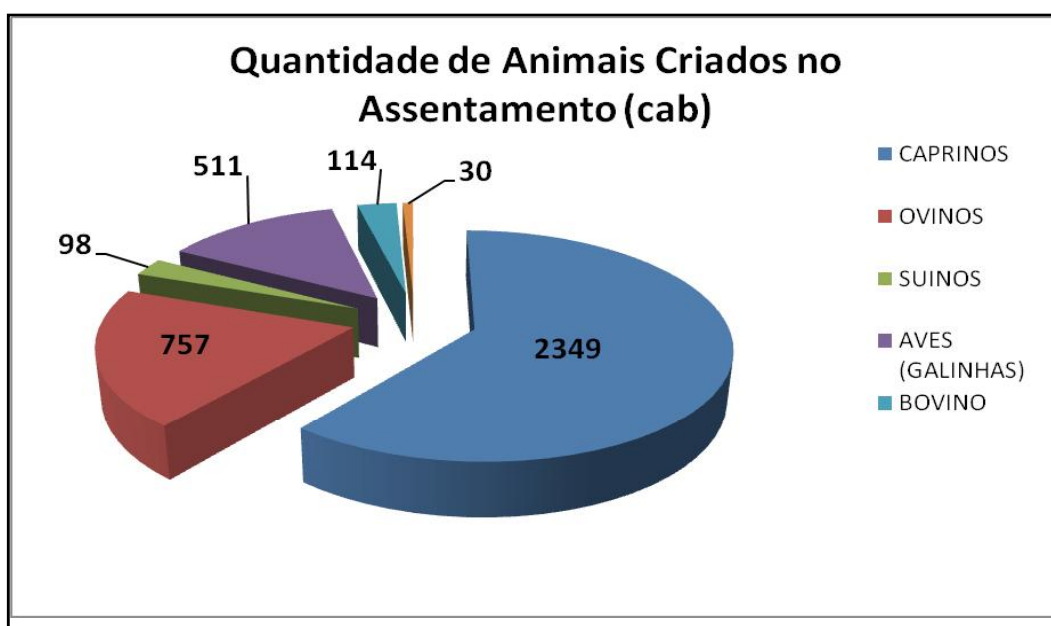


Gráfico 3: Distribuição das criações de animais no assentamento

Como a sobrevivência dessas famílias é oriunda na sua maior parte da comercialização de animais, investimentos na pecuária devem ser vistos como prioridade no assentamento. A alimentação desses animais deve ser priorizada nos investimentos; capacitações em educação ambiental junto a práticas de estocagem de alimentos serão de grande importância para o aprendizado desses trabalhadores em conviver e produzir no clima semiárido.

• Crédito

Segundo os assentados, os créditos aos quais eles tiveram acesso foram os individuais de instalação nas modalidades Fomento e Aquisição de Material de Construção.

A maioria dos produtores do PA Nossa Senhora de Fátima também teve acesso ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na modalidade A, que é um investimento para a estruturação da propriedade; o valor foi utilizado para compra de animais e implantação de áreas de pastagens.

Recentemente os assentados tiveram acesso ao PRONAF na modalidade Estiagem, com um valor de R\$ 12.000,00 que foi usado para reforma das cercas nas áreas de produção, implantação de pastagem e compra de maquinário (forrageira) para a produção da alimentação animal.

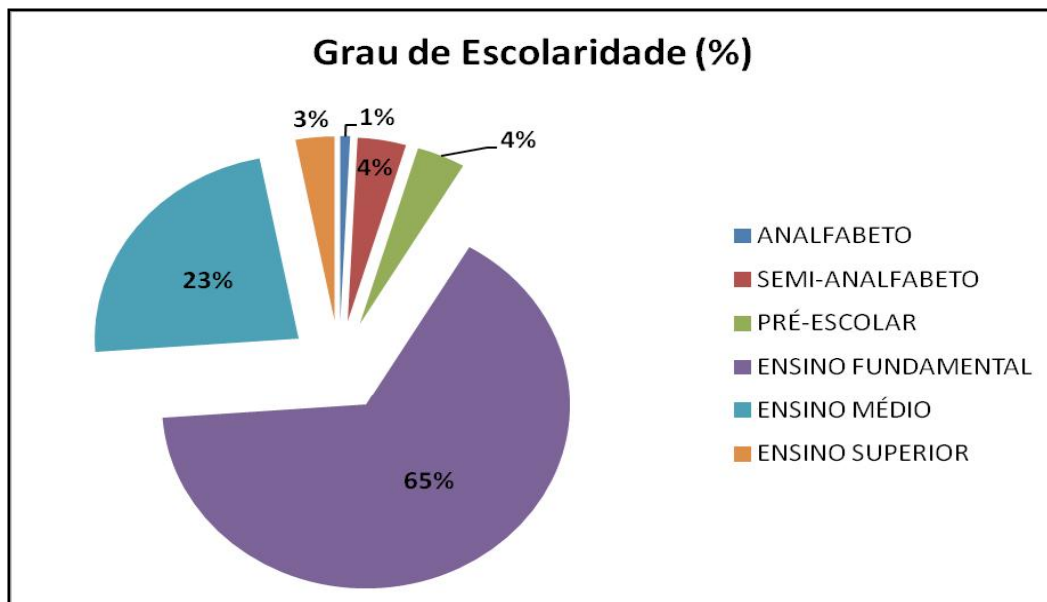
Algumas mulheres do assentamento estão iniciando o processo para inserção nas modalidades: a) Fomento Mulher, cujo valor será de R\$ 3.000,00, a ser usado para a implantação e criação de galinha caipira e produção e comercialização de polpa de fruta, visando promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade de gênero no meio rural; e b) Adicional Fomento, que se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e ao fortalecimento do processo de geração de excedente produtivo.

A comunidade do assentamento vem mostrando seu perfil empreendedor com a comercialização do artesanato e a produção de polpa de fruta, além de vislumbrar a médio prazo estarem explorando o turismo rural, tornando o programa de fomento Terra Sol um incentivo à realização desses objetivos, mais precisamente através da Unidade de Beneficiamento do Umbu e a elaboração de projetos com foco no turismo rural.

• Educação

No assentamento não existem escolas em funcionamento, os estudantes do pré-escolar ao ensino fundamental são direcionados a Rio Jardim, um ônibus escolar disponibilizado pela Prefeitura faz o transporte dos estudantes do PA à escola. Da mesma forma acontece com os estudantes do segundo grau que são direcionados para a escola na comunidade de Pau Ferro, que é distrito de Petrolina. Segundo informação dos moradores do assentamento, as instalações das escolas foram classificadas como boas, as mesmas pertencem ao município da cidade com parceria com o governo do estado de Pernambuco.

Gráfico 4: Distribuição pelo grau de escolaridade dos assentados



Dentro do Assentamento Nossa Senhora de Fátima foi instalado um programa federal chamado Arca das Letras, cujo intuito é incentivar a leitura no PA, porém, foi possível perceber que no momento o programa está parado, não tem agentes de leitura e a maioria dos moradores não soube explicar qual o intuito daquele programa, demonstrando com clareza a falta de compromisso com o incentivo à leitura (trabalho esse que seria de grande valia para os jovens que residem no assentamento).

• Saúde

Assim como as escolas, o atendimento médico é na comunidade de Pau Ferro, pois no PA não há posto de saúde, os assentados informaram que não há agente de saúde na comunidade e nem distribuição de medicamentos. Dessa forma algumas famílias utilizam medicamentos alternativos, principalmente fitoterápicos, mas não existe no assentamento cultivo de plantas medicinais – Farmácia verde coletiva.

• Saneamento

Não há saneamento básico na vila, o que se encontram nas residências são fossas sépticas. Como agravante não está acontecendo a coleta de lixo doméstico no PA, sendo assim os moradores queimam o lixo produzido em suas residências, algo feito de maneira bastante primitiva e que dá margem para a proliferação de micro-organismo patogênicos.

• Cultura e Lazer

Não há áreas projetadas para o lazer dos moradores, a infraestrutura se torna carente nesse aspecto. Há um rústico campo de futebol no assentamento que propicia uma atividade recreativa. As mulheres não participam de nenhuma atividade de lazer na comunidade.

O assentamento tem em sua programação anual a festa de vaqueiros, um evento tradicional que atrai várias pessoas para conhecer a comunidade. Na ocasião são apresentadas ao público os trabalhos realizados no PA, como o artesanato produzido na própria comunidade: rendas, doces e geleias artesanais, pinturas e trabalhos em caruá, palha de milho e fibra de bananeira. O festejo conta ainda com comidas típicas, corrida de argolinhas, pega de boi e a tradicional missa do vaqueiro.

Ações propostas

• Infraestrutura

a) Reforma da Associação e construção de quadra esportiva

Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos, orientando os moradores da importância da organização coletiva, incentivando a participação de outros assentamentos na obtenção do entretenimento como forma de desenvolvimento da gestão social, garantindo o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias.

b) Sinalização das vias que dão acesso aos lotes produtivos e instalação de um poço artesiano em cada entrada do lote produtivo

O acesso aos lotes produtivos ainda é uma questão a ser resolvida com bastante urgência, em especial constatamos que em cinco áreas produtivas o acesso só é feito a pé por falta de estrutura que possibilite a entrada de motos ou carros. Dificuldade essa que deve ser resolvida com a estruturação e formação de vias de acesso aos lotes. A água ainda é fator determinante na produção de animais. Sabendo-se da dificuldade enfrentada no PA e o clima da região semiárida, é necessária a implantação de um poço artesiano em cada lote produtivo ou em ramais que possam conciliar dois ou mais lotes próximos um ao outro, para que possam ser colocados bebedouros para o uso animal, ação essa que visa minimizar os efeitos do clima nos animais.

c) Reforma e estruturação da casa para ser utilizada como pousada

Com intuito do desenvolvimento do turismo rural no assentamento, os moradores buscam transformar a casa sede, que já possui uma estrutura física bem instalada, em um hotel ou pousada para receber essas pessoas, que buscam o entretenimento junto à natureza, na prática de esportes. A formação de uma trilha ecológica, benfeitoria essa que será realizada em parcerias com instituições que incentivam o ecoturismo em assentamentos da reforma agrária.

d) Elaboração do projeto de saneamento básico para o assentamento

A saúde está intimamente ligada à questão de higiene. Levando-se em consideração o fato de o assentamento não ter saneamento básico, isso agrava mais ainda as condições mínimas de tratamento da saúde como uma prioridade. Além disso, o lixo produzido nas residências tomam destinos inaceitáveis para as boas práticas ambientais, pois esse material na maioria das vezes é queimado de forma primitiva nas

próprias residências dos agricultores, já que no assentamento não há coleta de lixo disponibilizada pela Prefeitura.

As residências dos moradores apresentam fossas sépticas que em períodos de chuvas podem encher e provocar vazamentos trazendo transtorno e desconforto e até mesmo contaminação por agentes patológicos aos moradores. Em médio prazo será necessário construir um sistema de saneamento básico de esgoto mais eficiente, que possa trazer aos assentados mais saúde e uma destinação mais eficaz para o lixo produzido no assentamento, prioridade essa que deve ser feita com uma parceria com a prefeitura da cidade sede.

e) Parceria com a Prefeitura da cidade com intuito de fornecer o serviço de saúde, educação e segurança

Com o intuito de fortalecer as áreas da saúde e educação, parcerias feitas entre a prefeitura e o Nossa Senhora de Fátima seriam de suma importância levando em consideração que o assentamento está localizado próximo ao distrito de Pau Ferro e Rio Jardim, localidades que apresentam uma estrutura de posto de saúde e escolas de qualidade regular. A continuidade do transporte dos estudantes do PA até a escola deve ser visto como uma prioridade com a parceria entre a prefeitura da cidade.

O incentivo a melhorias nesses setores como forma de ampliação da estrutura física, reservando uma porcentagem das vagas para as famílias dos assentados, é uma forma de diminuir os entraves para essa comunidade.

• Programa Produtivo

- a) Organizar a produção em quatro sistemas produtivos;
- b) Ampliar a área produtiva com forrageiras e culturas de ciclo curto;
- c) Aquisição de aves (pintos, galinhas e galos) e aquisição de Matrizes e reprodutores ovinos e caprinos;
- d) Construção de aviários individuais;
- e) Implantação de áreas de pastagem;
- f) Reforma das barragens e barreiros;
- g) Perfuração de poço artesiano nos lotes produtivos para abastecimento animal;
- h) Obtenção de subprodutos da produção de alimentos: biofertilizantes, compostagem e vermicompostagem, produtos esses que serão usados no controle de doenças nas hortas e melhoria conservação do solo;
- i) Reforma do aprisco coletivo, compra de equipamentos como máquina forrageira, construção de depósito para ração e medicamentos, reservatório para captação

de água da chuva junto a um cimentado com 400m² com dupla finalidade: desidratação de forragem para conservação e captação da água da chuva;

j) Seguindo uma proposta da comunidade, eles anseiam pela instalação de um abatedouro para caprinos e ovinos no próprio assentamento, projeto esse que poderá usar o programa Terra Sol para elaborar o plano de negócio que mostre a viabilidade do projeto no assentamento;

k) Construção de unidade de beneficiamento do umbu:

A produção de polpa de fruta dentro do assentamento já é realizada por um grupo de 20 mulheres, trabalho esse que é feito na própria residência das assentadas, beneficiando 20 famílias diretamente e 60 indiretamente. Como não há o cultivo de frutíferas em escala comercial no assentamento, essas mulheres compram as frutas que são produzidas no Projeto de Irrigação Nilo Coelho, trabalho esse que tem como intuito a comercialização com Programa de Aquisição de Alimentos. Isso é realizado fora da safra do umbu, que é o principal foco de beneficiamento de frutas desse grupo. O desejo pela unidade de beneficiamento do umbu foi visto por essas mulheres como meio de valorização do esforço realizado por elas, que buscam melhorias na qualidade do produto vendido seguindo todas as normas discriminadas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para o beneficiamento de frutas.

• Programa Social e de Gestão

a) Treinar liderança em termos gerenciais com vistas a uma organização e gestão eficaz;

b) Curso de Cidadania;

c) Capacitar e estruturar a associação para comercializar nos mercados regionais e feiras livres (Mercado e Comercialização);

d) Curso de formação sobre Associativismo e Cooperativismo;

e) Conscientizar a comunidade quanto ao bom uso e manutenção da infraestrutura, bem como a preservação dos recursos existentes;

f) Reunião com ênfase no Programa de Aquisição de Alimento – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

g) Curso de produção manejo de caprinos e ovinos;

h) Curso de produção de galinha caipira;

i) Curso instalação e manutenção de Hortas orgânicas com hortaliças e plantas medicinais;

j) Curso com ênfase na manutenção do quintal produtivo (Agroecologia);

k) Curso produção e manejo de cultivos de subsistência;

l) Capacitação para produção de artesanato;

m) Capacitação em ecoturismo (Turismo Rural);

n) Treinamento sobre Área de Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e Riscos Ambientais.

• **Programa Ambiental**

a) Replanteio de mudas de plantas do bioma caatinga;

b) Trabalhos de conscientização ambiental;

c) Trabalhos direcionados para a agricultura orgânica;

d) Ações mitigadoras dos impactos ambientais causados pela agricultura;

e) Implantação de horta orgânica para produção de hortaliças e plantas medicinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo estando organizada em associação, a maioria dos Projetos de Assentamentos são carentes em termos de organização coletiva para poder elencar os problemas, definir prioridades e propor soluções. Nesse sentido, trabalhos como este podem ajudar na definição das ações que devem ser tomadas para a melhoria da comunidade.

Assim, os assentados poderão melhorar o trabalho em equipe, colocando no papel as ações que devem ser implementadas, aproveitando melhor os recursos que serão disponibilizados pelo governo.

REFERÊNCIAS

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MANUAL OPERACIONAL DE ATES, MDS, 2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/manuais-e-procedimentos/file/655-manual-operacional-de-ates-2010>>. Acesso em 2 dez. 2014.

NEVES, D. P. **Assentamentos rurais: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

RESOLUÇÃO N°. 458, DE 16 DE JULHO DE 2013 – Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res13/Resol458.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Ana Paula Soares dos; AMORIM, Hélia Maiara Nery. Proposta de desenvolvimento sustentável para o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 212-227, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Utilização de metodologias participativas na construção do conhecimento agroecológico na comunidade do Povoado Zanguê-SE

Francielle Rodrigues Santos¹
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira²
Mário Jorge Campos dos Santos³

Agradecimento: A todos os agricultores do povoado Zanguê em Itabaiana-SE.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar da comunidade rural do Povoado Zanguê, situado no município de Itabaiana-SE. O diagnóstico foi conduzido a partir da aplicação de um questionário e entrevistas semiestruturadas com 20 famílias representativas da comunidade. Os temas abordados foram: perfil social, educação, produção agrícola e pecuária. Os resultados indicaram que os agricultores cultivam a agricultura de subsistência como: mandioca, milho, cebola, tomate e feijão, e criação de frangos caipiras, principalmente para consumo familiar. Concluiu-se que a aplicação deste tipo de metodologia (DRP) se mostrou eficiente na identificação e caracterização das potencialidades e necessidades dos agricultores rurais, com o intuito de melhorar o planejamento agroecológico praticado na comunidade.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura familiar; Desenvolvimento sustentável.

Participatory methodologies for use in the construction of knowledge in the agroecological community of Zanzuê county - SE

ABSTRACT

The objective of the study was to conduct a socio-economic diagnosis of family farming in the rural community zone of Zanguê county, located in the of city Itabaiana - SE. The diagnosis was conducted from the application of a semi-structured questionnaire with 20 families representing the community interviews. The topics covered were: social profile, education, agricultural and livestock production. The results indicate that farmers grow subsistence agriculture such as cassava, maize, onions, tomatoes and beans, native chickens and creating mainly for family consumption. It was concluded that the application of this type of methodology (DRP), proved effective in the identification and characterization of potential and needs of rural farmers in order to improve the agroecological planning practiced in the community.

Keywords: Agroecology; Family farms; Sustainable development.

¹Médica veterinária e mestre em Sustentabilidade em Agroecossistemas pela UFS, e atua com extensão desde 2009, desenvolvendo trabalhos na área de caprinovincultura, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável para o semiárido.
E-mail: frsantos.vet@gmail.com.

²Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará. Professora do Curso de Ciências Sociais e Pró-Reitora de Extensão da UNIVASF.
E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br.

³Doutor em Ciências Florestais, Professor da UFS, e atua com extensão desde 2008, coordenando projetos na área de sistemas agroflorestais.
E-mail: mjcampos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. De acordo com Verdejo (2006), essa técnica tem sido concebida para zona rural, sendo que muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas.

Petersen e Romano (1999) comentam que é importante para utilização do DRP uma formação da equipe de organizadores (professores, técnicos, estudantes), para a formulação das hipóteses de partida, elaboração do roteiro para as entrevistas e observações, o levantamento das informações, a sistematização das informações, as análises das informações e devolução. Para esta etapa de devolução, Almassy Junior (2006) comenta que após a análise dos problemas realiza-se uma ou mais reuniões na comunidade para que os resultados do trabalho sejam debatidos com seus membros (os que participaram das entrevistas e para outras famílias que possam se interessar).

Segundo Caporal (2003), é um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias que permitam o desenvolvimento de uma prática social na qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levam a agir conscientemente sobre a realidade. Com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotam-se os fundamentos teóricos da Agroecologia como critério norteador das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural dos sujeitos envolvidos no processo.

Para Sicard (2009), a Agroecologia pode ser definida como uma ciência que estuda a estrutura e função dos agroecossistemas, tanto do ponto de vista de suas relações ecológicas como culturais. Já Francis et al. (2003) definem Agroecologia como o “estudo da ecologia integrativa de todo o sistema alimentar, abrangendo as dimensões ecológica, econômica e social”. O objetivo dos autores é ir além da visão estreita que foca nos componentes da produção agrícola e seus impactos ambientais. O sistema agrícola é um sistema aberto que interage com a natureza e com a sociedade, e este todo compõe o sistema alimentar. A sustentabilidade do sistema alimentar depende da atenção para a produção de alimentos, processamento, comercialização e consumo. Assim, o objetivo principal do DRP de acordo com Brasil (2006) é “apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, formentar um desenvolvimento sustentável”.

Portanto, o objetivo do trabalho foi realizar um levantamento das potencialidades e necessidades dos agricultores rurais do Povoado Zanguê - SE, com o intuito de melhorar o planejamento agroecológico sustentável da região.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada de maio a julho de 2014, no povoado Zanguê, no entorno da Serra de Itabaiana no estado de Sergipe - Brasil, sob as coordenadas geográficas: Latitude 10°40'33" Sul e Longitude: 37°20'16" Oeste. O clima, segundo a classificação de Köppen, é As', com temperatura média anual de 24°C, com precipitação oscilando entre 1.100 e 1.300 mm, com estação chuvosa de março a agosto.

Em maio de 2014, reuniu-se uma equipe de professores e estudantes, sendo que, esta ação propôs construir juntamente com os agricultores, ações que pudessem atender as reais necessidades, proporcionando o compartilhamento de experiências e construir ações de intervenção e execução fundamentadas em suas próprias experiências, por meio de uma ação reflexiva através de ferramentas de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) para conhecer, evidenciar, sistematizar e representar os sistemas de produção da agricultura familiar de acordo com a metodologia de Brose (2011). Com essa perspectiva, foram realizadas reuniões para apresentação do projeto e participaram 20 agricultores. Essas propriedades são relativamente pequenas, em média 1 ha e predomina a força de trabalho familiar.

Os encontros foram realizados nas dependências da casa do Sr. Antônio Santos Silva, um dos líderes da comunidade, e teve o intuito de revelar os principais problemas enfrentados pela comunidade e suas potencialidades. Para o desenvolvimento da oficina foram adotados procedimentos de DRP, e as metodologias utilizadas foram: entrevista semiestruturada e o mapeamento participativo, seguindo as recomendações de Thiollent (1986) e Patiño et al. (1999), cujos procedimentos basicamente se constituíram de reuniões com os agricultores rurais que representam a fonte de informação do estudo seguindo as recomendações de Proyecto (1997).

As reuniões aconteceram uma vez por mês e sempre no período da manhã, seguindo a indicação dos próprios agricultores e contaram com a participação de 20 famílias, entre homens e mulheres. Os problemas e as soluções apontadas foram escritos em fichas de papel A4 e coladas em uma folha de papel pardo, na forma de painel onde foi provocada uma conversa para contextualizar o objetivo da oficina. A discussão se deu através de temas geradores, tais como as tarefas desempenhadas ao longo do dia, escola, cultivos em períodos chuvosos, criação animal, doenças que afetam os rebanhos, formas de controles, produção, e consumo. Essa metodologia permitiu um ambiente de diálogo entre agricultores e agricultoras, podendo os mesmos se expressar livremente sem as limitações criadas por um questionário.

Após aplicação da técnica, as informações obtidas foram sistematizadas e analisadas, procurando perceber a diferenciação das necessidades e opiniões dos membros da comunidade.

A técnica foi finalizada com a fase de evolução dos dados, a fim de debater as informações expostas e promover junto aos agricultores o senso participativo, mobilizador e autossustentável da comunidade estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentados os resultados da pesquisa com as 20 famílias de agricultores, destacando-se as características socioeconômicas e dos recursos naturais da comunidade estudada. De acordo com Paulo Freire (1977), trabalhar métodos e técnicas com perspectivas participativas e críticas nada mais é do que uma ação educadora. É necessário criar e estimular relações dialógicas e problematizadoras, ou seja, estimular a reflexão das pessoas sobre a sua realidade, a conscientização sobre as suas causas radicais de seus problemas e capacitá-las à ação transformadora. As informações e análises a seguir foram obtidas a partir da tabulação dos dados aplicados pelo Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que possibilitou conhecer e construir uma análise rápida, porém aplicável e com teor científico, da dimensão da população estudada.

O principal trabalho desenvolvido pela comunidade é a agricultura, que acontece geralmente no período de inverno, mais necessariamente nos meses de fevereiro a junho. Esta atividade é realizada por todos (homens, mulheres, jovens e crianças) (Gráfico 1). Na época da estiagem, os homens trabalham no corte de lenha, para que essa madeira seja vendida e utilizada para fornos de padarias e/ou pizzaria na cidade de Itabaiana - SE. As mulheres, além das atividades domésticas, cuidam dos animais, plantam hortaliças e cuidam dos quintais agroflorestais. Para as mulheres, o quintal agroflorestal representa um agroecossistema bastante diversificado, com muitas espécies, utilizadas no cotidiano e tarefas que executam no espaço do quintal, tais como: regar as plantas, capinar, criação de animais; além disso, elas colhem os frutos para o consumo, o cultivo de plantas medicinais e cuidam das plantas ornamentais (jardim). O mesmo foi observado por Santos e Santos (2012) que fizeram um levantamento das espécies medicinais nos quintais agroflorestais no Povado Zanguê em Itabaiana - SE. Já Rosa et al. (1998) comentam que os quintas agroflorestais são importantes em termos socioeconômico, ecológico e ambiental, pois funcionam como uma “farmácia caseira” e fornecem produtos utilizados na dieta alimentar dos agricultores, além de proporcionar conforto ambiental.

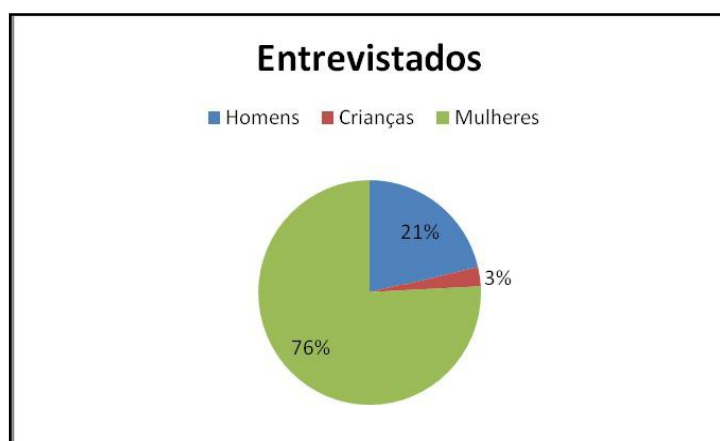


Gráfico 1:
Percentual de entrevistados no Povado Zanguê-SE.

Os jovens desempenham o mesmo trabalho dos adultos e as crianças vão para a escola do município e depois vão ajudar os pais, tanto em tarefas domésticas como na agricultura. Barbabti Jr. (2004) comenta que o desenvolvimento local deve convergir

para as pessoas, considerando sua lógica e estratégias, procurando ampliar a capacidade da sociedade resolver seus próprios problemas. Nesse processo, a comunicação é apontada como fundamental para que a população forme juízo de valor. Mas para que haja comunicação conforme Freire (1977) e Sen (2000) afirmam, é imprescindível que haja liberdade e diálogo, fatores condicionados à educação de qualidade, centrada no sujeito como responsável pela transformação na sua realidade cotidiana.

Na comunidade estudada existe uma escola municipal que leciona para o ensino médio e fundamental, e para os alunos que já ultrapassaram essa fase (analfabetos), o município disponibiliza transporte para o deslocamento para outros centros. Observa-se que da população estudada, 76% têm o nível fundamental, 21% têm o nível médio e 3% são analfabetos (Gráfico 2). Bravo et al. (2012) comentam sobre o avanço do processo educativo a respeito de grau de escolaridade. Por outro lado, a sustentação dada pelo governo colombiano às famílias em situação vulnerável tem ajudado a diminuir os índices de evasão escolar na vereda El Páramo; 50% dessas famílias são beneficiárias do governo.

Atualmente esse cenário vem tomando forma a cada dia, com a ajuda do governo e de programas que vêm a beneficiar aqueles que por algum motivo não se encaixam na atividade escolar, que hoje já têm essa oportunidade de terminar os estudos. No que se refere à qualidade do ensino ministrado nas escolas do campo, constata-se ali uma precariedade nas instalações, nos materiais didáticos e principalmente na formação e no acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício. Essa carência de políticas públicas específicas para a educação do campo é um dos fatores que tem contribuído para impedir o seu desenvolvimento. Freire (1977) comenta que o conhecimento sistematizado aperfeiçoa a capacidade humana de percepção do seu ambiente, mas a ausência ou insuficiência de escolaridade não representa incapacidade para refletir o mundo.

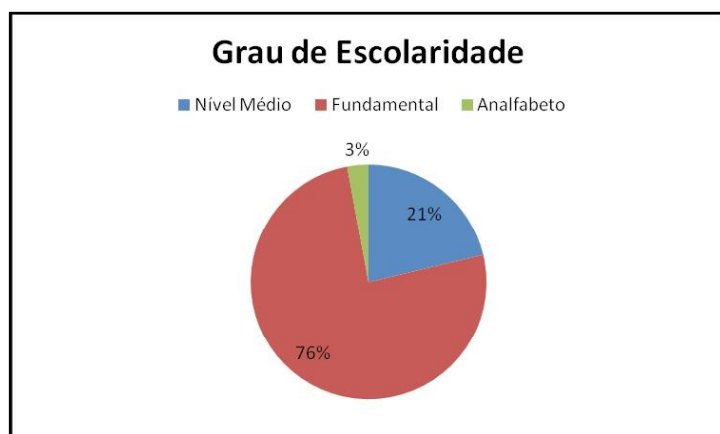


Gráfico 2: Grau de escolaridade dos agricultores do Povoado Zanguê.

Baptista e Baptista (2005) concebem a escola do campo como grande potencial e recurso para construir o diagnóstico das comunidades locais. Já Paulo Freire (1999) defende a escola emancipatória, libertária, onde o homem aprende a ser sujeito de si mesmo e da sua história. A LDB no seu Art. 2º afirma: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Índices socioeconômicos

No levantamento da pesquisa, os entrevistados foram inicialmente questionados sobre as condições de vida “dele e de sua família”, se melhoraram nos últimos anos vivendo como agricultores no povoado Zanguê-SE. Como resultado, todas as 20 famílias afirmaram que sim. Outras indagações mostraram que as famílias são constituídas basicamente pelo casal e pelos filhos, sendo pouca a presença de agregados e em média cada família é composta por no mínimo dois filhos.

Conforme os dados coletados nesta pesquisa, 10% dos agricultores entrevistados possuem uma renda mensal de até um salário mínimo como resultado exclusivamente da venda de sua produção orgânica e/ou venda de animais (Gráfico 3). Deve-se ressaltar que a pesquisa não adicionou a renda dos produtores com os valores recebidos de outras atividades exercidas pelos produtores, como por exemplo, a do Programa Bolsa Família, a de aposentadorias, e/ou de outros programas governamentais e não governamentais. Segundo Kageyama (2001), as três principais fontes de renda das famílias agrícolas são: o trabalho agrícola, os trabalhos fora da agricultura e os benefícios sociais, principalmente aposentadoria. E 95% dos entrevistados utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) para realizar consultas e exames, já 5% dos agricultores utilizam o plano do sindicato rural e nenhum dos entrevistados possuem plano de saúde particular.

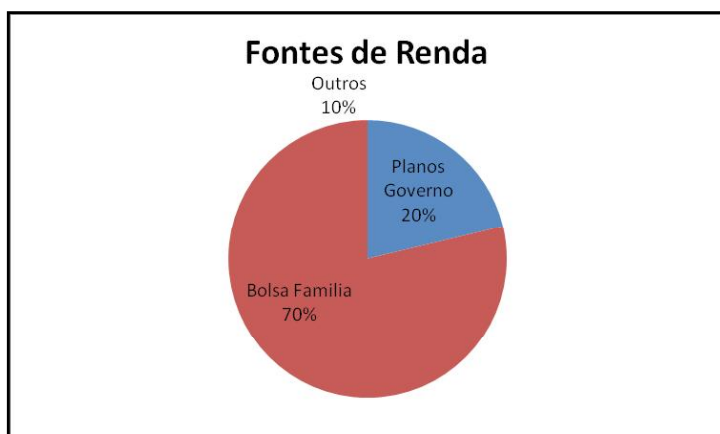


Gráfico 3: Fonte de Rendas dos agricultores no Povoado Zanguê-SE.

Culturas Agrícolas

Nos sistemas produtivos da Comunidade, foi possível encontrar a combinação da agricultura de subsistência em consórcio com Mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), Milho (*Zea mays*), Batata doce (*Ipomoea batatas*), Feijão (*Phaseolus vulgaris*), Banana (*Musa spp*) e outras variedades como melancia, cebola, tomate e pimentão. Há um predomínio do cultivo do feijão e milho que correspondem a cerca de 53% da produção nas propriedades visitadas, (Gráfico 4). A produção é realizada em partes, uma parte é vendida e a outra é totalmente consumida na propriedade, garantindo a dieta básica anual das famílias. Verificou-se que a mandioca e a batata doce correspondem a 39% da produção, sendo que o excedente desses produtos é negociado em forma de permuta na própria comunidade. Já Santos e Santos (2012), observaram que houve um predomínio do cultivo de mandioca e do milho que correspondem a cerca de 45% da

produção das propriedades visitadas no semiárido, com valores próximos ao presente trabalho. Garcia Filho (1999) comenta que a obtenção de renda na atividade agropecuária depende de um conjunto de fatores inerentes à gestão, ao processo produtivo e ao mercado, o que permite grande variabilidade de tipos de sistemas de produção, de combinações e consórcios entre o período agrícola. Desta forma, o estudo permitiu observar que ocorre pouca variabilidade de produtos agrícolas, o que limita a possibilidade de negócios no mercado local, de acordo com Guanziroli et al. (2001).

Pinheiro et al. (2011) comentam que apesar dos esforços apresentados pelos agricultores, detectou-se que a comunidade enfrenta diversos problemas, como: a diminuição da vegetação nativa devido ao processo de desmatamento, e o pequeno espaço territorial, pois as terras cultiváveis não são suficientes para atender as necessidades alimentícias da comunidade, o que faz com que ela fique dependente do mercado externo; os solos encontram-se enfraquecidos, devido ao mal uso, pois não existem práticas de manejo adequado, o que fica comprovado devido a presença de erosão; desconhecem práticas de base ecológica para controle de pragas e doenças em plantas e animais, mas sentem interesse em conhecê-las e aplicá-las; existem dificuldades com relação ao acesso à saúde pública pela falta de unidade móvel constante na comunidade e pela falta de profissionais qualificados para prestar atendimento; percebe-se que o acesso às políticas públicas não é fácil, pois faltam profissionais da extensão rural presentes na comunidade para esclarecer dúvidas com relação ao acesso a essas políticas públicas e à falta de assistência técnica agrícola. O mesmo foi observado no estudo presente.

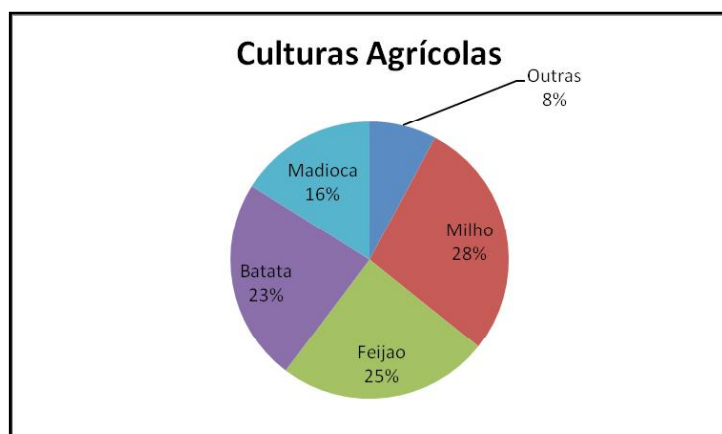


Gráfico 4: Distribuição das culturas agrícolas cultivadas na comunidade.

Criação de Animais

A geração de emprego e renda é sustentada pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias através da criação de bovinos, caprinos, patos e frangos caipiras (Gráfico 5). No diagnóstico sobre as práticas ecológicas, a grande maioria das famílias realizam alguma atividade agroecológica, dentre elas está a integração de práticas produtivas, consórcios, quintal florestal, presença arbórea na produção e rotação de culturas. Já Santos e Santos (2012) estudaram a viabilidade econômica da produção de hortaliças em quintais agroflorestais, eles recomendam estudos sobre novos modelos de produção envolvendo espécies florestais que possibilitem sua exploração dentro de um SAF em longo prazo, mas que, ao mesmo tempo, produza renda ao produtor com o plantio de novas culturas agrícolas. A grande maioria está satisfeita com suas práticas agroecoló-

gicas, mas têm o desejo de no futuro melhorar o pasto, ampliar o plantio de frutas e da horta, melhorar a roça, além de criar porcos e ovinos e manter em um SAF. Em relação às possíveis soluções no melhoramento do pasto, a maioria das famílias destacaram o piqueteamento do pasto com árvores. Desta forma, o estudo permitiu observar que na comunidade ocorreu uma grande variabilidade de sistemas e, portanto, de renda, como também foi observado por Guanzioli et al. (2001). Portanto, durante o período da pesquisa, foi observado que as precipitações estiveram abaixo da média nos últimos cinco anos. Porém, verificou-se que não ocorreram perdas significativas na produção agropecuária e, conseqüentemente, na renda. Quando necessitam, por questões financeiras, os animais são vendidos, mas o objetivo principal é para o consumo de carne, leite e/ou ovos na própria comunidade.

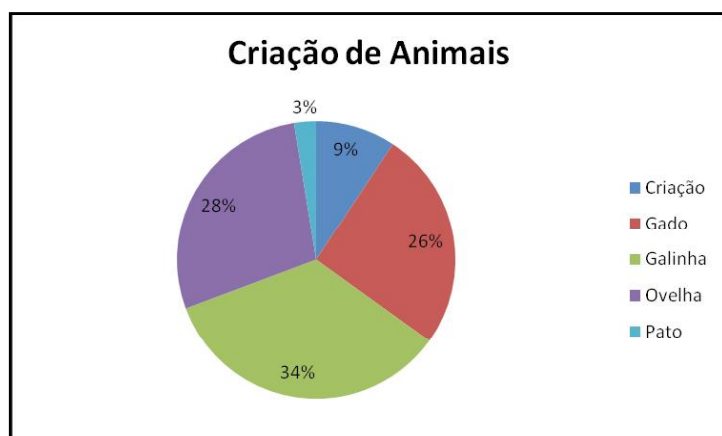


Gráfico 5: Fluxograma da criação dos animais na comunidade do Povoado Zangüê-SE.

A maioria dos animais apresentaram algumas doenças como raiva, febre aftosa, ectima contagioso, babesia, linfadenite caseosa, podermatite anemia, helmintoses gastrintestinais, coccidiose, tripanossomíase, doenças de neonatos (infecção umbilical, diarreia em cordeiros e cabritos, broncopneumonias, entre outras). Com o intuito de prevenir a febre aftosa e a raiva, os agricultores pagam para veterinários vacinar o seu próprio rebanho, sendo que não existe assistência técnica na comunidade. Para o controle das demais doenças, utilizam medicamentos naturais, fabricados pelos mesmos, que cultivam nos quintas das residências as plantas medicinais, e o mesmo foi observado por Santos et al. (2014) e Ribeiro et al (2014).

CONCLUSÃO

A metodologia do DRP mostrou-se eficiente na identificação, caracterização das atividades econômica, social, educacional e agroecológica da comunidade, onde as mulheres almejam participação mais significativa na geração de renda, e na tomada de decisão na propriedade.

REFERÊNCIAS

ALMASSY JUNIOR, A.A. **Diagnóstico Rápido Participativo**. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas, 2006. 31 p.

BAPTISTA, F. M. C.; BAPTISTA, N. Q. **Educação rural: sustentabilidade do campo.** Feira de Santana: MOC/UEFS/SERTA, 2005.

BRARBANTI JR, O. **Gestão compartilhada de desenvolvimento local: estratégia de intervenção e gestão de conflitos.** Belém: UFPA. NAEA, 2004

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura familiar. **Diagnóstico rural participativo.** Brasília (DF), 2006. (Volume 1)

BRAVO, D. M. S.; SANTOS, F. R.; SANTOS, M. J. C. Avaliação do diagnóstico rápido e participativo em propriedades rurais em áreas montanhosas na Colômbia. **Scientia Plena**, v. 8, n. 4, p. 1-5, 2012.

BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extension agraria del sector público ante los desafios del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul-Brasil.** Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinado e Historia) – Universidad de Córdoba, Espanha, 1998. p. 425-464, cap. 8.

FRANCIS, C.; LIEBLEIN, G.; GLIESSMAN, S.; BRELAND, T. A.; CREAMER, N.; HARWOOD; SALOMONSSON, L.; HELENIUS. J.; RICKERL, D.; SALVADOR, R.; WIEDENHOEFT, M.; SIMMONS, S.; ALLEN, P.; ALTIERI, M.; FLO-RA, C.; POINCELOT, R. Agroecology: the ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, Philadelphia, USA, v. 22, p. 99–118, 2003.

FREITAS, et al. O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. **Em Extensão**, v. 11, n. 2, p. 69-81, 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico.** Brasília: Convênio INCRA/FAO, 1999.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

PATIÑO, B. O.; GOTTRET, M. V.; PACHICO, D.; CARDOSO, C. E. L. Integrated cassava research and development strategy in Northeast Brazil. In: SECHREST, L.; STEWART, M.; STICKLE, T. **A synthesis of findings concerning CGIAR case studies on the adoption of technological innovations**. Roma: CGIAR/IAEG, 110 p. 1999.

PETERSEN, P.; ROMANO, J. O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 144 p. 1999.

PINHEIRO, A.A.; VIEIRA, J. M.S.; BEZERRA, R. H.; SILVA, J. P.O., SILVA, M.C. P. Utilização de metodologia participativas na construção do conhecimento agroecológico: o caso da comunidade Serra do Abreu. **Revista Verde**, v. 6, n. 5, p. 74-79, 2011.

PROYECTO, L. **Integrado de investigación y desarrollo para la producción, transformación de la yuca en almidón agro y comercialización del almidón agro de yuca: adopción e impacto**. Cali: CIAT, 32p. 1997.

RIBEIRO, M.J.B.; SANTOS, F.R.; SANTOS, M.J.C. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pela população rural em áreas de assentamentos na região semiárido sergipano. **Anais...In: III Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural, 2014, Itabaiana. III Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural, 2014. v. 1. p. 1-4.**

ROSA, L. S.; SILVA, L. C. B; MELO, A. C. G.; CABRAL, W. S. Avaliação e diversificação de quintais agroflorestais na Comunidade de Muriim-Benfica, Município de Benevides - Pará. In: Congresso Brasileiro de sistemas agroflorestais, 2., 1998, Belém, PA. **Anais...** Belém: EMBRAPA/CPATU, 246p. 1998.

SANTOS, F. R.; SANTOS, M.J.C. O uso de plantas medicinais mantidas em sistemas agroflorestais no âmbito da agricultura familiar. **Scientia Plena**, v. 8, n. 4, p. 1-4, 2012.

SANTOS, F. R.; SANTOS, M. J. C. Viabilidade econômica da produção de hortaliças em quintais agroflorestais. **Scientia Plena**, v. 8, p. 1-5, 2012.

SANTOS, F. R.; SANTOS, M.J.C. Diagnóstico rural participativo no assentamento Irmã Dorote no município de Lagarto-SE. **Anais... Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural: Novas Ruralidades e Políticas Públicas para a Agricultura**, v. 1. p. 1-9, 2012.

SANTOS, M. J. C.; SANTOS, F. R. Diagnóstico SócioEconômico e ambiental de propriedades rurais no semiárido nordestino. **Anais.. Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural: Novas Ruralidades e Políticas Públicas para a Agricultura**, v. 1. p. 1-9. 2012.

SANTOS, F.R.; SANTOS, M. J. C; RIBEIRO, M. J. B. Composição de quintais agroflorestais em áreas de agricultura familiar e divisão de trabalho no povoado ZANGUE-SE. *Anais...In: III Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural*, 2014, Itabaiana. III Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural, v. 1. p. 1-4. 2014.

SEN, A. **Construindo o desenvolvimento com responsabilidade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SICARD, Tomás León. Agroecología: desafíos de una ciencia ambiental en construcción. *Revista Agroecología*, Murcia, España, v. 4, p. 7-17, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 108 p. 1986.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria de Agricultura Familiar, 62 p. 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Francielle Rodrigues; OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de; SANTOS, Mário Jorge Campos dos. Utilização de metodologias participativas na construção do conhecimento agroecológico na comunidade do povoado Zanguê-SE. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 228-238, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Variação do PH e temperatura em cisternas de Placas e Polietileno em comunidades rurais do município de Petrolina-PE

Marcos Vinícios Vidreira de Santana¹
Omair Dantas²
Pedro Henrique³
Emanoel Freitas Amarante⁴

¹Pósgraduando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: viniciosvidreira@agronomo.eng.br.

RESUMO

A água é recurso indispensável para a sobrevivência de todos os seres vivos. Este trabalho objetiva conhecer a variação do pH e temperatura em cisterna de placas e polietileno em comunidades rurais do município de Petrolina-PE.

Foi realizada coleta em quatro propriedades localizadas no assentamento Mandacaru e Sítio Porteira no município de Petrolina. A coleta foi realizada em duas cisternas de placas de cimento e duas de polietileno, sendo que a água das cisternas era proveniente do canal e as de polietileno, da captação da chuva, para realizar as análises de temperatura e pH. Segundo o padrão de potabilidade estabelecido pela legislação brasileira (Portaria n.º. 2914/2011 do Ministério da Saúde), o pH de águas para consumo humano deve estar entre 6,0 e 9,5. Nesta pesquisa, verificou-se a ocorrência de valores entre 8,19 e 9,0.

A temperatura da água foi aferida visando verificar qual tipo de cisterna tem maior temperatura interna. Na cisterna de polietileno, a temperatura da água estava a 33°C às 10h15min e a 35°C às 10h25min no Assentamento Mandacaru. Na cisterna de placa, a temperatura estava a 31,5°C às 10h45min e 29,5°C às 10h55min no Sítio Porteiras.

Conclui-se que todas as cisternas pesquisadas atendem aos padrões de qualidade.

Palavras-chave: Cisternas; Semiárido; Qualidade de água.

Variation in pH and Temperature in Plate and Polyethylene Cisterns in Rural Communities in the Municipality of Petrolina, PE

ABSTRACT

Water is an indispensable resource for the survival of all living things. This study examines the pH and temperature variation in plate and polyethylene cisterns in rural communities in the municipality of Petrolina, PE.

The collection was realized in four properties located in Assentamento Mandacaru and Sítio Porteira in the municipality of Petrolina. The collection was realized in two cisterns made of concrete plates and two polyethylene cisterns. The water in the concrete plate cisterns came from the canal and the water in the polyethylene cisterns came from the collection of rainwater and temperature and pH analyses were carried out.

²Pósgraduando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: omair-zootecnista@hotmail.com.

³Pósgraduando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: phfertilizantes@yahoo.com.br.

⁴Pósgraduando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Universidade Federal do Vale do São Francis-

According to the potability standards established by Brazilian legislation (Decree no. 2914/2011, Ministry of Health), the pH of water for human consumption should be between 6,0 and 9,5. In this study, it was verified that the pH values are between 8,19 and 9,0.

co – UNIVASF.
E-mail: nellama-
rantt@hotmail.
com.

The water temperature was measured in order to determine which type of cistern has a higher internal temperature. In the polyethylene cistern, the water temperature was 33°C at 10:15am and 35°C at 10:25am at Assentamento Mandacaru. In the concrete plate cistern, the temperature was 31,5°C at 10:45am and 29,5°C at 10:55am at Sitio Porteiras.

In conclusion, all of the tested cisterns meet the water quality standards.

Keywords: Cisterns; Semiarid; Water quality.

INTRODUÇÃO

A água tem fundamental importância para a manutenção da vida no planeta, a presença ou ausência escreve a história e cria novos hábitos, determina a ocupação de territórios, extingue e dá vida a todas as espécies e determina o futuro das gerações (BACCI, 2008).

A água é um recurso indispensável para a sobrevivência de todos os seres vivos presentes na biosfera. Da totalidade disponível no mundo, 97,5% é salgada, estando acumulada em mares e oceanos, 2,4% é doce, contudo, está armazenada em geleiras ou regiões subterrâneas de acesso extremamente difícil. Desse montante de água doce apenas 0,1% é encontrada em lagos, rios e na atmosfera e 12% dessas reservas encontra-se no Brasil (GAMA et al., 2008).

O UNICEF (2006) alerta para disparidades mundiais em termos de abastecimento de água e saneamento entre as áreas urbana e rural. Nos países em desenvolvimento, moradores de grandes cidades contam com 92% de cobertura de água potável, enquanto o campo conta apenas com 72% de fornecimento de água potável. Em termos de saneamento a disparidade ainda é maior, sendo que a cobertura urbana representa o dobro em relação à zona rural (UNICEF, 2006).

A água consumida contaminada por substâncias de origem fecal é veículo de microrganismos causadores de enterites, diarreias infantis e doenças epidêmicas (febre tifoide), podendo até mesmo levar à morte dos indivíduos contaminados (D'ÁGUILA et al., 2000). Também podem ocorrer contaminações de origem viral, parasitária e bacterianas pela veiculação hídrica contaminada com dejetos humanos, sendo os principais os vírus da poliomielite e da hepatite infecciosa. (SOUZA, IARA e LOPES, 1983; TORTORA, FUNKE e CASE, 2000).

O Governo Federal, dentro da política de erradicar a extrema pobreza até 2014, estabeleceu a meta de distribuir 750 mil cisternas para famílias do semiárido, por meio do Programa Água para Todos. Para garantir esse objetivo, o Brasil decidiu adotar as cisternas de polietileno, uma tecnologia consolidada internacionalmente, sendo utili-

zada há mais de 20 anos em países com temperaturas semelhantes ou até mais críticas que as encontradas no semiárido brasileiro. O fornecimento dos equipamentos foi iniciado em dezembro de 2011. Os reservatórios foram adotados com sucesso no México, Austrália, Nova Zelândia e Indonésia, fato que contribuiu para que o Governo Federal decidisse utilizá-los no Nordeste como mais uma alternativa confiável de modo a dar agilidade ao Programa Água para Todos. Uma cisterna de polietileno pode ser instalada em duas horas (ACQUALIMP, 2014).

Segundo Cavalcanti (2001):

Na região semiárida do nordeste brasileiro, a quantidade de chuva é de aproximadamente 700 bilhões de metros cúbicos por ano, o que torna o semiárido nordestino diferente das demais regiões semiáridas do mundo. A maior parte dessa chuva não é aproveitada em todo o seu potencial, pois, mesmo existindo grande quantidade de barreiros e açudes, 36 bilhões de metros cúbicos se perdem pelo escoamento superficial.

É importante salientar que a constante pesquisa agrícola e disseminação de informações aos agricultores é extremamente urgente e necessária para aumentar a fonte de renda dos pequenos produtores, unindo com o uso racional de recursos, conservação e recuperação de habitats.

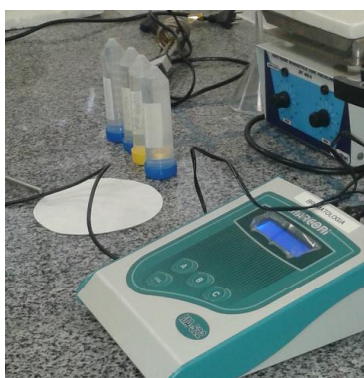
MATERIAL E MÉTODOS

A coleta foi realizada no dia 28/11/2014 em quatro propriedades localizadas no assentamento Mandacaru e Sítio Porteira, na cidade de Petrolina-PE, com a finalidade de realizar análises de temperatura e pH. A coleta foi realizada em duas cisternas de placas de cimento e duas de polietileno, sendo que a água das cisternas de placa era água proveniente do canal e as de polietileno da captação da chuva. O horário da coleta da água das cisternas de placa foi entre 10h15min e 10h25min da manhã e a de polietileno, entre 10h45min e 10h55min da manhã.

Foram utilizados quatro frascos plásticos de 45 ml estéreis a fim de manter as amostras livres de contaminações indesejadas foram refrigeradas em caixas isotérmicas a 4°C. 3.2.

Equipamentos Utilizados para Análise:

- pHmetro de bancada, utilizada para aferir o pH das cisternas:



Fotos: Pedro Henrique

- Termômetro de mercúrio utilizado para aferir a temperatura das cisternas:



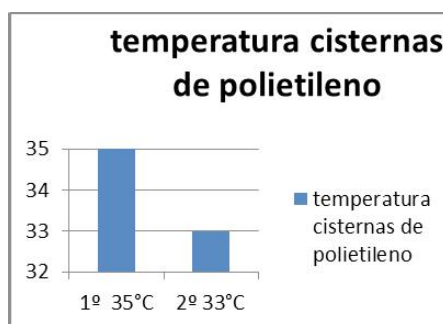
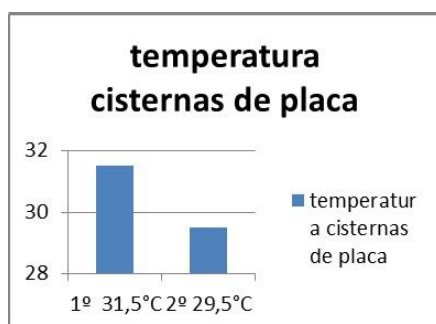
Foto: Pedro Henrique

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o padrão de potabilidade estabelecido pela legislação brasileira (Portaria n°. 2914/2011 do Ministério da Saúde – MS, o pH de águas para consumo humano deve estar entre 6,0 e 9,5. Nesta pesquisa se verificou a ocorrência de valores aceitáveis entre 8,19 e 9,0.

A temperatura da água foi aferida com o intuito de verificar qual tipo de cisterna tem a maior temperatura interna. Na cisterna de polietileno, a temperatura da água estava a 33°C às 10h15min e a 35°C às 10h25min no Assentamento Mandacaru. Na cisterna de placa, a temperatura da água estava a 31,5°C às 10h45min e 29,5°C às 10h55min no Sítio Porteiras.

Foi verificado que a cisterna de polietileno teve temperatura mais elevada que a de placa, como é possível verificar no gráfico abaixo:



BREVE CONCLUSÃO

Por fim, é possível concluir que todas as cisternas analisadas atendem aos padrões de qualidade, ou seja, em vista de tais resultados, a água encontra-se em boa qualidade para consumo.

REFERÊNCIAS

AQUALIMP. Disponível em: <<http://www.aqualimp.com/img/noticias/2012%2012%2020%20Press%20Kit%20Cisternas%20OK.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2014.

BACCI, D. D. L. C.; PATACA, E. M. Educação para a água. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, 2008.

CAVALCANTI, N. Avaliação de barreiros e finalidade da água armazenada na região semi-árida da Bahia. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 5, n. 3, p. 568, 2001.

GAMA, N. M. S. Q. et al. **Conhecendo a água utilizada para as aves de produção**. Divulgação técnica: Instituto Biológico, Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio Avícola, Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Bastos, Avs, SP, Brasil, 2008.

SOUZA, L. C.; IARA S. T.; LOPES, C. A. M. Bactérias coliformes totais e coliformes de origem fecal em águas usadas na dessedentação de animais. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 112-122, 1983.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 729p.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **Saneamento básico em países em desenvolvimento**. USA, 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTANA, Marcos Vinícios Vidreira de; DANTAS, Omair; HENRIQUE, Pedro; AMARANTE, Emanuel Freitas. Variação do PH e temperatura em cisterna de Placas e Polietileno em comunidades rurais do município de Petrolina-PE. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 239-243, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

Visibilidade e protagonismo dos pescadores e pescadoras do Brasil

Rizoneide Gomes de Queiroz¹

¹Pedagoga, estudante do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural da UNIVASF.
E-mail: rizoque@yahoo.com.br.

RESUMO

Este trabalho aborda contextos históricos de exploração dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil e o envolvimento do Estado na escravatura das classes menos favorecidas. Procura mostrar, através de pesquisa bibliográfica, a história de resistência e luta dos pescadores por melhores condições de vida e trabalho. Ressalta a importância da retomada dos processos históricos e da transformação social a partir das classes dominadas que tanto enfatiza Paulo Freire, na sua teoria. Relata um pouco da experiência do Conselho Pastoral dos Pescadores junto aos pescadores e pescadoras e mostra a necessidade e importância dos Territórios Pesqueiros para essas comunidades e para Brasil.

Palavras-chave: Exploração; Pescadores e Pescadoras; Territórios pesqueiros.

Visibilidad y protagonismo de los pescadores y pescadoras de Brasil

RESUMEN

Este trabajo describe el contexto histórico en el que tuvieron lugar la explotación de los pescadores y pescadoras artesanales de Brasil y la participación del Estado en la esclavitud de las clases más bajas. Tiene por objeto mostrar a través de la investigación bibliográfica, la historia de resistencia y lucha de los pescadores por mejores condiciones de vida y trabajo. Hace hincapié en la importancia de recuperar los procesos históricos y la transformación social a partir de las clases dominadas que tanto enfatiza Paulo Freire en su Teoría. Narra sobre algunas de las experiencias del Consejo Pastoral de Pescadores (Conselho Pastoral dos Pescadores) junto con los pescadores y pescadoras y muestra la necesidad e importancia de los Territorios de Pesca para estas comunidades y para Brasil.

Palabras clave: Explotación; Pescadores y Pescadoras; Territorios de Pesca.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil contada a partir da visão ocidental nega a participação cultural, ambiental, e econômica das comunidades tradicionais, em especial as pesqueiras, no processo de construção do país. O presente trabalho visa dar visibilidade à ação histórica destruidora e escravocrata contra os pescadores e pescadoras, que deixou marcas profundas na vida e cultura dessas populações. Aborda também os potenciais e dificul-

dades que desafiam essa categoria nos dias atuais. Busca compreender e descrever as motivações que levam o Conselho Pastoral dos Pescadores a realizar um trabalho de educação popular que tem como pretensão provocar o protagonismo das comunidades pesqueiras no processo de construção de políticas públicas direcionadas para a categoria e criação de legislação que garanta a permanência nos Territórios Tradicionais Pesqueiros.

MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E DIREITOS DOS PESCADORES DO BRASIL

A história dos pescadores e pescadoras do Brasil é marcada por dificuldades, exploração, marginalização e desvalorização, levando a um processo histórico contínuo de negação de direitos e identidade cultural. Segundo o Conselho Pastoral dos Pescadores (1984), ao longo dos séculos XIX e XX, os pescadores foram explorados, sendo submetidos a jornadas exaustivas de trabalho para aumentar a arrecadação de impostos e posteriormente, para defender os áreas litorâneas brasileiras. Eram obrigados a pagar uma porcentagem de 10% a 50% da sua produção para os governos, que usavam de todas as artimanhas para manipulá-los, inclusive a utilização de encarregados que mantinham vigilância nos portos, para assegurar que ninguém iria sair sem pagar seus tributos.

Com o passar dos anos a exploração foi aumentando e os pescadores, cansados de tanta opressão, resolveram criar mecanismos de resistência, sendo alguns de iniciativa própria e outros liderados por grupos sociais que buscavam libertar-se da escravidão e da falta de condições básicas de sobrevivência. Dentre os principais atos de resistência protagonizados pelos pescadores pode-se destacar: Revolta do Quebra Quilo, em 1874; Independência da Bahia, em 1822; Revolta Armada, em 1883; Revolta contra o Sorteio Militar, em 1904; Fechamento do Porto do Ceará, em 1881. Nesta última revolta, os pescadores se juntaram a outros rebeldes para se contraporem ao tráfico negreiro que tinha como ponto de embarque o Porto do Ceará, como conta Sobrinho (2011):

A notícia dessa ação dos jangadeiros se espalhou, e as pessoas começaram a se dirigir à praia para ver de perto uma cena inédita. Afinal, um grupo de pescadores pobres, liderados por negros, pardos e mulatos, enfrentava os representantes de uma elite de poderosos comerciantes e traficantes. Segundo *O Libertador*, 'mais de 1,500 homens de todas as classes e condições' se encontravam ali, acompanhando a resistência dos jangadeiros. Em solidariedade ao protesto, muitos gritavam: 'Nos portos do Ceará não se embarca mais escravos!'. O movimento, que se repetiu algumas vezes nos dias seguintes, até 31 de janeiro, ganhava sua primeira batalha.

No século XX são fundadas as primeiras colônias e o Estado continua com as mesmas práticas abusivas e escravocratas. Segundo Moraes, os pescadores ficavam sob tutela da Marinha e eram obrigados a trabalharem na defesa da costa do Brasil se quisessem continuar a exercer a atividade, sendo que o governo se valia de um discurso patriótico para manipular e escravizar.

Nos anos subsequentes aconteceram transformações e investimentos no país, entretanto nada que viesse a beneficiar os pescadores artesanais. Notoriamente a criação do Código da Pesca em 1967 veio reafirmar essa lógica, na qual segundo o Conselho Pastoral dos Pescadores (1984), os investimentos financeiros do governo eram destinados massivamente às indústrias pesqueiras em detrimento à Pesca Artesanal.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas, especialmente no que se refere aos direitos sociais e ruptura com a tutela do Estado. Esta posição é bastante clara quando afirma no seu artigo 8º. que "a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical" (CF, 1988). No entanto, é sabido que essa e outras conquistas ainda carecem de mais autoafirmação, mobilização e organização dos pescadores para que sejam de fato concretizadas.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, HISTÓRIA E ATUAÇÃO JUNTO AOS PESCADORES

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) é uma Pastoral Social, vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, assim como outras Pastorais Sociais, surgiu em plena Ditadura Militar, quando a população brasileira clamava fortemente pela liberdade em meio a tanta opressão. Frei Alfredo Schnuettgen foi a primeira pessoa a se dedicar, em 1968, em Olinda-PE, a esse trabalho junto aos pescadores, movido pela necessidade de ser presença evangelizadora nessa realidade e de contribuir com o processo de transformação social. Havia um imenso desejo de que os pescadores fossem reconhecidos enquanto participantes do processo histórico do Brasil e que mesmo vivendo nas mazelas com que lhes ofereciam nem sempre se curvaram e deram grande contribuição social, cultural, política, ambiental, e econômica à história do povo brasileiro.

No decorrer dos anos, frente às realidades gritantes que assolavam os pescadores nas áreas litorâneas, rios, barragens e açudes de todo país, a pastoral sentiu-se provocada a ampliar seu trabalho para outras regiões e contou com o engajamento de outros padres, leigos, religiosos e bispos. Dom José Rodrigues, Bispo de Juazeiro, foi um grande apoiador das causas dos pescadores, como mostra o relato a seguir:

Na Assembleia da fundação oficial do Conselho Pastoral dos Pescadores em 1988 em Olinda-PE, Dom José Rodrigues foi lembrado e unanimemente aceito para ser o primeiro Presidente da Pastoral, pois naquela época ouvimos da atuação deste bispo a favor dos pescadores do Rio São Francisco e do Lago de Sobradinho. Frei Alfredo se encarregou de consultar e pedir ao bispo que aceitasse esta tarefa de animar e encorajar não só os agentes de pastoral, mas também os próprios pescadores e pescadoras artesanais deste Brasil afora. Prontamente Dom José aceitou o convite e a partir deste momento sempre participava das nossas assembleias e reuniões de planejamento. Na sua diocese animou os seus agentes de pastoral a fundar também uma Pastoral dos

Pescadores. Quantas vezes ele visitou conosco os pescadores nas praias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão, Alagoas e Pernambuco! (CPP NORTE, 2012).

Coincidentemente, no mesmo ano da promulgação da Constituição Federal, o Conselho Pastoral dos Pescadores constituiu personalidade jurídica, e teve a honra de contar com Dom Rodrigues, seu primeiro presidente.

Os livros oficiais de história pouco ou nada falam das pescadoras e pescadores artesanais. É como se essa categoria de trabalhadores não tivesse existido ou sua existência fosse despercebida pela maioria da sociedade. Esse processo contínuo de negação levou a pastoral a um processo de educação popular voltado para a desconstrução da história contada a partir das elites, contribuindo fortemente para a autoafirmação, o reconhecimento da identidade e empoderamento das comunidades pesqueiras. Para tanto, baseou-se nos princípios proféticos que definiram como sua a seguinte Missão: "Anunciar aos pescadores e às pescadoras a força libertadora do evangelho revelado aos pobres e através dele promover a transformação das estruturas geradoras de injustiça, tornando-os agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade" (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2014).

O Conselho Pastoral dos Pescadores desde o início de sua atuação segue processos metodológicos que visam fortalecer a participação efetiva e a organização dos pescadores e pescadoras, conforme relato abaixo a pastoral:

O CPP busca contribuir com o processo de formação de base em vista de qualificar a organização, utilizando uma metodologia participativa na perspectiva da sustentabilidade. Entendemos que um processo de libertação verdadeiro com ganhos concretos e duráveis na qualidade de vida só poderá ser efetivado se estas conquistas emergem do processo organizativo da própria comunidade; na ampliação dos horizontes culturais; nas conquistas efetivas de melhores condições de vida e diminuição da exploração e da violência que historicamente agride estas comunidades. (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2014).

Essa tomada de consciência coletiva exige dinamismo, processos educativos, troca de experiência. Para isso, a pastoral buscou aperfeiçoar a prática a partir da escuta e do sentir a realidade dos pescadores nas atividades cotidianas, como por exemplo: pescarias, festejos, visitas, etc. Compartilhando dessas experiências conheceu ainda mais os aspectos culturais das comunidades pesqueiras e as múltiplas formas organizativas, que à primeira vista passam despercebidas. Segundo Freire (2000, p. 8):

Como educador preciso ir 'lendo' cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua presença no mundo.

Foi no processo de leitura e releitura da realidade que o CPP percebeu a necessidade de promover a articulação desses saberes para fortalecer a organização e a conquista de políticas públicas designadas para esses trabalhadores e trabalhadoras. As reuniões, mobilizações, cursos de formação e os intercâmbios, dentre outras ações, contribuíram significativamente para organização e articulação dos pescadores em nível local, regional e nacional, respeitando seus modos de vida, sua cultura e anseios. Mas essas certezas só emergem quando as pessoas percebem sua importância, pois segundo Freire (2000, p. 40): “A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar.”

Segundo o Conselho Pastoral dos Pescadores, nesses quase 45 anos de existência, vem colaborando no processo organizativo dos pescadores visando a melhoria da qualidade de vida, na perspectiva da sustentabilidade política, econômica, ambiental e cultural, dessas comunidades e, tentando contribuir incansavelmente para a autonomia e liberdade desses homens e dessas mulheres, na busca da certeza que Freire (2000, p. 94) tanto alimenta, de que: "mudar é difícil, mas é possível".

GARANTIA DO TERRITÓRIO PESQUEIRO

O contexto atual de avanço de grandes empreendimentos tem ameaçado drasticamente as comunidades pesqueiras, limitando-as nas áreas que historicamente garantiram sua sobrevivência e segurança alimentar, sendo essas ameaças a ampliação das redes de hotelaria, o agro e hidronegócio, mineração, especulação imobiliária. Essas atividades prejudicam as comunidades quando poluem as águas com o uso abusivo dos agrotóxicos, ao lançar produtos químicos decorrentes do processo de industrialização e esgotos sem nenhum tratamento. Há também a diminuição dos espaços físicos através da privatização de corpos d'água, as barragens e ocupação desenfreada de investimentos especulativos que negam direitos tradicionais dessas comunidades de ir e vir. Essa conjuntura traz danos, alguns deles até irreversíveis, tanto ao meio ambiente quanto à sobrevivência e compromete o futuro dessas comunidades pesqueiras.

Segundo o Movimento dos Pescadores e Pescadoras - MPP:

Os pescadores e pescadoras artesanais, embora sejam populações tradicionais com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, a exemplo da convenção 169 da OIT, não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e à garantia do seu modo de vida.

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras resolveu criar então um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, com o objetivo de propor ao Congresso Nacional a regulamentação dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Em junho de 2012 lançaram a Campanha dos Territórios Tradicionais Pesqueiros do Brasil, com a finalidade de coletar aproximadamente 1, 5 milhão de assinaturas. Essa campanha tem como prazo final o ano de 2015, e além de garantir essas áreas, pretende-se reforçar a identidade das comunidades, bem como dar visibilidade aos problemas e potencialida-

des da Pesca Artesanal. Ela conta com o apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores, CNBB, pastorais sociais, organizações populares, universidades e igrejas, que vêm difundido as informações dentro e fora do Brasil e coletando assinaturas em romarias, festas populares, mutirões, oficinas, seminários, etc.

Em Aparecida-SP, Santos (2014) afirmou durante a coleta de assinaturas:

Os territórios pesqueiros de todo o país estão sendo tomados por resorts, por grandes empreendimentos do governo e da iniciativa privada. Estão sendo danificados e acabando com os manguezais e com a produção pesqueira do país. Nós, pescadores, representamos 70% da cadeia alimentar. Por isso, com o nosso território preservado, garantimos a alimentação saudável na mesa de todos.

Garantir o Território é assegurar o futuro das gerações pesqueiras, a segurança e soberania alimentar da população brasileira, é reconhecer que o Brasil tem dívidas históricas e sociais para com essas populações.

CONCLUSÃO

A história do Brasil precisa ser questionada e revista, proporcionando as gerações atuais e futuras um novo olhar para as comunidades tradicionais. Um olhar que gere uma perspectiva de futuro, que aponte para mudanças estruturais na sociedade, onde sejam respeitados os modos de vida e que todas as pessoas sejam valorizadas independentemente de classe social, raça, etnia ou crença. Onde todos tenham igualdade de oportunidades, mesmo com suas diferenças culturais.

Paulo Freire foi um grande pensador que questionou veementemente essas estruturas sociais e propôs mudança de atitude, pois sempre acreditou que outro mundo é possível, com a participação ativa dos menos favorecidos.

As comunidades Pesqueiras e o Conselho Pastoral dos Pescadores estão na contramão da história contada e recontada a partir das classes abastadas e buscam alternativas que geram esperança e persistência na luta, acreditando na capacidade das pessoas se refazerem e mudarem rumo de suas vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Art. 8º. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Metodologia**. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2014.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Missão**. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2014.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Os pescadores do Brasil** - Síntese. Doc. n°. 03. Recife. 1984. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br>>. Acesso em: 27 out. 2014.

CPP Norte. **Carta em homenagem a Dom José Rodrigues** - Primeiro presidente do CPP. Atualidades. Setembro de 2012. Disponível em <<http://cppnorte.wordpress.com>>. Acesso em: 22 out. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

MORAES, S. C. **Colônia de Pescadores e a luta pela cidadania**. Tribuna da Praia. Disponível em: <<http://www.tribunadapraia.com.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SANTOS, A. **Pescadores pedem regularização de territórios pesqueiros**. Jornal Santuário de Aparecida. Ed. Santuário, outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.a12.com/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SOBRINHO, J. H. F. União que faz a força: jangadeiros usaram suas embarcações para lutar contra a escravidão no Ceará. **Revista de História**, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acessado em: 31 out. 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

QUEIROZ, Rizeide Gomes de. Visibilidade e protagonismo dos pescadores e pescadoras do Brasil. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 244-250, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.

DADOS TÉCNICOS

Título: EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF

Projeto gráfico: Cecilio Ricardo de Carvalho Bastos

Logotipo: Ricardo Guimarães Cardoso

Editoração Eletrônica: Raydjane Dedier de Moraes e

Thiago Bruno Rodrigues de Rezende Oliveira (Estagiários)

Capa: Bruce Wagner Amorim Pereira (fotógrafo)

Formato do arquivo: Portable Document Format (PDF)

Formato do papel: 21 x 29,70cm

Fontes: Bodoni e Chiantin

Número de páginas: 251